

*Geralda Fortina dos Santos*

*Escola de Enfermagem Carlos Chagas  
(1933 - 1950): A Deus - Pela  
Humanidade - Para o Brasil*



*Belo Horizonte  
2006*

*Geralda Fortina dos Santos*

*Escola de Enfermagem Carlos  
Chagas (1933 - 1950): A Deus - Pela  
Humanidade - Para o Brasil*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutora em Educação.

Orientador: Professor Luciano Mendes de Faria Filho

*Belo Horizonte  
Faculdade de Educação  
2006*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: **Conhecimento e Inclusão Social**

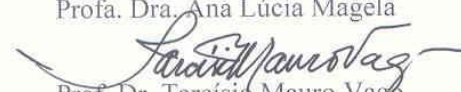
**ATA DA 101ª (CENTÉSIMA PRIMEIRA) DEFESA DE TESE NO COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: Conhecimento e Inclusão Social - FAE/UFMG.**

Aos dez dias do mês de março de dois mil e seis, realizou-se na sala de Teleconferência da Faculdade de Educação, uma reunião para apresentação e defesa da tese: **“ESCOLA DE ENFERMAGEM CARLOS CHAGAS (1933-1950): A DEUS – PELA HUMANIDADE – PARA O BRASIL”** da aluna **GERALDA FORTINA DOS SANTOS** requisito final para obtenção do Grau de Doutora em Educação. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Luciano Mendes de Faria Filho – Orientador, Estelina Souto do Nascimento, Ana Lúcia Magela, Tarcísio Mauro Vago, Lucíola Licínio de Castro Paixão Santos. Os trabalhos iniciaram-se às 14:30 horas com a síntese da tese feita pela doutoranda. Em seguida, os membros da banca fizeram uma arguição pública à candidata. Terminadas as arguições, a banca examinadora se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para fazer a avaliação final da defesa da tese apresentada. Em conclusão, a banca examinadora considerou a tese aprovada, destacando a relevância e a originalidade do tema, a contribuição para as áreas da história da enfermagem e da educação, a sólida fundamentação teórica e o cuidadoso trabalho de análise das fontes. Considerando todas estas características a banca examinadora sugere a publicação do trabalho. O resultado final foi comunicado a **GERALDA FORTINA DOS SANTOS** e ao público, concedendo a aluna o título de Doutora em Educação, devendo encaminhar à Secretaria do Programa a versão final em 04 (quatro) exemplares. Nada mais havendo a tratar, eu, Rosemary da Silva Madeira, Secretária do Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será por mim assinada e pelos membros da banca examinadora. Belo Horizonte, 10 de março de 2006.

  
Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho

  
Profa. Dra. Estelina Souto do Nascimento

  
Profa. Dra. Ana Lúcia Magela

  
Prof. Dr. Tarcísio Mauro Vago

  
Profa. Dra. Lucíola Licínio de Castro Paixão Santos

  
71 ROSEMARY DA SILVA MADEIRA  
Secretária do Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social - FAE/UFMG

Santos, Geralda Fortina dos.

S237e Escola de Enfermagem Carlos Chagas (1933-1950) : a Deus, pela humanidade, para o Brasil / Geralda Fortina dos Santos. - Belo Horizonte : Faculdade de Educação da UFMG, 2006. 308 f.  
Inclui anexos

Tese – Doutorado em Educação.

Orientador: Prof. Luciano Mendes de Faria Filho.

1. História da educação. 2. História da enfermagem – teses. 3. Escola de enfermagem. I. Faria Filho, Luciano Mendes de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação.

CDD – 370.9

**Catálogo da Fonte : Biblioteca da FaE/UFMG**

*Para Marina, minha filha, que deu um  
sentido especial à minha existência*

## **AGRADECIMENTOS**

Uma pesquisa como esta não se faz e nem se escreve sem o apoio e a contribuição fundamentais de várias pessoas e instituições. Mesmo correndo o risco do esquecimento e de não conseguir colocar em palavras toda a minha gratidão a todos que me acompanharam e que me auxiliaram intelectual, financeira e emocionalmente, passo a registrar o meu agradecimento.

À UFMG – Escola de Enfermagem e Faculdade de Educação –, que tem me permitido transitar no campo docente e discente, contribuindo, assim, na minha formação profissional e acadêmica.

Ao Adilson e à Marina, que de tão variadas formas souberam oferecer-me o apoio de que necessitava em todos os momentos compartilhados.

À minha mãe – a quem devo não simplesmente a vida, mas o meu vivido –, pelo empenho em “educar os filhos” na arte de aprender com a vida.

Às minhas irmãs e aos meus irmãos, às cunhadas e aos cunhados, aos meus familiares e amigos, pela constante torcida, sempre me fazendo acreditar que o meu estudo era muito importante.

Ao Luciano Mendes de Faria Filho – orientador desta tese – será sempre alguém de tudo o que ele merece, pois, extrapola o âmbito da orientação acadêmica, ao mesmo tempo em que cria uma nova forma de orientar em que a comunidade científica só tem a ganhar. A interlocução atenta e competente, o respeito, a sensibilidade, a disposição e disponibilidade... só deixam espaço para a minha eterna admiração.

À professora Cynthia Greive Veiga, com quem aprendi as primeiras lições de história e de história da educação, pela atenção e pelo interesse.

À professora Estelina Souto do Nascimento, a quem devo as muitas contribuições por ocasião da banca de qualificação, bem como as sugestões que tive durante todo o percurso do doutorado, que favoreceram a abertura de caminhos.

À professora Lucíola Licínio de Castro Paixão Santos, pelas sugestões e contribuições por ocasião da minha banca de qualificação.

Às amigas Valda da Penha Caldeira e Virgínia Mascarenhas Nascimento Teixeira, que me acompanharam durante todo este percurso com abertura dos espaços de interlocução, discussão e revisão, que muito contribuíram para o aprimoramento do estudo.

Aos membros da Câmara Departamental do Departamento de Enfermagem Básica da Escola de Enfermagem da UFMG, aos amigos e colegas desse departamento, pelo incentivo e apoio, especialmente ao secretário Adalberto, pela solicitude e atendimento eficiente aos meus encaminhamentos.

Às professoras Selme Silqueira de Matos e Daclé Vilma de Carvalho, que fazem do cotidiano acadêmico um espaço de sociabilidade.

Aos colegas de doutorado Irlen, Carla, Carminha, Ângela, Meily, que me ajudaram a não me sentir tão sozinha nessa travessia.

À professora Rita de Cássia Marques, pelos diversos momentos de interlocução que apontavam sugestões, ajudando-me a abrir novas perspectivas de trabalho e estudos.

À Professora Ana Lúcia Magela e ao Professor Tarcísio Mauro Vago, pelo carinho, amizade e atenção e, especialmente, por aceitarem compor a Banca Examinadora.

A todos os participantes do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação (GEPHE/FAE/UFMG), pela acolhida sempre gentil e por demonstrarem que no muitas vezes conturbado meio acadêmico é possível construir uma rede de sociabilidade.

Aos membros do Grupo Projeto Estudo da História da Educação e Gênero – subgrupo do GEPHE –, que me introduziram com muita propriedade na teorização de gênero, especialmente à Professora Eliane Marta Teixeira Lopes.

Aos membros do Núcleo de Pesquisas e Estudos do Quotidiano e Saúde – (NUPEQS/PUC Minas) –, por compreenderam minhas ausências e pelo incentivo e apoio.

Aos bolsistas do PIBIC/PRPq/CNPq, Silvia Madeira Lima e Flavio Cesar Rodrigues – alunos de graduação em Enfermagem –, pela contribuição na coleta e organização de material da pesquisa.

À Fernanda Batista Santos – aluna de graduação em Enfermagem –, pela sua disposição e disponibilidade em querer aprender e apreender a história da enfermagem.

Ao Gilson Freire, pelo carinho, pela amizade e, principalmente, porque a sua competência na medicina homeopática tem mantido “meu terreno da saúde em equilíbrio”.

Ao Ernesto de Abreu Valle, pelas traduções de textos para o espanhol e para o inglês e, mais ainda, pela música clássica que suavizou o meu trabalho.

Aos funcionários da Secretaria do Programa de Pós-Graduação da FAE/UFMG, especialmente à Rose e à Adriana, pelo atendimento eficiente.

Ao Núcleo de Informática da Escola de Enfermagem da UFMG, especialmente ao Jailton e ao Luciano.

À Tucha, pela revisão do texto.



*[...] Não há senão um caminho. Procure entrar em si mesmo. Investigue o motivo que o manda escrever. Examine se estende suas raízes pelos recantos mais profundos de sua alma, confesse a si mesmo: morreria, se lhe fosse vedado escrever? Isto acima de tudo: pergunte a si mesmo na hora mais tranqüila de sua noite: “Sou mesmo forçado a escrever?” Escave dentro de si uma resposta profunda. Se for afirmativa, se puder contestar àquela pergunta severa por um forte e simples “sou”, então construa a sua vida de acordo com esta necessidade. Sua vida, até em sua hora mais indiferente e anódina, deverá tornar-se o sinal e o testemunho de tal pressão.*

Rainer Maria Rilke

## RESUMO

Este trabalho tem como tema a história da Escola de Enfermagem Carlos Chagas (EECC) fundada em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 7 de julho de 1933, que deu origem à que veio a ser a atual Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais. O estudo enfocou o período entre a criação da Escola até 1950, quando ocorreram transformações na sua organização e subordinação administrativa. O objetivo foi analisar o processo de institucionalização da EECC e, na dinâmica desse movimento, apreender a cultura escolar que nela se constituiu. Na tentativa de compreender a constituição de uma cultura institucional singular, foi privilegiada a análise da cultura escolar a partir de seus elementos basilares – os sujeitos, os tempos e espaços e os conhecimentos escolares. As contribuições teóricas e metodológicas da cultura escolar e as pesquisas desenvolvidas no campo da história das instituições educativas e da questão de gênero foram primordiais para a pesquisa. Além disso, a condição de primeira Escola de Enfermagem que supostamente seguiria o sistema *nightingale* de ensino em um Estado brasileiro fora da Capital da República contribuiu para que as primeiras diretoras voltassem a atenção para o estabelecimento da história e da memória institucional. Dessa forma, este estudo só foi possível no “vaivém entre a memória e o arquivo”, tendo como principais fontes aquelas que se encontram no Centro de Memória da Escola de Enfermagem da UFMG, cuidadosamente registradas e preservadas nos primeiros anos de funcionamento da EECC. Pode-se afirmar, com este trabalho, que a EECC, em seu processo de institucionalização, constituiu e legitimou uma cultura escolar que lhe conferiu singularidade. Dessa forma, deu-se visibilidade social a uma cultura institucional que foi se constituindo ao mesmo tempo em que se elaboravam representações da Escola, da enfermagem e da sua profissional imbuídas do espírito de brasilidade, de patriotismo e de religiosidade. Isto é, pode-se dizer que na EECC ocorreu a configuração de uma cultura escolar que lhe imprimiu uma identidade institucional em consonância com o debate intelectual reinante no país nas décadas de 1920 e 1930, em que a identidade nacional era colocada como questão de primeira ordem. Percebeu-se, pois, uma identidade institucional que em sua materialidade e em suas práticas escolares – tempos, espaços, currículos, materiais didáticos, processos avaliativos e de controle, corpo docente, dentre outros – deveria assemelhar-se às normas oficiais do sistema educacional brasileiro em geral e do ensino de enfermagem em particular. Finalmente, pode-se dizer que a EECC, em seu processo de institucionalização, buscou posicionar-se como uma escola brasileira católica cristã em solo mineiro, trazendo para o seu campo de luta uma grande aliada, a Igreja Católica, representada por Laís Netto dos Reys e por outros intelectuais militantes católicos. Assim, pode-se dizer também que a Escola, no período estudado, atuou de forma a colocar em prática o seu lema: **a Deus – pela humanidade – para o Brasil.**

## ABSTRACT

The theme of this work is the history of Carlos Chagas Nursing School (Escola de Enfermagem Carlos Chagas, EECC), founded in Belo Horizonte, Minas Gerais, on July 7<sup>th</sup>, 1933, which was the origin of the current Nursing School of Minas Gerais Federal University. The study focused the period from the creation of the school until 1950, when there were changes in its organization and administrative subordination. The goal was to analyze the process of institutionalization of EECC and, in the dynamic of this movement, learn the academic culture that was constituted on it. In an attempt to understand the constitution of a remarkable institutional culture, it was privileged the analysis of the academic culture from its basilar elements – the subjects, the times and spaces and the academic knowledge. The theoretical and methodological contributions of the academic culture and the researches developed in the field of the history of the educative institutions and of the genre question were fundamental for the research. Besides, the condition of first nursing school that would supposedly follow the *nightingale* teaching system in a Brazilian state out of the Republic Capital contributed for the first directors to turn their attention to the establishment of the institutional history and memory. This way, this study was only possible in the “coming and going between the memory and the archive”. Its main sources were the ones that can be found in the Memory Center of UFMG Nursing School, carefully registered and preserved in the first years of EECC operation. It can be stated, with this work, that the EECC, in its institutionalization process, constituted and legitimated an academic culture that gave singularity to it. This way, it was given social visibility to an institutional culture that was being constituted at the same time that representations of the School, the nursing and the professional were being elaborated, full of distinctively love for Brazil, patriotism and religiosity. That is to say that, in EECC, there was a configuration of an academic culture that gave to it institutional identity in consonance with the intellectual debate reigning in Brazil in 1920s and 1930s, in which the national identity was put as a point of first importance. It was realized an institutional identity that in its materiality and in its academic practices – times, spaces, curricula, didactic materials, evaluative and control processes, teaching body, among others – should be similar to the official rules of the Brazilian system in general and to the nursing teaching in particular. Finally, it can be said that the EECC, in its institutionalization process, searched to get a position as a catholic Brazilian school in Minas Gerais, getting a great allied for its struggles, the Catholic Church, represented by Laís Netto dos Reys and by other intellectual catholic militants. Thus, it can also be said that the school, in the studied period, acted in a way to put in practice its motto: **to God – for the humanity – for Brazil.**

## LISTA DE FIGURAS

Fig. 1. Foto da primeira sede do Internato da EECC (Capa)	
Fig. 2. Foto de enfermeiras de saúde pública e seus respectivos uniformes	89
Fig. 3. Logomarca do Jornal <i>Cinco p'ras Dez</i>	167
Fig. 4. Logomarca do Jornal <i>Cinco p'ras Dez</i>	167
Fig. 5. Capa da Revista <i>A Enfermagem em Minas</i>	169
Fig. 6. Solenidade de Imposição de insígnias na EECC, década de 1930	171
Fig.7. Família integralista	171
Fig. 8. Logomarca do Jornal <i>Cinco P'ras Dez</i>	172
Fig. 9. Hasteamento da bandeira na EECC, década de 1930	189
Fig. 10. Braçadeiras de identificação de hierarquia na EECC	237
Fig. 11. Cruz Patèe e Cruz de Malta	238

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

DNSP – Departamento Nacional de Saúde Pública

DSP – Diretoria de Saúde Pública

EEAN – Escola de Enfermagem Anna Nery

EECC – Escola de Enfermagem Carlos Chagas

EEUFMG – Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais

FM – Faculdade Medicina

HSVP – Hospital São Vicente de Paulo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	14
<b>Capítulo 1 A ENFERMAGEM ESCOLARIZADA E A SUA PROFISSIONALIZAÇÃO NO BRASIL</b>	55
1.1 A profissionalização da enfermagem no Brasil	56
1.2 Os debates em torno da escolarização e da profissionalização da enfermagem em Minas Gerais	74
<b>Capítulo 2 UMA “MODERNA” E “MODELAR” ESCOLA DE ENFERMAGEM EM MINAS GERAIS</b>	90
<b>Capítulo 3 AS ALUNAS CARLOS CHAGAS E A IDEALIZAÇÃO DE UMA PROFISSÃO PARA A MULHER</b>	120
3.1 A “natureza feminina” da enfermagem	122
3.2 Enfermagem: “a mais bela das profissões”	129
3.3 A seleção das candidatas à enfermagem	134
3.4 De candidata a aluna Carlos Chagas	140
<b>Capítulo 4 ESPAÇO E TEMPO ESCOLARES NA ESCOLA DE ENFERMAGEM CARLOS CHAGAS</b>	156
4.1 Casa Amarela da Serra: o internato das enfermeiras da Escola Carlos Chagas	157
4.2 A educação pela escrita e pela sociabilidade	165
4.3 Por entre tempos e espaços escolares	175
4.4 O internato abre os salões	182

Capítulo 5 <b>O CONHECER-FAZER-SER ENFERMEIRA NA ESCOLA DE ENFERMAGEM CARLOS CHAGAS</b>	193
5.1 As práticas educativas voltadas para a formação da mulher-enfermeira-mãe-dona-de-casa	198
5.2 As práticas educativas voltadas para a formação da mulher-enfermeira-profissional	224
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	249
<b>REFERÊNCIAS</b>	255
<b>ANEXOS</b>	273
Anexo I – Cópia do Contrato estabelecido entre a Faculdade de Medicina e a Diretoria de Saúde Pública do Estado para a instalação da EECC	
Anexo II – Relação dos professores da EECC no período de 1933 a 1950	
Anexo III – Fichas de inscrição da EECC na década de 1930 e de 1940	
Anexo IV – Atividades das diplomadas da EECC no período de 1936 a 1948	
Anexo V – Poemas do Jornal <i>Cinco p'ras Dez</i>	
Anexo VI – Jornal <i>Cinco p'ras Dez</i> , 19 jul. 1936	
Anexo VII – A Cruz de Malta e os significados a ela atribuídos	
Anexo VIII – Históricos escolares da EECC na década de 1930 e de 1940	
Anexo IX – Relação de livros, materiais e equipamentos de estudo da EECC na década de 1940	

## INTRODUÇÃO

*A honestidade científica parece-me exigir que o historiador, por um esforço de tomada de consciência, defina a orientação do seu pensamento, explicita os seus postulados (na medida em que isso é possível); que se mostre em acção e nos faça assistir à gênese da sua obra: por que motivo e como escolheu e delimitou o seu assunto; aquilo que procurava, aquilo que encontrou; que descreva o seu itinerário interior, porque toda a investigação histórica, se é verdadeiramente fecunda, implica um progresso na própria alma do seu autor: o 'encontro de outrem', de espantos em descobertas, enriquece-o, transformando-o.*

H. I. Marrow

### I.

Este trabalho tem como objeto o estudo da cultura escolar produzida pela Escola de Enfermagem Carlos Chagas (EECC), denominação daquela que veio a ser a atual Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais (EEUFMG), em seu processo de institucionalização. Nesse processo, foi privilegiada a análise da cultura escolar constituída por seus elementos basilares – os sujeitos, os tempos e os espaços, bem como os conhecimentos escolares.

A construção deste objeto, até adquirir esta forma final, passou por uma série de modulações, de idas e vindas, de erros e de acertos, enfim, de um incansável “passar a limpo” o texto. Com isso, muitas vezes, fica a idéia de um percurso feito em linhas retas, ao deixar de lado as pistas e os indícios dos passos titubeantes da pesquisadora. Acredito ter deixado escapar os sinais e as pegadas das interrupções, das mudanças de rumo, dos muitos



recomeços, das marcas da incompletude, como tenho certeza de ter mostrado que este é um trabalho coletivo, acompanhado por um grande número de autores e, principalmente, por pessoas com quem convivemos no cotidiano acadêmico e não acadêmico, e que estiveram sempre contribuindo com o processo da pesquisa.

O interesse pela produção de um conhecimento histórico mais aprofundado sobre a EECC, abrangendo os seus primeiros anos de funcionamento, começou a se formar quando participei do 1º Colóquio Latino-Americano de História da Enfermagem, que aconteceu em 2000, na cidade do Rio de Janeiro, organizado e promovido pelo Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem Brasileira.

Naquele momento, em conversa com a Professora Estelina Souto do Nascimento, comecei a refletir sobre a EEUFMG a partir de questões que me informassem sobre a “essência” da Escola: “Quem” é esta Escola, quais as suas formas e os seus significados apresentados no decorrer de sua história, ou seja, quais foram suas maneiras de fazer-se em seu devir histórico. Na minha vivência como aluna e, depois, como professora, ouvia constantemente, em conversas formais e informais, depoimentos tais como: “A escola não mudou”, ou “Mudou, mas, continua impregnada com vestígios de seu passado”; ou, ainda, “O currículo, o ensino, os seus atores sociais, às vezes mudam, mas a escola, não”. Nesses momentos de reflexão, a idéia de que a EEUFMG transita na ambivalência de dois passados – um que ela quer produzir e outro que foi produzido para ela – tornou-se recorrente no meu pensamento. Afinal, que escola é essa e o que é que muda ou que não muda, ou o que mudou ou não mudou? A partir daí, passei a perseguir a idéia de “compreender” a Escola fazendo leituras que direcionavam para pesquisas qualitativas fundamentadas na hermenêutica, as quais me foram sugeridas pela Professora Estelina. Nessa mesma época, ao assumir o ensino de uma disciplina curricular do curso de graduação que trata de temas relativos à história da enfermagem, dentre outros, comecei a visualizar com mais clareza a possibilidade de produzir

um conhecimento histórico sobre a EEUFMG. Uma instituição que, ao se constituir foi afirmando uma forma de ser-fazer-enfermagem que contribuiu, inegavelmente, para a constituição e para a configuração da história da enfermagem brasileira que começou a ser delineada nas últimas décadas.

Aliás, o meu direcionamento para estudos e pesquisas sobre a história da enfermagem e, especificamente, para aqueles que tratam da história da EEUFMG teve início no Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre o Quotidiano em Saúde (NUPEQS), o qual tem o “quotidiano e história” como uma de suas linhas de pesquisa.

O primeiro trabalho nessa temática, do qual participei com outras pesquisadoras, iniciou-se em 1994 e teve como objetivo a constituição de um Acervo Oral sobre a Escola de Enfermagem Carlos Chagas (AOEC). Utilizando a metodologia da História Oral segundo orientação do Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), o Acervo está constituído por 34 depoimentos orais de pessoas – alunas, professoras, funcionárias e diretoras – que viveram o cotidiano da Escola e, que, com a sua história de vida, contribuíram para dar vida à história da EECC.

Em 1998, para comemorar os 65 anos de existência da EEUFMG, foi-nos sugerido um estudo sobre a trajetória institucional, que culminou com um trabalho de natureza histórico-documental publicado como livro: *Criação, cotidiano e trajetória de Escola de Enfermagem da UFMG: um mergulho no passado* (NASCIMENTO; SANTOS; CALDEIRA, 1999).

Para a realização desse trabalho, passamos a conhecer e a reconhecer os arquivos documentais da Escola, até então desorganizados, espalhados e amontoados em muitas de suas dependências. Foi com imensa surpresa que deparamos com inúmeros documentos oficiais – relatórios de diretoras, recortes de jornais, correspondências, fotos –, principalmente aqueles que tratam dos primeiros anos de funcionamento da Escola.

A pesquisa consistiu em “um esforço para retratar o período do estudo, de forma a permitir maior compreensão da vida da instituição”, cuja pretensão foi “narrar a história da instituição por meio do relato de acontecimentos; mais por isso do que pelo esforço de interpretação, análise e síntese” (NASCIMENTO; SANTOS; CALDEIRA, 1999, p. 22). Assim, além de serem preenchidas várias lacunas sobre a trajetória da EEUFMG, foram abertas novas possibilidades para novos estudos e para novas pesquisas.

Ainda na mesma linha de pesquisa e trabalhos, desenvolvi um projeto cujo objetivo consistia na organização e consolidação do Centro de Memória da EEUFMG (SANTOS; MARQUES, 2002). Esse trabalho fazia parte da organização do acervo documental da Escola e teve origem nos trabalhos anteriores, os quais apontaram para a importância, a necessidade e a urgência de se organizarem acervos arquivísticos no sentido de motivar, facilitar e permitir os estudos e pesquisas sobre a história institucional.

Nessa trajetória de busca de conhecimento e de reflexão sobre a EEUFMG, descobri que a história, a história da educação e, particularmente, a história da enfermagem poderiam contribuir como pano de fundo dessas inflexões, no sentido de direcionar meus estudos para a produção de um conhecimento sobre a Escola que se tornasse relevante para a sua história. Ao falar sobre a importância dos estudos históricos para o educador, qualquer que seja sua área de atuação, Clarice Nunes (1996, p. 19) diz que a história tem como objetivo “contribuir para que ele [o educador] se mova no mundo de hoje com uma larga consciência de sua significação como sujeito histórico e cidadão e uma lúcida visão dos seus impedimentos e, sobretudo, de suas possibilidades de interferência na realidade”.

Minha inserção no Programa de Doutorado da FAE/UFMG e a possibilidade de participar das atividades do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação (GEPHE) veio ao encontro a muitas das minhas questões e inquietações sobre como produzir uma “história da EEUFMG”. Aliás, um dos meus primeiros aprendizados foi o de que a construção

do objeto de estudo dizia respeito à EECC e não à EEUFMG. Que a institucionalização daquela favoreceu a produção desta, não há dúvida, mas a forma como esta lida com o passado que foi produzido para ela ainda está aí para outras investigações.

## II.

O interesse por um estudo sobre a história da enfermagem brasileira que abordasse aspectos não só relacionados à sua profissionalização, mas que incorporasse outros elementos que permitissem contribuir para a melhor compreensão da “implantação da enfermagem moderna” no Brasil, esteve na origem dessa pesquisa sobre a cultura escolar produzida pela EECC. Uma Escola que buscou constituir a sua identidade angariando para si, desde o início de seu funcionamento, o lugar de primeira escola de enfermagem para a formação de enfermeiras fora da capital do País, entre outros constituintes que lhe configuraram uma cultura escolar que foi se descortinando no decorrer da investigação.

Historicamente, a enfermagem como profissão foi instituída na Inglaterra, em 1860, com a criação da Escola de Enfermagem São Thomas por Florence Nightingale. Esse acontecimento é retratado na historiografia mundial como o marco de ruptura entre a enfermagem escolarizada e a enfermagem não escolarizada. Ao passar a exigir um aparato educativo singular para a formação da enfermeira, a profissão surge marcada com ênfase nessa formação, além da questão de gênero e da divisão técnica e social do trabalho, apresentando duas categorias distintas: as *nurses* e as *ladies nurses*. As primeiras, provenientes de classes sociais mais baixas, eram preparadas para exercer as atividades mais elementares da enfermagem, relacionadas ao cuidado direto do paciente, o serviço mais “grosso” da enfermagem. Às *ladies nurses*, oriundas de classe social mais abastada, era destinado o trabalho “nobre” da enfermagem: as atividades de supervisão, administração e

ensino. Ou seja, aquelas ligadas indiretamente ao cuidado do paciente. Destaca-se, também, que a enfermagem nasce e se mantém predominantemente uma profissão para mulheres. Não para qualquer mulher. Além da classe social e da origem étnica (só eram aceitas na enfermagem as mulheres brancas), Florence Nightingale cunhou uma mulher particular para ser enfermeira<sup>1</sup>. De acordo com Cristina Maria Loyola Miranda (1996), se, no século XIX foram cunhadas palavras como indústria, operário, greve, capitalismo, fábrica, a palavra *nurse* adquiriu novo significado, “que obrigou as pessoas a repensarem hábitos culturais solidificados e a reorganizarem um contexto de crenças sobre o que vinha a ser *enfermeira* como profissional e como mulher” (MIRANDA, 1996, p. 198).

Nessa mesma linha de pensamento, Denise Pires (1989) informa que o surgimento da enfermagem como profissão no mundo foi vinculada ao sistema *nightingale* que se apresentava estruturado de acordo com os seguintes princípios: formação em escola própria, dirigida por enfermeiras e anexa a um hospital no qual as alunas aprendem as práticas da enfermagem bem como tomam conta da assistência prestada pelo hospital; seleção rigorosa das alunas que devem ser do sexo feminino e dotadas de valores morais, físicos, intelectuais e de aptidão profissional (PIRES, 1989).

No Brasil, a primeira iniciativa de profissionalização da enfermagem ocorreu em 1890, com a criação, no Rio de Janeiro, da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras do Hospício Nacional de Alienados, atual Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, da Universidade do Rio de Janeiro (UNI-RIO)<sup>2</sup>. Essa Escola, criada anexa ao hospital, denominado Hospício Pedro II, dirigido pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, surgiu para atender à crise de pessoal daquele momento, e com objetivos direcionados, principalmente, para a psiquiatria, “com o corpo docente formado apenas por médicos e

---

<sup>1</sup> A historiografia da enfermagem brasileira apresenta alguns trabalhos que tratam das idéias de Florence Nightingale sobre a mulher-enfermeira. Entre eles, conferir MIRANDA, 1988; 1996; CARRARO, 1997; e BACKES, 2000.

<sup>2</sup> Mais referências sobre esta Escola e as origens da enfermagem brasileira conferir MOREIRA; OGUSSO, 2000; MOTT, TSUNECHIRO, 2002.

psiquiatras daquela instituição” (GERMANO, 1985, p. 27). De outro lado, a partir de 1914, a Cruz Vermelha Brasileira mantinha um curso de pequena duração para voluntárias, dirigido e administrado por médicos, com a finalidade de “preparar senhoras e moças da sociedade que desejavam servir o País tanto em tempo de guerra como em tempo de paz” (CARVALHO, 1976, p. 5-6). De acordo com Baptista e Barreira (1997), para atender à emergência da Primeira Grande Guerra, foram criadas Escolas de Enfermagem da Cruz Vermelha, em São Paulo, em 1914, e no Rio de Janeiro, em 1916.

No final do século XIX e início do século XX, as iniciativas de institucionalização da profissão de enfermagem no País adotavam bases “didático-pedagógicas” diferenciadas, de acordo com as emergentes políticas de saúde governamentais demandadas, principalmente, pelos médicos brasileiros. Estes elaboraram projetos e criaram cursos em virtude da necessidade que sentiam de pessoal treinado para que, a eles subordinados, os substituíssem em determinadas tarefas e os auxiliassem no atendimento clínico e cirúrgico em domicílio, nos hospitais civis e militares, nos asilos e hospícios, bem como nas campanhas de saneamento organizadas pelo governo (MOTT; TSUNECHIRO, 2002).

Nessa época, o sistema *nightingale* de ensino, incorporando e assumindo a nova “forma escolar”<sup>3</sup> produzida para formação de enfermeiras em substituição aos modos “antigos” de aprendizagem, começou a se expandir para os países da América Latina e passou a ser alcunhado, no Brasil, de enfermagem “moderna”. De acordo com Heloisa Villela (2000, p. 97), os três séculos de época moderna são marcados, no Ocidente, por um longo processo de produção dessa nova “forma escolar”. Ademais, “nesse período, ocorre a transição de uma

---

<sup>3</sup> A noção de “forma escolar” foi utilizada como no campo da história da educação. Mesmo entendendo os seus limites ao usá-la no campo da história da enfermagem, considero essa noção propriamente adequada para diferenciar a enfermagem escolarizada da enfermagem não escolarizada. Para Vincent, Lahire e Thin (2001, p. 37-38), “a emergência da forma escolar, forma que se caracteriza por um conjunto coerente de traços – entre eles, deve-se citar, em primeiro lugar, a constituição de um universo separado para a infância; a importância das regras na aprendizagem; a organização racional do tempo; a multiplicação e a repetição de exercícios, cuja única função consiste em aprender e aprender conforme as regras, ou dito de outro modo, tendo por fim seu próprio fim –, é a de um modo de socialização, o modo escolar de socialização. Este não tem cessado de se estender e se generalizar para se tornar o modo de socialização dominante de nossas formações sociais”.

sociedade em que a educação se faz por *impregnação cultural* para uma sociedade munida de um sistema complexo de ensino estatal” (grifo da autora).

No Brasil, ocorreu, em 1895, a criação de um curso de enfermagem no Hospital Samaritano, em São Paulo, sob a inspiração do sistema *nightingale*, “com enfermeiras inglesas que praticavam também a enfermagem domiciliária”. Essa iniciativa “não teve grandes repercussões, pois, tratava-se de um grupo restrito e dirigido quase exclusivamente às pessoas de religião presbiteriana” (MOREIRA; OGUISSO, 2000, p. 6).

Na década de 1920, iniciou-se uma nova etapa no processo de institucionalização da enfermagem como profissão no Brasil, balizada pela criação de uma escola de enfermagem que leva a termo a formação de enfermeiras sob a tutela do governo e com base no sistema *nightingale* de ensino.

Nesse sentido, uma nova forma de profissionalização da enfermagem no Brasil tem início na capital federal, então Rio de Janeiro, com a reforma sanitária que resulta na reorganização do serviço de saúde pública que se centraliza no recém-criado Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP). Nessa reorganização, forças sociais e políticas defendiam a necessidade de pessoal técnico e especializado para continuar a desempenhar perante as famílias o trabalho de educação sanitária iniciado pelos médicos nos ambulatórios recém-criados. O médico cientista e sanitarista Carlos Chagas, diretor do DNSP, em visita aos Estados Unidos, solicitou a cooperação da Fundação Rockefeller para solucionar a questão da formação de pessoal para a atenção à saúde da população. Após entendimentos entre os dois países, chegou ao Rio de Janeiro, em 1921, a enfermeira Ethel Parsons, que elaborou um projeto de institucionalização da enfermagem como profissão no País. Nesse projeto, foi contemplado um serviço de enfermeiras de saúde pública, um hospital geral de assistência e uma escola de enfermagem vinculada a esse hospital. Para a implementação desse projeto, Parsons conseguiu, com o governo brasileiro, a vinda de uma missão de enfermeiras norte-

americanas que foi, por ela coordenada e, financiada por aquela Fundação. A escola, criada em 1923, a atualmente denominada Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN), foi considerada, em 1931<sup>4</sup>, a escola-padrão, para efeito de reconhecimento das demais escolas que fossem criadas. Essa situação foi mantida até 1949, quando foi promulgada a primeira lei do ensino de enfermagem no País<sup>5</sup>.

O projeto de institucionalização e legitimação da enfermagem como profissão, organizada sob controle estatal, regida por princípios próprios e que buscou produzir um saber próprio no campo da saúde, apresenta elementos semelhantes ao projeto educacional forjado pelos médicos brasileiros ao longo do século XIX, conforme descrito por Gondra (2000). De acordo com esse autor, um campo de combate foi montado para disputar com o “charlatanismo”, no âmbito da saúde, a arte de curar e garantir a legitimação social do saber médico. Para tanto, sob os auspícios do governo, utilizaram-se duas poderosas armas. A primeira foi a fundação de uma Sociedade Médica “que reunisse e integrasse os homens que exerciam legal e oficialmente a ciência médica” e que se propunha a tratar dos interesses médico-sociais e do ensino da medicina. A segunda arma contra os “charlatões” foi a reformulação da própria formação dos médicos, os quais passaram a ser submetidos a um processo de escolarização “para terem assegurando o direito ao exercício profissional” (GONDRA, 2000, p. 522). Esse processo de escolarização dos futuros médicos passa, então, a integrar um complexo projeto desenvolvido pela corporação médica com o objetivo de “obter e manter o controle exclusivo sobre os processos de formação, seleção, organização e fiscalização de medicina, funcionando como eficaz estratégia para garantir o monopólio sobre a ‘arte de curar’” (GONDRA, 2000, p. 522).

---

<sup>4</sup> Decreto nº 20.109, de 15 de junho de 1931, que regula o exercício da enfermagem no Brasil e fixa as condições para a equiparação das escolas de enfermagem.

<sup>5</sup> Lei nº 775, de 8 de agosto de 1949, que dispõe sobre o ensino de enfermagem no Brasil e dá outras providências.



Verifica-se, assim, que alguns elementos significativos que mudaram a configuração na organização sociocultural e política do País, nas primeiras décadas do século XX, contribuíram para uma reforma sanitária que ensejou a institucionalização da enfermagem como profissão no Brasil. Entre eles, a institucionalização da medicina, a industrialização, a urbanização e o saneamento das grandes metrópoles, as mudanças na sociedade agrária e o projeto educacional com os seus pressupostos escolanovistas.

Tratando-se da profissionalização da enfermagem, a historiografia da enfermagem brasileira tem apresentado, a partir dos anos de 1980<sup>6</sup>, trabalhos de natureza temática e abordagem teórico-metodológica diversas. Entre a escassa produção na área, em décadas anteriores, alguns estudos exerceram e continuam exercendo forte influência nos rumos interpretativos da história da profissão. Merecem destaque dois trabalhos pioneiros elaborados por enfermeiras brasileiras: a) o livro de Waleska Paixão, *Páginas de História da Enfermagem*, de 1951, e o trabalho de Glete de Alcântara, *Enfermagem moderna como categoria profissional: obstáculos à sua expansão na sociedade brasileira*, de 1966.

O primeiro trabalho, elaborado por uma das pioneiras da história da enfermagem brasileira, foi e ainda é uma obra de referência para o ensino e para os estudos históricos da profissão. Nesse livro, a autora tenta buscar, na história da civilização, os indícios das origens da enfermagem por meio de fontes secundárias oriundas de países latinos e norte-americanos e da Inglaterra. Trata-se de uma narrativa anacrônica e linear da história e da história da enfermagem que, inegavelmente, favoreceu a produção de representações da enfermagem

---

<sup>6</sup> A história da enfermagem brasileira está sendo re(construída) desde meados do século passado e mais enfaticamente a partir dos anos de 1980. O reconhecimento, pelos pesquisadores – enfermeiros, bem como os de outras áreas de formação –, de que a história dessa profissão é um campo do conhecimento da enfermagem com inúmeras possibilidades de investigação tem contribuído para o surgimento de novos temas, novos problemas e novas abordagens nesse domínio do conhecimento. Esse reconhecimento e o interesse surgidos pela história da enfermagem retratam o movimento de renovação ocorrido no campo da pesquisa histórica em geral desde os *Annales*.

como “um espírito de serviço (ou ideal)”<sup>7</sup>, de acordo com a moral cristã católica.

O trabalho de Glete de Alcântara, pioneiro estudo de tese para Professor Titular, na área da enfermagem no Brasil, propõe-se “analisar as condições em que emergiu a enfermagem moderna na sociedade brasileira” e os fatores que interferiram, “negativamente, no ritmo de seu desenvolvimento; “averiguar se a posição atribuída à enfermeira diplomada, na hierarquia de prestígio ocupacional” na cidade de Ribeirão Preto, evidencia mudanças no sentido de “reduzir os obstáculos à maior expansão dessa categoria profissional” (ALCÂNTARA, 1966, p. 3). Apesar das limitações impostas a esse estudo, a autora, ao analisar alguns elementos da sociedade brasileira no início da década de 1920, quando se deu a institucionalização da enfermagem como profissão no País, informa que as condições socioeconômicas e culturais constituíam “obstáculos” à expansão da enfermagem “moderna”, dadas as concepções negativas a respeito da profissão; dado o número reduzido de jovens com educação secundária ou curso normal e o incipiente mercado de trabalho para a profissão (ALCÂNTARA, 1966).

Na esteira desse trabalho, Baptista e Barreira (1997) analisam os “obstáculos à difusão do padrão Ana Néri” (p. 32) (leia-se, enfermagem “moderna”, “modelo anglo-americano”, denominações utilizadas pelas autoras), principalmente enquanto modelo de profissionalização civil e laica, e afirmam que as reações de defesa ante ao projeto de institucionalização da enfermagem como profissão no Brasil ocorreram a partir de interesses corporativos antes mesmo de sua implementação. De acordo com as autoras, esses interesses eram representados por corporações militares e religiosas que iniciaram a institucionalização da prática da enfermagem nos hospitais brasileiros – as Santas Casas de Misericórdia, os

---

<sup>7</sup> O trabalho da enfermagem, em seus primórdios, compreendia, segundo Paixão, três elementos principais: o espírito de serviço (ou ideal), a habilidade (arte) e a ciência. O espírito de serviço teria sido o primeiro em ordem cronológica e de importância. Pois, quando “não havia ciência” (sic), era ele que realizava, “já embrionariamente, aquilo que ainda hoje constitui alguns dos objetivos da enfermagem: dar conforto físico e moral ao doente, afastar dele os perigos, ajudá-lo a alcançar a cura. A arte foi-se formando em seguida, de mistura com superstições e conhecimentos empíricos. Só mais tarde veio a verdadeira ciência” (PAIXÃO, 1979, p. 19).

hospitais militares e os do exército – a partir de meados do século XIX. Portanto, para essas corporações, “a criação da Escola Anna Nery, fora da esfera de influência do clero, provavelmente apresentou-se como uma ameaça ao poder e prestígio das ordens religiosas” (BAPTISTA; BARREIRA, 1997, p. 36).

Na verdade, não diferente de outros países do mundo, no Brasil, durante o século XIX, o cuidado aos doentes era prestado, principalmente, por religiosos. Assim, até nas primeiras décadas do século passado, as representações da prática da enfermagem nos hospitais foram, segundo Alcântara (1966), construídas de acordo com dois aspectos: se era exercida por religiosos, caracterizava-se por um trabalho missionário, sacrificado e sublime; se era praticada por pessoas laicas, era considerada um trabalho manual subalterno, semelhante ao de empregados domésticos. Na historiografia da enfermagem brasileira, não se observa nessa prática a vinculação dos dois aspectos, como se as ações seculares não pudessem exprimir sentimentos de religiosidade. Essa pseudodicotomia e as contradições existentes nas concepções sobre a prática da enfermagem oriundas desde os seus primórdios e, particularmente, aquelas construídas e reconstruídas no processo de institucionalização da profissão no Brasil encontram-se aí, para serem afloradas e desnaturalizadas na dinâmica da produção do conhecimento histórico da enfermagem<sup>8</sup>.

Destarte, os paradoxos relativos ao processo de institucionalização da enfermagem denominada “moderna” ou “anglo-americana”, como foi alcunhada por algumas historiadoras da enfermagem brasileira, como Baptista e Barreira (1997), foram mostrados em diversas pesquisas<sup>9</sup> e continuam sendo estudados na historiografia da enfermagem brasileira, tanto por pesquisadores da área como por outros do campo das ciências humanas e sociais. Contudo, a maioria desses estudos faz uma leitura da história da enfermagem fundamentada

---

<sup>8</sup> Sobre a questão de rupturas e continuidades quanto à religiosidade na enfermagem, conferir PADILHA, 1998; LUNARDI, 1998.

<sup>9</sup> Sobre o tema cf. ALMEIDA; ROCHA., 1986; SILVA, 1986; BARREIRA; BAPTISTA, 2000; MOREIRA, 1998.

em pressupostos que se mantêm naturalizados na história da profissão, como a própria designação de enfermagem “moderna”. É moderna em relação a quê? Que outros elementos estão articulados nessa passagem do “tradicional” para o “moderno” e que são obscurecidos pela noção de enfermagem “moderna”? O que estou querendo deixar em evidência é que não tenho a pretensão de buscar respostas para essas questões, mas que, neste estudo, estou considerando a coexistência de tradição<sup>10</sup> e modernidade<sup>11</sup>.

Entendo que a construção dos pressupostos da enfermagem “moderna” é resultado não só de um projeto pedagógico específico para a enfermagem, mas que está presente e vinculado a um amplo projeto educacional brasileiro e que, ao mesmo tempo, foi criando e particularizando um modelo ou uma cultura próprio(a) para a formação da enfermeira. Portanto, a concepção de enfermagem “moderna”, o processo de sua institucionalização como profissão no Brasil e as formas de organização das escolas de enfermagem estão estreitamente articulados entre si e visavam a um objetivo precípua: a formação da mulher-enfermeira<sup>12</sup> de acordo com os padrões socioculturais, econômicos, políticos e educacionais estabelecidos e aceitos pela sociedade brasileira em seus diversos momentos históricos.

Diante do exposto, a partir da historiografia da enfermagem brasileira e do meu próprio conhecimento sobre a EECC, passei a sentir-me incomodada com algumas assertivas a respeito de alguns aspectos históricos sobre a Escola que, até então, eu mesma compartilhava sem muitos questionamentos, tais como: A EECC foi a primeira Escola a formar enfermeiras religiosas; a Escola foi organizada por Laís Netto dos Reys, uma diplomada pioneira da Escola Anna Nery e uma “católica convicta”; a EECC aceitou em seus

---

<sup>10</sup> Entendo por tradição como “o ato de transmitir ou entregar”; “transmissão oral de lendas, fatos, valores espirituais, etc., através de gerações” (CUNHA, 1986, p. 780).

<sup>11</sup> Por modernidade foram adotadas as idéias de Martins (2000, p. 34), entre elas a de que “a modernidade (e não o moderno) é um fenômeno historicamente recente, marcado sobretudo pela diluição das identidades, como as identidades nacionais, pela composição heterogênea do cultural e do social”.

<sup>12</sup> O uso da expressão “mulher-enfermeira” neste estudo teve o propósito de destacar a questão de gênero na enfermagem e, ao mesmo tempo, destacar a profissional da enfermagem das demais mulheres, uma vez que os conhecimentos que se diziam da enfermagem, à época, eram considerados úteis para todas as mulheres, futuras profissionais ou não.

quadros alunas negras desde a primeira turma; a EECC; apesar de ser uma Escola estadual, laica, ao utilizar como campo de ensino um hospital da ordem de São Vicente de Paulo, tem sido considerada, por isso, escola católica; a EECC adquiriu o reconhecimento nacional com a sua equiparação ao padrão Anna Nery nove anos após sua criação, em um processo que perdurou por cinco anos, com várias lacunas que devem ser esclarecidas.

A repetição desses elementos nos dias atuais, quer em trabalhos acadêmicos, quer em discursos diversos que tratam das origens das escolas de enfermagem brasileiras, também contribuiu no meu propósito de problematizar a institucionalização da enfermagem como profissão no Estado de Minas Gerais tendo como *locus* de estudo a Escola de Enfermagem Carlos Chagas e a formular o principal propósito que direcionou este estudo: a análise do processo de institucionalização da Escola de Enfermagem Carlos Chagas com vista a apreender a cultura escolar que se configurou na Escola e nela se constituiu.

Para alcançar esse propósito e elucidar outras questões surgidas no percurso da pesquisa, retomei as leituras sobre a institucionalização da enfermagem como profissão nos contextos brasileiro e mundial, bem como recorri a estudos que tratavam da produção do conhecimento histórico, articulada à história da educação brasileira. Enquanto procedia a essa imersão na literatura, percorria os arquivos históricos de Belo Horizonte na busca de pistas e indícios sobre a EECC, bem como iniciava a formulação de alguns pressupostos teórico-metodológicos da investigação.

### III.

A historiografia da enfermagem brasileira mostra que a Escola de Enfermagem Carlos Chagas é a terceira escola de enfermagem criada no País que se mantém em funcionamento até os dias atuais. Essa Escola é considerada, também, a segunda a seguir as

bases de formação de enfermeiras conforme o sistema *nightingale* e a primeira a buscar a sua equiparação ao “Padrão Ana Néri”. Parte-se do pressuposto de que a EECC, em seu processo de institucionalização, ao buscar adequar-se às exigências desses modelos culturais, foi a um só tempo constituindo e afirmando uma identidade institucional. Fato por si só comum, uma vez que qualquer instituição, em seu processo de constituição, constrói e/ou busca construir a sua identidade. Contudo, meu objetivo, com este estudo, foi demonstrar, no processo de investigação, as singularidades da EECC nessa constituição identitária. Isso significa que a Escola construiu espaços e tempos particulares que lhe conferiram uma maneira própria de ser, uma maneira própria de se mostrar e de legitimar-se no campo da educação e da saúde em geral e no campo da enfermagem brasileira, em particular. Além de construir sua própria imagem para abrir canais de negociação com os poderes constituídos, ela lançou mão de um conjunto de medidas, de normas e de valores já legitimados pela própria sociedade. Dito de outra forma, o ponto de partida desta investigação teve como pressuposto que, no decorrer do processo de institucionalização da EECC, foram construídas formas de pensamento, de símbolos, de imagens, de representações, enfim, uma cultura escolar foi se constituindo para orientar as condutas e os comportamentos, as formas de organização e de funcionamento da instituição. Nesse sentido, a cultura escolar emerge como a categoria central que passa a direcionar os caminhos teórico-metodológicos deste estudo. E como se deu essa construção no movimento do meu pensamento?

Ao tratar da noção de institucionalização<sup>13</sup> e de cultura escolar, partiu-se da idéia de que para se estudar a constituição de determinada cultura, no caso de uma cultura escolar produzida por uma instituição, seria necessário estudar a produção dessa cultura como construção produzida por mulheres e homens encarnados. Isto é, estudar a cultura escolar objetivada em espaços e em tempos, em materialidade, em suas diversas formas de expressão.

---

<sup>13</sup> As noções de institucionalização apresentadas neste estudo têm origem nas idéias do Professor Luciano Mendes de Faria Filho, em um dos momentos de orientação desta tese.

Nesse sentido, institucionalizar implica gerar discursos que produzam o lugar como institucional. Discursos que mostram o que é da instituição e o que não é da instituição. Quer dizer, institucionalizar significa produzir fronteiras, muros e, em alguns casos, barreiras. Enfim, produzir discursos que podem ser orais ou imagéticos – que produzem uma identidade usando determinadas representações: uma lâmpada, uma cruz vermelha, um uniforme, um teste vocacional, uma bandeira, dentre outras. Daí surgiu, também, a necessidade de apropriar-se da noção de representação. Uma possibilidade que se tornou viável e adequada para essa apropriação foram as proposições formuladas por Chartier (2002), quando ele fala das vantagens de se trabalhar com a noção de representação como um instrumento que permite o conhecimento de determinada realidade social não apenas do ponto de vista metodológico, mas, também, do ponto de vista teórico. Para Chartier (2002), na operacionalização da pesquisa, a noção de representação coletiva, enquanto matriz de práticas que constrói o próprio mundo social, permite, melhor que o conceito de mentalidade, a articulação de três modalidades da relação com o mundo social. Primeiro, “o trabalho de classificação e de recorte que produz as configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade” (p. 73), ou seja, que permite a produção de um lugar institucional. Segundo, “as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição”, o que permite a demarcação de uma identidade. E, por último, “as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais ‘representantes’ (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpetuado a existência do grupo, da comunidade ou da classe”, permitindo, assim, perceber os processos, não apenas a institucionalização desse lugar, dessa identidade, mas também dar a ver a identidade, a dar visibilidade à instituição (CHARTIER, 2002, p. 73). Todas essas modalidades se aplicam ao estudo de uma instituição, como é o caso deste

estudo: uma história de construção de identidade social que se transforma em uma história das relações sociais simbólicas de força; uma história que define a construção do mundo social por dupla via:

Uma que pensa a construção das identidades sociais como resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas por aqueles que têm poder de classificar e de nomear e a definição, submetida ou resistente, que cada comunidade produz de si mesma; a outra que considera o recorte social objetivado como a tradução do crédito concedido à representação que cada grupo faz de si mesmo, portanto, à sua capacidade de fazer com que se reconheça a sua existência a partir de uma exibição de unidade (CHARTIER, 2002, p. 73).

As representações, na concepção de Chartier (1990, p. 17), são práticas culturais, ou seja, são estratégias de pensar e construir a realidade. As percepções do social, segundo o autor, “não são de forma alguma discursos neutros”. Elas produzem “estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros [discursos] por ela menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os indivíduos, as suas escolhas e condutas”.

Nessa linha de pensamento, posso antecipar, como exemplo, o que será apresentado no primeiro capítulo deste estudo. A missão de enfermeiras norte-americanas elaborou um projeto de institucionalização da formação de enfermeiras para o Brasil que impunha novas normas e novas regras para o exercício da enfermagem no País. O projeto enfrentou “obstáculos” para a sua implementação, bem como surgiram formas diferenciadas de apropriações e interpretações por profissionais da saúde e demais pessoas interessadas nesse projeto. A EECC é um produto de apropriação singular, a partir do momento em que ela passa a elaborar novas representações da enfermagem que são produzidas no próprio processo de produção tanto da Escola como das próprias representações sobre elas.

Sem dúvida, é importante ressaltar que, se o propósito é buscar na trama histórica as imbricações entre “a objetividade das estruturas” e “a subjetividade das representações”, parte-se do pressuposto da existência de tensões e conflitos, pois, as representações são



entendidas, aqui, não como reflexo ou espelho da realidade, mas como processo constituinte do real mediante a elaboração dos significados que conferem sentido à realidade. Assim, ao serem apreendidas como processo num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação, as representações comportam dimensões conflituosas. Para Chartier (2002, p. 73), ao trabalhar no campo das lutas de representação,

cujo objetivo é a ordenação da própria estrutura social, a história cultural<sup>14</sup> afasta-se sem dúvida de uma dependência demasiado estrita em relação a uma história social fadada apenas ao estudo das lutas econômicas, mas também faz retorno útil sobre o social, já que dedica atenção às estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio um ‘ser-percebido’ constitutivo de sua identidade.

Com essas proposições e vislumbrando a possibilidade de apreensão da realidade social sob óticas diferenciadas, uma vez que não se pode dissimular as diferentes posições ocupadas pelos atores sociais e, muito menos, ignorar as dimensões discordantes que compõem o real, é que as representações são utilizadas como fio condutor para se penetrar na tessitura da trama tecida pelos diferentes sujeitos escolares – professores, instrutoras, diretoras, alunas e funcionários – que constituíram a cultura escolar da EECC.

É importante ressaltar que, além desses fundamentos sobre a noção de representação que sustentam este estudo, a noção de escolarização, de forma escolar e, particularmente, de cultura escolar que compõe a matriz teórico-metodológica dos estudos e das pesquisas de Luciano Mendes de Faria Filho é que me levou a centralizar esta pesquisa na análise da cultura escolar produzida pela EECC. Não somente analisar, mas, também, na medida do possível, compreender as razões das escolhas na configuração de uma cultura escolar singular.

---

<sup>14</sup> Adotando as idéias de Vinão Frago (1995), entendo por história cultural a compreensão da história da cultura material e a do mundo das emoções, dos sentimentos e do imaginário, assim como as representações e as imagens mentais; a cultura da elite ou dos grandes pensadores – história intelectual em seu sentido estrito – e a cultura popular, da mente humana como produto sócio-histórico – no sentido vigostkyano – , e os sistemas de significados compartilhados – no sentido geertziano – ou outros objetos culturais, produto dessa mesma mente, e entre eles a linguagem e as formações discursivas criadoras de sujeitos e realidades sociais.

A noção de escolarização proposta por Faria Filho (2004) engloba um duplo sentido. No primeiro, a escolarização é entendida como o estabelecimento de processos e políticas relacionadas à organização de uma rede ou de redes de instituições responsáveis pelo ensino elementar ou por níveis posteriores e mais aprofundados. No outro sentido, intimamente relacionado ao primeiro, entende-se por escolarização “a produção de representações sociais que têm na escola o *locus* fundamental de articulação e divulgação de seus sentidos e significados” (p.3). Nessa segunda perspectiva Faria Filho nos remete à idéia de *forma escolar* proposta por Vincent, Lahire e Thin (2001), que seria uma forma especificamente escolar de socialização da infância e da juventude. De acordo com esses autores, o estudo das práticas socializadoras na escola e fora dela na perspectiva da sócio-histórica permite-lhes defender a idéia da predominância da forma escolar nos processos de socialização e formular a hipótese de que as transformações da instituição escolar e das relações dos diferentes grupos sociais participam com ela dessa predominância.

Nesse sentido, a configuração e a difusão da instituição escolar no mundo moderno realizam-se, também, pela crescente ampliação da influência desta para muito além dos muros escolares (FARIA FILHO, 2004). Ou seja, a forma escolar atravessa as múltiplas práticas e instituições sociais e, assim, “progressivamente, o modo escolar de socialização, quer dizer, a socialização pensada e praticada como *educação, pedagogia, etc.*, se impôs como referência (não consciente) como modo de socialização reconhecido por todos, legítimo e dominante” (VINCENT; LAHIRE; THIN, 2001, p. 42).

Um terceiro sentido para a noção de escolarização é proposta por Faria Filho (2004, p. 3) e diz respeito ao “ato ou efeito de tornar escolar”. Isto é, “o processo de submetimento de pessoas, conhecimentos, sensibilidades e valores aos imperativos escolares”. E, apesar de considerar o momento lógico e não cronológico de transmissão cultural assumido pela escola, o autor se refere mais enfaticamente ao momento organizativo assumido pela

instituição escolar face à cultura. Esta forma de se considerar escolarização juntamente com os dois sentidos anteriormente mencionados, é que “permite articular a escolarização com a configuração de um tipo específico de formação/organização cultural que estamos denominando de *cultura escolar*” (FARIA FILHO, 2004, p. 2). Ademais,

tal perspectiva leva-nos a indagar acerca dos imperativos produzidos e posto em funcionamento no interior das instituições escolares que, a um só tempo, permitem que a escola funcione como uma agência criadora e conservadora da cultura por meio de uma intensa prática de apropriação em relação às estruturas culturais mais gerais em que ela – a escola – está situada.

Nessa perspectiva, cultura escolar é aqui entendida como a forma em que numa *“situação histórica concreta e particular são articuladas e representadas, pelos sujeitos escolares, as dimensões espaço-temporais do fenômeno educativo escolar, os conhecimentos, as sensibilidades e os valores a serem transmitidos e a materialidade e os métodos escolares”* (FARIA FILHO, 2004, p. 2, grifos do autor). A noção de cultura escolar assim proposta pretende atuar, neste estudo, como categoria teórica – “constructo teórico que permite operacionalizar a pesquisa” e, do ponto vista analítico, “organizar e compreender as múltiplas facetas da experiência escolar” (FARIA FILHO, 2004, p. 2).

Ao reportar a outros autores, estudiosos da cultura escolar, destaca-se Dominique Julia (2001). Em seu estudo sobre a cultura escolar como objeto histórico, esse autor oferece fundamental contribuição ao sugerir três eixos de análise para o entendimento dessa categoria: as normas e finalidades que regem a escola, o papel desempenhado pela profissionalização do trabalho de educador, os conteúdos ensinados e as práticas escolares.

Em relação aos estudos sobre as normas e finalidades que regem a escola, Julia (2001, p. 19) afirma que, na história da educação, esses são os mais tradicionais. Contudo, o autor insiste em dois pontos: “Os textos normativos devem sempre nos reenviar às práticas; mais que nos tempos de calma, é nos tempos de crise e de conflitos que podemos captar

melhor o funcionamento real das finalidades atribuídas à escola” (JULIA, 2001, p. 19).

Ademais, ao se referir sobre a crise dos colégios jesuítas, o autor afirma que

o colégio não é somente um lugar de aprendizagem de saberes, mas é, ao mesmo tempo, um lugar de inculcação de comportamentos e de *habitus* que exige uma *ciência de governo* transcendendo e dirigindo, segundo sua própria finalidade, tanto a formação cristã como as aprendizagens disciplinares (JULIA, 2001, p.22).

Nesse sentido, “a cultura escolar desemboca aqui no remodelamento dos comportamentos, na profunda formação do caráter e das almas que passa por uma disciplina do corpo e por uma direção das consciências” (p. 22). Dito de outra forma, o autor define a cultura escolar como

um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (JULIA, 2001, p. 10).

A partir dessa noção de cultura escolar, pode-se entender as razões dos estudiosos em história da educação em privilegiar em suas análises a questão das normas e finalidades da escola, o que, na verdade, direciona a análise para dois outros eixos: o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens, os conteúdos cognitivos e simbólicos e as práticas escolares. Em suma, entendo que não há como analisar as normas e finalidades de uma instituição educativa, na perspectiva de que a escola produz uma cultura escolar, sem ampliar a abrangência dessa análise para os diferentes e diversos elementos que compõem a cultura escolar produzida e instituída.

A proposição de cultura escolar por Dominique Julia é, como dizem Faria Filho *et al.* (2004, p. 144), um convite “aos historiadores da educação a se interrogarem sobre as práticas cotidianas, sobre o funcionamento interno da escola”, em contraposição a uma visão “externalista” das práticas escolares. Pois, para Julia (2001, p.10)

sem querer em nenhum momento negar as contribuições fornecidas pelas problemáticas da história do ensino, estas têm-se revelado demasiado ‘externalistas’: a história das idéias pedagógicas é a via mais praticada e a mais conhecida; ela limitou-se, por demasiado tempo, a uma história das idéias, na busca, por definição interminável, de origens e influências; a história das instituições educativas não difere fundamentalmente das outras histórias das instituições (que se trate de instituições militares, judiciais, etc.). A história das populações escolares, que emprestou métodos e conceitos da sociologia, interessou-se mais pelos mecanismos de seleção e exclusão social praticados na escola que pelos trabalhos escolares, a partir dos quais se estabeleceu a discriminação.

Portanto, numa perspectiva “internalista” do funcionamento da escola, – a noção de cultura escolar como o conjunto de normas e de práticas modelando o saber e o fazer dos sujeitos sociais –, pode-se pensar que da mesma forma que o processo de escolarização transforma a criança em aluno, a instituição educativa de ensino profissional ou superior conforma o aluno, instituindo o profissional. É possível afirmar, também, que a escola como construção social, operando na transformação dos sujeitos sociais, modifica e é também modificada pela sociedade na qual se insere. Nesse sentido, para Faria Filho (2002, p.126-127), a afirmação da escola como instituição social é de extrema importância nas sociedades modernas, o que implica, dentre outras coisas,

explicitar e entender tanto a construção da instituição escolar relacionada à produção de seus mecanismos de seleção e controle de conhecimentos, de sua cultura e de seus imperativos próprios, quanto a construção dessa especificidade relacionada às outras instituições sociais com as quais ela está em permanente relação.

Antonio Vinão Frago (1995; 2000) oferece, também, grande contribuição na construção da noção de cultura escolar como instrumental analítico para os estudos de instituições educativas. Para esse autor, a questão central reside em compreender a cultura escolar como um “conjunto de aspectos institucionalizados que caracterizam a escola como organização”. É pelo fato de a escola ser uma instituição que podemos falar de cultura escolar. A dificuldade implica dizer o que faz da escola uma instituição “ou se não seria preferível dizer, no plural, culturas escolares” (VINÃO FRAGO, 1995, p. 68).

Nessa perspectiva, a escola, como organização, pode se apresentar sob várias modalidades ou níveis. Assim, pode-se referir à “cultura específica de um estabelecimento docente determinado” ou a “um conjunto ou tipo de centros por contraste a outros – por exemplo, as escolas rurais ou as faculdades de direito”. Pode-se ainda falar de “uma área territorial determinada ou do mundo acadêmico em geral por comparação a outros setores sociais” (VINÃO FRAGO, 1995, p. 8). Nesse sentido, algum aspecto dessa cultura pode ser referido numa perspectiva individual, grupal, organizativa ou institucional. E, o conjunto de aspectos institucionalizados que objetivam dar vida à instituição é constituído por

práticas, e condutas, modos de vida, hábitos e ritos – a história cotidiana do fazer escolar –, objetos materiais – função, uso, distribuição do espaço, materialidade física, simbologia, introdução, transformação, desaparecimento [...] –, e modos de pensar, assim como significados e idéias compartilhadas (VINÃO FRAGO, 1995, p. 68-69).

Em outro momento, Vinão Frago vai dizer que cultura escolar é entendida como “o conjunto de idéias, princípios, critérios, normas e práticas sedimentadas ao longo do tempo nas instituições educativas”. Ou seja, são “modos de pensar e de agir que proporcionam aos sujeitos envolvidos estratégias e pautas para desenvolver-se tanto no cotidiano escolar como fora dele” (VINÃO FRAGO, 2000, p. 100).

Para Faria Filho *et al.* (2004, p. 148),

enquanto Dominique Julia concebia a existência de duas culturas (primária e secundária), Vinão Frago estendia o conceito a todas e a cada uma das instituições escolares. Isso permitia atribuir a cada escola, colégio e universidade uma singularidade, o que concorria para ampliar as possibilidades de estudos no campo da história das instituições.

Observa-se, dessa forma, que a noção de cultura escolar para Vinão Frago é ampla, descritiva e abrange toda a vida escolar. Contudo, para ele, “alguns aspectos são mais relevantes que outros, no sentido de que são elementos organizadores que a conformam e definem”, o que torna possível optar pelo estudo de um ou outro elemento, não que sejam mais ou menos importantes (VINÃO FRAGO, 1995, p. 69). Entre eles, o autor destaca os

espaços e os tempos escolares, uma vez que eles fazem parte de um modo substancial nas tradições, práticas e modos de pensar e fazer sedimentados na escola em seu devir histórico (VINÃO FRAGO, 2000, p. 101). Além disso, o espaço e o tempo “afetam o ser humano em cheio, em sua consciência interior, em todos seus pensamentos e atividades, de modo individual, grupal e como espécie em relação com a natureza de que toma parte”. Isto é, conformam a mente e as ações do ser humano e “conformam e são conformados, por sua vez, pelas instituições educativas” (VINÃO FRAGO, 1995, p. 69).

Em suma, a aproximação da noção de cultura escolar ajudou-me a compreender que é possível articular, neste estudo, as idéias dos referidos autores, uma vez que elas não são excludentes, muito pelo contrário, são complementares. Assim, a partir dessas noções de cultura escolar e, principalmente, por considerá-la como um construto teórico, optei por construir para este estudo as seguintes categorias analíticas: a organização da EECC em seus aspectos constituintes internos e externos; os sujeitos escolares – professores, instrutoras, diretoras, alunas e funcionários; os tempo-espacos escolares e os conhecimentos escolares (saberes) e os valores. Nesse sentido, tive maior aproximação da noção de cultura escolar proposta por Faria Filho (2004, p. 2), ou seja, “a forma como em uma situação histórica concreta e particular são articuladas e representadas, pelos sujeitos escolares, as dimensões espaço-temporais do fenômeno educativo escolar, os conhecimentos, as sensibilidades e os valores a serem transmitidos e a materialidade e os métodos escolares”.

#### IV.

Outra noção que perpassa e capilariza o estudo é a questão de gênero que está sendo colocada como uma categoria teórica em permanente tensão durante o processo de construção do objeto da pesquisa em razão de duplo movimento do pensamento. De um lado,

porque o objeto de estudo – uma instituição educativa voltada para a formação de mulheres, idealizada muito mais por homens do que por mulheres – requer uma problematização direcionada para a questão de gênero. De outro, à medida que se avançava na análise, verifiquei o que foi argumentado por Maria Izilda Matos (1998). Isto é, constitui grande desafio mostrar como os gêneros fazem parte da história, principalmente o fato de abordá-los de maneira mais analítica do que apenas descritiva, de relacioná-los aos acontecimentos mais conjunturais, estabelecendo relações e articulações mais amplas, inserindo-os na dinâmica das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais. Nesse sentido, a autora alerta que os estudos de gênero não representam opção para o pesquisador preocupado com um método que pressuponha equilíbrio, estabilidade e funcionalidade. Trata-se de tema extremamente abrangente e que impõe dificuldades para definições precisas, sendo muitos os obstáculos para aqueles que se atrevem a se enveredar por esses caminhos, pois os estudos de gênero constituem “um campo minado de incertezas, repleto de controvérsias e de ambigüidades, caminho inóspito para quem procura marcos teóricos fixos e muito definidos” (MATOS, 1998, p. 75).

Embora acredite que não me insira nessas últimas concepções de pesquisador apresentadas pela autora, a prudência sugeriu que seria melhor considerar a questão de gênero como algo que transcende o estudo e que foi contemplada nos momentos em que a análise exigia, particularmente, em contextos de complexas e múltiplas formas de dominação, ou seja, de relações permeadas pelo exercício do poder nos campos de inter-relações entre homens e mulheres. É nessa perspectiva que se destaca o conceito de gênero proposto por Joan Scott, que tem sido citado e fundamentado a maioria dos estudos sobre o tema: “O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 14).



Ao propor esse conceito contendo duas proposições, Joan Scott sugere que nos estudos de gênero na perspectiva da história, o(s) historiador(es) deve(m) analisar distintamente essas proposições. Atenhamos à primeira proposição<sup>15</sup> de caráter metodológico na qual a autora teve o propósito de “clarificar e concretizar como se deve pensar o efeito do gênero nas relações sociais e institucionais”, apresentando quatro elementos para subsidiar as análises de gênero (SCOTT, 1990, p. 16).

O primeiro elemento trata-se dos símbolos disponíveis culturalmente, sobre os quais se elaboram representações, às vezes contraditórias, como as representações construídas de acordo com a tradição cristã no Ocidente, que tomam Eva e Maria como símbolos da mulher, bem como os mitos da luz e escuridão, da purificação e da poluição, da inocência e da corrupção. Esse elemento se desdobra no segundo elemento, que diz respeito à normalização das interpretações simbólicas, as quais se expressam “nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária, que afirma de maneira categórica e sem equívocos o sentido do masculino e do feminino” (SCOTT, 1990, p. 14).

A ausência de contextualização desses aspectos normativos, obscurecendo aspectos de rejeição ou confrontação, permite tomá-los como as únicas normas possíveis, como se fossem o produto de um consenso social mais do que um conflito. Nesse sentido, o desafio para a pesquisa histórica, proposto pela autora, é “fazer explodir essa noção de fixidez, é descobrir a natureza do debate ou da repressão que produzem a aparência de uma permanência eterna na representação binária do gênero” (p. 15). Contudo, essa forma de análise implica o terceiro aspecto, que é considerar o gênero, em nossas sociedades complexas, construído na economia e na organização política, e não exclusivamente no sistema de parentesco, como utilizam os antropólogos. Assim, de acordo com a autora, a

---

<sup>15</sup> Uma análise da segunda proposição, na perspectiva de teorização do gênero, foi feita por MEYER, 1996.

nossa visão deve considerar, além da questão de parentesco, o mercado de trabalho – sexualmente segregado; a educação – todas as instituições, mistas ou não; e o sistema político – o sufrágio universal –, pois, todos esses elementos fazem parte da construção de gênero.

O quarto aspecto diz respeito à questão da identidade subjetiva. Apesar das contribuições da psicanálise nesse campo, Scott (1990) sugere que os historiadores trabalhem “de maneira mais histórica”. Ou seja, para a autora, os pesquisadores, historiadores ou não, devem examinar as maneiras pelas quais as identidades de gênero são construídas e relacionar os seus achados com uma série de atividades, de organizações e de representações sociais, historicamente situadas.

Destarte, a questão de gênero é tão importante quanto as categorias etnia e classe social. Além da família e da Igreja, outras instituições sociais, econômicas e políticas têm sido analisadas nessa perspectiva, uma vez que são implícita ou implicitamente influenciadas pelos estereótipos relacionados a homens e a mulheres. Esses estudos, ao questionarem normas sociais “consensuais”, por exemplo, caracterizadas por uma divisão social do trabalho – situando o homem no espaço público e confinando a mulher no espaço privado do lar –, “levaram à visão de que estes atributos e esta divisão não são resultado de forças naturais, mas, antes, são parte de todo um complexo de fenômenos cultural e historicamente determinados” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 16).

Sem dúvida, nos dias atuais, os estudos de gênero têm adquirido novos contornos e novas abordagens que objetivam questionar a cristalização de representações, tais como a opressão masculina *versus* subordinação feminina, tão presentes no campo da medicina *versus* campo da enfermagem. A questão das relações de gênero nesses campos é bastante complexa, resquícios de um longo processo de institucionalização dessas práticas no seio da sociedade. A hierarquia de gênero apresenta-se em espaços socialmente definidos: homem-médico e, mulher-enfermeira. Com a inversão desses espaços, o prestígio de gênero permanece, ou seja,

a médica é mais valorizada do que o homem-enfermeiro; não por ser mulher, mas por exercer uma profissão historicamente construída, hierarquicamente superior e masculina. Como mostram Bandeira e Oliveira (1998), a dominação ganha visibilidade na constituição científica dos campos: homens-médicos, mais qualificados, mais científicos e mais cientistas; mulheres-enfermeiras, mais técnicas, com mais atributos e mais qualidades.

Diante dessas questões de gênero, reafirmo a sua posição, neste estudo, como um campo de força de luzes, que ora permite iluminar alguns elementos analisados e obscurecer outros, e vice-versa. Isto é, neste trabalho, não pretendi enfrentar questões interpretativas que vêm marcando os estudos de gênero, quer no campo da história das mulheres, quer no campo específico da história da enfermagem. O que espero é, somente, vir contribuir, de forma modesta, para a elucidação de alguns aspectos relacionados ao gênero que permeiam o processo de formação e de profissionalização da enfermagem.

V.

Na construção do objeto deste estudo, foi privilegiado o período compreendido entre a criação da Escola de Enfermagem Carlos Chagas, em 1933, e o ano de 1950. Isso porque em tal período foi se mostrando como espaço-tempo necessário para a consolidação da instituição como uma unidade educativa de enfermagem reconhecida em âmbito nacional de acordo com os ditames legais da época. Apesar desse recorte temporal, em alguns momentos foi necessário abranger o início do século XX até 1920, década em que são gerados os cernes das transformações socioeconômicas, políticas e culturais que modificaram o país a partir de 1930. Como diz Winston Frith (1993, p. 3), “a década de 1920 é uma das mais importantes do ponto de vista da história econômica, política e cultural brasileira, e mesmo mundial”.

O período do estudo, no âmbito da EECC, compreende a fase em que a Escola contou com a gestão de quatro enfermeiras<sup>16</sup>, sendo que duas estavam legalmente aptas ao cargo de direção, conforme legislação vigente que exigia curso de especialização em administração de escola de enfermagem, o que era, de maneira geral, realizado nos Estados Unidos, com financiamento da Fundação Rockefeller<sup>17</sup>. Essas duas enfermeiras – Laís Netto dos Reys, organizadora da EECC e sua primeira diretora, e Waleska Paixão – destacaram-se no universo da enfermagem brasileira<sup>18</sup>. Laís Netto dos Reys dirigiu a EECC de 1933 a 1938, e a EEAN, de 1939 até sua morte, em 1950; Waleska Paixão foi sua sucessora nas duas escolas, dirigindo a EECC de 1939 a 1948 e a EEAN de 1950 a 1968. A pesquisa revelou que a gestão dessas diretoras imprimiu na EECC uma marca distinta, uma vitalidade institucional, principalmente pelo fato de as administrações posteriores, de 1949 a 1967, terem permanecido sob a direção de religiosas, o que provocou significativas transformações na organização administrativa e didático-pedagógica da Escola em relação ao período anterior. Além disso, foi encontrado um número maior e diversificado de fontes relativas ao período recortado, o que permitiu estabelecer uma relação entre memória institucional e arquivo, como sugere os estudos de Justino Magalhães no campo da história das instituições educativas, quando ele diz que a identidade histórica da instituição é re(inventada), ou seja, a identidade institucional é construída nas idas e vindas entre a memória e o arquivo. Para esse autor, “as instituições educativas, como as pessoas, são portadoras de uma memória. [...] Uma memória, gerada em contraposição a outras memórias, que corre no ritmo do tempo, o tempo das pessoas, o tempo

---

<sup>16</sup> Essa fase foi denominada de direção leiga em relação aos outros períodos de direção religiosa e direção de transição (NASCIMENTO; SANTOS; CALDEIRA, 1999).

<sup>17</sup> Sete diplomadas da primeira turma da EEAN, em 1925, entre elas Laís Netto dos Reys, fizeram cursos de aperfeiçoamento nos Estados Unidos.

<sup>18</sup> Pode-se dizer que Laís Netto dos Reys e Waleska Paixão foram mulheres brasileiras que exerceram marcante militância no campo da educação da enfermagem brasileira entre as décadas de 1930 e 1960. Na perspectiva de poder simbólico, segundo Bourdieu (1989, p. 28-29), elas teriam sido mulheres que se apropriaram de capital do campo econômico, social e cultural em que a noção de campo é usada para designar “as relações de forças entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um *quantum* suficiente de força social – ou de capital – de modo a que estes tenham possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder”.

das gerações” (MAGALHÃES, 1999, p. 52- 53). Ainda segundo esse autor, a memória de uma instituição é, não raro, “um somatório de memórias e de olhares individuais ou grupais. É neste vaivém entre a memória e o arquivo que o historiador constrói uma hermenêutica e um sentido para o seu trabalho. Um sentido para a história das instituições educativas” (p. 71).

Outra questão que justifica o recorte temporal deste estudo diz respeito às subordinações administrativas da EECC nesse período. A Escola foi criada em 7 de julho de 1933, pelo Decreto Estadual nº 10.952<sup>19</sup>, no governo Olegário Maciel. A sua criação contou com a iniciativa da Diretoria de Saúde Pública do Estado e da Diretoria da Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais. Após os entendimentos ocorridos entre as duas instituições, os seus respectivos diretores, Dr. Ernani Agrícola e Dr. Antonio Aleixo, devidamente autorizados – o primeiro, pelo Secretário de Educação e Saúde Pública do Estado e o segundo, pela Congregação da Faculdade de Medicina –, assinaram um contrato com as instruções para a instalação e o funcionamento da Escola.

De sua criação até 1948, a EECC, subordinava-se, administrativa e financeiramente, à Secretaria de Educação e Saúde do Estado de Minas Gerais: de 7 julho de 1933 a 2 de junho de 1946, à Diretoria de Saúde Pública e de 3 de junho de 1946 a 3 de abril de 1948 ao Departamento Estadual de Saúde. De abril de 1948 a dezembro de 1950, esteve vinculada à Escola de Saúde Pública da Secretaria de Saúde e Assistência do Estado de Minas Gerais. Durante quase todo esse período teve como sede administrativa o Hospital São Vicente de Paulo, atual Hospital das Clínicas da UFMG. Foi anexada à Faculdade de Medicina em 4 de dezembro de 1950, pela Lei nº 1.254<sup>20</sup>, que concedeu a federalização àquela Faculdade e, conseqüentemente, à EECC, o que culmina por atender o disposto na Lei

---

<sup>19</sup> Decreto nº 10.952, de 7 de julho de 1933. Cria a Escola de Enfermagem Carlos Chagas. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 8 jul. 1933.

<sup>20</sup> Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950. Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 8 dez. 1950.

nº 775<sup>21</sup>, primeira legislação que regulamenta o ensino de enfermagem no Brasil. O art. 20 dessa lei diz que em cada Centro Universitário ou sede de Faculdade de Medicina deverá haver uma escola de enfermagem. Em 12 de fevereiro de 1968, ao desvincular-se daquela Faculdade, a Escola tornou-se uma unidade autônoma, integrada à UFMG. Essa história da Escola, marcada por datas e por acontecimentos tomados como relevantes, pode ser conferida em nosso já citado trabalho *Criação, cotidiano e trajetória da Escola de Enfermagem da UFMG: um mergulho no passado* (NASCIMENTO; SANTOS; CALDEIRA, 1999).

## VI.

As razões que me levaram a propor este estudo estão relacionadas ao meu interesse por uma pesquisa sobre a história da enfermagem, particularmente a história da instituição na qual fui graduada, à minha trajetória na docência de enfermagem, bem como à maior visibilidade que os estudos sobre enfermagem vêm adquirindo, no campo da história, o que foi possível com a história cultural.

Se os estudos e as reflexões sobre os aspectos históricos da profissão têm cada vez mais me seduzido, o meu imaginário, ao povoar o passado e o presente, num constante ir e vir, tem atuado como uma ponte que une e, ao mesmo tempo, distingue o ontem do hoje, reafirmando a possibilidade cognoscível do passado preservado no presente. Como afirma Lowenthal (1998, p. 65),

na verdade temos consciência do passado como um âmbito que coexiste com o presente ao mesmo tempo em que se distingue dele. O que os une é a nossa percepção amplamente inconsciente da vida orgânica; o que os separa é nossa autoconsciência – o pensar sobre nossas memórias, sobre história, sobre a idade das coisas que nos rodeiam. A reflexão frequentemente distingue o aqui e agora – tarefas sendo feitas, idéias sendo formadas, passos sendo dados – de

---

<sup>21</sup> Lei nº 775, de 6 de agosto de 1949. Dispõe sobre o ensino de enfermagem no País e das outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 13 ago. 1949.

coisas, pensamentos e acontecimentos passados. Mas união e separação estão em contínua tensão; o passado precisa ser sentido tanto como parte do presente quanto separado dele.

Partindo da idéia dessa tensão constante e contínua entre passado e presente, e reafirmando a possibilidade cognoscível do passado, não tal qual aconteceu, o que seria impossível, decidi continuar investindo na história da enfermagem e investigando a história da minha escola, desta vez com a intenção de entranhar-me na instituição, percorrer todos os caminhos possíveis, penetrar em cada fresta encontrada, apreender vozes, seguir pistas e indícios, enfim, como diz Lopes e Galvão (2001, p. 16), “com uma disposição radical para ler, ver, ouvir e contar... o outro”.

Nesse sentido, este trabalho coloca-se na perspectiva da pesquisa histórica, em que o conhecimento histórico é produzido por sujeitos históricos em lutas, cujo objeto encontra-se em movimento, o qual é contraditório e que recusa a idéia de uma lógica rígida. O historiador se interessa por tudo o que pode ver, ouvir e sentir à sua volta, enfim, por tudo aquilo que é passível de observação e percepção. Nesse caso, ele faz uma releitura dos documentos produzidos por seus predecessores com um novo olhar, com uma nova interpretação e análise. Nessa lógica, os conceitos, as categorias e as técnicas não são visíveis passo a passo. Esses elementos são forjados no diálogo entre o pesquisador e suas fontes. Contudo, o conhecimento do passado é uma representação não arbitrária, porque construída a partir de evidências. Além disso, a compreensão desse passado pode questionar e modificar a compreensão do presente o qual, por sua vez, pode, também, modificar a compreensão do passado.

Sobre a pesquisa histórica, Nunes (1996, p. 144) diz que ela se

constrói sobre um tripé: fontes, interpretação, narração. Quando o pesquisador define um tema de interesse ele já operou uma cisão. Essa cisão deslança um movimento de constituição de fontes, de escolha de ‘guias’ teóricos, de táticas e estratégias interpretativas. Em suma, essa cisão alavanca a construção de um campo de significado. Na verdade, este

movimento obriga o historiador a um constante trânsito por um circuito múltiplo de instituições, tradições teóricas, fontes e resultados de pesquisa.

Nessa linha de raciocínio, foram adotadas as idéias dos historiadores contemporâneos, quais sejam, quem dá voz aos fatos é o historiador, ao interrogar sobre os indícios, as evidências, enfim, questionar os documentos, transformando-os em fontes de pesquisa. Assim, no decorrer do processo de investigação, busquei compreender o documento não como uma expressão transparente e verdadeira do passado, mas como uma fonte inesgotável para a produção do conhecimento histórico. Atendendo, também, às orientações de Eliane Marta Lopes e de Ana Maria Galvão (2001) sobre a importância do cruzamento e confronto das fontes, procurei não deixar de lado suas idéias sobre essa contribuição no controle da subjetividade do pesquisador durante os procedimentos de análise. Ademais, ative-me às orientações de Faria Filho (1996b, p. 30) de que, se ocorre de fato “um comprometimento integral do historiador com seu objeto”, há “necessidade de mecanismos teórico-metodológicos que contribuam para que este comprometimento ‘deforme’ o menos possível os resultados do trabalho”. É o que procurei fazer no decorrer do estudo, principalmente em relação à forma de lidar com as fontes de pesquisa.

Contudo, tenho aprendido, cada vez mais, que o ofício do historiador não é tarefa fácil. Lidar com informações fragmentadas, com indícios e pistas na construção do conhecimento histórico é um trabalho árduo. De outro lado, tenho aprendido, também, que o historiador pode lançar mão, além da sua persistência, da sua ousadia, da sua coragem de (re)construir seu objeto de estudo, de métodos e instrumentos teórico-metodológicos que lhe permitam fazer essa (re)construção.

Nesse sentido, Carlo Ginzburg (1980; 1989) propõe aos historiadores que sigam os indícios que passam às vezes despercebidos, mas que constituem importantes pistas para o



conhecimento histórico que pode ser produzido de modo indireto e conjectural, seguindo os sinais e os fragmentos de evidências. Refletindo sobre essa questão e contando com uma diversidade de fragmentos de documentos que poderia utilizar neste estudo, percebi que era impossível interrogá-los a partir da mesma perspectiva, dos mesmos elementos. De um lado, procurei estar atenta à questão das temporalidades deles ao analisar cada *corpus* documental, com o intuito de buscar tudo aquilo que lhes conferia sentido, e, de outro, tive a preocupação de cruzar e confrontar as fontes como sugerido por Lopes (1996, p. 38), quando ela diz que “um trabalho é mais rico e mais confiável quanto maior for o número de tipos de fontes a que recorre e com quanto mais rigor seja exercido o trabalho de confronto entre as fontes”.

Na verdade, tive o propósito de realizar um trabalho de natureza historiográfica, entendendo o método historiográfico como um conjunto de elementos que vai desde a seleção, disposição e organização do material para análise, até a escritura do texto. Nessa dimensão, foi importante buscar ater-me a essas idéias de Michel de Certeau (2002, p. 66), que defende a escrita da história como uma operação historiográfica, instância em que ocorre a “combinação de um *lugar* social, de *práticas* ‘científicas’ e de uma *escrita*.” Sobre a “prática” que significa “fazer história” propriamente dita, ele diz:

Em história tudo começa com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em 'documentos' certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela [a história] consiste em *produzir* tais documentos pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar, mudando ao mesmo tempo seu lugar e o seu estatuto. Este gesto consiste em ‘isolar’ um corpo, como se faz em física, e em ‘desfigurar’ as coisas para constituí-las como peças que preenchem lacunas de um conjunto, proposto *a priori* [...]. Longe de aceitar os ‘dados’, ele os constitui. O material é criado por ações combinadas que o recortam no universo do uso, que vão procurá-lo também fora das fronteiras do uso e que o destinam a um reemprego coerente (CERTEAU, 2002, p. 81).

Diante disso, é inegável que as fontes constituam a matéria-prima na construção do conhecimento histórico. Contudo, a produção da história, o “fazer história” exige do pesquisador a capacidade e a sensibilidade de manter um diálogo com os documentos. Para

que eles falem, é preciso saber como, por que e de que forma abordá-los e interpretá-los. É preciso, antes de tudo, estar disponível para ouvi-los...

Assim, ao longo do percurso da pesquisa e na produção do texto, fiquei atenta às diversas formas de expressão dos sujeitos que participaram da constituição e da consolidação da cultura escolar produzida pela EECC em seu processo de institucionalização, o que resultou na análise de diferentes fontes. Essa opção pela utilização de vários tipos de fontes foi respaldada ainda nos argumentos de Galvão e Batista (2003, p. 185), quando explicitam os procedimentos de análise utilizados nessa situação:

Se, por um lado, trabalhar com uma diversidade de fontes pode possibilitar uma apreensão mais complexa do objeto pesquisado, certamente também torna a tarefa do pesquisador muito mais complexa. Diante de um emaranhado de informações, de discursos, de textos, advindos de lugares e condições de produção diferenciados, freqüentemente o pesquisador se pergunta como responder, da melhor maneira possível, à questão(ões) central(ais) da pesquisa. Em outras palavras, o seu dilema pode ser resumido às opções que tem que fazer para dar inteligibilidade, através da escrita, à massa dispersa de dados que, arduamente, conseguiu reunir.

O trabalho com as diversas e diferentes fontes só foi possível ao se fazer a incursão pelos tempos e espaços-lugares que falam e por aqueles que não falam da EECC. Assim, entre os diversos locais de memória percorridos, estão o Centro de Memória da Escola de Enfermagem da UFMG, o Arquivo Público Mineiro, o Arquivo Público Municipal e a Sessão Mineiriana da Biblioteca Pública Municipal de Belo Horizonte, o acervo histórico da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais e o Centro de Memória da Faculdade de Medicina da UFMG. Foram também pesquisadas as coleções do jornal *O Diário* e diversos exemplares do *Estado de Minas*, do *Diário da Tarde* e do diário oficial *Minas Gerais*. Entre os documentos que compõem o Acervo do Centro de Memória da Escola de Enfermagem da UFMG, destacam-se a revista *A Enfermagem em Minas*<sup>22</sup> e o Jornal *Cinco P'ras Dez*<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> A revista *A Enfermagem em Minas* foi criada pela EECC em setembro de 1936, para o propósito, entre outros, o de comemorar a formatura da primeira turma. As enfermeiras norte-americanas diziam que “uma profissão

Ressalte-se, ainda, que a construção do objeto da pesquisa só foi possível no processo de desenvolvimento da investigação à medida que a (re)construção da realidade histórica da EECC, no período estudado, foi ocorrendo concomitante à possibilidade de interpretação dessa realidade à luz do conhecimento histórico já produzido e disponível na literatura sobre os diversos temas em questão, o que permitiu dar forma e significado ao próprio objeto em construção. Da mesma forma que o objeto de pesquisa foi se construindo no processo de investigação, foi necessário proceder, também, à construção das fontes de pesquisa. Pois, no trabalho historiográfico é necessário produzir uma inteligibilidade das fontes utilizadas. E, essa busca de compreensão de cada *corpus* documental analisado permite ao pesquisador o uso de diferentes fontes de pesquisa, sem correr o risco de produzir um conhecimento histórico como “um somatório de pontos de vistas, concordantes ou discordantes, apresentados pelo conjunto dos documentos” (FARIA FILHO, 1996b, p. 31). Como nos ensina esse autor “se a escolha de um determinado documento nunca é destituída de uma certa teoria, a utilização mesmo do documento não pode prescindir de produzir, ou estabelecer, uma teoria particular para cada *corpos* documental utilizado”.

Nessa perspectiva de construção do objeto de pesquisa, procurei dar visibilidade e inteligibilidade, por meio da escrita do texto, à história da EECC, utilizando uma massa dispersa de documentos encontrados. Ademais, na inquietação constante em desvendar um caminho a percorrer, é que preoquepei-me em todo o percurso do estudo em proceder a aprofundamentos teóricos que, na medida do possível, dessem conta da interpretação dos

---

para se desenvolver precisa de uma associação e de uma revista”. Segundo Carvalho (1976, p. 331), a Diretora da EEAN, Clara Louise Kienninger, sugeriu à primeira turma de formandas, em 1925, que substituíssem “o clássico quadro de formatura por uma revista, com maior vantagem, tanto econômico como pessoal, uma vez que cada diplomada poderia conservar a sua como lembrança. Assim apareceu a revista “A Pioneira”, em seu primeiro e único número”. Talvez influenciada por essas idéias, Laís Netto dos Reys decidiu pela criação dessa revista da EECC que foi publicada durante a sua direção na Escola, sendo que se encontram nove números da mesma no Centro de Memória da EEUFMG.

<sup>23</sup> O Jornal *Cinco p'ras Dez*, órgão literário da Associação das alunas da EECC.

elementos empíricos encontrados, ao mesmo tempo em que as fontes abriam frestas de luzes mostrando novas facetas do objeto estudado.

## VII.

A importância da criação da EECC dez anos após a primeira escola brasileira que instituiu a profissionalização da enfermagem no País sob a inspiração do sistema *nightingale* de ensino não reside apenas no fato de ela introduzir no Estado de Minas Gerais um modelo de formação de enfermeira. Trata-se, principalmente, das formas e das circunstâncias em que ocorreram as suas apropriações dos padrões socioculturais e políticos dos modelos de formação de enfermeiras em vigor no País, além do fato de esta Escola ter sido idealizada para ser “uma primeira escola no Brasil para a enfermagem, fora do Rio de Janeiro”<sup>24</sup>, condição que a EECC, desde o primeiro momento de sua instalação, tratou de angariar para si, por influência, principalmente, de sua organizadora e primeira diretora, Laís Netto dos Reys, contratada pelo governo para organizar e superintender o serviço de saúde pública do Estado. É como se Laís dissesse: “A primeira escola instituída no País conforme o sistema *nightingale* de ensino é norte-americana, a nossa, é brasileira”. E foi inspirada e imbuída das idéias de Laís Netto dos Reys que parti para o desafio de elaborar esta tese, apresentada em cinco capítulos.

No capítulo 1, *A enfermagem escolarizada e a sua profissionalização no Brasil*, foram apresentados alguns debates em torno da institucionalização da enfermagem como profissão em Minas Gerais e no País com o propósito de demonstrar como se deu a constituição de uma “cultura da enfermagem escolarizada” a partir do momento em que a formação escolar passa a ser critério, exigência e condição necessária para o pleno exercício

---

<sup>24</sup> Documento relativo ao dia da aula inaugural do Curso, que ocorreu em 9 de agosto de 1933. Centro de Memória da EEUFMG.

da enfermagem. Este capítulo foi construído a partir da preocupação em oferecer aos interlocutores deste trabalho alguns elementos que os informassem sobre particularidades da historiografia da enfermagem – um campo desconhecido por estudiosos das diversas áreas do conhecimento e pouco conhecido pelos próprios profissionais da área. Entendi que a sua elaboração me permitiria apresentar algumas questões tratadas pela historiografia da enfermagem brasileira que se entrelaçam de forma marcante com o objeto deste estudo. Dentre essas questões, a profissionalização da enfermagem sobressai com ênfase na formação da enfermeira. Outras questões abordadas dizem respeito às relações da enfermagem com a sociedade na qual se insere, e mais particularmente com o campo da medicina, no qual seus atores se encontram envolvidos em movimentos higienistas e sanitaristas. Na produção e execução de políticas e de medidas governamentais que visavam higienizar as populações, esses médicos utilizaram projetos educacionais, tendo como principais auxiliares as mulheres, que foram estimuladas a entrar no mercado de trabalho por meio de profissões como o magistério e a enfermagem.

Em *Uma “moderna” e “modelar” Escola de Enfermagem em Minas Gerais*, apresentado no capítulo 2, foi possível demonstrar que, no Estado de Minas Gerais, a reorganização dos serviços e das instituições de saúde que ocorre a partir do final da década de 1920, apresentada no capítulo anterior, passa a exigir pessoal qualificado para o desempenho das novas funções na área da saúde. A EECC foi criada nessa perspectiva governamental de suprir o Estado de enfermeiras diplomadas para assumir os “modernos” serviços, principalmente aqueles voltados para a saúde pública. Contudo, foi também demonstrado que para a Escola se impor como legítima e autorizada instituição formadora de enfermeiras “modelares” e “modernas”, suas dirigentes se colocaram no campo de luta de representações. Um campo permeado de conflitos e de tensões que permitia a cada um dos

atores envolvidos – pessoas e instituições – a buscar a melhor posição no enfrentamento das pequenas e grandes rupturas que fazem parte do viver social.

No capítulo 3 *As alunas Carlos Chagas e a idealização de uma profissão para a mulher*, as alunas são apresentadas, principalmente, por elas mesmas. Isto é, por meio da análise de suas fichas de inscrição foram apresentados alguns aspectos do perfil do corpo discente e foram apreendidas as representações que se produziam e se reproduziam sobre a Escola, a enfermagem e a sua profissional e que circulavam em torno das candidatas à enfermagem. Essas representações impregnadas, principalmente, de questões de gênero presentes na sociedade brasileira e que se tornaram mais afloradas no campo da educação e da saúde do país, e outras construídas a partir de concepções e elaborações dos idealizadores da Escola, particularmente aquelas provenientes de Laís Netto dos Reis durante o processo de institucionalização da Escola.

Detive-me, no capítulo 4, no *Espaço e tempo escolares na Escola de Enfermagem Carlos Chagas*. Analisei, nesse capítulo, dimensões que dizem respeito a tempos e espaços escolares na EECC a partir de duas perspectivas que se encontram estreitamente inter-relacionadas. De um lado, o Internato da Escola foi analisado como espaço dinâmico, educativo de socialização, do fazer-se cotidiano, levado a efeito por todas as pessoas que moravam, trabalhavam e transitavam nesse espaço. Isso significou compreendê-lo como um espaço dotado de significados compartilhados, de valores, de crenças e de sensibilidades, ao mesmo tempo em que eram impostos os dispositivos disciplinares institucionais. De outro lado, mas no mesmo processo, a concepção do Internato como espaço de sociabilidade levou-me a outra dimensão de análise. Trata-se do jornal *Cinco p'ras Dez*, que foi utilizado pela EECC como um dos seus espaços de aprendizagem do que é ser enfermeira numa rede de sociabilidade. Ou seja, o cotidiano vivido em sua intensidade, como foi retratado pelos moradores do internato nesse jornal, demonstrava que a sociabilidade representada nos e pelos

momentos de cooperação, de harmonia e por um lúdico educativo era de suma importância para que as futuras enfermeiras enfrentassem e assumissem os comportamentos e as atitudes hierarquizadas e disciplinares que a Escola e a profissão exigiam.

No capítulo 5 *Conhecer-fazer-ser mulher-enfermeira na Escola de Enfermagem Carlos Chagas*, procuro aprofundar os elementos que constituem o processo educativo instituído na EECC. Mesmo não sendo possível sair totalmente dos tempos e dos espaços escolares da Casa Amarela da Serra – denominação da sede do internato pelas suas moradoras – procurei apresentar os aspectos curriculares normativos e o aparato educativo colocado em prática pela Escola. Neste capítulo, foi possível demonstrar que a EECC, no período estudado, preocupou-se não só com a formação da enfermeira, mas procurou contribuir com a formação da moça, da esposa, da mãe e da professora, fornecendo-lhes conhecimentos de enfermagem, considerados de utilidade social, para qualquer que fosse o papel exercido pela mulher na sociedade brasileira dessa época. Foi possível, também, apresentar alguns elementos que demonstravam a preocupação da Escola em ampliar os seus espaços educativos como forma de fornecer um ensino de melhor qualidade às alunas, bem como para que atuassem como mecanismos de legitimação institucional no seio da sociedade mineira.

De um lado, a apreensão dos elementos da cultura escolar – os sujeitos, os tempos e espaços e os conhecimentos escolares – como fundamentais para o desenvolvimento deste estudo possibilitou-me certa interpretação da realidade. Se eu optasse por outros percursos teórico-metodológicos e outras fontes de pesquisa, possivelmente, teria chegado a outros aspectos da realidade social estudada. De outro, é importante destacar que por mais que tentasse apreender cada elemento analisado da cultura escolar em capítulos distintos, eles me “escapavam” e teimavam em fazer parte de todo o corpo de texto. Talvez, eles estivessem me dizendo o tempo todo da impossibilidade de apreendê-los e de circunscrevê-los em tempos e espaços rígidos, uma vez que na perspectiva da história cultural ocorre a mudança de rumos

da produção do conhecimento histórico, que passa de uma história factual para uma história de natureza interpretativa. Apesar das limitações que me foram impostas e das minhas próprias limitações, na realização desta investigação, esta tese passa a representar meu esforço de produzir “uma história da Escola de Enfermagem Carlos Chagas” e a apresentar um texto que possa contribuir para o estudo da história de enfermagem em Minas Gerais e no Brasil.



## Capítulo 1

### A ENFERMAGEM ESCOLARIZADA<sup>25</sup> E A SUA PROFISSIONALIZAÇÃO NO BRASIL

*Os homens fazem sua própria história; mas eles não a fazem como eles querem; eles não a fazem sob as circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas sob as circunstâncias diretamente encontradas, dadas e transmitidas pelo passado.*

Karl Marx

A história da enfermagem brasileira é um campo desconhecido por estudiosos das diversas áreas do conhecimento e pouco conhecido pelos próprios profissionais da área. Diante disso, meu interesse, neste capítulo, é apresentar algumas particularidades desse campo do conhecimento em que elementos históricos da enfermagem e de outras áreas do conhecimento, tratadas pela historiografia, se entrelaçam de forma marcante com o objeto deste estudo. A primeira questão que sobressai está relacionada aos movimentos de profissionalização da enfermagem no Brasil, os quais se encontram em processo de reconfiguração, de acordo com historiografia da enfermagem brasileira. Outras questões abordadas tratam das relações da enfermagem com a sociedade na qual se insere e mais particularmente com o campo da medicina, em que seus atores se encontram envolvidos em

---

<sup>25</sup> Faço uso da noção “enfermagem escolarizada” para designar um conjunto de saberes e fazeres que foram sendo constituídos ao longo da institucionalização da enfermagem como profissão e que passaram a se configurar como uma prática da enfermagem que é sistematizada em instituições formais de ensino.

movimentos higienistas e sanitaristas com a pretensão de instaurar uma sociedade organizada por meio da “higienização dos costumes”<sup>26</sup>.

O desenvolvimento do higienismo, desde o século XIX, foi marcado pela incorporação das populações ao saber médico, ou melhor, as populações foram incorporadas na posição de objeto desse saber. Essa posição é decorrente, principalmente, do adensamento urbano, da heterogeneidade racial e econômica da população e da inércia das autoridades em resolver os problemas relativos à salubridade (COSTA, 1983). Na produção e execução de políticas e de medidas governamentais de higienização das populações, os médicos higienistas e sanitaristas utilizaram projetos educacionais tendo como principais auxiliares as mulheres que foram estimuladas a entrar no mercado de trabalho por meio de profissões como o magistério e a enfermagem.

### **1.1 A profissionalização da enfermagem no Brasil**

Como apresentado, a historiografia da enfermagem brasileira registra a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, fundada em 1890, como a primeira escola de profissionalização da enfermagem do Brasil. No entanto, para efeito de formação de enfermeiras de acordo com o sistema *nightingale*, a Escola de Enfermagem Anna Nery angariou para si o *status* de escola oficial-padrão, para fins de reconhecimento das demais escolas de enfermagem no País.

O movimento de profissionalização da enfermagem conhecido como o sistema *nightingale* iniciou-se na Inglaterra, em 1860, e determinou, de acordo com a historiografia da

---

<sup>26</sup> A expressão é usada no sentido que lhe foi atribuída por Rocha (2003, p.14) em seu estudo sobre o Instituto de Higiene de São Paulo. Segundo a autora, esse Instituto teve papel fundamental na formulação de uma política sanitária que, “calcada nos ideais de prevenção das doenças e manutenção da saúde, elegeu, como objetivo prioritário, a *formação da consciência sanitária* e constituiu a educação sanitária como uma das suas mais importantes pautas, acreditando ser possível, por meio dela, inculcir na população e, sobretudo, nas crianças, hábitos saudáveis”.

enfermagem brasileira, o início de uma nova etapa na enfermagem no País – a chamada enfermagem “moderna”<sup>27</sup> –, passando a representar o marco do movimento de secularização da enfermagem no Brasil. Idealizada por Florence Nightingale, a secularização da enfermagem<sup>28</sup> na Inglaterra vitoriana no século XIX não se atém, como diz Miranda (1994, p. 13), somente à pessoa de Florence, “mas decorre de suas idéias e das suas propostas de trabalho, bem como das obras que ela realizou ao longo de seus 91 anos de vida”. Dentre os escritos de Florence Nightingale, destaca-se o livro *Notes on Nursing (Notas sobre Enfermagem)* editado em 1859, com primeira e única edição traduzida no Brasil em 1989. De acordo com a autora, esse livro não pretendia ser um manual, muito menos um conjunto de preceitos sobre as bases técnicas de enfermagem, mas, simplesmente, oferecer às mulheres que tinham a seu cargo a saúde de outras pessoas alguns fundamentos de enfermagem. É que “todas as mulheres, ou pelo menos quase todas, na Inglaterra, assumem, em algum período de sua vida, a responsabilidade pessoal pela saúde de alguém, criança ou inválido – o que significa que todas exercem a enfermagem” (NIGHTINGALE, 1989, p. 11). Parece que ao escrever esse livro e marcar o início da sistematização dos conhecimentos da enfermagem, Florence Nightingale não pensava na profissionalização da mulher como enfermeira, mas na sua escolarização. Entretanto, com a criação da primeira escola de enfermagem e da formação das primeiras enfermeiras, acaba sendo instituída, mundialmente, a profissão da mulher-enfermeira.

---

<sup>27</sup> A adjetivação “moderna” para enfermagem cristalizou-se na historiografia brasileira (o que não se tem observado em outros países) para designar a enfermagem escolarizada de acordo com o sistema nightingale ou com o mesmo significado de enfermagem profissional.

<sup>28</sup> O movimento pioneiro de secularização da enfermagem surgiu em Lausanne, Suíça, em 1859, um ano antes da fundação da Escola Nightingale. O Conde e a Condessa de Gasparin, inspirados pelo trabalho de Florence na Criméia, fundaram “L’Ecole Normale des Gardes-Malades”, mais conhecida como “La Source”, em oposição ao sistema religioso existente. Os seus fundadores queriam provar que enfermeiras laicas, bem preparadas, seriam capazes de prestar serviços de enfermagem tão eficientes quanto os das religiosas ou diaconisas (ALCÂNTARA, 1966). Entretanto, essa Escola, não teve a repercussão mundial como o sistema *nightingale*.

No Brasil, a Escola de Enfermagem Anna Nery, criada, articulada e vinculada ao movimento de Reforma Sanitária<sup>29</sup> que ocorreu no País na década de 1920, deu início ao processo de formação de enfermeiras sob a inspiração do sistema *nightingale* de ensino. Assim, esta escola foi autorizada pelos poderes governamentais a difundir um novo saber da enfermagem que deveria caracterizar a nova enfermeira, distinguindo-a dos “antigos enfermeiros”, que se responsabilizavam pelos cuidados aos doentes nas Santas Casas de Misericórdia, nos hospitais governamentais e nos serviços de saúde pública que se reorganizavam no País.

A institucionalização da enfermagem como campo de saber na área da saúde no País surge, portanto, no seio de reformas político-sociais, dentre elas, o movimento higienista-sanitário. O higienismo foi um movimento de caráter internacional, liderado por médicos higienistas e sanitaristas, que teve como eixo de suas preocupações a saúde física e mental dos seres humanos. A educação, como um de seus pressupostos, buscou formas de racionalização da vida das pessoas – intervindo, modificando e controlando seus costumes, hábitos e suas crenças. O objetivo principal dos missionários do progresso – médicos, engenheiros, educadores – era impor um discurso normativo-disciplinar que conseguisse que “homens e mulheres desempenhassem tanto seus papéis como produtores quanto como reprodutores e guardiães de proles sãs e de uma raça ‘sadia’ e, na medida do possível, ‘pura’” (HERSCHMANN, 1996, p. 17). Esse discurso higienista, ao operar com a articulação entre educação e saúde, contribuiu para a inserção da mulher na educação e em profissões como o magistério e a enfermagem. Em nome da ordem e do progresso, medidas saneadoras de todos os males físicos e sociais tinham que ser implementadas.

---

<sup>29</sup> Essa Reforma sanitária, coordenada pelo médico sanitarista Carlos Chagas, que lhe deu o nome, foi amplamente financiada pela Fundação Rockefeller, assinalando a intensificação das relações socioeconômicas e culturais entre os Estados Unidos e o Brasil.

Heloisa Helena Pimenta Rocha (2003), em estudo que busca compreender a produção do modelo de intervenção governamental gestado pelo Instituto de Hygiene na cidade de São Paulo, no período de 1918 a 1925, afirma:

Auto-representando-se como porta-vozes da razão, do progresso e da modernidade, esses *homens da ciência* reclamam para si a responsabilidade pelos destinos da cidade e de seus habitantes, procurando impor-lhes um conjunto de preceitos que deveria guiar as suas vidas. Investindo sobre o espaço urbano, buscam organizar cientificamente a cidade, produzindo um espaço classificado, geometrizado, onde tudo pudesse ser ordenado, controlado (ROCHA, 2003, p. 32).

Nesse contexto produzido como “fundação do novo”, “construção de novos tempos” a partir de uma batalha renhida do “novo” contra o “velho”, em que se pretendia uma ruptura radical com o passado e com tudo que fosse identificado como obsoleto e arcaico, a educação da mulher e, particularmente, da mulher-enfermeira, – a enfermeira de saúde pública – torna-se um elemento estratégico na veiculação e na implementação de mensagem higienista.

Proveniente de uma concepção norte-americana, a enfermeira de saúde pública tornou-se a figura central na reforma sanitária mundial. De acordo com Ethel Parsons, chefe da missão norte-americana<sup>30</sup> que institucionalizou a profissão no Brasil, a enfermeira, ao mesmo tempo em que trata verdadeiramente dos doentes e dá-lhes conforto com as suas próprias mãos, “transmite-lhes os benefícios adquiridos em sua experiência hospitalar, ensinando, por exemplos, preceitos e palavras, as lições indispensáveis da higiene e de prevenção contra as moléstias, o que significa a perpetuação de uma raça sadia” (PARSONS, 1997, p. 11).

O processo de penetração das idéias norte-americanas em todos os setores e, particularmente, na economia brasileira durante a Primeira Guerra Mundial teve a sua legitimação no final da guerra, com o estabelecimento das áreas de poder das grandes

---

<sup>30</sup> Sobre a atuação da missão das enfermeiras norte-americanas no Brasil, que culminou com a criação da Escola de Enfermagem Anna Nery, conferir SAUTHIER; BARREIRA (1999).

potências do mundo, em que os Estados Unidos “conquistam” seus “direitos” de expansão sobre as Américas. A “doutrina Monroe” solidificava a idéia dos pioneiros norte-americanos de que o seu país tinha papel especial na “cristianização” do mundo, entendendo-se “cristianização” também como modelo político e econômico de nação (MESQUITA, 1994).

A expansão econômica dos Estados Unidos no Brasil veio acompanhada pela importação de um modelo de administração pública em que se incluía a administração sanitária, adotada pelos sanitaristas brasileiros que passaram a fazer uma insistente pregação da “nova ciência sanitária”, acreditando que, ao “imitar os norte-americanos”, o Brasil atingiria o grau elevado de civilização daquele país (SAUTHIER; BARREIRA, 1999). Na verdade, a ciência “moderna” funciona como uma bússola para a própria sociedade, indicando os caminhos para o “progresso”, fortalecendo, portanto, a crença de que sem ela a sociedade dificilmente se beneficiaria das conquistas sociais, econômicas e culturais. E aqueles que falavam pela ciência revestiam-se de um poder típico, distinto da autoridade política tradicional. Assim, a ciência, ao conferir este poder a seus porta-vozes, credenciava suas práticas identificando-os como “cientistas profissionais” (BOMENY, 1993).

De acordo com Gilberto Hochman (1993), o período Pós-Primeira Guerra foi, no exterior e no Brasil, marcado por intensa atuação de movimentos de caráter nacionalista. Esses movimentos pretendiam descobrir, afirmar e reclamar os princípios da nacionalidade e realizá-los por intermédio do Estado Nacional. No Brasil, vários caminhos foram utilizados para a recuperação e/ou fundação da nacionalidade: educação, saúde, valores nacionais, etc. A Liga Pró-Saneamento do Brasil foi um desses movimentos, fundado em 1918, no auge da epidemia da “gripe espanhola”, que foi considerada a última pandemia do século XX. A morte do presidente eleito Rodrigues Alves, no início de 1919, vitimado pela gripe, demonstrou, de forma trágica, uma das faces do estado sanitário do País. Passa-se, então, a requerer e a exigir do governo a implementação de medidas saneadoras e de mudanças

urgentes na área da saúde pública. A Liga pretendia alertar as elites políticas, intelectuais e econômicas para a precariedade das condições sanitárias e obter apoio para uma ação de saneamento no interior do País. O “saneamento dos sertões”, como ficou consagrado, foi um dos diversos caminhos encontrados para recuperar e civilizar o País.

Desde 1916, com a publicação do relatório da expedição médico-científica realizada por Belisário Penna e Arthur Neiva e a enorme repercussão da frase “O Brasil é um imenso hospital”, dita por Miguel Pereira, a saúde e o saneamento tornaram-se temas nacionais (HOCHMAN, 1993).

Nesse contexto, Carlos Chagas assumiu a direção do Instituto de Manguinhos em 1917, após a morte de Oswaldo Cruz. No ano seguinte, ele foi chamado pelo governo brasileiro para coordenar a campanha contra a epidemia de gripe espanhola e também encarregado, pelo Presidente Epitácio Pessoa, de elaborar um programa de saúde pública. A atuação de Carlos Chagas ao movimento dos médicos sanitaristas, criadores e participantes da Liga Pró-Saneamento do Brasil, em prol da saúde pública como de responsabilidade governamental, resultou na criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), em 2 de janeiro de 1920.

A criação do DNSP institucionalizou, de forma definitiva, as práticas sanitárias, tornando possível a ascendência política do círculo intelectual médico-sanitário e permitindo a entrada de uma nova geração de jovens sanitaristas nos projetos governamentais voltados para o setor da saúde. Esses médicos passaram a influenciar nas decisões relativas à questão sanitária, sob a liderança do diretor do departamento, Carlos Chagas, e com o apoio logístico

e financeiro da Fundação Rockefeller<sup>31</sup>.

Os médicos sanitaristas do DNSP, principalmente os da Inspeção de Profilaxia de Tuberculose, o inspetor Dr. Plácido Barbosa e seu assistente, Dr. J. P. Fontenelle, percebiam que para o êxito do trabalho deles seria necessário estabelecer um elo entre os dispensários e os lares dos doentes. Esse elo almejado e indispensável em toda organização sanitária seria a enfermeira de saúde pública, de acordo com o instituído nos Estados Unidos da América. Essa enfermeira faria “a ligação entre os ambulatórios e os lares dos pacientes, estimulando-os a executar os tratamentos médicos e inculcando-lhes noções sanitárias” (FORJAZ, 1959, p. 318). Assim, em 1921, em visita aos Estados Unidos, Carlos Chagas pediu auxílio ao *International Health Board* no sentido de estabelecer um serviço de enfermeiras de saúde pública para preencher essa lacuna no País. Atendendo a esse pedido, Ethel Parsons veio ao Brasil para fazer um estudo da situação dos serviços de saúde e das ações de enfermagem neles empreendidas e recomendar um programa de ação (PARSONS, 1997).

Dentre os diversos serviços voltados para a atenção à saúde e para a formação de pessoal da área, criados e subordinados diretamente ao DNSP e financiados pela Fundação Rockefeller, destacam-se aqueles em que a Missão Parsons organizou e coordenou: um serviço unificado de enfermeiras de saúde pública, que começou a fazer as visitas domiciliares para o controle sanitário da população do Rio de Janeiro e o atendimento nos

---

<sup>31</sup> A Fundação Rockefeller encontra-se no cerne do processo que gerou e constituiu o campo de atuação do que foi caracterizado como filantropia científica, compreendida como destinação de recursos privados para a produção de conhecimentos científicos. Em estudos aprofundados sobre o papel da Fundação Rockefeller na difusão de um modelo científico de excelência e sobre o seu caráter filantrópico, Marinho (2001, p. 33-34) destaca que, “atuando privativamente em setores de interesse público, a Fundação Rockefeller agiu no sentido de selecionar pesquisadores, apoiar grupos de pesquisa e fornecer recursos para compra de equipamentos e instalação de infra-estrutura destinada à pesquisa científica. Tais recursos traduziram-se em bolsas de estudo, subsídios para a aquisição de bibliografia especializada, montagem de laboratórios, financiamento de viagens de estudo e de professores visitantes, direcionando, desse modo, uma pauta de interesses para o setor”. É importante destacar, também, que “embora amparado por um discurso filantrópico, as ações empreendidas pela Fundação estavam marcadas pelo viés da eficiência. Desse modo, a filantropia pautava-se não por um suposto caráter desinteressado, caritativo, mas por uma *lógica de resultados*, plenamente assumida em suas concepções [...]” (MARINHO, 2001, p. 154, grifos da autora).



dispensários de controle e profilaxia da tuberculose; um hospital geral, mediante a reorganização do Hospital Geral de Assistência – o Hospital São Francisco de Assis – e uma escola de enfermagem vinculada a esse hospital – a atual EEAN<sup>32</sup>.

Apesar de ter recomendado a criação de uma escola de enfermagem, Ethel Parsons duvidava do êxito da nova instituição. Isso porque era reduzido o número de médicos e de outras pessoas que conheciam o trabalho da enfermeira diplomada nos Estados Unidos e em alguns países da Europa.

Inicialmente, como em diversos países do “mundo civilizado”, a Escola Anna Nery teve dificuldade em recrutar as candidatas ao curso. Parsons achava que não era exagero afirmar que os brasileiros consideravam a enfermagem da mesma maneira que os ingleses a consideravam antes de Florence Nightingale e temia que as moças de classe social mais elevada não aceitassem a nova profissão. Entretanto, a despeito do “preconceito nacional e tradicional” e da necessidade exigida pelo serviço, as moças brasileiras atenderam ao convite feito para o ingresso na escola. Para Parsons, as alunas que entraram para a escola não como meio de vida, mas por motivos e ideais de se prepararem para “um grande serviço patriótico e humanitário” têm demonstrado espírito de devoção e idealismo, que é uma verdadeira inspiração, assim como excelente habilidade executiva e energia no trabalho prático (PARSONS, 1997). Ethel Parsons afirmara, também, que muitos brasileiros tinham dúvidas quanto ao sucesso da Missão, “por ser um projeto de uma Escola de Enfermeiras, aventura nunca experimentada na América Latina, com exceção de Cuba”. Para ela existia uma grande interrogação: “Interessar-se-iam suficientemente as senhoras brasileiras, das melhores camadas sociais, pela nova profissão, para consentirem em deixar as suas casas e seguirem o interessante, conquanto difícil, preparo exigido?” (PARSONS, 1997, p. 13).

---

<sup>32</sup> Denominações dessa Escola: Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (1922); Escola de Enfermeiras D. Anna Nery (1926); Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade do Brasil (1937); Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1965).

As preocupações de Ethel Parsons mostram que o projeto da Missão era compreendido como “uma aventura” no sentido de visar à formalização de uma profissão voltada para as senhoras das melhores camadas sociais, que até então se encontravam no recôndito do lar. Para ela, “não havia como negar que o preparo [para a profissão] teria de ser penoso e exigente, pois que tratando-se de vida e de morte, o cumprimento rigoroso de uma disciplina, militar em sua conscienciosa exatidão, é necessário” (PARSONS, 1997, p. 13).

De acordo com Edith Fraenkel<sup>33</sup> (1997, p. 10), em Relatório do Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública abrangendo o período de 1922 a 1930, não foi fácil conseguir candidatas ao curso de enfermagem. Assim, Fraenkel diz que houve um trabalho ativo de propaganda para recrutar alunas para a instalação da escola, sendo estabelecida desde o início, como requisitos indispensáveis à matrícula, uma sólida educação e idoneidade moral.

Certamente, nessa época, na sociedade brasileira em geral e no campo da saúde em particular, o trabalho da “nova” enfermeira – a enfermeira diplomada – era desconhecido. O que chama a atenção na historiografia da enfermagem brasileira é o fato do seu estranhamento ante esse desconhecimento. Ou seja, os estudos históricos que analisam a institucionalização da enfermagem como profissão no Brasil pelo viés de elementos que se colocam como obstáculos à difusão do sistema *nightingale* registram o desconhecimento da população sobre a nova profissão como um dos próprios obstáculos.

No entanto, como mencionado anteriormente, dentre os segmentos sociais brasileiros que já tomavam ciência da possibilidade de contar com a nova profissional e que

---

<sup>33</sup> Edith Fraenkel, enfermeira brasileira, formada nos Estados Unidos. Atuou como Instrutora e Coordenadora de Ensino na Escola de Enfermagem Anna Nery e substituiu Ethel Parsons, em 1931, na superintendência dos Serviços de Enfermagem do DNSP, onde permaneceu até a integração desse Departamento ao Ministério de Educação e Saúde. De acordo com Carvalho (1976, p.12), Edith de Magalhães Fraenkel “tendo revelado muito cedo sua capacidade e pendores para liderança, ao lado de grande potencial para o trabalho, foi escolhida para se preparar a fim de, futuramente, ocupar o cargo de Superintendente Geral”. Aceitando sugestão de Ethel Parsons e com auxílio da Fundação Rockefeller, seguiu para os Estados Unidos para fazer o curso de Enfermagem na Escola de Enfermagem do Hospital Geral de Filadélfia, onde permaneceu de março de 1922 a maio de 1925; de maio a novembro visitou escolas e serviços de Enfermagem do Canadá e nesse mesmo mês voltou ao Brasil. Foi, portanto, a primeira brasileira a fazer o curso de Enfermagem de três anos completos.

começavam a se interessar pela formação da mulher-enfermeira de saúde pública, destaca-se aquele representado pelos médicos. O discurso do médico sanitarista Manoel Ferreira em homenagem póstuma a Ethel Parsons, durante sessão conjunta da Sociedade Brasileira de Higiene e da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, relembra essas questões.

Num tom saudosista, o discurso de Dr. Manoel Ferreira procura estabelecer determinadas memórias das “novas atividades” comandadas por “novos batalhadores” no campo da saúde pública, ao enumerar algumas das questões sanitárias do País na década de 1920, bem como ao discorrer sobre o “espaço sanitário” instituído pela chefe da Missão de Enfermeiras Norte-Americanas para a atuação da nova profissional, que foi introduzida na sociedade brasileira como parte de um amplo projeto de intensificação da entrada do capital norte-americano no País, representado pela “Benemérita Fundação Rockefeller”:

Resultando das devastações de pandemia de gripe de 1918, surgia com Carlos Chagas o Departamento Nacional de Saúde Pública, no qual se plasmavam novas concepções, se estruturavam novas atividades e se conclamavam novos batalhadores para a retomada do caminho que se havia perdido depois da era de Oswaldo Cruz. O desaparecimento deste grande líder trouxera além de outros infortúnios, um rápido afundamento do trabalho de Saúde Pública. Das memoráveis campanhas de febre amarela e da peste bubônica; de presença na Amazônia e das perspectivas em marcha na Capital da República, passávamos à burocratização das Delegacias de Saúde, aos ‘Habite-se’ às ‘Multas’ e às desinfecções terminais como resíduos últimos do que havia sido uma era de vitórias e de horizontes largos. Os poucos teimosos que se recusavam a soçobrar no barco furado eram, de um lado o velho e inesquecível Plácido Barbosa, sozinho, incompreendido e desprezado e de outro, uma plêiade jovem e combativa que junto de Belizário Pena se atirava em cheio ao campo de Saneamento Rural.

Plácido Barbosa, Inspetor de Serviços de Tuberculose ao ser criado o Departamento Nacional de Saúde Pública, compreendeu a importância do trabalho das enfermeiras de Saúde e organizou com J. P. Fontenelle como seu assistente o primeiro curso no gênero realizado no País. Dispensamo-me de comentários mais detalhados sobre o assunto, mas desejo ressaltar o fato de que ao tempo, a enfermagem era limitada tão somente aos cuidados com os doentes no hospital e que os cursos da Cruz Vermelha Brasileira e da Escola Alfredo Pinto visavam apenas a preparação de pessoal para esse fim.

O pensamento dominante na época sobre a profissão de enfermeira correspondia ao nível da quase totalidade dos elementos então atuantes, recrutados quase que invariavelmente entre antigas doentes indigentes, que não tendo para onde ir após a cura, permaneciam no hospital a prestar serviços de servente e terminando por se arvorarem em ‘enfermeiras’, quando para os pequenos misteres de enfermagem, se mostravam capazes. A visita de Carlos Chagas aos Estados Unidos e a campanha da opinião

pública já vigorosamente levantada por Plácido Barbosa, Fontenelle, Emydio Maltos, Gustavo Lessa, Carlos Sá e outros vultos da época, determinavam o entendimento entre a nossa repartição sanitária e a Benemérita Fundação Rockefeller para a vinda de uma enfermeira, destinada a treinar pessoal no Brasil. Essa enfermeira foi Ethel Parsons. Recordo-me hoje, dos tremendos obstáculos que de início teve que enfrentar. Desconhecendo praticamente o idioma, os hábitos e o meio social brasileiros, cercada de um número reduzidíssimo de elementos capazes de compreender-lhe a missão, teve Miss Parsons que limitar os seus primeiros trabalhos a treinar em cursos rápidos as ‘Visitadoras’ então existentes e ‘vender’ a idéia da enfermagem tal como hoje é entendida essa profissão liberal. Ao ser criada anexa ao Hospital S. Francisco de Assis a Escola Ana Nery, poucos se dão conta hoje, dos obstáculos incríveis que teve de superar a inigualável batalhadora.

As instalações do internato eram julgadas um luxo supérfluo e não faltavam críticas severas ao ambiente, ao sistema de vida social, ao nível em que ela colocava as primeiras alunas que com tanto esforço havia podido recrutar. Por outro lado, a disciplina na Escola e a rigidez dos trabalhos sobretudo hospitalares eram mal compreendidos pelas famílias que haviam julgado tal curso como um predicado a ser acrescido aos seus rebentos, com aprendizado em manequins longe dos cheiros, das mazelas e dos órgãos afetados dos doentes do hospital. Mais talvez do que o alto nível técnico que Ethel Parsons tenha emprestado na época a Escola Ana Nery, devemos todos, a impregnação da mística de enfermagem, da nobreza da profissão, da dignidade necessária à formação profissional, o senso de ética e responsabilidade que sem dúvida a ela devem todas as que vieram pelo tempo afora se entregando a esse honroso mister.

As solenidades escolares, sobretudo a de formatura, passaram a ser acontecimentos parelhos à colação de grau em nossas Escolas Superiores. Pouco a pouco, com uma perseverança de missionária, ela foi abatendo os obstáculos, conquistando a classe médica ainda desafeita a entregar a enfermeira alguma coisa além das injeções e ministração de dietas e medicamentos (FERREIRA, 1953, p. 227-229).

Discursos como esses que se reportam à década de 1920 e que falam sobre as doenças pestilenciais, o grande mal responsável pelas mazelas nacionais, pelo atraso e pela degeneração da raça e a proposição da solução do problema por meio da pedagogia do higienismo, são recorrentes na historiografia brasileira. E é nesses discursos que a formação da mulher-enfermeira quase sempre ganha visibilidade. O médico Lourival Ribeiro, presidente da Sociedade Brasileira de Tuberculose, na década de 1920, tece inúmeras considerações a respeito dos “velhos e novos conceitos sobre os profissionais de enfermagem no Brasil”:

A árdua luta que as enfermeiras sustentaram para bem se conceituarem, moral e profissionalmente, na opinião pública, durou tempo e muito lhes

custou em doutrina e ação. É que a falta de escolas regulares e de leis disciplinadoras da profissão deram ensejo a que qualquer um a exercesse sem os conhecimentos elementares, sem ética, sem normas, sem princípios, sem entusiasmo e sem fé. [...] Então passou a ser chamado enfermeiro todo aquele que, não sendo médico ou estudante de medicina, cuidava de doentes nos hospitais ou servia aos clínicos nos consultórios (RIBEIRO, 1954, p. 42).

De acordo com Carlos Chagas Filho, em seu livro *Meu Pai*, a notícia da chegada da missão norte-americana no País não escapou à verrina de alguns opositores de Carlos Chagas que, com malícia, exibiram nos jornais retratos de beldades “hollywoodianas” como se fossem as norte-americanas que vieram prestar relevantes serviços à Escola Anna Nery (CHAGAS FILHO, 1993).

De acordo com Santos e Barreira (2002), a Missão Parsons teria enfrentado uma série de “obstáculos” para o sucesso do empreendimento, quer por parte dos grupos que se sentiram diretamente afetados pela introdução de um novo agente no campo da saúde, quer por inimigos políticos do governo, que viam na Missão e em suas obras, alvos preferenciais de críticas, apresentando argumentos de toda ordem: improbidade da profissão “enfermeira de saúde pública”, que, desacompanhada, visitava casas alheias – vista como uma “novidade americana”; a discriminação racial que proibia o ingresso de negras e mestiças na escola; o rigoroso regime de trabalho caracterizado como uma exploração das jovens brasileiras e ainda o internato, considerado com um luxo supérfluo (SANTOS; BARREIRA, 2002, p. 49).

O que esses discursos mostram é que a Missão Parsons utilizou diversas estratégias para introduzir no País os novos saberes e as novas práticas no campo da enfermagem pelo viés da formação profissional. Para esse propósito a Missão parece ter adotado duas estratégias que não estão explícitas na historiografia da enfermagem brasileira. De um lado, para autorização e legitimação de suas ações, concorreram os discursos de desautorização das práticas de enfermagem do passado; de outro, essas mesmas práticas foram traduzidas como obstáculos ao sucesso da Missão. Ou seja, as ações de enfermagem do

passado atuam como obstáculos às novas práticas instituídas pela Missão ao mesmo tempo em que aquelas são desautorizadas<sup>34</sup>.

Nesse sentido, é possível dizer que o êxito auferido pela Missão Parsons não reside apenas no fato de ter introduzido no Brasil um modelo de formação enfermeira, mas, também, por angariar para si os frutos de ter inserido no País a profissionalização da “enfermagem moderna”, da forma como se encontra cristalizada na historiografia brasileira<sup>35</sup>. Isto é, o modelo de concepção norte-americana, em que a enfermeira de saúde pública se tornara a figura central na luta sanitária mundial, passa a ser o modelo de profissionalização de enfermagem do País.

De acordo com Miranda (1996, p. 199), de um lado, havia condições históricas e sociais favorecendo a institucionalização da profissão no Brasil; de outro, a figura de Ethel Parsons, revestida de uma “Florence americanizada”, teria sido fundamental para o sucesso da Missão. É o que se observa nas afirmações do médico sanitário Lourival Ribeiro, ao dizer que as enfermeiras americanas encarregadas da organização da escola e da preparação e orientação das futuras enfermeiras procuraram zelar pela parte técnica e, também, pelas atitudes e maneiras como elas deviam apresentar-se em face de um público exigente e desconfiado. Ou seja, segundo Dr. Lourival Ribeiro, Parsons fazia freqüentes circulares instrutivas às supervisoras (RIBEIRO, 1954). Para exemplificar tal situação, esse médico apresenta a Circular nº 56, de Mrs. Ethel Parsons, de 10 de fevereiro de 1927, dirigida a Mrs. Jonson:

Tem sido grande a minha surpresa ao ver, por vezes, enfermeiras de saúde pública do nosso corpo de enfermeiras, com seus uniformes não somente mal tratados mas mesmo rasgados e mal remendados, o que lhes dá uma

---

<sup>34</sup> Essas questões, bem como a apologia do sucesso da Missão Parsons exigem estudos mais aprofundados para que possamos melhor compreender o movimento de profissionalização da enfermagem no país.

<sup>35</sup> O modelo de enfermeira-padrão institucionalizado pela missão norte-americana no Brasil, configurando a identidade da enfermagem brasileira pode ser conferido em SAUTHIER; BARREIRA (1999). Um modelo de enfermeiras em que “conscientes da sua superioridade profissional, cientificamente fundada, tecnicamente competente e com o domínio da arte, as enfermeiras ananeri passaram a se perceber, por sua vez, como o padrão a se imitado, imbuindo-se de sua missão de disseminar a enfermagem moderna na sociedade brasileira” (SAUTHIER; BARRREIRA, 1999, p.164).

aparência de grande desmazelo. [...] é natural que elas não possam imaginar as dificuldades com que tivemos de lutar para elevar o Serviço de Enfermeiras ao ponto de prestígio atual. Uma das grandes dificuldades que encontramos, foi conseguirmos o salário atual [700\$000] para enfermeiras de saúde pública, que, conforme devem saber, é mais elevado do que os salários pagos às mulheres em outras profissões aqui no Rio de Janeiro. Um dos motivos que me levaram a insistir tanto sobre esse salário elevado foi a fim de que as enfermeiras pudessem sempre estar com seus uniformes bem arranjados, para poderem ter boa aparência. Além disso, estou firmemente convencida de que o estado em se apresentam os uniformes e as maletas de uma enfermeira, indicam claramente qual a qualidade de seu trabalho [...] (RIBEIRO, 1954, p. 50).

As enfermeiras norte-americanas queriam cumprir sua missão apresentando ao governo brasileiro os resultados de um trabalho comissionado de qualidade e que se mantivesse como tal. Assim, em 1931, com dez anos de permanência da Missão no País, não havia sido criada outra escola de enfermagem. Antes que isso ocorresse e a escola passasse às mãos de enfermeiras brasileiras, a Escola Anna Nery foi considerada a escola oficial-padrão para efeito de equiparação e reconhecimento de outras escolas de enfermagem que viessem a ser criadas, com o intuito de continuar garantindo o alto nível de formação profissional de enfermagem no Brasil (BAPTISTA; BARREIRA, 1997).

Ao que tudo indica, no processo de institucionalização da enfermagem como profissão no Brasil pelas enfermeiras norte-americanas, elas não queriam incorrer nos mesmos erros da sua institucionalização nos Estados Unidos<sup>36</sup>. Como dizia Bertha Pullen (1934, p. 12), diretora da EEAN (1927-1931 e 1933-1938),

se permitirmos que os hospitais abram Escolas de Enfermagem com o objetivo de obter um processo barato de assistência aos doentes internados, ou, se nos permitirmos trabalhar em instituições onde pessoas de instrução deficiente tenham remuneração equivalente, forçosamente auxiliaremos a escravização da profissão à exploração econômica, ao mesmo tempo que criamos tal empecilho ao seu desenvolvimento que serão precisas muitas gerações para vencê-lo. [...] As enfermeiras bem preparadas têm um

---

<sup>36</sup> A institucionalização da enfermagem como profissão nos Estados Unidos deu-se, inicialmente, de forma vinculada e articulada às instituições hospitalares. Com isso, a profissão perde algumas características do sistema *nightingale* de ensino que lhe deu origem. Ao alterar a finalidade do curso, passou a predominar o sistema de treinamento em serviço, em que eram dadas apenas algumas aulas teóricas para justificar o título de escola que o hospital conferia à instituição. A vinculação da escola aos hospitais, com a assistência aos doentes como finalidade precípua, relegaria a segundo plano o objetivo educacional. Ou seja, as alunas dedicavam-se exclusivamente à prática e tinham pouca ou nenhuma instrução teórica.

argumento persuasivo a apresentar ao público e esse é o seguinte: a vida do doente está mais segura nas mãos de uma enfermeira diplomada; o doente tem maior garantia de restabelecimento; a observação científica tem valor real para o médico; elas podem economizar despesas ao hospital, pelos seus esforços; e, ensinando os preceitos de saúde são ainda auxiliares prestimosas à economia nacional.

De um lado, é importante destacar que no âmbito das relações sociais e culturais em geral e especificamente de gênero, que eram estabelecidas de forma desigual entre médicos higienistas-sanitaristas e as enfermeiras norte-americanas, a Missão Parsons teria travado grandes embates no campo das lutas das representações. De outro, para vencer os obstáculos que se colocaram em seus planos, Sauthier e Barreira (1999) dizem que Parsons tinha a seu favor o poder que lhe conferia a Fundação Rockefeller, ou seja, o financiamento da Missão por esta instituição permitia-lhe a não-subordinação aos médicos brasileiros, além de possuir uma equipe de enfermeiras selecionadas para realizar o empreendimento.

Sauthier e Barreira (1999, p. 135) referem-se ainda à particularidade que exigiu adaptações na filosofia do curso de enfermagem, uma vez que as alunas, na maioria, eram católicas, e as suas professoras, as enfermeiras da Missão, eram protestantes. Ademais, de acordo com os seus estudos, “as origens da Fundação Rockefeller e a orientação religiosa da Missão influenciaram a demanda pelo curso”. Sem dúvida, as diferenças são grandes nos valores, nas crenças, em suma, na visão de mundo professada por essas confissões religiosas. Contudo, essas diferenças tendiam a ser percebidas muito mais formalmente do que na prática, nas quais, certamente, as tensões e os conflitos eram minimizados.

O que se pode observar é que no processo de institucionalização da enfermagem como profissão, havia, por parte de alguns de seus precursores, a busca de se desvencilharem do *tradicionalismo*, uma dimensão particular do catolicismo. Essa estratégia, articulada com a construção sociocultural de gênero na enfermagem, constrói-se, no entanto, de acordo com a marcante questão vocacional da profissão. A idéia de “um chamamento divino”, de uma



vocação, de uma missão, de um espírito de serviço são elementos que se impregnaram na prática da enfermagem. A noção de vocação está associada, de acordo com Weber (1993), à emergência de um tipo ideal de homem instituído na modernidade. Para esse autor, vocação abrange, ao mesmo tempo, o sentido religioso de um “chamamento interior” e o sentido atribuído ao trabalho no mundo moderno. Isto é, a internalização do sagrado potencializa o espírito e permite ao homem intervir ativamente no mundo, transformando-se e construindo-se por meio de uma carreira “vocacionada”.

É oportuno ressaltar que Nightingale vinculou as categorias vocação e profissão. Ou seja, o que se convencionou chamar de “enfermagem moderna” compreendia tais dimensões e objetivava, fundamentalmente, desenvolver uma prática eficaz e um saber de enfermagem socialmente legitimados, fora do controle das ordens religiosas. O que Florence Nightingale propôs, ou seus biógrafos e pioneiros historiadores da enfermagem pretenderam foi dizer que, ao institucionalizar-se como profissão, ocorreram duas rupturas com as práticas de enfermagem que eram exercidas naquela época. A primeira ruptura acontece com uma prática de enfermagem “tradicional” – a religiosa, a segunda com o rompimento com a prática de enfermagem que emerge com a lacuna na prática de enfermagem provocada com a primeira ruptura – a enfermagem sendo exercida por pessoas desqualificadas, técnica e moralmente. Como parte de um mesmo processo, ambas as rupturas teriam sido propostas e se concretizaram conforme a maioria dos estudos históricos brasileiros sobre a enfermagem<sup>37</sup>.

Se, de um lado, Florence Nightingale teria afirmado que a identidade da enfermeira era constituída por atributos inerentes à vocação e à moralidade da profissão, de outro, ela se preocupava com os aspectos relacionados à sua formação técnico-científica. Nesse sentido, os estudos historiográficos brasileiros que afirmam que a profissionalização foi

---

<sup>37</sup> Alguns, contudo, estudos avançam em suas análises sobre as rupturas e as continuidades, como os de REZENDE, 1993 e LUNARDI, 1998.

prejudicada pela idéia de uma “vocação para a enfermagem” como se não fosse possível a articulação de vocação com profissão precisam ser reconsiderados<sup>38</sup>.

Em síntese, dentre os diversos legados da missão norte-americana, como os instrumentos legais que nortearam o ensino e asseguraram o exercício da profissão, pode-se destacar a institucionalização de rituais “que perpetuaram os mitos e a mística da enfermagem”, como mostram Sauthier e Barreira (1999, p. 162):

Ethel Parsons tornou-se, no Brasil, o objeto de heroificação, que visava legitimar o movimento pela implantação da Enfermagem Moderna no País. No entanto, ao contrário do que ocorreu na sociedade norte-americana, onde se procurou colocar em destaque as pioneiras nativas, no Brasil, foram consideradas como legítimas sucessoras de Florence as enfermeiras da Missão. Além de se prestarem a essas idealizações, essa heroificação foi fruto de uma construção coletiva, reflexo da inculcação de um sistema de valores, que se constituiu em revelador ideológico. As líderes da Missão incorporaram o ideal da boa enfermeira, preconizado por Florence, em oposição ao passado, no qual a enfermagem foi exercida por pessoas de baixa reputação moral, decorrendo daí o culto a essas personalidades, nas quais era necessário espelhar-se.

Tratando-se de Florence Nightingale como mito fundador da profissão, a historiografia da enfermagem brasileira já vem discutindo a atuação de outros idealizadores da institucionalização da enfermagem “moderna”, mostrando-nos que Nightingale foi uma de suas precursoras<sup>39</sup>. Contudo, sem dúvida alguma, ela é uma figura emblemática da enfermagem e constitui um mito de origem, cheio de contradições, mas que se mantém até nossos dias, arraigado e cristalizado na historiografia da enfermagem mundial.

Enquanto Florence representa um mito mundial, vários países elegeram seus

---

<sup>38</sup> No campo da história da educação, os estudos que trazem à tona a questão da formação docente podem contribuir nesta discussão. Conferir os trabalhos de FARIA FILHO, 2000 e NÓVOA, 1991.

<sup>39</sup> A esse respeito conferir PADILHA; NAZÁRIO, 1999.

próprios mitos. No Brasil, temos a heroína Ana Néri<sup>40</sup>; no Canadá, Petitat (1989) faz referência à Jeanne Mance e às similitudes do caráter pessoal e da natureza dos trabalhos e obras realizados por Nightingale. Como diz o autor, há um conjunto de elementos na obra e no mito que influenciaram o movimento de profissionalização da enfermagem. Dentre eles, destaca-se o amor e a dedicação ao próximo; a organização e a valorização do saber e do trabalho; a iniciativa, a competência e afirmação do profissional; um serviço de qualidade; a laicização do trabalho caritativo e uma vida da mulher voltada à ação.

Há, ainda, referências na revista *A Enfermagem em Minas* sobre a heroína da enfermagem japonesa Take Hagiwara que, à semelhança de Florence, tinha “uma vocação ardente e imperiosa [...]. Durante mais de quarenta anos, dedicou todos os momentos de sua vida ao alívio dos sofrimentos humanos” (A ENFERMAGEM EM MINAS, 1937d, p. 32).

Em suma, pode-se afirmar que o modelo de formação de enfermeira que institucionalizou a enfermagem como profissão no Brasil não é nem norte-americano nem inglês, pois, ao ser institucionalizado nos Estados Unidos, o sistema *nightingale* sofre diversas adaptações de acordo com as condições históricas daquele país. Ao ser instituído no Brasil, foi sofrendo outras transformações de acordo com a realidade brasileira, incorporando não só idéias norte-americanas, mas também de outros modelos culturais, principalmente aqueles oriundos do campo da educação pós-revolução de 1930. Como mostra Carvalho (1998, p. 20), “ao facilitar e intensificar a circulação de idéias e as trocas culturais, a Revolução de 30 teria também potencializado o debate educacional que vinha sendo travado desde a década anterior”.

---

<sup>40</sup> A constituição do mito Ana Néri ocorreu durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), em que Ana Justina Ferreira Néri se coloca à disposição do governo para os cuidados com os feridos de guerra. Na época, era viúva de oficial, mãe de dois filhos médicos e um oficial do exército, portanto, de condição social privilegiada. O principal motivo de seu voluntariado deve-se ao fato de dois dos seus filhos e dois irmãos oficiais se encontrarem nos campos de batalha. Por seu espírito de dedicação e incansável assistência dispensada aos soldados, ao final da guerra, foi condecorada pelo governo imperial brasileiro, tendo recebido o título de “Mãe de Brasileiros” e as medalhas humanitárias de segunda classe de campanha.

## **1.2 Os debates em torno da escolarização e da profissionalização da enfermagem em Minas Gerais**

A historiografia da enfermagem brasileira vem registrando as transformações no campo da enfermagem ocorridas a partir da década de 1930. Esses estudos têm enfatizado, principalmente, “A Escola Anna Nery no ‘front’ do campo da educação em enfermagem e o (re) alinhamento de posições de poder (1931-1949)” como se intitula a tese de doutorado de Antonio José de Almeida Filho (2004). Esse trabalho e outros anteriores analisaram aspectos da formação da enfermeira e da institucionalização do exercício profissional ocorridos no âmbito de reformas educacionais e sanitárias, levando em consideração os vínculos entre instituições religiosas e políticas no Brasil e a “necessidade que as congregações religiosas da Igreja Católica sentiam, com o intuito de manter sua hegemonia no campo da saúde, em especial na área de Enfermagem, tanto no âmbito administrativo, quanto assistencial” (ALMEIDA FILHO, 2004, p. 1). Ieda de Alencar Barreira, historiadora da enfermagem brasileira, apresenta dois estudos que tratam dessas transformações da prática da enfermagem na década de 1930. No primeiro estudo, a autora afirma que a enfermagem se expandiu e se modificou para “acompanhar a ampliação do Estado burocrático”. Ou seja, “em um contexto de uma política de proteção ao trabalhador, desenvolveu-se uma política de incentivo à abertura de hospitais públicos e privados, [...]”. Assim, “a prática da enfermagem na década de 30 caracteriza-se como o início da transição de um modelo de saúde pública urbana para um modelo de assistência hospitalar” (BARREIRA, 1999, p. 129). No segundo trabalho, Barreira e Baptista (2002, p. 205), ao se concentrarem na análise no período do Estado Novo (1937-1945), evidenciaram as “profundas alterações, em termos de formação profissional, mercado de trabalho e institucionalização do exercício da enfermagem, as quais ocorreram no

bojo de reformas educacionais e sanitárias, em meio a um crescente poder da Igreja católica e da forte influência norte-americana no contexto da segunda guerra”. E, segundo as autoras, “este jogo de forças” teria determinado “a reconfiguração da identidade da enfermeira brasileira e do próprio **campo da enfermagem**”.

Certamente essas transformações ocorridas no campo da enfermagem guardam relações com as drásticas mudanças do cenário político, econômico, social e cultural do País na década de 1920 e que passam a se concretizar a partir da Revolução de 1930. Nessa época, Minas Gerais, como outros Estados brasileiros, encontrava-se em processo de recuperação política e econômica, bem como esse é um período histórico que coincide com a chamada Era Vargas (1930-1945). O regime político centralizador e autoritário modifica o quadro político e econômico brasileiro, gerando transformações em todos os setores da sociedade, inclusive na saúde e no exercício da enfermagem, uma profissão que se encontrava, ainda, em fase embrionária no Brasil.

Do ponto de vista da educação, Ana Maria Casasanta Peixoto (2004) refere-se ao período pós-Revolução de 1930 como “de grande agitação no campo político-ideológico”, com o governo atuando para conter a crise econômica e social e a educação ocupando papel de destaque. De acordo com a autora

a consciência da precariedade de nossas instituições educacionais e a crença generalizada do poder da escola na construção do indivíduo e da sociedade fazem dela objeto de disputa pelos diferentes grupos, que aspiram a hegemonia no controle do processo político [...], tornando o pós-1930 um verdadeiro palco de disputa de orientações para a definição de seus rumos, no país (PEIXOTO, 2004, p. 271).

Ainda, de acordo com essa autora, Minas Gerais

como um dos pioneiros em incorporar o ideário escolanovista no sistema público de educação, um dos estados líderes do movimento que culminou na Revolução de 1930 e um dos mais fortes redutos da religião católica no país, não poderia se manter à margem dessa intensa movimentação em torno da escola (PEIXOTO, 2004, p. 272).

Neste sentido, “no que se refere a Minas Gerais, a força da Igreja Católica na sociedade da época influencia no discurso e na prática governamental com desdobramentos na conformação do sistema escolar” (PEIXOTO, 2004, p. 279). Ou seja,

a ausência de fronteiras entre o discurso oficial e o discurso católico nos permite afirmar que, em seu esforço em evitar um choque com a Igreja, o governo mineiro se apropria de sua estratégia discursiva, passando também ele a defender um escolanovismo católico, que se reflete na conformação de seu sistema educacional e penetra nas escolas, influenciando suas práticas (PEIXOTO, 2004, p. 291).

É nessa efervescência político-pedagógica, que toma conta da sociedade brasileira e mineira pós-Revolução de 1930, articulada às mudanças econômicas, sociais e culturais, que o intervalo de dez anos entre a criação da EEAN e da EECC pode ser entendido. A questão parecia ser: Como dar continuidade ao projeto de institucionalização da enfermagem como profissão diante da emergência de novas forças sociais, políticas e culturais que implicavam grandes transformações nos rumos do País? O projeto “Enfermagem padrão” foi uma “aventura” de seus idealizadores que teria dado certo; isto é, de acordo com a historiografia da enfermagem brasileira, teria ocorrido a implantação de um modelo de formação de enfermeira no País, de acordo com o projeto inicial da Missão de Cooperação Técnica de enfermeiras norte-americanas. No entanto, este projeto tornou-se inviável diante do forte apelo ao discurso nacionalista que se instalou no País a partir da década de 1920. Mesmo com “a persistência americana” na EEAN, com a prorrogação do convênio com a Fundação Rockefeller, de 1933 a 1938, de acordo com Santos e Barreira (2002), a enfermeira norte-americana Bertha Pullen, em seu segundo mandato, teria enfrentado inúmeras dificuldades “de ordem política, institucional e até pessoal, terminando sua gestão já sem condições de exercer a liderança, necessária ao seu bom desempenho” (SANTOS; BARREIRA, 2002 p. 109).

Nesse sentido, algumas das questões até aqui levantadas relativas ao processo de institucionalização da enfermagem como profissão no Brasil são fundamentais para o entendimento das semelhanças e das especificidades da sua institucionalização no Estado de

Minas Gérias. Ademais, é importante lembrar e ressaltar, como mostra Bourdieu (1989, p.81), que

a razão e a razão de ser de uma instituição (ou de uma medida administrativa) e dos seus efeitos sociais, não está na “vontade” de um indivíduo ou de um grupo mas sim no campo de forças antagonistas ou complementares no qual, em função dos interesses associados às diferentes posições e dos *habitus* dos seus ocupantes, se geram as “vontades” e no qual se define e se redefine continuamente, na luta – e através da luta – a realidade das instituições e dos seus efeitos sociais, previstos e imprevistos.

Assim, a busca de uma possível ruptura com uma prática de enfermagem tradicionalmente estabelecida, com a introdução de um novo profissional na área da saúde, visando elevar o padrão dos serviços prestados aos doentes, não foi tarefa fácil para as enfermeiras norte-americanas, como também não foi para a enfermeira brasileira que organizou a EECC. Como afirma Pires (1989), o processo de firmar-se como profissão organizada sob controle e princípios próprios, utilizando os conhecimentos das demais áreas da ciência, já acumulados, e produzindo um saber próprio no campo da saúde, é ainda hoje, mais de cem anos depois da estruturação da enfermagem no modelo de uma profissão organizada, motivo de conflitos e de disputas na área da saúde<sup>41</sup>.

Tratando-se das condições sanitárias do Estado de Minas Gerais e da necessidade de pessoal qualificado para implementar e coordenar as ações de saúde pública perante a população, no início de 1933, teriam ocorrido circunstâncias semelhantes àquelas que motivaram a vinda da enfermeira norte-americana Ethel Parsons para o Rio de Janeiro, em 1921. Se Ethel Parsons foi convidada pelo governo brasileiro para planejar, organizar e implementar o Serviço de Enfermeiras Sanitárias no âmbito da reforma sanitária que se desenvolvia no País, Laís Netto dos Reys foi convidada onze anos depois, pelo governo de Minas Gerais, para realizar um trabalho similar no âmbito do Estado.

---

<sup>41</sup> Haja vista o Projeto de Lei do Senado 25/2002, atualmente em tramitação no Congresso Nacional, que define o Ato Médico, centralizando na figura do médico todas as questões de saúde, alijando todos os demais profissionais da área.

Apesar da falta de dados que informassem como se deu a transferência de Laís do governo federal para a instância estadual – a pedido de quem, quais os motivos, quem eram os principais atores interessados –, alguns elementos indicam que Laís não via a hora de colocar os seus “saberes e fazeres da enfermagem” à disposição do País.

Segundo Sauthier e Barreira (1999), no final da década de 1920, muitas enfermeiras e alunas da EEAN não suportavam mais o domínio das norte-americanas porque elas julgavam que já tinham pago alto preço para que as enfermeiras da Missão fizessem a organização da Escola, pois somente disso foram incumbidas pelo governo brasileiro. Entre essas enfermeiras que se sentiam incomodadas com a persistente presença das norte-americanas e que estavam habilitadas formalmente para assumir as rédeas da enfermagem brasileira encontrava-se Laís Netto dos Reys. Ao diplomar-se na primeira turma da EEAN, em 1925, Laís Netto dos Reys partiu, nesse mesmo ano, para os Estados Unidos para um curso de pós-graduação em Enfermagem com financiamento pela Fundação Rockefeller. Acompanhou o trabalho assistencial e administrativo do Hospital Geral da Filadélfia, o serviço de doenças contagiosas e o de saúde pública. Regressando ao Brasil em 1926, assumiu a chefia do Centro de Saúde de Inhaúma, na cidade do Rio de Janeiro. Em fins de 1928 visitou escolas de enfermagem e hospitais da Europa e fez um curso de Psicologia e Pedagogia na Sorbonne e na Universidade Católica de Paris<sup>42</sup>. Em 1929, organizou e chefou o serviço de enfermagem do Hospital São Sebastião do Rio de Janeiro e nesse mesmo ano foi nomeada assistente da Diretoria da EEAN. Em 9 de março de 1931, após desentendimentos com a diretora americana Bertha Pullen, foi colocada à disposição do Secretário de Educação e Saúde Pública de São Paulo para organizar o serviço de enfermagem de saúde pública do Estado (SAUTHIER; BARREIRA 1999).

---

<sup>42</sup> Os estudos de Laís Netto dos Reys nos Estados Unidos foram financiados pela Fundação Rockefeller; dos realizados na Europa não se têm informações sobre apoio financeiro.



Durante a permanência de Laís Netto dos Reys em São Paulo, foram encontradas referências sobre a participação da EEAN na Revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1932, em que a corporação de enfermeiras voluntárias liderada por Rachel Haddock Lobo, diretora daquela Escola, desfrutou *de grande consideração com o Governo Getúlio Vargas* (ALMEIDA FILHO; SANTOS, 2003, p.585). Há referências, também, de que *do outro lado da luta*, Laís Netto dos Reys, uma *católica convicta*, enfermeira do DNSP, então comissionada pela Secretaria de Estado de Educação e Saúde Pública de São Paulo, “organizou para as senhoras da sociedade paulista, na Cruz Vermelha daquele estado, um curso de emergência de três semanas para atender às necessidades da Revolução; terminado este curso, ela dirigiu um corpo de voluntárias assumindo a chefia do hospital de sangue da Cruz Vermelha” (BARREIRA, 1999b, p. 132, grifo nosso).

Na verdade, apesar de esses estudos passarem a idéia de campos de luta opostos, as enfermeiras representantes da escola oficial de enfermagem e aquelas organizadas por Laís Netto dos Reys teriam se colocado ao lado da luta do governo de Getúlio Vargas. Esse fato pode ter contribuído para a transferência de Laís para Minas Gerais. Além do mais, segundo, Waleska Paixão, “D. Laís tinha um irmão que estava muito envolvido na política de Getúlio Vargas” (PAIXÃO, 1993, p. 9), o que pode ter favorecido mais ainda os acordos políticos entre os órgãos governamentais. Almeida Filho (2004) também se refere à “presença de um familiar de Laís Netto dos Reys no centro do poder político do País”, o que teria estabelecido “relações de cordialidade entre esta e o então presidente Getúlio Vargas, concorrendo para aumentar seu prestígio pessoal e, por conseguinte, da enfermagem brasileira” (ALMEIDA FILHO, 2004, p. 63).

Se não foram encontrados registros sobre a transferência de Laís do Estado de São Paulo para Minas Gerais, pôde-se constatar que é na gestão de Ernani Agrícola que o ministro da Educação e Saúde Pública coloca a enfermeira Laís Netto dos Reys à disposição da

Secretaria de Educação e Saúde de Minas Gerais para atuar como superintendente da Diretoria de Saúde Pública, organizando e dirigindo o “Serviço de Enfermeiras de Saúde Pública”. Em Relatório do Serviço de Enfermeiras, compreendendo os meses de fevereiro e março de 1933, Laís, dirigindo-se ao Dr. Ernani Agrícola, assim se pronuncia:

Vimos trazer-vos, em sucinta e breve exposição, o relatório dos trabalhos realizados e dos em iniciação desde 1º de fevereiro do corrente, quando recebemos de vossas mãos a difícil mas grata tarefa de organizar e superintender os serviços de enfermagem da Diretoria de Saúde Pública de Minas [...] (REYS, 1933, p. 1).

De acordo com Laís Netto dos Reys, o serviço de enfermagem era executado na área da saúde pública por pessoas leigas e sem qualificação; na área hospitalar a assistência aos doentes ficava a cargo dos práticos de enfermagem, leigos e religiosos, sob a supervisão das religiosas.

Ernani Agrícola, diretor da Saúde Pública, ao apresentar o relatório, em 1932, relativo a 1930 e 1931, ao Secretário de Educação e Saúde Pública, Dr. Noraldino de Lima, manifesta sua preocupação com os “múltiplos problemas sanitários” que acometiam o Estado, sendo um deles a assistência médico-hospitalar, o que não era atribuição da Diretoria de Saúde Pública, conforme considerações tecidas por ele:

É vezo antigo e arraigado considerarem-se como atribuições de saúde pública os serviços de assistência médica. Isto tem contribuído para retardar a solução dos múltiplos problemas sanitários que nos assoberbam. Desviada a atenção para os serviços de assistência médica, as autoridades sanitárias se descuidam dos trabalhos profiláticos e se afastam dos verdadeiros caminhos para a higienização do povo. [...] Não sou e nem podia ser contra a assistência médica, mas sim contra o desvirtuamento da obra sanitária. As verbas destinadas à saúde pública devem ser empregadas exclusivamente nos serviços sanitários e aqueles a quem cumpre a missão de realizá-los não podem e não devem, sob o pretexto de uma precária obra humanitária, desviar as atividades e os recursos de que dispõem para os serviços sem finalidade sanitária, profilática e educativa. Para melhor eficiência dos trabalhos, os serviços de assistência médica devem constituir uma diretoria à parte, com orçamento próprio. (AGRÍCOLA, 1932, p. 6-7)<sup>43</sup>.

---

<sup>43</sup> A grafia dos documentos analisados neste estudo foi atualizada.

Nessa fala do Diretor de Saúde Pública é demonstrada a preocupação da Diretoria em distinguir os espaços da saúde: os de ordem sanitária e de “higienização do povo” daqueles de assistência médica, que eram os serviços de saúde dos hospitais que começavam a se organizar no Estado desde o início de 1900. Essa distinção fazia-se necessária, principalmente em virtude da escassa verba pública destinada à atenção à saúde da população. Ressalta-se que, à época, cabia à iniciativa particular os investimentos em hospitais que recebiam pequenas subvenções do Estado.

Pelas contribuições feitas pelo médico Pedro Salles (1966, 1967) para a história da medicina de Belo Horizonte foi possível identificar alguns elementos que configuravam o campo da saúde em Minas Gerais nas primeiras décadas do século passado. Segundo esse autor, no campo da assistência à saúde hospitalar, a iniciativa privada, com o apoio do Estado, fundou o primeiro hospital de Belo Horizonte – a Santa Casa de Misericórdia –, que começou a funcionar no dia 7 de setembro de 1899, em barracas de lonas pertencentes à Diretoria de Higiene e cedidas pelo governo do Estado. O início de sua construção ocorreu em julho de 1900 e primeira enfermaria foi inaugurada em fevereiro de 1901 (SALLES, 1966).

Em 1910 foi inaugurado o Hospital de Isolamento idealizado por Dr. Cícero Ferreira. Em 1914, foi criado o Hospital Militar e, no início da década de 1920, “houve uma verdadeira eclosão de hospitais, com menor capacidade, e já especializados” (SALLES, 1966, p.61). Como, por coincidência, todos eram localizados no Bairro Santa Efigênia, o bonde que servia o bairro tinha o apelido de “bonde dos doentes”. Em 1921, começou a funcionar o Hospital São Vicente de Paulo. Para se ter uma idéia das precárias condições de funcionamento desses hospitais, Pedro Salles, médico que atuou no Hospital São Vicente, diz: “Testemunhamos o verdadeiro malabarismo dos administradores (médicos e Irmãs Vicentinas) para manter a casa em funcionamento. Não se podia jogar fora nem alguns restos

de catgut<sup>44</sup>. O carretel desfalcado era guardado em álcool iodado para servir em operações sépticas” (SALLES, 1966, p. 62).

Tratando-se da necessidade de formação de pessoal para assumir ações de enfermagem, na inauguração da Maternidade Hilda Brandão, anexa à Santa Casa de Misericórdia, em 24 de junho 1916, o Dr. Olympio da Fonseca, Secretário-Geral da Academia Nacional de Medicina, em seu discurso como paraninfo do evento, fala sobre a criação nesse estabelecimento de uma “Escola de Enfermeiras”. Uma escola com as acomodações necessárias para receber candidatas que “escolhidas em boa sociedade poderão adquirir o conhecimento perfeito do seu mister e até mesmo algumas noções do parto natural [...]” (FONSECA, 1916, p. 11). Entretanto, não foram encontrados registros sobre o funcionamento de tal escola. De um lado, apesar do discurso enunciado na solenidade de inauguração da Maternidade de propagar a utilidade desta para a saúde das mulheres, a idéia de hospitalização não era bem aceita pela população. Em estudo que trata da institucionalização da medicina em Belo Horizonte, Marques (2003, p. 112) informa que “a criação de instituições médicas e o contato com a modernidade de técnicas e equipamentos geralmente importados, não garantiam a aceitação da proposta médica”. De outro lado, as representações da Maternidade mostram que “as ‘senhoras de bem’ tinham seus filhos em casa, assistidas por uma parteira, [...]. A idéia de uma maternidade só poderia, no entender da elite, favorecer àquelas mulheres que tinham seus filhos longe de um lar estabelecido, como as mães solteiras e as prostitutas” (MARQUES, 2003, p. 104).

Outra iniciativa de profissionalização de pessoal para o campo da enfermagem está registrada no jornal *Minas Geraes*, de 5 e 6 de novembro de 1917, com a publicação de um estatuto de criação de uma “Escola Prática de Enfermeiros”. De acordo com este estatuto, “nessa escola será ministrado às pessoas do sexo masculino e feminino o ensino teórico-

---

<sup>44</sup> Fio cirúrgico usado para suturas.

prático de padioleiros e enfermeiros”. Ainda segundo o estatuto, a escola funcionará no Pavilhão Carlos Chagas, onde será ministrada a parte teórica, e o curso terá duração de três meses. A parte prática será ministrada de acordo com os respectivos professores nas clínicas hospitalares e institutos congêneres. Além do item *Da Escola*, o Estatuto apresentou os itens relativos a *Do pessoal; Dos alunos; Do exame e certificado; Programa e Parte especial*. Foi assinado por Samuel Libânio, Diretor da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte<sup>45</sup> e pelos professores drs. Álvaro de Barros, Borges da Costa, Eurico Vilela, Pires de Sá, Octaviano de Almeida, Dario de Aguiar, Hugo Werneck, Alfredo Balena, Santa Cecília, Renato Machado e J. Castilho Junior. (MINAS GERAES, 1917). Não obstante essa publicação, as atas da Congregação da Faculdade de Medicina dessa época não fazem menção a essa escola, bem como não foram encontradas referências sobre o seu funcionamento.

A idéia de criação de escolas de qualificação de pessoal para atuar no campo da enfermagem partia, assim, da iniciativa privada e não havia garantia de implementação e funcionamento delas. Se a assistência hospitalar mostrava a suas dificuldades, a saúde pública do Estado apresentava, também, um quadro sanitário problemático.

As condições sanitárias de Minas Gerais, com as doenças infecto-parasitárias predominando, o quadro nosológico do Estado contribuiu para que o presidente Antônio Carlos (1926-1930), no início de seu governo, nomeasse o Dr. Raul de Almeida Magalhães para a Diretoria de Higiene. Ele foi convidado para a finalidade precípua de introduzir profundas modificações nos serviços de saúde, sendo incumbido de organizar um projeto capaz de aparelhar a defesa da saúde pública. O Regulamento de Almeida Magalhães, oficializado pelo Decreto nº 8.116, de 31 de dezembro de 1927, constituiu o que foi denominado de “Grande Reforma” (SALLES, 1967).

---

<sup>45</sup> A Faculdade de Medicina de Belo Horizonte foi criada em 1911 e reconhecida pelo governo federal em 1918. Em 1927 passou a ser uma das escolas da recém-criada Universidade de Minas Gerais, hoje UFMG.

A Diretoria de Higiene passa a denominar-se Diretoria de Saúde Pública, sendo transferida para o âmbito da recém-criada Secretaria de Segurança e Assistência Pública, com a introdução de profundas alterações estruturais, que visavam à descentralização de serviços e à cobertura da maior área possível do Estado. Foi dividida em duas organizações: uma administrativa, com um chefe e seções de expediente, contabilidade e almoxarifado; outra técnica, composta por sete Inspetorias: Centro de Estudo da doença de chagas, da malária, da lepra e de doenças venéreas; Inspetoria de fiscalização do exercício da medicina, farmácia, odontologia e obstetrícia; Inspetoria dos centros de saúde, profilaxia e epidemiologia (configurada como a de maior amplitude, abrangendo hospitais de isolamento, delegacias distritais, Centro de Saúde Modelo da Capital, centros de saúde distritais e postos de higiene nos municípios); Inspetoria de Engenharia Sanitária; Inspetoria de Demografia e Educação Sanitária; Inspetoria das Estâncias Hidrominerais e Laboratório de Análises.

O Estado de Minas Gerais foi dividido em distritos sanitários e na sede de cada um deveria existir um Centro de Saúde. Como unidade piloto do sistema, ficaria o Posto de Higiene Municipal, funcionando com pouco pessoal e pouca especialização, exercitando as atividades fundamentais do serviço de saúde pública, sendo ideal que cada município tivesse o seu posto.

Observa-se que a reorganização dos serviços de saúde pública é colocada em andamento sem que haja, em nenhum momento, referências à formação de pessoal especializado para a implementação desses serviços, muito menos foi feita alguma menção à prática da enfermagem. No entanto, como diz Salles (1967), para o campo da medicina, a Reforma provocou enorme euforia, uma vez que um assunto tão importante era tão bem tratado, não sendo alheio a esse sentimento a perspectiva de numerosos empregos para a classe médica.

O sucessor do Presidente Antônio Carlos, Olegário Maciel, instalou o seu governo em 7 de setembro de 1930 e manteve o Dr. Raul Magalhães no cargo, passando a Diretoria para a nova Secretaria de Educação e Saúde Pública. Contudo, de acordo com Salles (1967), a Revolução de outubro daquele ano teria dilapidado as finanças do Estado que, diante da instabilidade política, foi obrigado a reforçar o aparelhamento policial. Com isto, as medidas drásticas de economia teriam prejudicado o avanço da incipiente e emergente saúde pública, que praticamente teria se estagnado nos anos seguintes (SALLES, 1967, p. 184). Prevendo a inviabilidade de sua proposta, Raul Magalhães teria decidido exonerar-se, passando a assumir o cargo o Dr. Ernani Agrícola.

Ao assumir a Diretoria de Saúde Pública, Ernani Agrícola teria evitado, segundo Salles (1967), danos maiores para a saúde pública, apesar dos escassos recursos financeiros investidos na saúde pelo Estado. No que concerne à luta contra a lepra, não houve interrupção das obras da Colônia Santa Isabel, que foi inaugurada em 23 de dezembro de 1931, e que, aos poucos, foi se transformando em centro de pesquisas e estudos sobre a lepra. Foi criada nessa colônia, sob a direção de Orestez Diniz, uma verdadeira escola de leprologia, o que levou o grupo mineiro a alcançar prestígio internacional por suas grandes vitórias no tratamento dos hansenianos (SALLES, 1967).

Os discursos sobre a necessidade de formação de pessoal especializado para a área de saúde, particularmente na saúde pública, começaram a ser produzidos nos órgãos de saúde de Minas Gerais, conforme considerações feitas por Ernani Agrícola. Para ele, o despreparo dos médicos e dos candidatos a “uma carreira sanitária” poderia ser solucionado com cursos ministrados com o apoio da Universidade de Minas Gerais:

Seria de grande alcance para os serviços de saúde pública em Minas que o Governo do Estado entrasse em entendimento com a Universidade de Minas Gerais para o funcionamento de cursos intensivos de aperfeiçoamento, destinados aos atuais médicos de Saúde Pública e cursos especializados para os candidatos à carreira sanitária, para a qual, [...] um conhecimento de todos os ramos do trabalho de saúde pública será absolutamente essencial.

Sem médicos, enfermeiras visitadoras e guardas sanitários perfeitamente instruídos na prática dos trabalhos de saúde pública e sem o necessário entusiasmo pela profissão, não progredirá a obra sanitária, mesmo que a Diretoria disponha de grandes dotações orçamentárias (AGRÍCOLA, 1932, p. 15).

É enfático o discurso do Diretor da Saúde Pública em relação à necessidade premente de formação de recursos humanos para a área da saúde, particularmente para a saúde pública. Nesse sentido, parece que uma das primeiras iniciativas para sanar essa lacuna foi providenciar a vinda de uma enfermeira diplomada para organizar o serviço de enfermagem de saúde pública do Estado.

Laís Netto dos Reys chegou a Belo Horizonte no final de janeiro de 1933. Com dois meses de atividades na organização da prática de enfermagem de saúde pública, ela apresentou um Relatório ao Diretor da Saúde Pública, do qual serão destacados alguns de seus elementos. Para o início dos trabalhos, Laís afirma ter contado com a “boa vontade” e atenção do Dr. Eugênio Muller, chefe do Centro de Saúde. Foi possível fazer “revisão dos livros distritais, reforma dos mesmos, dotando-os de estatísticas e meios de controle modernos, e ao reconhecimento das zonas de ação das visitadoras” (REYS, 1933, p. 1).

As atividades da enfermagem concentravam-se em dois serviços: o Serviço Escolar e o Serviço de Visitadoras. Juntamente com o Dr. Castilho, Inspetor de Higiene Escolar, Laís visitou alguns grupos escolares, conhecendo enfermeiras escolares e diretoras, segundo ela, o “meio escolar e suas necessidades” (REYS, 1933, p.1).

O serviço de enfermeiras contava apenas com uma enfermeira diplomada, D. Dolores Fugêncio<sup>46</sup>. Assim, foi preciso, segundo Laís, “em primeira mão”, proporcionar às enfermeiras “leigas” um curso rápido de noções imprescindíveis “ao bom desempenho de elevado mister”. No programa do seu curso, além dos conhecimentos de Higiene Social e Tuberculose, Puericultura, Epidemiologia, ministrados pelos médicos, Laís ministrava aulas

---

<sup>46</sup> Dolores Fulgêncio diplomou-se pela EEAN, em 1929 (SAUTHIER; BARREIRA, 1999).



semanais de Ciência da Enfermagem às alunas “a fim de lhes dar não só a técnica necessária como a verdadeira concepção da enfermagem moderna e lhes formar tanto quanto possível o espírito profissional, fazendo-lhes compreender o grande valor e alta significação de sua missão” (REYS, 1933, p. 2).

Na organização do Serviço de Visitadoras, o primeiro cuidado foi “elaborar a rotina de trabalho da enfermeira visitadora”. Nessa rotina, foram estabelecidos os critérios para as visitas: como uma visita deve ser feita; qual o objetivo da vigilância no domicílio; quais os problemas mais comuns na vida do visitado; qual orientação a seguir nesses casos; como agir em casos extraordinários; a importância dos relatórios e dos dados colhidos e de como fazê-los sintética, mas claramente e como colhê-los inteligentemente. Além disso, para o controle da prática da rotina e apreciação dos trabalhos realizados, Laís elaborou mapas controladores – diários e mensais – da enfermeira e da chefe de serviço, “bem como, mapas gerais do serviço globalizado e mapas dos trabalhos especializados: Tuberculose, Lepra, Moléstias Contagiosas, Hig. Infantil a fim de fornecer aos Srs. Chefes de serviço os dados que lhes interessem e termos em mãos além desses dados meios seguros de fiscalização” (REYS, 1933, p. 4).

Para a realização dessa fiscalização, Laís conseguiu com a Diretoria a vinda de mais uma enfermeira diplomada pela EEAN. Ou seja, o governo do Rio de Janeiro colocou a enfermeira Clitemnestra Pessanha<sup>47</sup> à disposição do Estado de Minas Gerais. Assim, o trabalho da saúde pública da DSP, denominado Serviço de Visitadoras Sanitárias, foi dividido entre a diplomada Dolores Fulgêncio e esta última contratada pelo Estado, sob a supervisão de Laís Netto dos Reys. Alternadamente, a cada semana, elas se dividiam entre a inspeção dos trabalhos externo e interno, ou seja, ora do serviço de Distrito, ora do escritório central.

---

<sup>47</sup> Clitemnestra Pessanha diplomou-se na mesma turma de Dolores Fulgêncio, em 1929. Após a criação da EECC, assumiu a função de assistente de diretora durante a gestão de Laís Netto dos Reys e de coordenadora do Serviço de Enfermeiras de Saúde Pública do Estado.

A fiscalização das atividades das enfermeiras deveria ser, segundo Laís, “severa”, pois só assim seria possível “a organização dos quadros estatísticos” por meio dos quais “aquilataremos o trabalho executado”. Ou seja, somente com o “assentamento e estatística dos trabalhos realizados” seria possível fazer uma avaliação “do que é necessário executar, do esforço despendido, da energia gasta, do quanto se precisa despender, do interesse das unidades de trabalho”. Com o resultado obtido seria possível “fazer um estudo comparativo do que rende para o serviço de Enfermeiras, para a Higiene e para o bem do povo o trabalho da enfermeira visitadora” (REYS, 1933, p. 4).

Nessa organização e padronização de práticas, a estatística assume grande importância ao objetivar as práticas resultantes dos esforços do trabalho produzido, o que podia ser garantia para a apropriação e a legitimação de espaços sociais. No entanto, para dar maior visibilidade ao “novo” e ao “moderno” Serviço de Enfermeiras, outras práticas eram exigidas. Como as enfermeiras escolares não possuíam uniformes, de acordo com Laís, seria “de bom alvitre para uniformidade geral que fosse dado a todas um mesmo uniforme”, visto que todas são enfermeiras de saúde pública. Contudo, para que as enfermeiras compreendessem o valor do uniforme, a responsabilidade de vesti-lo e a honra de envergá-lo, elas deveriam passar por uma “prova demonstrativa de aptidão, de capacidade, antes de receberem tão nobre insígnia” (REYS, 1933, p.6). No sentido de dar maior valorização e legitimação a esse dispositivo educativo, o Diretor da Saúde Pública foi convidado para “presidir a prova de testes” e entregar “às enfermeiras, *que houverem merecido*, as braceiras com as nobres insígnias da profissão” (grifo meu). Apesar do aspecto meritório, não foram encontradas referências sobre o processo avaliativo nem sobre a ocorrência de não-merecimento.



Figura 2. Enfermeiras de saúde pública e seus respectivos uniformes, na década de 1930. Acervo da Escola de Enfermagem da UFMG.

A partir desse trabalho inicial de apenas dois meses, Laís começa a vislumbrar a possibilidade de introduzir a “enfermagem moderna” em Minas Gerais, ao dizer:

[...] pudemos, com algum esforço ter o prazer de ver já ensaiados, com êxito, os primeiros passos do lançamento das bases de uma organização de enfermagem moderna, na qual e pela qual possam ser desenvolvidas atividades que visem atingir o objetivo da educação sanitária de nosso povo pela aplicação de meios inteligentes, eficientes e fecundos (REYS, 1933, p. 1).

Diante do exposto, pode-se observar que o campo da saúde da cidade de Belo Horizonte, nas primeiras décadas do século XX, não contava com pessoal qualificado formalmente para o incremento dos serviços da “moderna” enfermagem que desenvolvesse atividades de “educação sanitária de nosso povo”, tanto na saúde pública quanto na área hospitalar. Tendo uma “enfermeira-padrão” – Laís Netto dos Reys – à sua disposição, o Diretor da Saúde Pública passou, então, a idealizar a criação e a instalação no âmbito do Estado mineiro de **uma “moderna” e “modelar” escola de enfermagem.**

## Capítulo 2

### UMA “MODERNA” E “MODELAR” ESCOLA DE ENFERMAGEM EM MINAS GERAIS

*Um evento é de fato um acontecimento de significância e, enquanto significância, é dependente na estrutura por sua existência e por seu efeito. ‘Eventos não estão apenas ali e acontecem’, como diz Max Weber, ‘mas têm um significado e acontecem por causa deste significado’. Ou, em outras palavras, um evento não é somente um acontecimento no mundo; é a relação entre um evento enquanto acontecimento e um dado sistema simbólico. E apesar de um evento enquanto acontecimento ter propriedades ‘objetivas’ próprias e razões procedentes de outros mundos (sistemas), não são essas propriedades, enquanto tais, que lhe dão efeito, mas a sua significância, da forma que é projetada a partir de algum esquema cultural. O evento é a interpretação do acontecimento e interpretações variam.*

Marshall Sahlins

Quando, em 7 de julho de 1933, o decreto<sup>48</sup> de criação da Escola de Enfermagem Carlos Chagas (EECC) foi assinado pelo Presidente Olegário Maciel e pelo Secretário da Educação e Saúde Pública Noraldino Lima, são mobilizados no campo da saúde e, particularmente, da enfermagem elementos que iriam extrapolar o puro e simples ato administrativo que determinava a criação de uma escola de enfermeiras na cidade de Belo Horizonte. O fato de ser a primeira instituição do gênero no Estado, o que era motivo de regozijo e ufania pelos seus empreendedores, parece ter contribuído para que as representações produzidas sobre esse evento permitissem e conduzissem efetivamente o

---

<sup>48</sup> Decreto nº 10.952 de 7 de julho de 1933. Cria a Escola de Enfermagem Carlos Chagas. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 8 jul. 1933.

processo de institucionalização da Escola. Isto é, não é o decreto em si e por si só que produz uma instituição. Adaptando as idéias de Faria Filho (2000, p. 18) para essa situação, pode-se dizer que a instituição se constitui “não apenas como ‘expressão’ de sujeitos posicionados, mas como construção mesmo dessas posições, desses lugares, e, daí, como processos relacionais de instituição de identidades pessoais e profissionais”.

Portanto, o sentido da ação administrativa ultrapassava o significado imediatista de suprir o Estado de mais “um empreendimento de real valor a ser ajuntado às iniciativas de interesse da coletividade que a Diretoria de Saúde Pública acaba de tomar” (ESTADO DE MINAS, 1933a). Ou mesmo o sentido propagandista de “Um notável empreendimento” como apresenta o título de uma matéria do jornal *Diário da Tarde*, em cujo conteúdo é exaltado o prazer do articulista em noticiar “mais um melhoramento trazido a Belo Horizonte para a nossa Capital modernizar dia-a-dia” (DIÁRIO DA TARDE, 1934).

Com isso, pretende-se dizer que muito mais do que mero evento representado por um decreto, o processo de institucionalização da EECC revestiu-se e desdobrou-se em inúmeros outros eventos e acontecimentos que tinham o objetivo, a força e a ousadia de seus idealizadores de proclamarem, em alto e bom som, para a sociedade mineira e brasileira os motivos e as razões de tal empreendimento na área da educação e da saúde em Minas Gerais. Os discursos veiculados nesses campos sintetizavam um “otimismo modernista” ao traduzir a disposição dos seus empreendedores em caminhar rumo à modernidade<sup>49</sup>.

Na busca desenfreada por novos tempos modernos, a reformulação de espaços urbanos foi uma das estratégias adotadas pelo Estado republicano brasileiro no início do século XX. A cidade, com sua organização físico-espacial e seus rituais de progresso, passa a ter caráter pedagógico: torna-se símbolo por excelência de um tempo de aprendizagem e de

---

<sup>49</sup> De acordo com Herschmann; Pereira (1994, p.15), “moderno, modernidade, modernismo ou modernização são categorias específicas, que vão ocupando amplo espaço no campo intelectual, constituindo-se em palavras de ordem significativas no começo do século XX, chegando a ganhar um uso quase que obrigatório no ambiente intelectual de então”.

internalização de modelos (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994). Nessa perspectiva, a fundação da escola e, especificamente, da EECC pode ser relacionada à própria cidade de Belo Horizonte.

Ao discorrer sobre uma “educação estética para o povo” no movimento da modernidade pedagógica, Veiga (2000, p. 399) mostra a existência de palavras que se vinculam à cidade e que “exprimem educação, cultura, bons costumes, civilidade, elegância. Cidade e urbanidade vêm do latim, *civitas e urbs*; polidez, da *polis* grega”. A autora diz que “ordenar o uso do espaço urbano, disciplinar os habitantes para utilizá-lo, regular a circulação foram questões centrais nas reformas empreendidas nas grandes cidades” (p. 401).

A construção da cidade de Belo Horizonte entre 1894 e 1897, planejada para ser a nova capital de Minas Gerais, constitui uma das experiências brasileiras de reforma urbana, apesar de a cidade ter sido construída e não reformada. Entretanto, o fato de substituir a “velha e decadente” Ouro Preto “significava, entre outras coisas, inserir Minas Gerais no tempo da modernidade, possibilitando novos meios de circulação e trajeto de pessoas e negócios” (VEIGA, 2000, p. 402).

Até a década de 1920, Belo Horizonte ainda não havia adquirido ares de cidade, muito menos de referência para o restante do Estado como se esperava de uma verdadeira capital. É nos anos de 1930 que a cidade vive sua fase de “Capital jovem” como se registrava nos jornais belo-horizontinos em circulação. Na arquitetura, o ecletismo deu lugar ao estilo cubista e ao art-decô e surgiram os primeiros arranha-céus. Com apenas 34 anos de existência, a moderna e jovem capital, em busca de seu amadurecimento, começava a lidar com graves problemas decorrentes de um processo de ocupação fora do previsto pelos seus idealizadores. Com isso, os serviços de infra-estrutura tornaram-se deficientes e as instalações de rede de água, esgoto e de energia não suprimiam a demanda.

No campo da saúde, o discurso de Ernani Agrícola, Diretor da Saúde Pública e idealizador da EECC, no momento solene de sua inauguração, notabilizou a instalação da Escola que atenderia a uma grande necessidade dos serviços de saúde pública e de assistência hospitalar do Estado:

Não era mais possível que o Estado de Minas com a sua moderna organização sanitária e com os seus magníficos estabelecimentos hospitalares, na capital e no interior não tivesse para melhor eficiência destes serviços, um estabelecimento destinado a lhes fornecer enfermeiras convenientemente preparadas. É um acontecimento que nos enche de justa ufania por proporcionar às moças mineiras a oportunidade de abraçar uma nobre e humanitária profissão, facilitando-lhes a aquisição do necessário preparo técnico (AGRÍCOLA, 1933, s.p.).

As palavras do Diretor indicam que, se a modernidade já estava acontecendo nas organizações sanitárias estaduais, havia necessidade de pessoal técnico qualificado com “enfermeiras convenientemente preparadas” para a melhor eficiência dessas organizações. E preparar as enfermeiras significava, de um lado, abrir um mercado de trabalho para a mulher e, de outro, criar uma instituição adequada para este preparo. Para Ernani Agrícola, era mais do que chegada a hora, o tempo certo para viabilizar tal empreendimento, pois “no estrangeiro, contam-se por milhares as escolas modernas de enfermagem. Só na América do Norte há para mais de 1.500 destes estabelecimentos”<sup>50</sup>. Assim,

diante da dificuldade em se obter para os nossos serviços hospitalares e sanitários enfermeiras perfeitamente instruídas e em número suficiente, foi que o Sr. Presidente Olegário Maciel e o Sr. Secretario da Educação e Saúde Publica, Dr. Noraldino Lima resolveram em boa hora criar, pelo decreto 10.982, de 7 de julho de 1933, a primeira escola moderna de enfermagem no Estado de Minas (AGRÍCOLA, 1933, s.p.).

As representações da EECC, da enfermagem e da futura enfermeira vão sendo construídas como face de um só processo, no qual a vontade transformadora do homem e da mulher empreendedor(a) coloca-se diante de desafios, vence os obstáculos e constrói, por

---

<sup>50</sup> O número de escolas de enfermagem reconhecidas nos Estados Unidos até a década de 1940, de acordo com Brown (1948), não passava de 1250.

meio do conhecimento científico e da técnica, os empreendimentos necessários ao bem-estar do povo e ao desenvolvimento da sociedade.

Trata-se de representações sociais historicamente construídas, produto de apropriações dos discursos produzidos em setores socioculturais diversos, particularmente no campo da medicina e da Igreja católica, que visualizam para a enfermeira múltiplas e complexas atribuições. Ou seja, os discursos dos novos e modernos tempos que tomam conta do pensamento da intelectualidade da capital mineira encontram-se em sintonia e na esteira dos movimentos de restauração católica e do higienismo-sanitário que assolaram o País desde o início do século XX. Dessa forma, passa-se a exigir da enfermeira, a “nova” e “moderna” profissional que surge para atuar “na moderna organização sanitária” e “nos modernos estabelecimentos hospitalares”, não apenas atitudes e comportamentos altruístas e abnegados, mas, enfaticamente, há que se destacar em seu desempenho o conhecimento técnico (AGRÍCOLA, 1933, s. p.).

Ernani Agrícola, em seu discurso, salienta algumas das características que se esperava da futura enfermeira diplomada pela EECC, uma escola de enfermagem “moderna”:

Já se foi o tempo em que da enfermeira se exigia fosse apenas uma solícita e compassiva assistente do doente.

Ela é hoje a auxiliar direta do médico em todas as clínicas hospitalares, nos ambulatórios, e ainda estende a sua ação benfazeja até o lar do rico ou pobre; e em seu sagrado mister de assistir o enfermo ela está sempre atenta aos imprevistos das moléstias tantas vezes traiçoeiras.

No laboratório, ela é a colaboradora paciente, de todo entregue às delicadas pesquisas, das quais depende muitas vezes a salvação de um doente e mesmo de uma população inteira.

No campo da Saúde Pública, a enfermeira é uma auxiliar indispensável do higienista no combate contra as moléstias transmissíveis, multiplicando-se no mister de descobrir doentes, de assisti-los, de preservar os sãos, de propagar o catecismo da saúde e o seu campo de ação é vasto, pois abrange o Dispensário, os Hospitais de Isolamento, os domicílios e até as escolas, onde ela é, boa e maternal, assim uma espécie de anjo tutelar das criancinhas.

E a guerra com o seu cortejo de desgraças indescritíveis revela na enfermeira a criatura extraordinária que faz milagres para salvar um sem numero de feridos e doentes das garras da morte tão ceifadora outrora, antes do advento da enfermagem moderna, e hoje mais humana, se assim se pode dizer, nas lutas cruentas, feridas, entre os povos supercivilizados! E, quantas vezes, na fúria dos combates não tomba a enfermeira trucidada como



sucedeu na guerra européia a esta extraordinária Edith Cawel, símbolo eterno do heroísmo e do martírio.

Ela também se instrui, quem diria? para vir a ser a mãe de família, que no lar vai se consagrar inteiramente à nobre missão de criar e educar os filhinhos, cercando-os desses cuidados desvelados, de que tanto carecem em meio dos perigos que rondam os primeiros anos da existência (AGRÍCOLA, 193, s.p.).

Enfermagem “moderna”, nesse contexto, significa uma profissão que exige da enfermeira “não somente os dotes do coração e do espírito” como se exigia das enfermeiras de antanho, mas de conhecimentos técnicos necessários e imprescindíveis ao seu mister e que possibilitam o desempenho consciente da alta missão da enfermeira, que é “propagar o catecismo da saúde”. Isso é “educar o povo, inculcar bons hábitos de higiene, tratar da prevenção das doenças contagiosas, promover a melhoria das condições de saúde, ensinar o métodos de vida higiênica, assistir conscienciosamente aos doentes e influir na melhoria das condições sociais dos indivíduos” (AGRÍCOLA, 1933). Significa, portanto, que a enfermeira tem de desempenhar com eficiência e eficácia uma diversidade de atribuições, quer nos serviços hospitalares, quer nos serviços sanitários. Contudo, a modernidade significava, acima de tudo, o trabalho da enfermagem na saúde pública, campo em que a profissão foi oficialmente institucionalizada no País, como apresentado no capítulo 1, tendo como principal ator a enfermeira visitadora, ou visitadora sanitária, que se tornou a figura central da campanha sanitária no mundo. Uma modernidade que o próprio Ernani Agrícola diz que “muitos julgam ser uma conquista dos nossos dias”. Isso porque, a partir de seu envolvimento e do conhecimento da enfermagem, foi uma surpresa para ele constatar que há três séculos São Vicente de Paulo tenha organizado “uma escola de enfermeiras”<sup>51</sup>, instituindo os serviços de enfermagem nos domicílios – a visitadora sanitária.

---

<sup>51</sup> São Vicente de Paulo fundou confrarias da caridade no século XVII, sendo a primeira em 1617. Conforme Paixão (1979, p. 55) “a ele devemos a criação de obras tão bem planejadas e tão adiantadas para a época, que o tornam merecedor do título de precursor da enfermagem moderna”. Sobre as realizações de São Vicente de Paulo na enfermagem cf., também, PADILHA (1998).

É importante destacar a aparente autonomia do trabalho a ser desenvolvido pela “enfermeira moderna” que se instrui ao adquirir conhecimentos técnico-científicos necessários à sua “nova” função e, ao mesmo tempo, deixa de ser “uma solícita e compassiva assistente do doente”. Vê-se que são marcantes as implicações de gênero que impregnam os discursos produzidos pelos intelectuais mineiros, particularmente os médicos que se encontram envolvidos no projeto de constituição de uma nova ordem e hierarquia no campo da educação e da saúde na sociedade brasileira à época. A “nova enfermeira” passa a ser a “auxiliar direta do médico”, “a colaboradora paciente”; na guerra ela se revela “na criatura extraordinária que faz milagres para salvar um sem número de feridos e doentes das garras da morte”; além do mais, o que parecia ser uma missão impossível, “ela se instrui, quem diria? Para vir a ser a mãe de família”.

Interessante e importante ressaltar que não é possível pensar a instrução da enfermeira sem vinculá-la à questão da educação da mulher. Ademais, a escolarização da enfermagem seguindo os caminhos traçados pela formação da mulher para magistério, teria contribuído para a educação prescrita para as mulheres na sociedade ocidental moderna, facilitando o seu trânsito dos espaços privados para os espaços públicos.

Nessa linha de pensamento, ao apropriar-se e adaptar as idéias de Herschmann e Pereira (1994, p. 31), pode-se afirmar que as representações da enfermagem e da enfermeira, produzidas no contexto do intrincado debate do moderno, não apenas deixavam “de ocupar um lugar de prestígio por razões claramente ideológicas, mas, ao mesmo tempo, criavam-se falsas oposições que, longe de serem capazes de captar a atuação mais completa dos diferentes atores sociais, impediam exatamente a compreensão mais clara das complicadas interligações

que marcaram esses novos tempos”<sup>52</sup>.

Nessa perspectiva, a enfermagem “moderna” passa a ser entendida, também, como o processo que permite a passagem da enfermagem não escolarizada para a enfermagem escolarizada, exigindo, portanto, um aparato educativo para a educação e a instrução<sup>53</sup> da futura mulher-enfermeira.

A EECC, em seu processo de institucionalização, apresenta elementos constitutivos do modo tipicamente escolar de conhecer, de fazer e de ser-enfermeira os quais envolveram a dimensão do cotidiano, a materialidade das práticas e os significados simbólicos do universo escolar. Esses elementos dizem respeito, como mostra Rosa Fátima de Souza (2000), não apenas aos dispositivos de normatização, isto é, “aos aspectos relacionados à imposição de modelos – o discurso prescritivo de ordenação do campo educacional oriundo do Estado e dos responsáveis pelo ensino –, mas também às práticas e à apropriação de modelos pelos agentes educacionais” (SOUZA, 2000, p. 5). Dito de outra forma, em seu processo de institucionalização, a EECC, além de ser idealizada por diferentes atores e grupos sociais – médicos sanitaristas, “médicos hospitalares”, professores-médicos, enfermeiras diplomadas, “enfermeiras não diplomadas”, mulheres e moças em busca de uma complementação em sua formação ou em busca de uma profissão, Estado, Igreja, dentre

---

<sup>52</sup> De acordo com os autores, nesses “novos tempos”, pode-se verificar nos discursos dos diferentes intelectuais que se posicionavam ou que eram posicionados como “modernos”, “a afirmação, por um lado, de uma dimensão marcadamente autoritária – seja no conteúdo explícito das idéias postas em discussão, seja no pressuposto iluminista de uma vanguarda que se queria ‘fundadora’ e ‘reveladora’ da nacionalidade – e, por outro, de uma dimensão ‘libertária’ e antrofágica, que valorizava a ambigüidade como constitutiva da ‘identidade nacional’, o que permitia articular diferenças extremas e difícil aproximação” (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994, p.31)

<sup>53</sup> Os objetivos da educação feminina católica (orientação seguida na EECC) distinguem os objetivos educacionais dos objetivos instrucionais. Segundo Manoel (1996, p.76), “à instrução caberia municiar a inteligência com as conquistas e descobertas do saber e da ciência em assuntos meramente humanos”, limitando-se os objetivos educacionais a introduzir a educanda no universo das ciências naturais, da matemática, da geometria, etc. Por sua vez, “à educação caberia a tarefa de modelar o caráter da educanda conforme os preceitos e valores morais católicos. Os objetivos educacionais propunham levar a aluna a absorver esses preceitos morais e religiosos por meio da prática de virtude, do conhecimento das verdades religiosas e da assimilação dos bons exemplos preservados pela história” Sendo que o objetivo final, mais amplo da proposta educacional católica “era formar jovens cultas, polidas, sociáveis, mas, acima de tudo, cristãs, católicas convictas, que difundissem na família e na sociedade os valores do catolicismo conservador”.

outros – é alcunhada de moderna, leia-se, profissionalização da enfermagem e de modelar, leia-se, institucionalizada de acordo com o modelo de “enfermagem padrão”.

Na perspectiva dos dispositivos de normatização, o decreto<sup>54</sup> de criação da EECC apresenta, em seu preâmbulo, as considerações que justificavam a criação da Escola e seu art.

1º estabelecia o programa do curso de enfermagem:

O Presidente do Estado de Minas Gerais, [...] considerando que o desenvolvimento de Enfermagem requer para o seu aperfeiçoamento perfeito, preparo técnico especializado; considerando que por toda parte são necessárias enfermeiras que prestem, com eficiência auxílio aos médicos, trabalhando conscientemente, quer nos hospitais, clínicas, ambulatórios e casas particulares, quer nos serviços da saúde pública; e, *considerando que só existe em todo o país uma Escola de Enfermagem*, e, isso graças aos esforços do prof. Carlos Chagas, decreta: Art. 1º: Fica criada em Belo Horizonte uma Escola de Enfermagem, de acordo com o programa oficial da Escola ‘Anna Nery’ (DECRETO, 1933, grifos nossos).

O preâmbulo desse decreto mostra vários elementos relativos à formação da enfermeira, tais como a exigência de “preparo técnico especializado” e os esforços do campo da medicina, representado pela figura de Carlos Chagas para a profissionalização da enfermagem. Ademais, chama atenção para a existência de apenas uma escola de enfermagem, mostrando o desconhecimento e a falta de legitimidade do governo perante outras iniciativas anteriormente criadas no País para o preparo de profissionais na área, conforme apresentado no capítulo anterior. Essa questão é muito importante tendo em vista os investimentos do Estado Nacional, nessa época, na constituição da sua identidade. Principalmente porque os investimentos realizados nos diversos setores como na educação e na saúde, não podiam deixar de chegar ao conhecimento da população pelos meios de comunicação existentes. Ou seja, alguns eventos e acontecimentos podiam servir de desautorização de outros, como num jogo de estabelecimento de memórias pessoais e institucionais.

---

<sup>54</sup> Decreto nº 10.952, de 7 de julho de 1933. Cria a Escola de Enfermagem Carlos Chagas. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 8 jul. 1933.

Corroborando nessa questão, a imprensa representada pelos jornais de maior circulação nos grandes centros urbanos estava voltada para noticiar os feitos governamentais, isto é, estava pronta para atuar em conformidade com as exigências do governo. O Departamento de Imprensa e Propaganda, por sua vez, teve papel relevante nesse período no controle das informações e era tido por Getúlio Vargas como um estratégico instrumento para o estabelecimento da nova ordem social (FARIAS, 1998). Assim, antes da instalação da EECC, os jornais de Belo Horizonte em circulação apresentaram ao público o mais novo empreendimento realizado pelo Estado:

**EM PROL DA SAUDE DO NOSSO POVO  
SERÁ instalada, nesta Capital, no próximo dia 19,  
uma modelar Escola de Enfermagem  
(DIÁRIO DA TARDE, 1933)**

### **Uma modelar escola de enfermagem**

Será instalada em breve, nesta capital.

Em data de anteontem, foi assinado pelos drs. Ernani Agrícola, diretor de Saúde Pública e Antonio Aleixo, diretor da Faculdade de Medicina, um contrato para a instalação de uma escola de enfermagem, nos moldes da Escola Oficial Padrão 'Anna Nery'. É mais um empreendimento de real valor a ser ajuntado às iniciativas de interesse para a coletividade, que a atual diretoria de Saúde Pública vem de tomar.

Essa escola de enfermagem, que será instalada dentro de breves dias, terá o concurso dos professores da Faculdade de Medicina que vão, assim, na medida do possível colaborar para sua maior eficiência (ESTADO DE MINAS, 1933a).

Dentre outras diversas matérias publicadas e que diziam respeito à criação e à instalação da EECC nos jornais belo-horizontinos, foi destacada uma que trata das instruções para o imediato funcionamento da Escola, as quais orientaram a elaboração do Contrato<sup>55</sup> estabelecido entre a Diretoria de Saúde Pública e a Faculdade de Medicina:

#### AS INSTRUÇÕES PARA FUNCIONAMENTO DA ESCOLA<sup>56</sup>

Publicamos hoje as instruções provisórias baixadas pela Diretoria de Saúde Pública para o pronto funcionamento do curso geral da Escola. O regulamento definitivo está sendo objeto de estudos por parte do governo,

<sup>55</sup> A cópia do Contrato estabelecido entre a Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais e a Diretoria da Saúde Pública do Estado de Minas Gerais para a instalação da EECC pode ser conferida no Anexo I.

<sup>56</sup> ESTADO DE MINAS, 5 ago. 1933. Adaptação.

que deverá ser aprovado logo depois de terminado, o que se dará breve. Eis as instruções:

- 1) – A escola começará desde o dia da sua inauguração a funcionar no Hospital São Vicente de Paulo de acordo com o contrato estabelecido entre os diretores da Faculdade de Medicina e Saúde Pública.
- 2) – A organização e direção da Escola ficam a cargo da superintendente do serviço de Enfermeiras de Saúde Pública.
- 3) – A direção se entenderá com a Superiora do Hospital S. Vicente, sede da Escola, para o trabalho em conjunto na mais estreita cooperação e maior harmonia de ação.
- 4) – A matrícula da presente série será limitada a 20 candidatas.
- 5) – A taxa anual de matrícula é de 45\$000 e a mensalidade de 20\$000.
- 6) – São concedidas 5 matrículas gratuitas às candidatas comprovadamente necessitadas que obtiveram maiores notas e melhores relatórios no curso.
- 7) – O corpo de Enfermeiras Instrutoras será organizado à proporção das necessidades pela Diretora do Estado.
- 8) – Para prover ao serviço de Secretaria da Escola, será designado, por proposta da Diretoria da Escola, um funcionário de qualquer dependência da Diretora de Saúde Pública.
- 9) – A escola funcionará esse semestre em regime de externato de 8 horas de trabalho diário distribuídas em aulas teóricas e trabalhos práticos.
- 10) – Todas as instruções referentes à organização e atividade dos trabalhos escolares serão baixadas pela diretoria no devido tempo.
- 11) – O programa do 1º ano que estará em rigor desde a publicação do presente, é o seguinte, dividido em duas séries:  
Série (a) – História de Enfermagem, Ética de Enfermagem, Anatomia, Fisiologia, Microbiologia, Análises Clínicas, Drogas e Soluções, Nutrição e Dietética, Ginástica, Higiene Individual, Física e Química aplicadas, Higiene Mental.  
Série (b) – História de Enfermagem, Ética de Enfermagem, Psicologia aplicada à enfermagem, Patologia externa, Patologia interna, Enfermagem de Patologia externa, Enfermagem de Patologia interna, Enfermagem pediatria, Fisioterapia-Massagem.
- 12) – Os casos omissos serão tratados por novas instruções dessa diretoria ouvido o diretor da faculdade e chefes de serviço.  
Podemos adiantar que o regulamento definitivo da Escola será resolvido por novas instruções desta diretoria, ouvido o diretor da Faculdade e chefes de serviço.  
Podemos adiantar que o regulamento definitivo da Escola será [elaborado] nos moldes do regulamento da Escola ‘Anna Nery’, sendo pensamento oficial, programar, por esse meio, a sua equiparação (ESTADO DE MINAS, 1933b).

Do ponto de vista das prescrições e da formalidade das práticas, as instruções publicadas contêm vários elementos que não foram contemplados no contrato. De um lado, as cláusulas estabelecidas no contrato tratam das obrigações da FM e da DSP perante à EECC em relação a recursos materiais e humanos; de outro, as instruções, ao tratarem das

medidas necessárias ao “pronto funcionamento da escola”, estabelecem normas que seriam contempladas com a elaboração do regulamento da Escola.

A instalação da EECC ocorreu no dia 19 de julho de 1933, uma data histórica do ponto de vista religioso-cristão-católico porque é o dia consagrado a São Vicente de Paulo. Essa data tornou-se memorável na Escola, sendo usada em anos posteriores para marcar “novas etapas” vencidas ou realizadas. Considerada como a “inauguração oficial da Escola”, nesse dia ocorreu, em 1935, a fundação da Associação de Alunas da Escola Carlos Chagas. Em 1936, no dia 19 de julho, foi instituído, na Escola, o ritual simbólico da “Dama da Lâmpada”, sendo a lâmpada, solenemente, entregue à primeira Dama, a aluna Yolanda de Carvalho Torres<sup>57</sup> (CINCO P’RAS DEZ, 1936c).

Interessa chamar atenção, neste momento, para o fato de a EECC, em seus primeiros 17 anos de funcionamento – 1933 a 1950 –, período da abrangência deste estudo, permanecer vinculada aos serviços de saúde pública do Estado. Por isso, a organizadora da Escola e suas sucessoras tiveram de assumir, simultaneamente, os cargos de Superintendente do Serviço de Enfermeiras de Saúde Pública e de Diretora da Escola.

Outro aspecto a ressaltar refere-se às relações que foram estabelecidas entre a direção da EECC e a direção dos serviços de enfermagem do Hospital São Vicente de Paulo. As instruções para funcionamento da Escola orientaram para que a sua Diretora entrasse em entendimento com a Superiora do Hospital “para o trabalho em conjunto na mais estreita cooperação e maior harmonia da ação”. Os documentos encontrados não permitiram perceber como se deram essas relações. Nas poucas alusões encontradas sobre essa questão, uma matéria comemorando o terceiro aniversário da fundação da Escola é publicada no *Cinco p’ras Dez*, “por coincidência” no dia 19 de julho de 1936, informando que “no São Vicente

---

<sup>57</sup> A solenidade de entrega de uma lâmpada a uma aluna diplomada foi um ritual instituído pelas primeiras escolas de enfermagem que adotaram o sistema *nightingale* de ensino. Em homenagem à Florence Nightingale – a Dama da Lâmpada –, a aluna que possuísse atributos semelhantes aos de Florence, comprovando-os no decorrer do curso com atitudes e comportamentos, era indicada para receber a lâmpada.

tivemos a acolhida hospitaleira e generosa das D. D. Irmãs de Caridade, sob a direção da Revma. Irmã Boutin” (CINCO P’RAS DEZ, 1936c).

Observa-se que, nessa época, o que importava comemorar era a data de instalação da Escola e não a do dia de sua criação. Contudo, imediatamente depois do decreto da criação é que os jornais de maior circulação em Belo Horizonte começaram a divulgar com bastante frequência a abertura de matrículas. Apesar de ter capacidade para atender a 20 alunas na primeira turma, candidataram-se apenas 12 alunas<sup>58</sup>. Acompanhando o relato de Rosa de Lima Moreira, aluna que se intitula pioneira, sobre o “histórico da turma” (MOREIRA, 1936), é possível perceber que as aulas começaram com 7 das 12 alunas e que somente 3 delas chegaram a concluir o curso.

As aulas tiveram início em 9 de agosto de 1933, com aula inaugural proferida pela “Diretora da Escola D. Laís Moura Netto dos Reys”<sup>59</sup>. Como o número de alunas era muito pequeno “a Escola reclamava mais elementos, e novo convite é expedido em fevereiro de 1934. Do Rio partiu Irmã Matilde, de Santa Bárbara D. Carlina, de Itabira D. Celina e D. Ruth, D. Elazir de Barra Mansa, da Capital dd. Irene Rosa, Adília e Maria Cirino”. Assim, a primeira formatura da EECC contou com 11 diplomadas<sup>60</sup>, 3 da primeira e 8 da segunda matrícula, mantendo-se a prática de duas entradas anuais – fevereiro e agosto –, com apenas uma formatura anual. As alunas que antecipavam a formatura completavam as exigências de tempo previsto para o curso depois de formadas.

As instruções para o funcionamento da Escola estabeleciam o valor da taxa de matrícula e o da mensalidade. Estabelecia, também, a concessão de matrículas gratuitas para 5 candidatas. Ao ser instituído o Internato, apresentado no próximo capítulo, a mensalidade dele

---

<sup>58</sup> Documento relativo à aula inaugural da primeira turma de alunas da EECC. Centro de Memória da EEUFMG.

<sup>59</sup> Documento relativo à aula inaugural da primeira turma de alunas da EECC. Centro de Memória da EEUFMG.

<sup>60</sup> As diplomadas da primeira turma, cuja formatura ocorreu em 3 de setembro de 1936, foram: Adília Pirajá Cecílio da Silva, Carlina Santa Rosa, Celina Pires Sanna, Edelvira Costa Santos, Edmar Airlie Nina (Irmã Matilde), Elazir Marques Canário, Irene da Cruz Mattos, Myrthes Koschy de Andrade, Rosa de Lima Moreira, Ruth Torres Gonçalves e Yolanda de Carvalho Torres.



passa a ser incluída na taxa da mensalidade. Em relação à gratuidade de matrícula ou a bolsas de estudo, não foram encontrados registros relativos ao período estudado. Contudo, na década de 1950, mais precisamente em 1953, “das 34 alunas matriculadas, 33 eram bolsistas” (NASCIMENTO; SANTOS; CALDEIRA, 1999, p.130).

As taxas de matrícula e de mensalidades eram de 45\$000 e de 20\$000, respectivamente, nos primeiros anos de funcionamento da Escola, de 130\$000 na década de 1930 e de 100\$000 na década de 1940, pela moradia no Internato, incluindo a taxa de estudo. Para se ter uma idéia desses valores, à época, o salário da enfermeira de saúde pública, na capital do País, Rio de Janeiro, era de 700\$000. Na EECC, o salário da Diretora, Assistente de Diretora e Instrutora, em 1936, era de 1500\$000, 800\$000 e 500\$000, respectivamente (RELATÓRIO, 1943).

Interessa chamar atenção, também, para a rapidez com que a Escola foi colocada em funcionamento. As instruções e a sede provisórias, o programa de curso para o primeiro ano; a instalação em regime de externato e os curtos espaços de tempo entre o decreto de criação (7 de julho), a instalação (19 de julho) e o início do curso (9 de agosto) demonstram o trabalho ágil de seus idealizadores em concretizar o almejado empreendimento que viria suprir, segundo seus idealizadores, uma das lacunas na formação de pessoal qualificado para o campo da saúde do Estado.

Na área de formação de profissionais de saúde do ensino superior, nas primeiras décadas do século XX, Belo Horizonte contava com a Escola Livre de Odontologia, criada em 1907, e com a Faculdade de Medicina (FM), criada em 1911. É com esta última que o Diretor da Saúde Pública, um grande defensor da medicina sanitária, busca parceria para a concretização de sua idéia de formação da enfermeira visitadora. Como já foram feitas algumas referências, o momento histórico parecia ser propício a investimentos nesse setor, em

virtude das reformulações administrativas e institucionais que marcaram o período após a Revolução de 1930, no governo central, e que se desdobravam em reformas nos Estados.

Retornando ao período que antecede a criação da EECC, em 25 de fevereiro de 1933, os membros da Congregação da Faculdade de Medicina, em reunião, começaram a discutir sobre “as vantagens e mesmo necessidade urgente de criar-se um curso de enfermagem anexo à nossa Faculdade”. O Diretor, Professor Alfredo Balena, informa que estavam sendo tomadas iniciativas nesse sentido e solicitou autorização para entrar em entendimento com a Diretoria de Saúde Pública (DSP) “a fim de instalar-se o referido curso, *sem ônus para a Faculdade*, com o auxílio da administração pública, cujo diretor, Prof. Ernani Agrícola, tem demonstrado melhor interesse” (ATA Faculdade de Medicina, 1933a). O Professor J. Baeta Vianna declarou-se a favor dos entendimentos, mas alertou: “O Estado vem suprimindo verbas dos hospitais, que, nesta capital, são mantidos quase exclusivamente pela caridade pública e pelas taxas recebidas dos alunos do curso médico”. Ao ser aprovada a autorização para a Diretoria da FM entrar em entendimentos com a DSP, o Professor Octaviano de Almeida propôs voto de congratulação com o Diretor da Saúde Pública pela iniciativa, sendo também encaminhada à mesa a seguinte proposta: “Propomos que se dê à *Escola de Enfermeiras da Faculdade de Medicina* o nome do organizador dos cursos de enfermagem no Brasil, Prof. Carlos Chagas” (ATA Faculdade de Medicina, 1933a). Essa proposta foi aprovada por aclamação. É interessante notar o empenho da FM em ter uma escola de enfermeiras para atender às suas necessidades sem ônus para a instituição. Na verdade, a Faculdade encontrava-se num constante gerenciamento da escassez de recursos. De acordo com Mário Mendes Campos (1961), os escassos recursos financeiros para a onerosa instalação de manutenção de suas cadeiras levaram a FM a cogitar da possibilidade de pedir empréstimo ao Estado, principalmente para a ampliação do Hospital São Vicente de Paulo,

que recebera em doação há pouco mais de um ano<sup>61</sup>. A escassez de verbas e a falta de pessoal qualificado para assumir as atividades de enfermagem desse hospital indicam a premência da FM em possuir uma escola para suprir tal necessidade.

Em 22 de maio do mesmo ano, em outra reunião da congregação, o então Diretor, Professor Antônio Aleixo, informou que antes de a FM entrar em contatos com a DSP, a Faculdade recebeu ofício daquela Diretoria “em que se estabelecem condições adversas para a criação da mencionada escola”, razão pela qual trouxe o assunto ao conhecimento da casa para manifestações e passou à leitura de tal correspondência:

Belo Horizonte, 13 de maio de 1933 – Sr. Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais – De acordo com os entendimentos verbais entre os diretores da Faculdade de Medicina e da Saúde Pública, iniciados, em janeiro do corrente ano, submeto à vossa apreciação, devidamente autorizado pelo Sr. Secretário da Educação e Saúde Pública, a proposta que se segue, do modo a tornar possível, dentro em breve, a instalação de uma Escola de Enfermeiras, nos moldes da Escola Oficial padrão “Anna Nery”. 1º.) A Escola de Enfermeiras será criada como uma dependência da Diretoria de Saúde Pública do Estado, com a cooperação da Faculdade de Medicina e outras instituições que se tornem necessárias ao desenvolvimento de seus cursos. 2º.) A cooperação da Faculdade de Medicina para o estabelecimento e funcionamento da Escola de Enfermeiras consistia na cessão, gratuitamente, das dependências de seu hospital de clínicas, laboratórios e gabinetes necessários ao ensino da enfermagem, de modo que as aulas não sejam dadas em conjunto com os diferentes cursos da Faculdade. 3º.) A Faculdade fornecerá os professores necessários às diversas disciplinas do curso de enfermagem, principalmente às cadeiras que exigem instalações especiais e já em funcionamento na Faculdade. 4º.) A Faculdade de Medicina consentirá em que os professores estranhos ao seu corpo docente lecionem livremente nas dependências postas à disposição da Escola de Enfermagem e em que os empregados da Faculdade prestem os serviços necessários ao bom funcionamento das diversas aulas teóricas e práticas. 5º.) Os professores e auxiliares de ensino da Escola de Enfermeiras serão indicadas pelo diretor de Saúde Pública e pelo diretor da Faculdade de Medicina e pela diretoria da Escola de Enfermeiras e nomeados pelo Secretário de Educação e Saúde Pública quando forem estranhos à Congregação da Faculdade de Medicina. 6º.) Enquanto a Escola de Enfermeiras não dispuser de verba própria, os professores não receberão gratificação pelos serviços prestados. Por outro lado, a Diretoria de Saúde Pública fará as despesas para a instalação da Escola e do material para seu

---

<sup>61</sup> Até 1931, a Faculdade de Medicina não possuía hospital próprio e funcionava no Hospital São Vicente de Paulo, enquanto continuava com as suas diligências em busca de recursos financeiros para a manutenção e a ampliação das instalações desse hospital para o ensino da clínica. Contudo, nesse mesmo ano, a partir de entendimentos estabelecidos com a Fundação de São Vicente de Paulo, a Diretoria da Faculdade recebeu em doação o referido Hospital para constituir o núcleo do futuro e atual Hospital de Clínicas da UFMG, com a exigência de que fosse construído um pavilhão destinado à assistência à infância como parte integrante do hospital (CAMPOS, 1961).

funcionamento, com exceção da manutenção de doentes e tratamento. A Diretoria de Saúde Pública também fornecerá o corpo de enfermeiras para o ensino das disciplinas que exigem conhecimentos especiais. Contando com a vossa boa vontade e o nobre desejo de ver realizado em Belo Horizonte esse magnífico empreendimento, espero que, examinada a proposta acima, tudo seja combinado na mais harmonia de vistas. Ao ensejo apresento-vos cordiais saudações. (a) Dr. Ernani Agrícola (ATA Faculdade de Medicina, 1933b).

Após apreciação e discussões sobre o teor das considerações feitas por Dr. Ernani Agrícola, o Professor Alfredo Balena propôs a constituição de uma comissão de três membros para o estudo do assunto. Aprovada a proposta, a comissão foi constituída pelos professores Hugo Werneck, Borges da Costa e Octaviano de Magalhães.

No período de 1933 a 1948, não foram encontrados nos registros das atas da Congregação da FM nem em outros arquivos os resultados dos estudos dessa comissão, bem como não constam em atas da FM informações sobre a criação e instalação da EECC: nada se fala sobre a utilização dos espaços físicos e dos recursos humanos da FM e do Hospital São Vicente de Paulo pela Escola. Essa falta de referências sugere que a FM não participou de fato e nem concordou efetivamente com os entendimentos ocorridos com a DSP para a criação de “uma escola de enfermeiras da Faculdade de Medicina” e que fosse “sem ônus para a Faculdade”. Tal fato, no entanto, não impediu que a EECC utilizasse as dependências do hospital para a sua sede administrativa e para estágios das alunas, até o início de 1939, bem como deixasse de contar com os lentes da Faculdade em suas respectivas especialidades para o ensino da enfermagem<sup>62</sup>. Muito pelo contrário, todas as oportunidades eram aproveitadas para evocar e revigorar tal fato como na aula inaugural de Farmacologia em que se prestavam homenagens póstumas ao Professor dessa cátedra, Aurélio Pires:

A Escola de Enfermagem Carlos Chagas não podia deixar de participar desses nobres anseios, nem quedar-se insensível ao lutuoso acontecimento, porque, instituição criada pela Diretoria de Saúde Pública Estadual, pode ela, desde a sua fundação, encontrar na douta Congregação da Faculdade de

---

<sup>62</sup> No anexo II, tem-se a relação dos professores da EECC com as respectivas disciplinas e períodos de atuação na Escola; entre eles, os professores da Faculdade de Medicina.

*Medicina, o sólido apoio material e moral de que carecia, para converter-se na esplêndida realidade que ora representa.  
Os professores dessa Faculdade franquearam-lhe custosas instalações, profuso material didático e se dispuseram, numa avançada compreensão dos altos desígnios desta escola, ao imediato provimento de suas cadeiras (ORSINI, 1937b, p. 18, grifos nossos).*

Não resta dúvida de que a FM contribuiu para que a EECC se tornasse, em quatro anos de funcionamento, “na esplêndida realidade que ora representa”. Nesse sentido, o relato do Professor Torquato Orsini, que substituiu o homenageado na cadeira de farmacologia, coloca-se no campo das sensibilidades. Se a EECC precisava de reconhecimento social legítimo, ela obteve o “apoio moral” e a “compreensão dos altos desígnios desta escola” por parte da Faculdade de Medicina.

Do ponto de vista material, o Hospital São Vicente de Paulo emprestou à EECC, “3 salas (sendo uma de passagem para o quarto dos internos) onde funcionaram até 1940 a Secretaria, uma sala de demonstrações técnicas e uma sala de aula” (RELATÓRIO, 1948?, p. 1).

Ao longo do período estudado, o “silêncio das atas” da FM em relação à EECC pode indicar, de um lado, uma aparente inexistência de conflitos entre a FM e, por conseqüência, com o Hospital ao Vicente de Paulo e a Escola; de outro, pode até ser um indício da sua existência. Se as tensões e os conflitos não se manifestavam nas atas, eles apareciam em relatórios das diretoras da EECC.

Em 1939, numa demonstração de que a FM não tinha “afinidade administrativa” e muito menos o dever e as condições financeiras e de espaço físico para colaborar com a EECC, o seu Diretor, Professor Alfredo Balena, solicitou à Escola, por meio de ofício, a desocupação das salas do hospital. A Diretora, Waleska Paixão, conseguiu, após negociações com o Diretor do hospital, Dr. Melo Teixeira, e com o Diretor da Saúde Pública, Dr. Castilho Júnior, manter o uso das salas até o início de 1940, quando aproveitaria o período das férias escolares para a providência de novas instalações. Entretanto, de acordo com a Diretora,

“recebemos do Sr. Dr. Melo Teixeira, por intermédio de uma das Irmãs do Hospital, ao telefone, às 15 horas ordem de desocupar as salas, ainda naquela dia, porque o Hospital tinha feito um contrato com os ferroviários, e estava recebendo os primeiros doentes” (RELATÓRIO, 1948?, p. 2, grifos no original).

As salas foram desocupadas e “conservamos mais alguns dias a Secretaria, notificando ao Dr. Melo Teixeira em que [se] mudássemos esta retiraríamos também as alunas dos estágios por ser a continuação dos mesmos incompatível com a nossa dignidade”. O que de fato ocorreu, tendo em vista a transferência da secretaria para a “rua Santa Rita Durão nº 1263, onde, “ocupamos o sobrado enquanto no pavimento térreo funcionava uma dependência da Justiça Militar”. Nesse local, “as salas eram poucas e de tamanho exíguo, não comportando mais de 16 alunas. Entretanto, “as matrículas por série não ultrapassavam esse número, de modo que desse nenhum inconveniente resultou” (RELATÓRIO, 1948?, p. 2, grifos no original).

Apesar de a Diretora relatar que “nenhum inconveniente resultou” em virtude da obrigatoriedade de desocupação do espaço físico do Hospital São Vicente de Paulo, certamente tal fato gerou prejuízos para o pleno funcionamento de todas as atividades da Escola. Um deles, a falta da prática em Pediatria, foi um dos vários fatores que dificultaram o processo equiparação da EECC ao “Padrão Anna Nery”.

A instabilidade gerada pela falta de espaço físico adequado para o seu funcionamento obrigou a EECC a utilizar o seu Internato para fins administrativos. O jornal *O Diário*, ao divulgar a abertura das matrículas da EECC, registra que até janeiro de 1940 elas deveriam ser realizadas na Secretaria da Escola, no Hospital São Vicente de Paulo. No entanto, as matérias para a divulgação das matrículas não aparecem publicadas no período de janeiro de 1940 até 18 de janeiro de 1947, quando foi encontrada a seguinte matéria:

*Escola de enfermagem Carlos Chagas*

Acham-se abertas as matrículas para o curso geral da escola de enfermagem ‘Carlos Chagas’, do Departamento Estadual de Saúde, única oficializada no Estado.

Informações: antiga diretoria de saúde pública, à rua da Bahia, esquina com Bernardo Guimarães, ou rua do Chumbo, nº 601, Serra [este último é o endereço do Internato].

Horário: das 12 às 17 horas (O DIÁRIO, 1947).

Um motivo do silêncio da EECC na imprensa pode ser interpretado como decorrente da instabilidade administrativa gerada com as mudanças de direção ocorridas no período de dezembro de 1938 a junho de 1939<sup>63</sup> e pela falta de espaço físico, tão almejado pelas suas dirigentes, que estavam sempre envidando esforços para a construção de uma sede e de um hospital próprios.

A documentação pesquisada permite afirmar que a EECC utilizou as dependências do Hospital São Vicente de Paulo tanto como sede administrativa quanto como campo de ensino de prática por falta de outra opção<sup>64</sup>. Um dos relatórios da Diretora Waleska Paixão mostra que o hospital não oferecia à Escola todas as clínicas necessárias ao cumprimento dos estágios curriculares. De acordo com ela, os estágios práticos,

de início, foram feitos em algumas enfermarias de Medicina, Cirurgia, Urologia e Pediatria do Hospital S. Vicente. Quando o adiantamento das alunas começou a exigir mais variado campo de prática, entrou a Diretoria em entendimento com a Santa Casa [de Misericórdia] para o estágio de Obstetrícia. Isso, porém, durou poucos meses. Em relatórios publicados nos jornais, o Provedor declarou que eram dispensados os trabalhos das alunas em estágio, visto a presença de pessoas estranhas ser prejudicial aos serviços.

Em 1935 foi tentado um estágio no Hospital Cícero Ferreira. Foi esse, também, de curtíssima duração, porque a má vontade dos práticos de enfermagem que lá se achavam opôs obstáculos invencíveis à permanência das alunas.

Em 1936 tomamos sob nossa responsabilidade a enfermagem do Pronto Socorro Policial, das 7:30 às 22 horas, deixando apenas o serviço da noite a cargo da prática [de enfermagem] já encontrada em funções. Note-se que esse horário era dividido de modo a não deixar nenhuma chefe ou aluna no

---

<sup>63</sup> Com a transferência de Laís Netto dos Reys para a direção da EEAN em novembro de 1938, a EECC teve a gestão de uma diretora interina, Clitemnestra Pessanha, de dezembro de 1938 a maio de 1939. Em junho desse ano, Waleska Paixão assumiu o cargo.

<sup>64</sup> A elucidação dessa questão é importante pelo fato de a historiografia registrar a vinculação da EECC com o Hospital São Vicente de Paulo por razões de ordem religiosa, e não como mera “coincidência histórica”, como os fatos até então relatados estão demonstrando. Cf., por exemplo, BAPTISTA; BARREIRA, 1997, p. 36.

hospital para as refeições; o que se era uma economia para o Hospital, era mais uma complicação para a organização dos serviços e horários de aula. Mais tarde concedeu-me à Escola 3 a 4 refeições diárias no Hospital, aumentando, depois esse número para atender as necessidades do serviço. Ficamos no Pronto Socorro até fevereiro de 1947. Antes disso, colaboramos na organização de um quadro para os serviços de enfermagem, a fim de atender ao grande aumento do número de salas de curativos e de leitos que se ia verificar com a mudança do Hospital para outro prédio<sup>65</sup>.

Já anteriormente procurávamos remediar a extrema penúria dos internados. Para isso obtivemos:

a) O interesse da L.B.A., [Legião Brasileira de Assistência] que a nosso pedido, deu ao Pronto Socorro grande quantidade de roupas de cama.

b) Pequena verba da Chefia de Polícia, com a qual dotamos o Hospital de alguns utensílios indispensáveis, de cuja aquisição prestamos as devidas contas.

Não obstante, esses e outros esforços para elevar a enfermagem do Pronto Socorro a um nível pelo menos razoável, foi suficiente a intriga de uma das nossas funcionárias para que o Diretor, Dr. J. Albino de Almeida, faltasse aos compromissos assumidos para com a Escola de promover a nomeação de pessoal aceito pela mesma, visto [que] íamos continuar a enviar alunas para os estágios. Não somente faltou a esse compromisso, mas assumiu também atitudes tão descorteses com a Diretora da Escola que esta se viu obrigada a retirar as alunas do serviço (RELATÓRIO, 1948?, p. 3-4).

Se o Hospital São Vicente de Paulo não oferecia condições necessárias tanto do ponto de vista de sede administrativa quanto do cumprimento das exigências do ensino prático das alunas, outros hospitais apresentavam, também, as suas limitações.

A Santa Casa de Misericórdia, como destacado no capítulo anterior, foi o primeiro hospital criado em Belo Horizonte. Teve a sua instalação oficial em 25 de junho de 1899, o seu funcionamento em barracas de lona em setembro do mesmo ano e a primeira enfermaria inaugurada em fevereiro de 1901. No decorrer dos anos, foi ganhando novos blocos para enfermarias e outros serviços. Como diz Salles (1966, p. 55), “de acordo com as possibilidades, segundo a tradicional prudência mineira, a Santa Casa foi aos poucos ampliando e melhorando as instalações”. A sobrevivência de uma instituição dessa natureza só foi possível em razão dos esforços, principalmente de seus provedores, “que precisavam

---

<sup>65</sup> O Hospital Pronto-Socorro era subordinado à Secretaria de Segurança e Assistência Pública e foi instalado em fevereiro de 1933 na rua Tamoios, esquina com Rio de Janeiro. Em 1935, foi regularmente estruturado no Departamento de Assistência Policial e Medicina Legal. Em março de 1947, com o aumento da demanda de serviços, foi transferido para a Rua dos Otoni, prédio anteriormente destinado à Cruz Vermelha e hoje ao Hospital Maria Amélia Lins. No final da década de 1960, foi transferido para a sede atual.



ter, de um lado, a mão bem estendida para angariar a receita, a o outra, parcimoniosa e prudente, para saldar as despesas” (p. 56).

A partir de 1914, a administração da Santa Casa permitiu que algumas de suas enfermarias servissem de campo de prática para o ensino de medicina (SALLES, 1966; CAMPOS, 1961). Em 1935, com o adiantamento<sup>66</sup> do ensino da prática de enfermagem nas especialidades médicas, a EECC precisava dar início ao estágio em obstetrícia para as alunas. Assim, Laís Netto dos Reys estabeleceu contatos com a Santa Casa de Misericórdia, possivelmente mantidos com as Irmãs de Caridade que eram as responsáveis pelos serviços de enfermagem daquela instituição. No entanto, após o início das atividades práticas pelas alunas, estabeleceu-se um conflito entre as instituições, conforme mostra o ofício encaminhado pelo Provedor Jarbas Vidal Gomes à Diretora Laís Netto dos Reys, assinado e datado em 20 de fevereiro do referido ano:

Em sua sessão de 16 do corrente, a Mesa tomou conhecimento da altruística iniciativa de V. Excia., relativa à prática, nas Enfermarias desta instituição, das alunas da escola de enfermagem, sob a sua competente direção.

Bem ponderou a Mesa, Exma. Senhora Diretora, todos os pontos dentro dos quais poderia essa prática ser permitida, de forma a não ferir, nem de longe e de qualquer forma, o contrato que mantém há mais de vinte e cinco anos, com as dedicadas e operosas Irmãs Servas do Espírito Santo<sup>67</sup>, sob cuja orientação e, com pleno contentamento da Administração, correm os pesados serviços de enfermagem deste Hospital, durante aquele longo lapso de tempo.

Hospital pobre, cheio de encargos, com as suas necessidades de ampliação cada vez mais prementes, para atender às exigências da pobreza, não pode permitir introdução de métodos usados em hospitais que dispõem de vultosas fontes de renda.

E com toda satisfação saliento que a Mesa concorda em ser ventilado o assunto, apenas atendendo aos excepcionais méritos de V. Excia.

Assim, bem pensando e procurando prever os menores detalhes naquele exercício, estabeleceu as seguintes condições:

- I) O horário será de 8 às 11 ½ horas da manhã e das 3 às 4 horas da tarde;
- II) todo serviço da enfermaria será dirigido pela Irmã Enfermeira, não sendo permitida a introdução de novos costumes e métodos;
- III) as ordens dos Senhores Chefes e Assistentes da Enfermaria serão dadas diretamente à Irmã encarregada do serviço, que as transmitirá às alunas, para a sua execução;

---

<sup>66</sup> À época, usava-se a denominação de “enfermagem adiantada” ou “curso adiantado” em programas de curso em contraposição ao período ou curso preliminar que era em torno de quatro a seis meses.

<sup>67</sup> Os serviços de enfermagem ficaram a cargo de uma Congregação de Irmãs de origem francesa de 1906 a 1910. “Depois vieram as alemãs, da Ordem das ‘Servas do Espírito Santo’ (SALLES, 1966, p. 57).

IV) será proibida a entrada de alunas na Farmácia, cozinha e em qualquer outro compartimento que não seja anexo à enfermaria em que trabalham;  
V) só as alunas do último ano poderão trabalhar nas enfermarias de ginecologia, cirurgia e obstetrícia, não lhes sendo permitida a prática em enfermarias de homens. O número total de alunas não poderá exceder de 20;  
VI) as alunas devem tratar a todos com urbanidade, e notadamente às Irmãs encarregadas dos diferentes serviços de Hospital, respeitando a Religião do mesmo que é a Católica;  
VII) todo entendimento e qualquer reclamação sobre o assunto serão tratados, por escrito, entre a Diretora da Escola e o Provedor da Santa Casa;  
VIII) a todos os Senhores Chefes de Enfermaria será expedida cópia do estabelecido, para perfeito conhecimento dos mesmos;  
X) em todo e qualquer tempo a Santa Casa poderá cassar a permissão ora feita, independente de aviso ou qualquer outra formalidade.  
Com protestos de minha elevada consideração, subscrevo-me, desejando que Deus guarde V. Excia. (CORRESPONDÊNCIA, 1935a).

O posicionamento da Mesa Diretora da Santa Casa de Misericórdia, nessa correspondência, chama atenção para vários aspectos. O hospital é visto como um hospital “pobre, cheio de encargos”, que “não pode permitir a introdução de métodos usados em hospitais que dispõem de vultosas fontes de renda”. Esse fato permite questionar, mesmo sem a obtenção de respostas, sobre quais métodos e a que outros hospitais a Mesa está se referindo. Ao estabelecer as condições de permissão de estágio das alunas da EECC, a Provedoria demonstra que só o faz para atender “aos excepcionais méritos de V. Excia” [referindo-se à Diretora da Escola]. Além disso, as normas e as regras estabelecidas definem tempos e espaços que poderiam ser utilizados pelas alunas, interferindo, até mesmo, na dinâmica da aprendizagem, uma vez que “só as alunas do último ano poderão trabalhar nas enfermarias de ginecologia, cirurgia e obstetrícia”. Nesse sentido, podemos dizer, sob a inspiração de Faria Filho (2000, p. 68), que “há uma pretensão também de disciplinar os próprios movimentos nesses espaços, através da imposição de formas ‘autorizadas’ de sua apropriação”. Como se não bastassem essas prescrições, a Mesa também se reservara no direito de em todo e a qualquer tempo “cassar a permissão ora feita, independente de aviso ou qualquer outra formalidade”.

Se a Diretora tinha interesse em que as alunas continuassem a ter a prática de ginecologia e obstetrícia nas dependências da Santa Casa, ela teria de se submeter às normas instituídas pela Mesa Administrativa, representada por seu Provedor que não concordara com o início da prática sem a aquiescência da Direção da Casa.

Analisando as correspondências estabelecidas entre a Diretora e o Provedor, verifica-se que, apesar das medidas nelas contidas, elas deixam escapar, explicitamente, quem ditava as regras do jogo. Assim, antes de completar um ano de estágio, em 12 de novembro de 1935, o Provedor Jarbas Vidal Gomes notificou a Escola sobre o descumprimento das normas previstas, particularmente do disposto no item V das instruções em vigor: “Só as alunas do último ano poderão trabalhar nas enfermarias de ginecologia, cirurgia e obstetrícia, não lhes sendo permitida a prática em enfermarias de homens”.

A Diretora, numa demonstração de quem comanda o ensino das alunas, respondeu ao ofício recebido e apresentou justificativas e argumentos dizendo que “os dispositivos da cláusula V não foram infringidos”, visto que, segundo ela, as alunas faziam, na prática das enfermarias de obstetrícia e ginecologia, o trabalho de enfermagem relativo às especialidades dos médicos e que estes eram os próprios chefes e médicos dos respectivos serviços e professores dessas cadeiras na EECC. Segundo a Diretora, as alunas estavam em época regulamentar de realização desses trabalhos, visto que as aulas teóricas eram sempre acompanhadas da prática correspondente. Se a reclamação vinha do fato de uma aluna do primeiro ano ter entrado na enfermaria de ginecologia, ela tinha ido apenas para o “exercício de temperatura, pulso e respiração e outros trabalhos acessórios como confecção de camas, asseios das doentes, etc., que são serviços fora da especialidade e que podem ser feitos por alunas de qualquer ano” (CORRESPONDÊNCIA, 1935b).

Contudo, se para Laís as alunas podiam circular livremente pelas enfermarias fazendo os serviços técnicos de enfermagem fora das exigências das especialidades médicas,

ela viu, “logo que a exma. Irmã, chefe da clínica, impugnou a entrada dessa aluna”, enviando-a para “outro departamento”, que a situação não permitia colocar seus métodos de ensino em ação.

Realmente, a EECC não conseguiu levar a termo o ensino prático na Santa Casa de Misericórdia. Em 23 de fevereiro de 1936, a Diretora tomou conhecimento, pelo Jornal *O Diário*, que a Mesa Administrativa havia proibido o estágio da Escola naquela instituição, como pode ser observado em fragmento do Relatório publicado:

[...] a Mesa, a título precário, concedeu permissão para que as alunas dessa Escola freqüentassem as enfermarias da Santa Casa, a fim de lhes serem transmitidos os conhecimentos práticos de que necessitam. [...] a sua prática demonstrou os inconvenientes antes da sua continuação.

Com a intensidade do movimento do Hospital onde, para o mesmo fim, têm ingresso todos os estudantes de medicina desde o quarto ano, é fácil a percepção dos inconvenientes decorrentes de tão elevado número de pessoas estranhas ao serviço nas enfermarias, que correm sob a responsabilidade das Irmãs, e conseqüentemente a quem se pede conta da boa ordem dos serviços.

De que forma pode a Irmã enfermeira agir dentro da enfermaria, por cujos serviços é responsável, se do mesmo está encarregada outra pessoa, desobrigada de qualquer ônus perante a direção da Casa? A Mesa [...] certa de que isso não causará dano algum à prática das alunas por não haver dificuldades em entrar em entendimentos com outros hospitais, cujos serviços de enfermagem poderiam ser entregues à mesma Escola sem os embaraços que aqui temos [...]. Na própria Faculdade de Medicina, sob cujos bons auspícios foi a Escola criada, e do Governo do Estado, que a mantém, há hospitais onde os serviços de enfermagem são feitos sem as formalidades contratuais que aqui existem [...] (CORRESPONDÊNCIA, 1936).

Percebe-se que, em nenhum momento, a Mesa Administrativa admitiu, com tranquilidade, o estágio das alunas nas dependências da Santa Casa, uma vez que o consentimento teria sido “a título precário”. Ademais, os serviços de enfermagem prestados pelas religiosas parecia atender às necessidades da Provedoria, sendo que é a elas “que se pede conta da boa ordem dos serviços” e não às “pessoas estranhas ao serviço nas enfermeiras”.

Entende-se que a formalidade das práticas no seio das Santas Casas de Misericórdia dificultava maior aproximação com as instituições formadoras de profissionais

de saúde que queriam possuir certa autonomia em seus espaços. Padilha (1998), em seu estudo sobre a enfermagem praticada nas Santas Casas, ao analisar a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro a partir de 1852, na perspectiva do conceito de poder disciplinar de Michel Foucault, evidenciou que as religiosas não discutiam as ordens e que faziam exatamente o que a Provedoria determinasse. Entre os resultados desse estudo, a autora apresenta que “o tripé controle do espaço/tempo, a vigilância perpétua e o registro contínuo são demarcadores das ações de enfermagem hospitalar, desde o século XIX, entre as Irmãs de Caridade/praticantes de enfermagem e os médicos/Provedores” (PADILHA, 1998, p. 205).

Os conflitos e as tensões interinstitucionais não aconteciam apenas nos campos de prática utilizados para o ensino das alunas. Muitos deles eram decorrentes das ingerências da burocracia político-administrativa no âmbito da DSP. Em 7 maio de 1937, Laís Netto dos Reys, em correspondência dirigida ao Diretor da Saúde Pública do Estado de Minas Gerais, coloca o cargo de Superintendente do Serviço de Enfermagem e, por conseqüência, o de Diretora da EECC à disposição do Governo. Se essa carta foi ou não encaminhada, não foram encontrados registros; fato é que a situação foi contornada, uma vez que a Diretora permaneceu nos cargos. Esse ato impetuoso e veemente por parte da Diretora é assim justificado por ela:

Diante da publicação dos atos do Governo no ‘Minas Gerais’ de hoje referentes às nomeações de enfermeiras dentre as quais se encontra a D. Heloisa Quintella Tanajura que não fora proposta pelo nosso serviço e da qual essa Diretoria nem sequer cientificada e que vem preterir uma das alunas pioneiras da Escola de Enfermagem Carlos Chagas – D. Edelvira Costa dos Santos – cujo nome fora com as demais na nossa proposta a V. Excia dirigida a 4 de Janeiro de 1937, julgo diminuída a confiança do Governo na minha pessoa e desacatada com esse ato a minha autoridade (CORRESPONDÊNCIA, 1937a).

Laís continua dizendo que “arranhada, Sr. Diretor, a autoridade e a autonomia do chefe em qualquer organização, principalmente numa organização essencialmente técnica como a Enfermagem, é dar-lhe golpe mortal”. Ademais, “deixando de nomear [...] justamente

a primeira aluna que se matriculou nessa Escola, para nomear à revelia de sua Diretoria e sem nenhuma ciência dela, uma enfermeira estranha [...], vimos com grande pesar, diminuída em nós a confiança do Governo que sempre acatara as nossas atitudes e lhes dera sempre o seu valioso apoio. Confiança que, perdida, extingue o estímulo, mata o ideal”.

Com certeza, para Laís Netto dos Reys, era uma ingerência do governo estadual uma aluna da EECC ser preterida em favor de uma diplomada<sup>68</sup> pela EEAN. Diante desse fato, ela não poupou esforços para protestar perante as instituições competentes, numa demonstração de que estava a serviço de uma boa causa e que seu trabalho deveria ser reconhecido e respeitado, conforme pode-se observar em sua correspondência:

Justo é que protestamos por intermédio de nossos preclaros Chefes – o Sr. Diretor da Saúde Pública e o Sr. Secretário da Educação – junto ao Exmo Sr. Governador do Estado contra esse golpe à nossa autoridade exercida tão somente e sempre a serviço do Estado, para dar-lhe um estabelecimento modelar de ensino técnico, para fazer da Escola a nosso cargo um patrimônio moral de Minas, um padrão a seguir nos demais Estados Brasileiros, para que Minas possua o mais eficiente serviço de Enfermagem do Brasil (CORRESPONDÊNCIA, 1937a).

A par dos conflitos e das tensões interpessoais e/ou interinstitucionais, foi possível perceber que, ao longo do período do estudo, a Escola teve dificuldades de toda natureza para se impor numa reconhecida e legítima instituição escolar, aquela que fora considerada pelos seus idealizadores como moderna e modelar para a formação de enfermeiras. Para proporcionar o ensino prático às alunas, foram necessários muitos embates com os serviços e instituições de saúde, como já foi descrito em outro estudo<sup>69</sup>.

O fato de as diretoras não conseguirem locais adequados para o ensino da prática de enfermagem as mantinha na incansável idealização de a EECC possuir o hospital próprio. A falta de estágio de pediatria foi um dos fatores que contribuíram para o atraso no processo de equiparação da Escola. Sobre essas dificuldades, em 1941, Waleska Paixão encaminha carta à Laís Netto dos Reys, então Diretora da EEAN, e expõe a situação da EECC diante de sua possível equiparação:

---

<sup>68</sup> Heloisa Quintella Tanajura foi diplomada pela EEAN, na turma de 1928 (SAUTHIER; BARREIRA, 1999).

<sup>69</sup> Cf. NASCIMENTO; SANTOS; CALDEIRA, 1999.

Recebi seu recado sobre o assunto da equiparação. Protelo todos os dias a data de escrever-lhe sobre o mesmo, porque parecia estar na iminência de solucionar o caso do estágio de Pediatria.

Infelizmente as negociações fracassaram. Não é vantagem a vinda de uma fiscal, enquanto isto não estiver em ordem.

Tínhamos pensado em construir um pequeno hospital, para suprir essa falta. Mas a remodelação da Santa Casa absorve aqui todas as atenções.

Há tempos officiei ao Dr. Capanema, nesse sentido, e a resposta foi uma promessa de auxílio, que certamente virá, e talvez esteja apenas aguardando que iniciemos a construção aqui.

Mas, não temos com que iniciar, a não ser arquiteto grátis e promessa da Prefeitura, de dar terreno, ainda não cumprida.

Se lhe for possível obter do Governo Federal 50.000\$000 ficará tudo resolvido em breve tempo.

Nossos títulos para a obtenção desse auxílio, alguns seus já conhecidos.

8 anos de existência da Escola, em situação precária de instalações, verba e campos de prática.

Trabalho, sem remuneração, das alunas, nos hospitais e serviços de Saúde Pública.

Internato, a preço mínimo (100\$000) para as alunas, mantido com sacrifício – em grande parte com 50% dos serviços particulares feitos pelas alunas.

Vantagem que traria à população mais um hospital de crianças – mesmo pequeno – onde os serviços de enfermagem nada custariam ao Estado, e para o qual já dispomos de verba para material médico e medicamentos.

E, mais do que tudo, o que representaria para o progresso da Enfermagem no Brasil, colocar mais uma Escola oficial em condições de formar profissionais muito mais capazes, pela responsabilidade de formação técnica mais eficiente – num hospital onde fosse usada integralmente a técnica aprendida teoricamente.

A questão das Técnicas está em muito bom caminho. O pequeno hospital resolverá o resto (CORRESPONDÊNCIA, 1941).

A importância e a necessidade em proporcionar às alunas um ensino técnico eficiente e de qualidade em campos de prática nos quais “fosse usada integralmente a técnica aprendida teoricamente”, constituíam um dos objetivos persistentes e recorrentes nos discursos das diretoras da EECC.

Enquanto a EECC idealizava uma sede e um hospital próprios, chama atenção, ainda, o fato de a FM continuar idealizando a criação da sua escola de enfermeiras, mesmo após a criação da EECC. A documentação compulsada permite compreender essa situação, tendo em vista que a EECC não atendeu às necessidades dos serviços de enfermagem hospitalar, uma vez que a Escola buscava atender, também, ao ensino e ao serviço de saúde pública.

Em 10 de março de 1948, os registros de ata de reunião da Congregação da FM mostram que os discursos sobre a criação de uma escola de enfermagem da Faculdade continuavam. O Professor Doutor José Silva de Assis, recém-chegado dos Estados Unidos, falou da “necessidade, cada dia mais premente, de enfermeiras que se destinem aos serviços hospitalares” e informa ter observado naquele país, “não obstante o grande desenvolvimento dos serviços de enfermagem durante a guerra, não serem suficientes as inúmeras profissionais desses serviços, tendo-se chegado ao ideal de cada hospital possuir a sua própria escola”. Por isso propunha que a Congregação discutisse o assunto. O Professor Otto Cirne falou da existência da EECC e manifestou-se “partidário de uma possível aproximação entre a Faculdade e essa Escola”, pois, disse o professor, “se vamos ter o Hospital das Clínicas, teremos que preparar enfermeiras, tanto mais quanto as que se vêm diplomando pela Escola Carlos Chagas têm se destinado aos serviços de Saúde Pública”. O Professor Antônio de Melo Alvarenga, entendendo que essa Escola se destinava a formar enfermeiras para a Saúde Pública, falou da possibilidade de entendimentos com a Congregação de São Vicente de Paulo, que possuía no Rio de Janeiro “um curso de Enfermagem<sup>70</sup> bem aparelhado e com professores competentes, estando, assim, em condições de superintender uma Escola que viesse a ser criada por esta Faculdade” (ATA Faculdade de Medicina, 1948a).

Em julho do mesmo ano, o assunto da criação da Escola foi retomado em reunião da Congregação. Nessa época, a EECC encontrava-se vinculada à Secretaria de Saúde e Assistência, e seu Secretário, Professor J. Baeta Vianna, parece que não via a possibilidade de a EECC aceitar formar apenas enfermeiras para o serviço hospitalar, como parece também não ter aceitado especializar-se na saúde pública<sup>71</sup>. Assim, declarou-se “de acordo com a

---

<sup>70</sup> A Escola a que o Professor se refere trata-se da Escola de Enfermagem Luiza de Marillac, criada e organizada em 1939 por iniciativa da Irmã Matilde Nina, diplomada da primeira turma da EECC, em 1936.

<sup>71</sup> Tenho por hipótese que a criação da Escola de Saúde Pública atual Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, criada em 1946, vinculada ao recém-criado Departamento Estadual de Saúde, ao qual a EECC também se tornou subordinada, ocorreu porque a EECC se recusou a formar quadros apenas para a Saúde Pública. O que, também, teria contribuído para a saída intempestiva da Diretora Waleska Paixão da direção da EECC em 1948. Segundo essa diretora, “o diretor da Saúde Pública inventou que ele ia fazer uma reforma na Escola pra ser uma Escola só pra enfermeiras de saúde pública. E eu cansava de explicar a ele, ‘Como ela pode ser enfermeira de saúde pública se ela não sabe o resto dos problemas de saúde. [...] ele queria como muitos, trabalho grátis, que aquelas alunas todas no serviço de visitadora e aprendendo pouca coisa’” (PAIXÃO, 1993).



criação de uma dessas escolas, se a iniciativa partisse desta Faculdade” (ATA Faculdade de Medicina, 1948b).

Em 5 de março de 1949, voltou ao plenário da Congregação da FM a proposta do Professor Antônio de Melo Alvarenga de criação de uma escola de enfermagem, como um órgão de ensino da Faculdade. Nessa reunião foram estabelecidos e registrados em ata os seguintes itens: “1º.) que seja criada a Escola de Enfermagem anexa à Faculdade de Medicina, conforme resolução tomada pela Congregação em julho de 1948; 2º.) que a essa Escola se dê o nome de ‘Cícero Ferreira’ em homenagem ao fundador desta Faculdade; 3º.) que os estatutos sejam estudados no 1º. semestre do ano em questão”. Ao prestar esclarecimentos sobre esse assunto, o Diretor da Faculdade, Professor Alfredo Balena, informou que havia entrado em entendimentos com o Exmo. Sr. Professor J. Baeta Vianna, DD. Secretário de Saúde e Assistência, pois que era desejo deste realizar na FM o curso oficial de enfermagem do Estado, porém não se sentia impedido de submeter tal proposta feita à deliberação do plenário. Assim, colocou a proposta em discussão, sendo esta aprovada por unanimidade (ATA Faculdade de Medicina, 1949). No entanto, essa escola de enfermagem idealizada pela FM não chegou a ser criada. E, por várias razões, que ainda devem ser elucidadas e compreendidas, a EECC foi anexada à Faculdade de Medicina em dezembro de 1950.

Se, de um lado, a EECC, em seu processo de institucionalização, teve de enfrentar dificuldades para se tornar uma Escola reconhecida no campo da saúde mineira e da enfermagem brasileira, de outro, certamente, foram esses embates travados no campo das lutas das representações que contribuíram para reforçar a sua legitimidade em diplomar **as alunas Carlos Chagas**<sup>72</sup>.

---

<sup>72</sup> Essa expressão constitui uma analogia à “enfermeira Anna Nery”, que eram formas de demarcação de discursos utilizadas, no momento histórico estudado, numa alusão à qualidade e ao prestígio profissional da diplomada por uma ou outra instituição.

### Capítulo 3

## AS ALUNAS CARLOS CHAGAS E A IDEALIZAÇÃO DE UMA PROFISSÃO PARA A MULHER

*Se as diferenças entre homens e mulheres forem culturais, e não naturais, se ‘homem’ e ‘mulher’ forem papéis sociais, definidos e organizados de forma diversa em diferentes períodos, então os historiadores têm muito trabalho pela frente. Precisam explicitar o que quase sempre era deixado implícito na época: as regras e convenções para ser mulher ou homem de uma faixa etária ou grupo social específicos em uma determinada região e período específico. Mais exatamente – visto que as regras às vezes são contestadas –, os historiadores precisam descrever ‘as convenções do gênero dominante’.*

Peter Burke

“As Pioneiras”. Este é o título do discurso de formatura das primeiras alunas diplomadas pela EECC, enunciado por Laís Netto dos Reis e publicado na revista *A Enfermagem em Minas*. É por meio de enunciações como esta que as demarcações de tempos e espaços, pessoais e institucionais, em suas múltiplas modulações, estabelecendo normas e convenções, foram conformando a Escola, modelando e configurando a sua identidade institucional. Laís Netto dos Reis não perdia a oportunidade de contribuir com essas demarcações ao trazer, por exemplo, nesse discurso, as suas idéias, as suas crenças e a sua percepção sobre a EECC que “colheu hoje os primeiros frutos”. Se outrora, era uma semente, “hoje é a árvore florida e de viço primaveril”:

Em Minas, nesta região da terra brasileira, em que as montanhas buscam os céus, indicando os anseios elevados da alma e do coração deste povo

profundamente bom, deste nobre povo mineiro, nasceu em 1933 a Escola de Enfermagem Carlos Chagas.

*Surgiu com ela uma nova profissão, um novo campo ao extravasamento do desdobrar das riquezas mineiras de bondade, de devotamento, de delicadeza da alma feminina nacional.*

*Que profissão melhor que a de enfermeira, poderá ser o meio ótimo de cultura das excepcionais qualidades da mulher do Brasil?*

Onde encontraria a alma feminina ensejo maior de aplicar suas energias sedentas de bem e de ideal?

São as pioneiras da Escola Carlos Chagas as detentoras deste tesouro imensurável cuja primazia Deus houve por bem dar a Minas, entre os demais estados do Brasil.

Sabei trabalhar, sapei empregar como pioneiras que sois, vossa inteligência, vosso braço, por toda nossa alma a serviço do saneamento de nossa terra na defesa da vida do brasileiro, para fazer dela a maior, a mais forte e a mais respeitada de todas as nações.

Quando, por vossas estradas, a profissão amada vos conduzir, não vos esqueçais do belo lema da vossa Escola – *A Deus – pela Humanidade – para o Brasil* (REYS, 1936, p. 67, grifo nosso).

Esse discurso de Laís deixa bastante explícito a idéia da intrínseca relação entre formação e profissionalização da enfermagem. A Escola “nasceu” e com ela “surgiu uma nova profissão”. No âmbito dessa demarcação de surgimento de um novo campo para a atuação da mulher brasileira ocorrem outras demarcações. De um lado, o povo mineiro, que teve a nobreza de acolher a Escola, é recompensado com as enfermeiras pioneiras preparadas para trabalhar com inteligência “a serviço do saneamento de nossa terra na defesa da vida do brasileiro, para fazer dela a maior, a mais forte e a mais respeitada de todas as nações”. E, nessa “primazia de Deus para Minas”, Laís Netto dos Reys recomenda às diplomadas: “por vossas estradas, a profissão amada vos conduzir, não vos esqueçais do belo lema da vossa Escola – A Deus – pela Humanidade – para o Brasil”.

De outro lado, o que chama atenção é a questão da educação da mulher perpassando pelo campo da enfermagem, como é enfatizado nesse e em outros discursos: “Que profissão melhor que a de enfermeira poderá ser o meio ótimo de cultura das excepcionais qualidades da mulher do Brasil?”. Esse tema que começa a ser discutido neste capítulo e será retomado no capítulo 5. Aqui, pretende-se apresentar o perfil do corpo discente da EECC e as representações de enfermagem e de sua profissional que se encontravam em

circulação no entorno da Escola no período do estudo, bem como alguns aspectos sobre os critérios e a forma de seleção utilizados e os fluxos de entrada e de desistências do curso pelas alunas.

Em Minas Gerais, ou melhor, em Belo Horizonte, nessa época, pode-se dizer que essas representações se produziam e se reproduziam em torno da mulher-enfermeira, porque, antes de ser enfermeira, a profissional é uma mulher, possui “alma feminina”. Se Simone de Beauvoir afirmou que “não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1980, p. 20), dizem na enfermagem que as enfermeiras nascem enfermeiras, não são feitas. Confrontando essas últimas representações, que se afirmam, principalmente, na concepção de enfermagem como uma vocação feminina, o que se tem observado é que “ser-mulher”, “ser-educada” e “ser-enfermeira” são categorias ou papéis sociais e culturais que se tornam indissociáveis e se confundem no momento histórico deste estudo.

### **3.1 A “natureza feminina” da enfermagem**

A enfermagem foi institucionalizada na sociedade moderna ocidental como uma profissão para mulheres e mantém-se com o predomínio de mulheres até os dias atuais. Na ficha de inscrição<sup>73</sup> ao Curso na EECC, não se exigia e nem havia espaço para o registro do sexo, uma vez que não era permitida a entrada de homens na profissão. Até meados do século XX, eram aos homens – os intelectuais brasileiros – que cabiam ditar os conhecimentos, as normas e os valores adequados à formação da mulher-enfermeira. Outros homens – médicos “hospitalares” e higienistas – eram os responsáveis pelo ensino teórico das futuras

---

<sup>73</sup> Há dois modelos de ficha de inscrição: o primeiro foi utilizado de 1933 a 1939 e retomado em 1947; o segundo entre 1940 e 1946 – Anexo III.

enfermeiras. O ensino prático, como será apresentado no capítulo 5, ficava sob a responsabilidade da mulher – a instrutora de técnica de enfermagem.

Ressalta-se que a literatura registra a enfermagem, em seus primórdios, fora do grupo familiar, como uma “atividade de ofício” exercida única ou predominantemente por homens (SAUPE, 1998). Foi sua institucionalização como profissão que se deu como uma profissão feminina. Paixão (1979, p. 22) informa, também, que a designação de “enfermeiros” foi encontrada em documentos anteriores ao advento do cristianismo, na Índia. Nessa época, esperava-se deles “asseio, habilidade, inteligência” e “moralmente deveriam ser puros, dedicados e cooperadores”. Essas características relacionadas ao feminino e ao masculino do ser humano, certamente, conformavam o ser-enfermeiro. Trata-se de questões intrincadas de gênero que perpassam a história da enfermagem mundial e que merecem estudos aprofundados, uma vez que acabam por ser tangenciadas, como em um estudo elaborado, em 1934, pela Comissão de Educação do Conselho Internacional de Enfermagem. Essa Comissão, ao elaborar um Programa Educativo de Escolas de Enfermagem<sup>74</sup>, reconhecia que “tanto homens como mulheres ocupam-se em enfermagem, portanto, não é uma vocação limitada ao sexo”, mas, desde que “uma proporção muito pequena de enfermeiros são homens, o estudo elaborado abordou o assunto mais sob o ponto de vista de enfermeira mulher” (STEWART, 1945).

Edith Fraenkel, ao assumir o cargo de Ethel Parsons no DNSP, reafirmou que a enfermagem “é profissão essencialmente feminina, *aquela em que a mulher se encontra no seu elemento*, trazendo margem a um desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuos quer moral, mental e intelectual, fazendo ressaltar as suas melhores qualidades” (FRAENKEL, 1998, p. 16, grifo nosso). Isto é, está na essência da mulher ser-enfermeira. Uma essência que

---

<sup>74</sup> Um dos objetivos, neste estudo, foi “reunir certos princípios, métodos e materiais que possam ser usados e sirvam de guia às escolas de enfermeiras na confecção do seu próprio currículo” (STEWART, 1945, p. 9).

é dela, mas que precisa e/ou pode ser desenvolvida pela educação formal para ser usada em favor de outrem e/ou dela própria. É o que se observa em relatos<sup>75</sup> de alunas da EECC:

A profissão de enfermeira é, a meu ver, uma das mais elevadas carreiras que a mulher moderna pode escolher. Ela é própria para a mulher, porque toca aos sentimentos de humanidade que são inatos no coração feminino (NPOM, 1936).

As minhas idéias sobre a profissão de enfermeira são as melhores possíveis, porquanto acho indispensável a qualquer pessoa, principalmente às mulheres, algumas noções sobre enfermagem. E seu objetivo é útil e necessário, principalmente às futuras mães de família. Eu sempre tive idéia de seguir esta profissão, mesmo por alguns casos de necessidades, em casa e fora desta. Desejo dedicar a minha vida, espalhando o bem a humanidade (APCS, 1933).

Considero a enfermagem uma carreira bastante indicada para a mulher devido o espírito de sacrifício que a mesma exige. São conhecimentos necessários a uma mulher, que aspire uma educação completa: mãe, esposa, educadora ou enfermeira, os conhecimentos adquiridos nesta carreira são verdadeiramente úteis (IGA, 1947).

A utilidade e a importância da aquisição dos conhecimentos ou noções de enfermagem pelas mulheres são representações que iam tomando forma no seio da sociedade brasileira nas primeiras décadas do século XX, à medida que os “missionários do progresso” começam a compreender a grande contribuição da mulher-enfermeira para o projeto de educação na regeneração da raça do País. Essas representações foram incorporadas pelas alunas da EECC e diziam respeito às novas funções que “a mulher moderna pode escolher”. Se ela não queria ser a “rainha do lar” ou dedicar-se ao magistério, a mulher podia escolher a profissão de enfermeira, que “é própria para a mulher, porque toca aos sentimentos de humanidade que são inatos no coração feminino”. Ademais, ao cursar a enfermagem, pode-se adquirir “conhecimentos necessários a uma mulher, que aspire uma educação completa: mãe, esposa, educadora ou enfermeira”.

Almeida (1998) mostra que, nessa época, “o magistério podia ser considerado a profissão ideal, até mais do que a enfermagem, outra profissão bem aceita para as mulheres”.

---

<sup>75</sup> Na ficha de inscrição ao curso, as candidatas deveriam descrever em poucas palavras as suas idéias sobre a profissão de enfermeira, seu objetivo e os motivos que a fizeram abraçá-la.

Segundo essa mesma autora, e conforme ressaltado anteriormente, “as demais profissões que fugissem aos padrões ditos femininos ofereciam tenaz resistência à sua entrada, sob os mais variados argumentos, desde o risco de prejuízo à sua saúde e à dos futuros filhos, a desagregação da família e as conseqüências para a sociedade e para pátria” (ALMEIDA, 1998, p. 74).

Entretanto, para o exercício de uma profissão moderna como a enfermagem era representada, havia necessidade de a mulher adquirir os conhecimentos técnicos e científicos. É o que apresenta o relato de uma aluna – religiosa da Congregação das Irmãs Vicentinas -, ao falar da importância do preparo técnico que o curso proporciona, uma vez que a enfermagem “marcha de par com o progresso atual da ciência médica”:

Convicta de que a ignorância da técnica de enfermagem, que ora marcha de par com o progresso atual da ciência médica, viesse a prejudicar, apesar de toda boa vontade em lhes servir, os pobres por quem me dedico, já por deixar de prodigalizar-lhe socorros convenientes, já por fazê-lo talvez de modo insuficiente, pedi e obtive permissão para fazer este curso. Parece-me que assim satisfaço em consciência o compromisso de honra que eu assumi perante Deus e a sociedade (EAN, 1936).

É interessante ressaltar que o relato dessa aluna, irmã de caridade da Congregação de São Vicente de Paulo, mobilizou-me para mostrar que ocorreu no Brasil, a partir da década de 1930, o movimento de profissionalização das religiosas no campo da educação *pari passu* ao campo da enfermagem e, que esse movimento não deixa de estar relacionado ao Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que buscava dar novos rumos à educação brasileira pós-1930<sup>76</sup>. Ao analisar a reação de Minas Gerais ao Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, Peixoto informa que a Secretaria da Educação e Saúde promoveu em 1933, o “I Curso de Aperfeiçoamento para Religiosas”. O Curso destinava a “preparar candidatas à regência das cadeiras de metodologia e psicologia nas escolas normais equiparadas, pertencentes às congregações religiosas” (PEIXOTO, 2004, p. 292).

---

<sup>76</sup> Sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, Cf. XAVIER, 2004.

Maria José Rosado Nunes, ao estudar as “freiras no Brasil”, informa que desde o fim do século XIX as religiosas já se encarregavam de inúmeras tarefas necessárias à sociedade, particularmente no campo da educação, da saúde e da assistência social. Segundo esse estudo, enquanto predominava na sociedade uma visão de mundo sacralizada, as religiosas, somente por esse título, podiam exercer atividades para as quais não se encontravam tecnicamente habilitadas. O fato de serem “irmãs de caridade” lhes permitia ser professoras, enfermeiras ou assistentes sociais, sem a exigência de cursos ou diplomas. Contudo, de acordo com a autora, “a mentalidade moderna” passou a exigir “preparo profissional, habilitação específica para o exercício das diversas profissões” (NUNES, 1997, p. 501).

Tratando-se da preparação técnica no processo de formação da enfermeira, relacionadas à questão de gênero, idéias creditadas a Florence Nightingale aparecem em texto traduzido e intitulado *A Missão da Enfermeira*:

Em 1867, Florence Nightingale escreveu o seguinte: uma boa parte do mal na vida da mulher provém da exceção que se faz para ela das regras de preparação de técnica e aprendizagem consideradas necessários para os homens. A enfermeira necessita de um período de formação e dominar os conhecimentos anexos à sua profissão, do mesmo modo que o homem domina a sua. Um homem sem preparo nem formação que pratica medicina é chamado ‘curandeiro’ e impostor. Por que as enfermeiras não formadas não são chamadas também curandeiras e impostoras? Suponho que seja somente porque pouca gente acredita que se possa saber medicina e cirurgia por instinto, porém há dez ou vinte anos na Inglaterra acreditava-se que se pudesse ser enfermeira por instinto (A ENFERMAGEM EM MINAS, 1937e, p. 19).

Enquanto Florence Nightingale instituiu uma profissão para a mulher na Inglaterra Vitoriana, na segunda metade do século XIX, no Brasil, nessa época, após sua independência, o discurso sobre a importância da educação em geral e, da mulher em particular, na modernização do País, era recorrente. Mas, não era a educação que algumas mulheres brasileiras queriam. Guacira Louro (1997b) fala de uma voz feminina revolucionária, – a de Nísia Floresta – que denunciava a condição de submetimento em que viviam as mulheres no



Brasil e reivindicava a educação delas, como instrumento de sua emancipação. Entre as múltiplas concepções e formas de educação discutidas e estabelecidas para a mulher brasileira, um discurso ganhava a hegemonia e parecia aplicar-se a muitos grupos sociais a afirmação de que as “mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas”. Nesse sentido, para elas, a ênfase deveria recair sobre a formação moral, sobre a constituição do caráter, sendo suficientes doses pequenas ou doses menores de instrução. Se o destino da mulher era a de ser mãe e esposa, na opinião de muitos, “não havia necessidade de *mobilizar* a sua cabeça com informações ou conhecimento”. Para a sua formação bastaria uma moral sólida e bons princípios, tornando-a a mãe virtuosa, “o *pilar de sustentação do lar*, a educadora das gerações do futuro”. Assim, nas últimas décadas do século XIX, os discursos que circulavam no campo educacional brasileiro apontavam para a necessidade da educação da mulher, vinculando-a à modernização da sociedade, à higienização da família, à construção da cidadania dos jovens. O magistério transformava-se, portanto, em trabalho de mulher (LOURO, 1997b, p. 446, grifo da autora).

O discurso de magistério como profissão própria para mulheres trazia embutida uma série de justificativas, dentre elas a de que era um trabalho de “um só turno”, o que permitia às mulheres atender as suas “obrigações domésticas” no outro período, o que era mais um argumento para justificar o salário reduzido – um suposto trabalho complementar. No entanto, a incompatibilidade do casamento e da maternidade com a vida profissional feminina foi uma das construções sociais mais persistentes, pois o casamento e a maternidade “eram efetivamente constituídos como a *verdadeira carreira* feminina. Tudo que levasse as mulheres a se afastarem desse caminho seria percebido como um desvio da norma” (LOURO, 1997b, p. 454, grifo da autora).

Na enfermagem, os discursos eram semelhantes. De acordo com Miranda (1996, p. 198), “Florence foi uma mulher que entendeu que uma das possibilidades de ser uma

*mulher normal, sem ser casada e sem ser mãe*, no século XIX, era ser enfermeira”, que também deveria ter uma educação com ênfase na formação moral em relação à aquisição de conhecimentos. (grifo nosso).

Entretanto, desde a institucionalização da enfermagem como profissão sob a inspiração no sistema *nightingale*, havia a preocupação com o aspecto técnico da profissão. A técnica aparecia no mesmo nível de importância que outras qualidades como abnegação e piedade. É o que mostra o discurso de Carlos Chagas, ao ser citado na Exposição de Motivos do Projeto da Escola de Enfermeiras do Estado de Minas Gerais, apresentado aos diretores da Saúde Pública e da Faculdade de Medicina:

Não só abnegação e piedade exige agora o delicado mister de cuidar de enfermos, exige ainda conhecimentos técnicos exatos, que habilitem a providências urgentes, na ocorrência de incidentes imprevistos e que facultem o desempenho consciente de alta missão de enfermeira. Assim, o compreenderam os povos de maior cultura médica no mundo, e, de acordo com esse critério, souberam atuar eficazmente na organização de seus serviços de enfermeira (EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS, 1933, s.p.).

Lais Netto dos Reis, em alusão ao descaso governamental com a formação da enfermeira, já que até 1933 só havia uma escola do gênero no País, e usando os argumentos de Carlos Chagas, continua:

Não bastam, realmente, como bem diz o preclaro cientista brasileiro, se bem que imprescindíveis, as qualidades do coração, únicas, outrora requeridas, para quem se dedicava ao cuidado dos enfermos [...].

No Brasil, além do Distrito Federal, nenhum Estado deste grande país pensou ainda em dirigir a sua atenção para problema tão urgente e tão necessário qual o da educação técnica dessa abnegada classe que se devota ao benemérito labor de cuidar de doentes e velar pela saúde do povo – a classe da enfermeira.

E, assim, como as demais profissões são contempladas com os requisitos, favores e cuidados precisos à formação de seus profissionais, por que, só a enfermagem é relegada a um tal abandono?

Enfermagem, profissão que é de tão alta responsabilidade, cujo trabalho de suprema delicadeza – o manipular com a vida do próximo – requer e clama, no entanto, o mais profundo e cuidadoso preparo técnico, não poderá porventura, emergir desse estado de inexistência profissional e vir ocupar o lugar que lhe compete na linhagem das mais nobres profissões? (EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS, 1933, s.p.).

Merecem atenção especial as considerações feitas por Laís Netto dos Reis na Exposição de Motivos do Projeto de criação da EECC. Principalmente, em relação ao seu impetuoso apelo para que a enfermagem pudesse “emergir desse estado de inexistência profissional” e viesse “ocupar o lugar que lhe compete na linhagem das mais nobres profissões”. Na verdade, ela não mediu esforços para contribuir com a criação de uma escola de enfermeiras no Estado de Minas Gerais “que virá abrir às moças mineiras as portas de uma nobre, útil e humanitária profissão” (EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS, 1933, s.p.).

Como vem sendo demonstrado, para o ingresso da mulher “moderna” no mundo da educação e, muito mais ainda, no mundo das profissões, não podia ser qualquer profissão. Ela precisava aglutinar elementos que justificassem a permissão dos pais das “boas moças” da sociedade em abraçá-la, bem como a autorização das congregações para que as suas religiosas a abraçassem. A enfermagem podia ser uma boa opção para a mulher que não queria dedicar-se ao magistério.

### **3.2 Enfermagem: “a mais bela das profissões”**

As representações da Escola, da enfermagem e da sua profissional, conformando a idéia de constituição de uma cultura institucional singular pelos idealizadores da EECC contribuíram na produção de uma rede de sentidos e significados para o ser-fazer-enfermeira na EECC. Esse fato é demonstrado nas descrições das candidatas ao curso de enfermagem que, ao pleitearem o ingresso na EECC, já chegavam com um discurso pronto, “na ponta da língua”, para falar sobre o que pensavam sobre a profissão que queriam abraçar:

A missão da enfermeira é a que acho mais bela de todas as demais profissões, pois a enfermeira trata dos enfermos com a maior consideração, carinho e paciência (MKA, 1936).

É a profissão da enfermeira uma profissão nobre, humana. Tem por fim, socorrer a humanidade sofredora (RLM, 1936).

Ser enfermeira é uma missão nobre e sublime: cura ferido, alivia dores, enxuga lágrimas e consola almas. Ser enfermeira é dedicar-se exclusivamente a humanidade sofredora (IP, 1937).

A profissão de enfermeira é sem dúvida a mais nobre das profissões. Esquecemos de nossas pessoas carinhosamente, dedicamos aos nossos semelhantes (HCM, 1938).

Acho bela e sublime a enfermagem, reconheço o seu valor ao lado dos que sofrem, o grande auxílio que ela prestará ao médico (ZJ, 1938).

A profissão de enfermeira é uma das mais belas que existe, pois pelos conhecimentos que adquirimos podemos ser úteis à humanidade, aliviando as dores e o sofrimento do próximo (VVO, 1939).

Considero a profissão de enfermeira como uma das mais nobres, tendo como objetivo proteção à vida, material delicadíssimo com que lida a enfermeira (MJCR, 1940).

Não resta dúvida de que, ao descreverem nas fichas de inscrição suas idéias sobre a enfermagem, bem como os motivos que as levavam a escolher a profissão, as candidatas ao curso descreviam o que a Escola esperava que descrevessem. Essas descrições funcionavam como uma senha de entrada. A semelhança em seus conteúdos com a repetição dos mesmos elementos é uma demonstração disso. Ou seja, antes de “experenciarmos” a profissão, as alunas incorporavam-se de elementos simbólicos que circulavam na EECC sobre o ser-enfermeira. As argumentações de Marshall Sahlins sobre o “diálogo simbólico da história – diálogo entre as categorias recebidas e os conceitos percebidos, entre o sentido cultural e a referência prática –” fornecem pistas para a elucidação desta questão:

[...] a experiência de sujeitos humanos, especialmente do modo como é comunicada no discurso, envolve uma apropriação de eventos em termos de conceitos *a priori*. A referência ao mundo é um ato de classificação no curso do qual as realidades são indexadas a conceitos em uma relação de emblemas empíricos com tipos culturais (SAHLINS, 1999, p. 182).

É interessante observar que as alunas utilizavam os argumentos da beleza e da nobreza da profissão sempre acompanhados de elementos que indicavam dor e sofrimento.

Mais importante ainda é destacar que a profissão era considerada nobre e bela não apenas por lidar com o sofrimento alheio, mas também pelo sentimento de doação profissional que era exigido da enfermeira, como mostra uma das alunas ao dizer que “esquecemos de nossas pessoas carinhosamente, dedicamos aos nossos semelhantes”.

Na verdade, essas representações sobre a enfermagem e sobre a mulher-enfermeira não podiam ser diferentes. No Brasil, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o sexo feminino aglutinava, no pensamento de parte da intelectualidade brasileira, “atributos de pureza, doçura, moralidade cristã, maternidade, generosidade, espiritualidade e patriotismo, entre outros, que colocavam as mulheres como responsáveis por toda beleza e bondade que deveriam impregnar a vida social” (ALMEIDA, 1998, p. 17).

Nesse sentido, e também pelo fato de várias alunas serem provenientes do magistério, as candidatas a enfermeiras já se colocavam no processo de produção de representações que ajudavam a afirmar uma identidade profissional, constituída, ao mesmo tempo, de atributos inerentes à mulher-enfermeira e daqueles relativos à competência técnica exigidos ao conhecer-ser-fazer-mulher-enfermeira. Além de se configurar como uma profissão de natureza técnica, nobre, bela, sublime e própria para as mulheres, ela encerraria, também, sacrifícios e caridade cristã. Ademais, os conhecimentos adquiridos durante o processo de formação seriam úteis a qualquer papel exercido pela mulher na sociedade brasileira, principalmente àqueles dos quais se exigia a caridade cristã. É o que mostram alguns relatos:

A profissão da enfermeira é a mais sublime e grandiosa que conheço, porque encerra a mais sublime das virtudes – a caridade (YCT, 1933).

Acho que a enfermagem é uma carreira de grande utilidade, pois nós mulheres nascemos para fazer caridade, tratando com grande carinho os doentes e praticando este serviço estamos trabalhando para nossa querida Pátria, sendo assim, homens doentes tornarão sadios podendo assim defender a Pátria (MSB, 1945).

De um lado, as representações que associam a figura da mulher com a caridade cristã e que foram trazidas para a enfermagem indicam *pari passu* seu contexto de produção. Segundo Eliane Marta Lopes, desde o século XVII “o campo da caridade era o único no qual as mulheres puderam, por assim, dizer, reinar” (LOPES, 1992, p. 177). No entanto, a partir do século XVIII, para transitar do espaço privado para o espaço público, a mulher precisava, além da caridade, de conhecimentos técnicos e científicos que lhe permitissem exercer uma profissão.

De outro lado, a representação construída em torno de que uma das funções primordiais da enfermagem era a de “ser útil à humanidade”<sup>77</sup> aparece em todos os discursos das alunas da EECC, principalmente a partir de 1940, quando a ficha de inscrição sofreu modificações<sup>78</sup>. Essas representações indicam também que se a educação da mulher, nessa época, era mais voltada para o lar e a dos homens para serem úteis à sociedade, a formação da enfermeira, como não era para o lar, seria para ser útil à humanidade.

Observa-se que essa rede de significação sobre a enfermagem, no Brasil, começa a ser produzida no contexto de produção de uma nova ordem social em que ocorreu o processo de institucionalização da profissão no País, em conformidade ao sistema *nightingale* de ensino. Como no jogo do caleidoscópio, as enfermeiras da missão norte-americana visavam à produção de uma prática de enfermagem a partir da ruptura com o tradicionalismo e com o empirismo dessa prática no Brasil, ou seja, elas desejavam romper com tudo que pudesse denegrir a imagem da nova profissional. A idéia de ruptura radical com o passado era

---

<sup>77</sup> A palavra útil é usada com muito destaque e repetidas vezes na adjetivação dos eventos e dos acontecimentos que dizem respeito à EECC. Parece que ela tem uma conotação particular no ideário religioso. Michel de Certeau, em seu estudo sobre as práticas religiosas, nos séculos XVII e XVIII, cita Montesquieu, que diz: “Todas as religiões contêm princípios úteis à sociedade”. Em sua análise sobre esta asserção, Certeau (2002, p.176) esclarece: “Esta regra tem um significado científico e um alcance moral: ela indica o que a elite quer fazer das religiões: transformá-las em utilidade social. O aparecimento de uma normatividade investida na multiplicidade de fatos observados permite explicitar regras de ação relativas a esta ‘sociedade’, que se substitui à Igreja no seu papel de ser o lugar de sentido, o corpo absoluto, e também um clericalato da razão”.

<sup>78</sup> Com a modificação na estrutura da ficha de inscrição, a candidata deveria escolher um ou mais motivos preestabelecidos do “porquê deseja fazer o curso de enfermagem: por vocação, por meio de vida, por facilidade do curso, por ser útil à humanidade, por achar nobre e bela a profissão?”.

tão forte que, conhecendo o “peso” da palavra enfermeira<sup>79</sup> para a sociedade brasileira, Ethel Parsons hesitou em adotá-la. Segundo Alcântara (1966), nos arquivos da Escola Anna Nery, entre os documentos pertencentes à primeira turma de diplomadas, há fichas de inscrição com o cabeçalho “Inscrição para a Escola Preparatória de *Nurses* do São Francisco de Assis”. O termo *nurse* foi rejeitado, prevalecendo a palavra enfermeira com as adjetivações de “alto-padrão”, de “saúde pública” ou “diplomada” para diferenciar a nova profissional dos demais práticos que exerciam a enfermagem<sup>80</sup>.

Na verdade, as conotações e os usos da palavra “enfermeira” têm sido, historicamente, motivos de bastante polêmica. Nos estudos realizados pela Comissão de Educação do Conselho Internacional de Enfermagem, no período entre 1929 e 1933, que deu origem a um Programa Educativo para Escolas de Enfermagem, foi observado que em alguns países não havia, no vocabulário, uma palavra para designar “enfermeira” e, que em outros, o termo usado limitava-se ao serviço hospitalar ou ao cuidado dos doentes e feridos, o que exigia usar outro termo ou dar um novo significado ao existente. Um exemplo encontrado foi a antiga palavra inglesa *nursing* que, originariamente, quer dizer criar, nutrir, ou seja, a proteção cuidadosa dada pela mãe a seu filho. Posteriormente, o uso dessa palavra abrangeu o cuidado de pessoas de todas as idades e em todas as condições do seu ciclo vital (STEWART, 1945). Analisando as raízes semânticas do termo, Cunha (1986) mostra que, originária do latim *enfermar* – *infirmare*, século XIII –, a palavra enfermagem é usada apenas a partir do século XX, sendo que “enfermeiro” também surge já no século XIII.

---

<sup>79</sup> Florence Nighthingale foi a primeira a dizer: “Utilizo a palavra enfermagem por falta de outra melhor” (NIGHTINGALE, 1989, p. 14).

<sup>80</sup> Ainda ressoa aos meus ouvidos a voz da minha professora de Exercício da Enfermagem, Maria Lídia de Queiroz Rocha, dizendo que, se existe a enfermeira formada, então, deveria existir a enfermeira deformada. Era uma tentativa frustrada de eliminar as adjetivações para a enfermeira. Digo frustrada porque até hoje uma forma de diferenciação da(o) enfermeira(o) dos demais membros da equipe de enfermagem é a(o) profissional dizer que o enfermeiro ou a enfermeira é “quem tem o curso superior”, “que é a pessoa formada”, “é quem coordena e supervisiona a equipe”, etc. De acordo com o Conselho Regional de Enfermagem, a Equipe de Enfermagem é formada por enfermeira(o), técnica(o) de enfermagem e auxiliar de enfermagem.

### 3.3 A seleção das candidatas à enfermagem

A regulamentação do ensino e do exercício da enfermagem no Brasil, concedida pelo Decreto nº 20.109, de 15 de junho de 1931, foi um instrumento governamental que concedeu às enfermeiras norte-americanas a possibilidade de manter o “alto padrão” do ensino e da profissionalização da enfermagem conquistado pela Missão no país. Ao fixar as condições de equiparação para as escolas de enfermagem, os títulos de enfermeiro diplomado ou enfermeira diplomada só seriam reconhecidos depois de registrados no DNSP.

Para justificar as ações implementadas, as enfermeiras norte-americanas enfatizavam a precariedade das práticas de enfermagem no Brasil e as comparava aos padrões anglo-saxônicos na época da institucionalização da enfermagem na Inglaterra. Como a Missão possuía tempo determinado para colocar o seu projeto em ação, as norte-americanas tinham urgência em rever e profissionalizar essas práticas com a introdução de elementos que as distinguissem, no campo da saúde e perante a população em geral, dos padrões até então vigentes. Portanto, com o propósito de proporcionar às alunas formação técnica e moral, os rituais de seleção das candidatas à profissão deveriam englobar critérios de classe, de gênero e de moralidade, destinados a fabricar os novos emblemas da profissão que se institucionalizava sob a tutela governamental.

Tendo como referência esses critérios, afirmava-se que, ao “selecionar candidatas, a escola de enfermagem fará todo o esforço para descobrir e escolher aquelas que demonstrarem as qualidades pessoais necessárias à enfermagem, todavia a escola é responsável pelo desenvolvimento dessas aptidões a um grau muito mais elevado” (STEWART, 1945 p. 31).



Mesmo dizendo que não é possível e nem desejável elaborar um modelo padronizado da personalidade da futura enfermeira, o Programa Educativo de Escolas de Enfermagem sugere as seguintes “características típicas” das enfermeiras que, segundo o programa, seriam aptas e profissionalmente bem sucedidas:

- a) Forte, agradável e bem adaptada.
- b) Idéias esclarecidas, calma, perspicaz.
- c) Viva e precisa na observação.
- d) Prática e eficiente na ação.
- e) Distinta, disciplinada, tem domínio próprio e confiança em si.
- f) Eficiente, perseverante, paciente, resistente.
- g) Leal, cooperadora, ‘trabalha bem em grupo’.
- h) Bondosa, atenciosa, tem tato, é cortês.
- i) Tem interesse social e político.
- j) Delicada, destra, mão firme.
- k) Sistemática, metódica, boa administradora.
- l) Capaz de inspirar confiança e de assegurar cooperação de outrem.
- m) Fértil em recursos, adaptável, versátil (STEWART, 1945 p. 31).

Pode-se ver que nesse imenso rol de qualidades e de virtudes que deveria conformar o ser-enfermeira não foi contemplado o aspecto religioso. Entende-se que isso se deve ao fato de o programa ter sido elaborado para atender mundialmente a todas as escolas de enfermagem com as suas específicas crenças e tradições religiosas.

Ao analisar as características das primeiras alunas de enfermagem no Brasil, Moreira (1998) informa que as referências aos aspectos morais e à origem delas, vez por outra, eram associados diretamente ao coeficiente de inteligência e à capacidade de freqüentar o curso. Por exemplo, os professores da turma de 1926 da EEAN julgaram-na de origem social melhor, por isso “muito mais inteligente do que as anteriores”. Sem dúvida, como diz esta autora, a posse de um diploma de escola normal funcionava como pré-requisito e facilitava a triagem social e cultural das candidatas, que já eram oriundas de famílias ilustres, como “a sobrinha do Cardeal Arcoverde”. A clivagem social, de um lado, vai-se manifestando na construção social da identidade da profissão e, de outro, a historiografia da enfermagem brasileira também mostra o desconhecimento da população sobre o papel da enfermeira, como

é apresentado no incidente ocorrido em uma seleção de candidatas ao curso na EEAN, em seus primeiros anos de funcionamento:

Um dia após a entrevista das candidatas pela banca examinadora, uma mulher irada entrou na secretaria da Escola de Enfermagem e expressou francamente sua indignação e seu juízo acerca da escola porque sua *criada* não havia sido selecionada. Depois que a Srta Kieninger [Diretora da Escola] explicou os padrões da escola, a mulher disse: ‘Bem, se trata deste gênero de escola, eu gostaria de matricular minha *filha* (que estava com ela), que é formada pela Escola Normal’. A moça foi admitida e dá mostra de estar entusiasmada e de vir a tornar-se uma excelente aluna (MOREIRA, 1998, p. 636, grifo do autor).

Ainda de acordo com Moreira (1998), o ingresso na EEAN passou a depender não só da posse do diploma do curso normal, como também de um pré-requisito não formalizado: ser de “raça branca”. Para essa autora, tal prescrição era uma forma de impedir o acesso à profissão não apenas das mulheres oriundas de classes menos favorecidas como daquelas provenientes do contingente populacional majoritário de negros e mestiços. A denúncia de uma aluna da primeira turma, vítima desse preconceito, e, posteriormente, os jornais de oposição denunciando a existência de candidatas que preenchiam os requisitos de admissão e que, contudo, eram recusadas devido a cor mostram que:

Na verdade, havia já na escola três estudantes que, apesar de brancas, mostravam alguns traços de sangue negro. Foi enviada uma carta à imprensa comunicando que nenhuma pretendente havia sido rejeitada por causa da cor, mas não foi convincente, e o Departamento de Saúde achou que seria aconselhável permitir o ingresso de uma moça negra, se acaso se apresentasse alguma que preenchesse todos os requisitos para admissão. Esta candidata apareceu em março, juntamente com as demais pretendentes, sob forte suspeita de que havia sido enviada por um dos jornais, e foi admitida. Isto provocou uma enxurrada de protestos por parte das alunas, mas, após considerar a questão, o Conselho de Estudantes finalmente decidiu que qualquer manifestação de rejeição ou de descortesia para com uma colega de classe demonstraria falta de respeito e de vontade de cooperar, e assim não houve mais dificuldades. As estudantes deixaram claro, contudo, que esperavam que não fosse admitida nenhuma outra negra por algum tempo. (MOREIRA, 1998, p. 637)

Moreira (1998) informa, ainda, que a origem racial das alunas, além de provocar incômodos para a direção dessa escola, era uma questão que perpassava pela aprovação das próprias alunas que não admitiam estudar com negras.

O que não se pode deixar de lembrar é que, de acordo com Veiga (2000, p.125), de um lado, as elites brasileiras “não pouparam palavras para identificar a escolarização elementar como ação fundamental de produção de nação”; e, de outro, que, “ao longo da história do Brasil, foram inúmeros os discursos desqualificadores da população pela origem racial, mesmo que, muitas vezes, eles fossem entrecortados pela origem de classe”. Nesse sentido,

nas primeiras décadas do século XX, através do aparato científico da medicina e da psicologia, as reformas escolares pretenderam, entre outras coisas, desfazer-se, por meio da educação, dos incômodos provocados pela origem racial brasileira. Entretanto, negros e pobres, em sua grande maioria, não tiveram acesso aos bancos escolares das cidades, ou mesmo no caso do acesso, poucos permaneceram na escola a ponto de concluir o curso primário (VEIGA, 2000, p. 125).

Tratando-se da origem socioeconômica das alunas, a historiografia da enfermagem brasileira tem, notadamente, reforçado o caráter elitista e preconceituoso utilizado por Nightingale na convocação de alunas ao curso ao enfatizar que a profissão surge marcada pela divisão técnica e social do trabalho, apresentando duas categorias distintas: as *nurses* e as *ladies nurses*. Como e por que ocorreu essa divisão? Os elementos apresentados por Alcântara (1966) permitem melhor compreensão dessa questão proposta no sistema *nightingale* de ensino. Segundo a autora, inicialmente, Florence hesitou em receber moças de elevado nível socioeconômico, as *ladies*, temendo a incapacidade delas para o trabalho exigido. Entretanto, ela teria mudado de opinião de acordo com o que escrevera em relatório da Escola, em 1961:

Pessoas de maneiras finas e de educação, ‘ladies’, de fato, não são, em regra as que possuem melhores qualidades: estas são encontradas, em geral, entre as mulheres de inteligência acima do normal, provindas de camadas em que as mulheres são obrigadas a ganhar a vida. Entretanto, as ‘ladies’, não

devem ser excluídas; pelo contrário, se provarem sua capacidade profissional e tiverem qualidades exigidas para as funções de superintendente, serão admitidas na Escola e após o curso poderão ocupar, facilmente, cargos administrativos (ABEL-SMITH apud ALCÂNTARA, 1966, p. 14).

Em outra ocasião, referindo-se às *ladies*, Florence informa que a sua intenção era preparar enfermeiras, de qualquer classe social ou religião, que fossem habituadas ou não ao trabalho remunerado. O que importava era que possuíssem qualidades morais, intelectuais e físicas para a vocação.

Ao que tudo indica, para Florence, as moças da classe média seriam aquelas com o melhor perfil para enfermeiras. No entanto, a Escola atraiu, inicialmente, pessoas de elevado ou baixo nível, não despertando interesse às jovens daquela classe, o que, segundo Alcântara, era incompreensível para Florence, que não entendia porque, por exemplo, “jovens pertencentes às famílias de comerciantes não se [dedicavam] aos estudos de enfermagem” (ALCÂNTARA, 1966, p. 15). Diante desse fato, a partir de 1871, a Escola passou a admitir dois tipos de alunas: as de nível socioeconômico inferior, denominadas *nurses*<sup>81</sup>, para as quais tudo era gratuito e que deveriam prestar serviços no hospital, pelo menos um ano após o curso e as *lady-pupils* que pagavam pelo seu curso e sua manutenção, e não eram obrigadas a permanecer um ano na instituição após o curso (ALCÂNTARA, 1966).

A EECC, desde o início do seu funcionamento, aceitou em seus quadros alunas que pudessem assumir os custos do seu estudo. Aceitou, ainda, candidatas de ordens religiosas, – item garantido em Regulamento – e alunas da raça negra. De acordo com esse regulamento, no ato da matrícula, a candidata deveria apresentar os documentos exigidos e submeter-se aos seguintes critérios:

#### DAS MATRÍCULAS

Art.31. As candidatas à matrícula deverão apresentar os seguintes documentos:

---

<sup>81</sup> Tem-se, assim, as origens de outros profissionais da enfermagem: os atuais auxiliares e técnicos de enfermagem.

- a) Certidão de idade ou documento que a substitua em juízo provando ser maior de 20 e menor de 38.
- b) Requerimento especificando o curso em que pretende matricular-se.
- c) Atestado de idoneidade moral firmado por duas pessoas idôneas.
- d) Caderneta sanitária, fornecida pela diretoria da saúde pública.
- e) Diploma de curso normal ou ginasial

§1º. As candidatas que não puderem apresentar os documentos da letra “e” deverão submeter-se ao exame de admissão.

§2º. Todas as candidatas à matrícula serão submetidas a testes. [...]

#### DO EXAME DE ADMISSÃO

Art. 37. O exame de admissão constará para o curso geral de:

- a) Composição escrita em vernáculo sobre o assunto sorteado no momento; questões de gramática, análises, etc.;
- b) Problemas relativos às 4 operações fundamentais (inteiro, frações ordinárias e decimais, proporções e sistema métrico, regra de 3, etc.);
- c) Noções elementares sobre ciências naturais. Noções de física e química.
- d) Noções gerais de geografia, história do Brasil e universal;
- e) Tradução de um trecho de francês, inglês ou alemão, à escolha da candidata (REGULAMENTO, 1934).

Os critérios de seleção estabelecidos para a admissão de candidatas interessadas na enfermagem mostram que não era qualquer mulher que podia candidatar-se à profissão. A candidata deveria obter e apresentar atestado de idoneidade moral firmado por pessoas também idôneas e dar referência de três pessoas que pudessem dar informações sobre ela. Ademais, deveria registrar suas características pessoais: saúde, defeitos físicos, peso, altura e comprovar as vacinações recebidas. Como o grau de escolaridade das mulheres brasileiras nessa época era baixo, o exame de admissão permitia-lhes fazer o curso. Em diversos históricos escolares analisados foi constatado o registro de matérias e das respectivas notas obtidas pelas candidatas nesse exame. Há registros de provas de Português, Matemática, Ciências, Geografia e História do Brasil, contudo, sem fazer menção à tradução de um texto à escolha da candidata, conforme rezava o regulamento. Não foram encontrados registros dos testes referidos no parágrafo dois dos critérios estabelecidos para a matrícula, que regulamentava: “todas as candidatas à matrícula serão submetidas a testes”. Apenas um relato de aluna da primeira turma dizia: “Depois de submetidas a um interessante teste, iniciaram-se as nossas aulas” (MOREIRA, 1936, p. 74).

Certamente a ficha de inscrição consistia no principal instrumento do processo de seleção das candidatas ao Curso de Enfermagem Geral na EECC, uma vez que a sua análise permitia avaliar os critérios estabelecidos no regulamento, dentre outros. Nessa ficha, como foi referido, além da identificação na qual constava o nome, a idade, o endereço e a pessoa da família ou outro responsável pela candidata, era possível avaliar: instrução, ocupações anteriores, características e referências pessoais, práticas anteriores na enfermagem e a descrição sobre as idéias, o objetivo e os motivos que levaram a candidata a optar pela profissão.

### **3.4 De candidata a aluna Carlos Chagas**

A conformação do conhecer-ser-fazer-enfermeira foi sendo estabelecida no processo de transformação da candidata em aluna e de aluna em profissional, o que será apresentado no capítulo 5. Contudo, a análise das fichas de inscrição de 150<sup>82</sup> das 159 alunas que se diplomaram no período estudado permitiu traçar um perfil da aluna Carlos Chagas. Algumas das características deste perfil serão apresentadas a seguir.

- **Idade e estado civil**

As alunas da EECC, no período do estudo e no ato de sua matrícula, possuíam idade entre 16 e 46 anos, conforme a TAB. 1. Portanto, houve exceção no critério de seleção, estabelecido em regulamento, que propunha a faixa entre 20 e 38 anos para a idade delas. A

---

<sup>82</sup> Nove fichas de inscrição não foram encontradas nos arquivos da EEUFMG.

faixa etária que mais se destacou foi a de 16 a 25 anos, na qual se concentra 60% das diplomadas.

**TABELA 1**  
**Faixa etária das alunas diplomadas pela Escola de Enfermagem Carlos Chagas: 1933-1950.**

Idade	Fi	%
15  - 20	34	22,67
20  - 25	56	37,33
25  - 30	24	16,00
30  - 35	23	15,33
35  - 40	10	6,67
40  - 45	2	1,33
45  - 50	1	0,67
Total	150	100,00

De acordo com o Programa Educativo para Escolas de Enfermagem, a idade recomendada para as candidatas ao curso de enfermagem era de, no mínimo, 20 anos. Se em alguns países as estudantes eram admitidas com menos idade, devia-se desencorajar essa prática tanto para o bem da estudante como para o bem dos doentes que estariam sob os seus cuidados. Contudo, desde que a maturidade nem sempre era (ou é) uma questão de idade, e algumas moças chegavam à maturidade física e mental mais precocemente que outras, poderia haver poucas exceções. Já a idade máxima recomendada era de 35 anos, exceto quando a candidata desse provas de excepcional adaptabilidade e facilidade de aprender (STEWART, 1945).

Observando a TAB. 2, vê-se que, em relação ao estado civil, a maioria das alunas diplomadas era solteira (90%), sendo que as demais (10%), dividiam-se em quatro categorias: casadas (4,66%), viúvas (2,67%), desquitadas (0,67%) e não informado (2%).

**TABELA 2**

**Estado civil das alunas diplomadas pela EECC: 1933-1950.**

Estado Civil	Fi	%
Solteiras	135	90,00
Casadas	7	4,66
Desquitadas	1	0,67
Viúvas	4	2,67
Não Informado	3	2,00
Total	150	100,00

Foram encontradas, na historiografia da enfermagem brasileira, algumas referências, mas nenhum estudo sobre o celibato na enfermagem. De acordo com Daher (2000, p. 89), o sistema *nightingaliano* de “formação de enfermeiros”, dentre “várias exigências, impunha que a aluna de enfermagem ao entrar para o curso fosse solteira e nesse estado continuasse”. E, ainda, que “esse sistema adotado no Brasil manteve esta exigência até a reforma universitária de 1968”.

Na EEAN, a candidata ao curso “deveria ser de boa família e não poderia ser casada” (SAUTHIER; BARREIRA, 1999, p. 114). Contudo, na EECC, não havia declaradamente a exigência do celibato profissional<sup>83</sup>. Dentre as poucas candidatas casadas, o relato de duas delas mostra as razões de sua opção pela enfermagem:

Decidi abraçá-la pelos seguintes motivos: Primeiramente porque tenho grande vontade de ser enfermeira e segundo, porque estando com meu marido doente, impossibilitado de trabalhar, preciso ter uma profissão, para que possa ajudá-lo e também garantir o futuro de meus filhinhos (VVO, 1939).

Sempre achei sublime essa profissão, o meu objetivo é praticar a enfermagem como já tenho feito, mas sem técnica e estudo, sem outra intenção a não ser fazer o bem, mas agora decidi abraçá-la para o mesmo fim que já praticava, sendo com mais instrução e inteligência e para a garantia do futuro de meus filhos (JB, 1935).

Se de um lado, as alunas casadas optaram pela enfermagem porque essa era, também, uma forma de garantia do futuro de seus filhos, a opção das solteiras, das religiosas, das viúvas e das desquitadas apresentava, também, algumas especificidades:

---

<sup>83</sup> Celibato profissional refere-se à exigência de permanência da pessoa na condição de solteira durante o exercício da profissão



Decidi abraçar esta carreira, porque apesar de ser trabalhosa, acho-a muito bonita, é mais ou menos a de médico. A enfermeira depois de formada é um pouco médica (RTG, 1936, solteira).

O motivo que me levou a abraçar esta profissão é o desejo de ser útil à humanidade prestando-lhe auxílios, pois o sofrimento humano não tem limites. Se conseguir terminar este curso, terei cumprido o meu ideal e serei feliz (IPC, 1937, solteira).

Os motivos que me levaram a abraçá-la, foi não só como um meio de vida, mas especialmente em busca de sossego, comprometendo-me a integrar-me de corpo e alma, ao abraçar tão espinhosa quão sublime profissão (RAC, 1938, desquitada).

Decidi abraçar a carreira de enfermeira por vocação. Tenho certeza de encontrar nesta profissão um brilhante futuro, uma vez que a compreenda e cumpra com dignidade o meu dever (EMC, 1936, viúva).

Abraço essa profissão com grande amor e desinteresse a bem dos que sofrem ferimentos visando especialmente a glória de Deus. Um dos principais motivos é a caridade para com os pobres doentes. Pelo estudo e prática procurarei aprender meios de evitar contágios a bem da humanidade (JL, 1938, religiosa)

O amor aos membros sofredores de Jesus, que são os pobres doentes, o bem de suas almas, como a saúde do corpo, são o motivo único que me moveu a abraçar esta profissão ao mesmo tempo nobre e santa (CF, 1938, religiosa).

Em estudo realizado no início da década de 1960, Alcântara (1966), ao analisar as alterações ocorridas no ensino e no exercício da enfermagem com o enquadramento da profissão na carreira universitária<sup>84</sup>, trata da questão do celibato na enfermagem. Assim ela se manifesta:

Em alguns hospitais mais evoluídos já se cogita da utilização do trabalho de enfermeiras casadas, em regime de tempo parcial. Tal medida, permitindo acomodação entre os papéis domésticos e profissionais, irá contribuir tanto para o aumento da participação da enfermeira diplomada na força do trabalho da Nação, como para eliminar a noção de incompatibilidade entre o exercício da enfermagem e o casamento, fator de importância para uma profissão caracterizada pela dominância numérica de mulher (ALCÂNTARA, 1966, p. 104).

---

<sup>84</sup> Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1962, a Enfermagem é efetivamente considerada de nível superior.

Destaca-se que no campo da história da educação, ao tratar-se da profissão docente, a questão do “celibato pedagógico”<sup>85</sup> tem sido estudada, enquanto na história da enfermagem essa questão requer estudos fundamentados com elementos empíricos. Observa-se, neste estudo, que a EECC não impedia que as mulheres casadas ou de outros estados civis se candidatassem à enfermagem. Se essa permissão era sustentada, predominantemente, em princípios da concepção católica de educação que tem na família um de seus pilares, como poderia depor contra a constituição dessa instituição? A revista *A Enfermagem em Minas* traz uma matéria intitulada de “O casamento”, que trata dos princípios cristãos que regem o matrimônio, a partir da Encíclica *Casti Connubii*, publicada pelo Papa Pio XI em 31 de dezembro de 1930. Ao analisar o conteúdo da matéria, os seus elementos indicam que Laís Netto dos Reys, ao exercer o papel de mãe das alunas ou de pessoa idônea, velava pelos namoros das alunas. Isso porque havia a recomendação de que “logo que ‘alguém’ lhes atraía a simpatia devem recorrer ao conselho da Mamãe, ou na falta desta, de pessoa idônea [...] e, evitar os tête-à-tête’ que podem se tornar ocasião de pecado”. Além do mais, “o casamento é coisa sagrada e, portanto, para realizá-lo não podemos admitir que se contraia com preparo leviano, sem o remoto que chamamos ‘namoro’ nem o próximo que se chama ‘noivado’” (CUNHA, 1937, p. 16). Nesse sentido, parece que os namoros eram permitidos na Casa Amarela da Serra, desde que fossem sem os “tête-à-tête”.

- **Escolaridade, ocupação e preparo anterior de enfermagem.**

A TAB. 3 mostra que a maioria (49,20%), das alunas possuía o curso normal, enquanto 40,50% possuíam o curso primário. Estas últimas fizeram, portanto, o exame de

---

<sup>85</sup> Cf. VIDAL; CARVALHO, 2001.

admissão e foram aprovadas. Um dado interessante apresentado na TAB. 3 é que a somatória das escolaridades secundária, normal, profissional e superior, corresponde a mais da metade das alunas diplomadas (55%). Isso representa uma escolaridade compatível com um curso de nível superior, e, não com um curso técnico como era considerado o de enfermagem nessa época, apesar de suas idealizadoras pleitearem, desde o início da institucionalização da profissão no País, a sua inserção na universidade. Além disso, é um elemento muito significativo considerando o pouco acesso que as mulheres brasileiras tinham ao ensino formal nas primeiras décadas do século passado. A elevada escolaridade das alunas pode indicar, também, uma classe social mais elevada e melhor poder aquisitivo, uma vez que a escola não era gratuita.

**TABELA 3**  
**Escolaridade anterior das alunas diplomadas da EECC: 1933-1950.**

Curso	Fi	%
Primário	61	40,50
Ginasial	5	3,20
Secundário	1	0,60
Normal	74	49,20
Profissional	4	2,60
Superior	4	2,60
Não Informado	2	1,30
Total	159	100,00

Tratando-se da ocupação anterior das alunas diplomadas, a TAB. 4 mostra que 34% eram professoras. Esse dado indica que nem todas as candidatas portadoras do curso normal (49,20%) exerciam o magistério primário. Ademais, observa-se que antes de optarem pela enfermagem, a maioria das alunas (66%) exercia outras atividades, relacionadas ao lar ou ao mercado de trabalho. Esse dado pode indicar que a profissão de enfermeira era vista como uma carreira promissora. Um outro dado a ser destacado na TAB. 4 é o fato de a EECC ter diplomado, no período estudado, sete religiosas. Esse número relativamente baixo pode ser em virtude da criação, em 1939, da Escola de Enfermagem da Congregação das Irmãs

Vicentinas: a Escola Luiza de Marillac, no Rio de Janeiro, organizada por Irmã Matilde Nina, diplomada da primeira turma da EECC.

**TABELA 4**  
**Ocupação anterior das alunas diplomadas pela EECC: 1933-1950.**

Ocupação Anterior	Fi	%
Práticas de enfermagem	14	9,33
Bordadeira	3	2,00
Costureira	16	10,67
Datilógrafa, área comercial e outros	15	10,00
Estudante	14	9,33
Irmã de caridade	7	4,67
Trabalhos manuais, doméstica e do lar	16	10,67
Professora	51	34,00
Não Informado	14	9,33
<b>Total</b>	<b>150</b>	<b>100,00</b>

A exigência do curso normal e ginásial no processo seletivo e o número significativo de candidatas que se dedicavam ao magistério e optaram pela enfermagem me levaram a questionar: Quais as representações existentes sobre a enfermagem no campo da educação que fizeram com que essas moças e senhoras optassem por outra profissão? Alguns relatos são esclarecedores:

Sendo professora há quase 19 anos, pude observar quão incompleto é o papel da educadora sem nenhuma técnica e prática de enfermagem, principalmente no interior do nosso Estado, onde não raro faltam os recursos médicos e as mais elementares noções de higiene. Resolvi, por esta razão, fazer o curso de enfermeira, para assim cumprir bem o meu dever de educadora e sendo essa profissão uma das mais nobres, poder fazer todo o bem possível à humanidade (GD, 1935).

Desejei abraçar [a enfermagem], porque, sendo mãe e professora terei mais facilidade em evitar certas moléstias e tratar de meus filhos e alunos quando necessitarem (DC, 1937).

É importantíssimo o papel da Enfermagem, não menos espinhoso que o de professora e para que aos seus fins sejam bons, torna-se necessário que ela se entregue inteiramente a este serviço de livre e espontânea vontade (APCS, 1933).

Não é sempre fácil dizer porque abraçamos uma profissão, mormente em casos como o meu, já no meio da vida, depois de trabalhar mais de 15 anos numa carreira abraçada por uma verdadeira e profunda vocação, porque mudar? Inconstância? Meio de ganhar mais facilmente a vida? Entusiasmo, ao descortinar as belezas de uma carreira como a Enfermagem, onde os

sentimentos tão femininos de compaixão pelos que sofrem encontram largo escoamento? Tudo isso é belo, certamente mas, não é essa a verdade; e os motivos de minha decisão por demais complexos, não caberiam neste espaço. Seja-me pois, permitido dizer que julgo compreender o objetivo da Enfermagem, não o nivelando com uma profissão qualquer. Assim como a Educação é um terreno onde não dará bastante quem não se der inteiramente; não é apenas uma profissão – é uma vocação. Assim considerada, a assistência aos doentes ultrapassa o seu fim material, atinge também o moral. Uma vez diplomada, porei a Enfermagem a serviço da Educação ou meus conhecimentos pedagógicos a serviço da Enfermagem? É o que ainda está por decidir. Em qualquer caso, porém, será o serviço ao próximo pelo amor de Deus (WP, 1936).

Os relatos das duas primeiras professoras que optaram por deixar o magistério em prol da enfermagem são bastante reveladores. De um lado, a professora diz que para ser uma educadora ela precisa dos conhecimentos de “técnica e prática de enfermagem”. A justificativa de tal necessidade se apóia na alegação de escassez de recursos médicos, principalmente no interior do Estado. Nesse sentido, o papel da professora é visto como incompleto pela falta de outros profissionais, tais como do médico e da enfermeira escolar que atuavam na Capital. De outro lado, tanto o trabalho da professora quanto o da enfermeira eram considerados “espinhosos”. No entanto, os conhecimentos de enfermagem poderiam contribuir melhor na educação e nos cuidados dos próprios filhos e dos alunos, pois o fato de ser mãe e professora lhe permitiria ter “mais facilidade em evitar certas moléstias e tratar de meus filhos e alunos quando necessitarem”.

O último relato, particularmente, revela o dilema da candidata em optar pela enfermagem em detrimento do magistério<sup>86</sup>, uma vez que as duas profissões exigem para o seu exercício a mesma vocação. Além disso, o relato deixa em evidência a natureza feminina e o imbricamento dos campos de ação dessas profissões. Quando a aluna questiona se colocará a Enfermagem a serviço da Educação ou seus conhecimentos pedagógicos a serviço

---

<sup>86</sup> Apesar da dúvida explicitada, a candidata Waleska Paixão assumiu efetivamente a enfermagem, destacando-se nesse campo na sociedade brasileira.

da Enfermagem, o que sobressai é o campo da educação, bem como o da saúde. Ou seja, trata-se de uma demonstração de que, no momento histórico do estudo, esses campos estão sendo reordenados com a instituição e a imposição de novas medidas de educação e de saúde – a “higienização dos costumes” – à população, exigindo o trabalho de educadoras dessas profissionais.

Tratando-se do conhecimento e/ou do preparo anterior na área da enfermagem que as candidatas ao curso de enfermagem possuíam, pode-se observar, na TAB. 5, que 62% não possuíam nenhum conhecimento e 17,33% possuíam algum conhecimento sobre enfermagem. Uma hipótese é a de que o desconhecimento das candidatas a enfermeiras sobre os saberes e os fazeres da profissão tenha contribuído para a elevada desistência ao curso, tema que será apresentado ainda neste capítulo.

**TABELA 5**  
**Preparo ou conhecimento anterior em enfermagem pelas**  
**alunas diplomadas pela EECC: 1933-1950.**

Conhecimento	Fi	%
Sim	26	17,33
Não	93	62,00
Não Informado	31	20,67
Total	150	100,00

- **Naturalidade e Religião**

As alunas diplomadas eram provenientes de diferentes Estados brasileiros, porém, a maioria era natural de Minas Gerais (90%). Pode-se observar que as candidatas ao curso procediam de diversas cidades do interior mineiro (92,59%), e um número pouco expressivo da capital do Estado (7,41%), comparando-se ao total das cidades mineiras, conforme se observa nas TAB. 6 e 7. Esse dado pode indicar a falta de escolas para formação de mulheres no interior do Estado, além do fato de a EECC possuir regime de internato, o que poderia

favorecer o ingresso das alunas ao curso, as quais obtinham permissão dos familiares para ingressarem na Escola em decorrência desse fato.

**TABELA 6**  
**Estado de origem das alunas diplomadas pela EECC: 1933-1950.**

Natural de:	Fi	%
Alagoas	2	1,33
Bahia	2	1,33
Ceará	1	0,67
Maranhão	3	2,00
Minas Gerais	135	90,00
Rio de Janeiro	5	3,33
Sergipe	1	0,67
Pernambuco	1	0,67
<b>Total</b>	<b>150</b>	<b>100,00</b>

**TABELA 7**  
**Cidades mineiras que originaram maior número de alunas diplomadas pela EECC: 1933-1950.**

Natural de:	Fi	%
Belo Horizonte	10	7,41
São João Del Rei	9	6,67
Barbacena	5	3,70
Demais cidades	111	82,22
<b>Total</b>	<b>135</b>	<b>100,00</b>

Tratando-se de religião, a maioria das alunas (92,67%) relata que professava a religião católica, conforme apresenta a TAB. 8. É importante ressaltar que a EECC, tendo uma orientação católica cristã, não impedia a entrada de alunas que não declarassem suas crenças religiosas ou que professavam outra fé. A falta de informação (5,33%) e os 2% de alunas que se diziam evangélicas demonstram tal fato.

**TABELA 8**  
**Religião das alunas diplomadas pela EECC: 1933-1950.**

Religião	Fi	%
Católica	139	92,67
Evangélica	3	2,00
Não Informado	8	5,33
<b>Total</b>	<b>150</b>	<b>100,00</b>

### **Condições de saúde**

Os espaços para o registro do exame médico e do exame do dentista nas fichas de inscrição encontram-se em branco. Não foram encontrados outros documentos que permitissem obter informações sobre outros testes e/ou exames de saúde das candidatas.

Um fato interessante foi a indignação de um dentista pela ausência do concurso desse profissional no processo de seleção das candidatas à enfermagem. É o que mostra alguns fragmentos da carta dirigida ao Editor do *Estado de Minas*, publicada, na íntegra, em 18 de agosto de 1933:

[...] Causou real surpresa a todos que desejam as boas iniciativas em nossa terra, muito principalmente no tocante á saúde do povo, terem os organizadores do referido curso de enfermagem de Belo Horizonte, obviando por completo o concurso que poderia prestar o cirurgião dentista, no que diz respeito a higiene buco-dentária das candidatas ao curso de enfermeiras.

No curso D. Anna Nery, do Rio, é o atestado do cirurgião dentista documento indispensável à matrícula das candidatas ao curso de enfermeiras, certificando se a aspirante ao curso possui bons dentes ou se os têm em tratamento. Admitamos, sr. Redator, que não houvesse mesmo este exemplo no curso Anna Nery, não teria justificado e muito louvável que se instituísse essa exigência no novel curso desta Capital (ESTADO DE MINAS, 1933c).

Chama a atenção também o fato de esse dentista falar dessa exigência na EEAN, sobre a qual não foram encontradas informações. Outra carta foi publicada no mesmo jornal, em 29 de agosto de 1933, na qual outro dentista se congratula com a iniciativa do colega e critica a ação dos organizadores da EECC que prescindiram do concurso do cirurgião dentista na seleção de suas candidatas. Na verdade, se, de um lado, o editor cumpre o seu papel de publicar a matéria na íntegra, de outro, não deixou de ser uma oportunidade de uma nova profissão no mercado de trabalho de, como diz o próprio dentista, “concitar a classe odontológica ao movimento de coesão em torno de um programa de engrandecimento da odontologia” (ESTADO DE MINAS, 1933d).



Com relação à exigência de vacinações para varíola e para tifo, foi possível levantar os dados apresentados na TAB. 9. A maioria, (59,33%), das fichas não possuía essa informação e 38,67% informaram terem sido vacinadas contra varíola. Em relação à vacina antitífica, 62,67% das fichas de inscrição não possuíam essa informação.

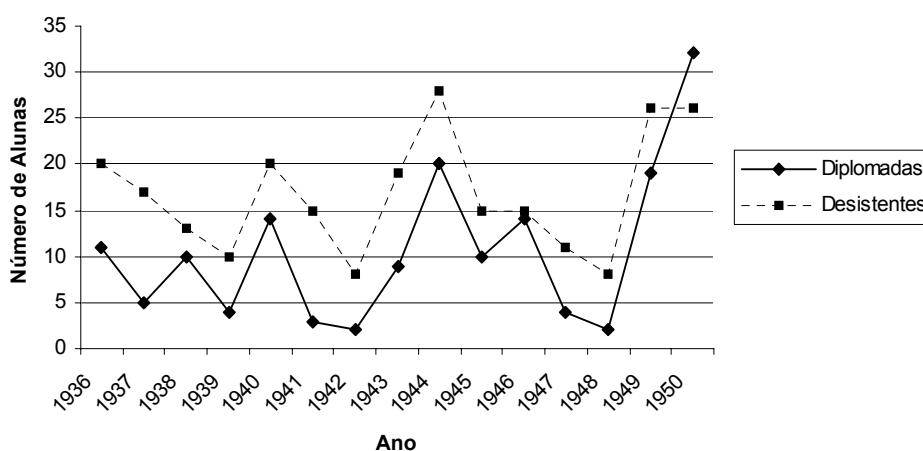
**TABELA 9**  
**Vacinação das alunas diplomadas pela EECC: 1933-1950.**

	Antivaríola		Antitífica	
	Fi	%	Fi	%
Sim	58	38,67	16	10,67
Não	3	2,00	40	26,67
Não informado	89	59,33	94	62,67
Total	150	100,00	150	100,00

No percurso feito entre os documentos, a elevadíssima desistência do curso chamou minha atenção, o que foi mostrado no GRAF. 1.

As razões dessa desistência até 1943 foram registradas em relatório. Os dados apresentados na TAB. 10 remetem a uma série de questões não respondidas e que apontam para outras investigações: Por que mais da metade das candidatas desistiam do curso ou eram reprovadas no processo seletivo? Por que, ao serem aprovadas, não se apresentavam? Que motivos ignorados são esses? O que significa incapacidade intelectual, moral e profissional? Por que uma aluna foi convidada a desistir e outra desistiu por apresentar “defeito físico”? (RELATÓRIO, 1943).

**Gráfico 1 - Número de alunas desistentes e diplomadas pela EECC, 1936-1950**



**TABELA 10****Número de desistentes e motivos da desistência do curso de Enfermagem Geral na EECC: 1933-1943**

<b>Ano</b>	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	Total
Matriculadas	21	27	32	27	27	22	13	21	22	47	22	281
Desistentes	18	16	22	22	18	16	10	19	12	26	3	182
<b>Motivos da desistência</b>												
Não se apresentaram	9	8	5	1	2	1			1	1	1	29
Incapacidade profissional	1							2	5	4		12
Incapacidade intelectual		1		1	2	2		4		1		11
Incapacidade moral					1							1
Reprovadas em exame de admissão		2		1					2	10		15
Perderam o ano		2										2
Nomeadas para empregos públicos	2											2
Não obteve licença remunerada do Estado	2		1	5								8
Transferidas curso anexo			10	4				1		1		16
Transferida curso de auxiliares				1	1							2
Convidada a desistir			1									1
Incompatibilidade com a chefe						2						2
Oposição da família				1				1				2
Casou-se					1	1	1					3
Doença		1				1	2	1				5
Defeito físico											1	1
Falecida	1											1
Motivos ignorados	3	2	5	8	11	9	7	10	4	9	1	69

Fonte: RELATÓRIO, 1943.

No decorrer do período estudado, o Regulamento da EECC limitava em 20 o número de alunas para cada série. No entanto, esse número ficou muito abaixo, uma vez que nos primeiros dez anos de funcionamento a Escola teve apenas 99 alunas que se diplomaram. Considerando-se que eram duas entradas de alunas – 40 no ano – e abrangendo todo o período do estudo, a EECC poderia ter diplomado 600 alunas, e não apenas 159 como aconteceu.

Destaca-se o aumento no número de matriculadas ocorrido 1942 e 1943 que foi atribuído a: “a) melhor compreensão da profissão pelas famílias e médicos; b) difusão das

diplomadas, colocadas em lugares de destaque em diversos estados e Capital Federal; c) o atual estado mundial põe em evidência a relevância da profissão” (RELATÓRIO, 1943, p. 13).

Tratando-se da reação das famílias em relação à profissão, a Diretora Waleska Paixão relata que elas são “geralmente hostis à matrícula. No decorrer do curso, a quase totalidade modifica-se e aceita bem, concorrendo algumas vezes para novas matrículas” (RELATÓRIO, 1943, p.13).

No entanto, os relatos das alunas revelam a resistência dos familiares:

Eu lutei um ano contra a vontade de meus familiares, e enfim consegui convencê-los que o meu tempo era desperdiçado em futilidades e que poderia empregá-lo de uma maneira mais proveitosa para o meu futuro e para a humanidade (MAC, 1934).

Sempre pensei em ser enfermeira e resolvi a dar início depois de haver lido alguns livros sobre enfermagem e conversar intimamente com algumas alunas da Escola ‘Ana Nery’. Não realizei o meu sonho a mais tempo por não obter licença da minha família para seguir para o Rio (ECS, 1935).

A par das resistências culturais à enfermagem, as atividades das egressas<sup>87</sup> são reveladoras do processo de socialização dos conhecimentos produzidos na EECC. Além disso, as diretoras da Escola, revestidas de admirável ufanismo, utilizavam todas as estratégias possíveis para divulgar as realizações da Escola, e para isso encontravam uma imprensa local aberta a essas divulgações. Em matéria de *O Diário* de 6 de fevereiro de 1945, intitulada “A Escola de Enfermagem “Carlos Chagas” orgulho de ensino superior em Minas Gerais” é apresentado um breve histórico da EECC. Sobre o trabalho das egressas foi publicado o seguinte texto:

Com a escola de Enfermagem ‘Carlos Chagas’, há apenas oito no Brasil. Pois bem, destas 8, 4 são dirigidas por enfermeiras formadas em Minas Gerais. São escolas de enfermagem de Minas, do Rio, de Goiânia e de Fortaleza, no Ceará. Sem falarmos em numerosos serviços e funções, de importância vária, em cargos administrativos de responsabilidade, em Belém do Pará, Vitória, Rio e pelo interior de Minas.

Duas, das alunas da escola de que estamos falando fizeram cursos de especialização e aperfeiçoamento nos Estados Unidos, com bolsas de

---

<sup>87</sup> As atividades das egressas da EECC foram apresentadas no Anexo IV.

estudos do SESP (Serviço Especial de Saúde Pública), da Coordenação dos Assuntos Inter-Americanos (O DIÁRIO, 1945).

A construção de representações “positivas” sobre a profissão podia até contribuir para elevar no número de candidatas à enfermagem, no entanto não impedia a continuidade da elevada desistência ao curso. Glete Alcântara, exercendo o papel de Diretora de Escola de Enfermagem, manifesta sua preocupação e a de outras diretoras de escolas com o elevado percentual de desistência das alunas do curso de enfermagem desde a criação das escolas. Em estudo abrangendo as décadas de 1940 e 1950 essa Diretora analisa a relação entre o processo de seleção e a desistência do curso e chega à conclusão de que, para evitar a desistência,

na seleção de estudantes, dois objetivos importantes devem ser observados: a) o estabelecimento da capacidade e, conseqüentemente, do bom aproveitamento no curso e do sucesso na carreira escolhida; b) a eliminação daqueles que não apresentam probabilidades de vencer com êxito o curso, quer pela falta de conhecimento das disciplinas consideradas básicas para a continuação dos estudos, quer pela falta de interesse ou então por não apresentarem personalidade equilibrada (ALCÂNTARA, 1954, p. 330).

A autora cita, também, o caso de um estudo realizado em uma escola de enfermagem americana que “durante 10 anos, de 1932 a 1942, constatou o seguinte: dos 1.300 estudantes admitidos naquele período, 500 (34,4%) desistiram do curso; destes, 237 (47,4) desistiram devido a reprovação (52 alunos foram reprovados só em trabalho acadêmico, 66 só em prática de enfermagem e 119 em ambos)” (ALCÂNTARA, 1954, p. 31). Nessa escola, exigia-se, no processo seletivo, que o candidato fosse classificado na metade superior da classe na escola secundária que cursou, daí a conclusão do estudo:

1) que há estreita relação entre a falta de capacidade intelectual para trabalho escolar e a falta de habilidade para a prática de enfermagem; 2) que nenhuma técnica de seleção deve ser usada isoladamente; 3) que os alunos classificados no quarto superior da classe na escola secundária e que obtiveram bons resultados nos testes psicológicos, bem como aqueles com preparo além do secundário, foram os que apresentaram melhor aproveitamento de toda a escola (ALCÂNTARA, 1954, p. 331-332).

Em outros estudos realizados “sob os auspícios da Liga Nacional de Enfermagem dos Estados Unidos, em 1950 e 1954”, as autoras chegaram à conclusão de que “se as escolas dessem maior consideração aos resultados das provas psicológicas, a percentagem de desistência seria reduzida”. E finalizam: “O melhor meio de recrutar estudantes para as escolas é *ainda a enfermeira bem ajustada ao seu trabalho e interessada pelo progresso da profissão*” (ALCÂNTARA, 1954, p. 332-333, grifo da autora).

Outra Diretora de escola de enfermagem brasileira, Ruth Anacleto, fundamentando-se nos estudos de Stewart (1945) e de educadores como Dewey (1952) e Anísio Teixeira (1956), faz a seguinte consideração sobre a questão da desistência:

A primeira grande responsabilidade da escola, na formação do enfermeiro, está na seleção dos candidatos, que deve ser baseada no grau de cultura e no lastro moral que trazem ao se apresentarem para a matrícula. Relativamente fácil é a seleção cultural baseada em conhecimentos, a qual pode ser testada. Mais difícil é a seleção moral que não depende simplesmente de conhecimentos mas se revela na prática, em todos os atos da vida cotidiana; por isso não se deve restringir-se apenas às informações fornecidas pelo candidato, mas também pela família e, se possível, pela comunidade onde vive (ANACLETO, 1962, p. 406).

O que esses estudos querem dizer é que a desistência do curso está diretamente relacionada ao processo seletivo, o qual é de responsabilidade da própria instituição. Nesse sentido, as alunas desistiriam do curso não por falta de adaptação a ele, mas porque a Escola não teve o discernimento de provar para as candidatas, no momento do processo seletivo, que o curso não era adequado às suas características psicossocioculturais e espirituais.

Nesse contexto de altíssima desistência do curso de enfermagem, é importante ressaltar que as escolas de enfermagem possuíam um aparato educativo com normas que definiam os conhecimentos a serem ensinados e os comportamentos e atitudes esperadas das alunas, bem como um conjunto de práticas escolares que permitiam e que facilitavam a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos. Essas práticas se desenvolviam tendo como referência, também, os **espaço e tempo escolares na Escola de Enfermagem Carlos Chagas**.

## Capítulo 4

### ESPAÇO E TEMPO ESCOLARES NA ESCOLA DE ENFERMAGEM CARLOS CHAGAS

*Sou de um mundo que constituo. É nesse sentido que é preciso compreender a construção social da realidade que [...] é essencialmente simbólica. O mundo de que sou é, portanto, um conjunto de referências que divido com os outros. Essas poderão ser de diversas ordens: feitas de odores, de ruídos, de texturas vegetais e físicas, de cores [...]. São todos esses elementos que constituem a matriz na qual vão nascer, crescer, fortalecer-se essas inter-relações feitas de atrações e de repulsões, todos esses pequenos nada que fazem o todo do que chamo socialidade.*

*A espacialidade onde 'tudo junto adquire corpo' é um lugar dinâmico, feito de ódios e amores, de conflitos e distensões, é uma 'casa' objetiva e subjetiva onde uma socialidade é vivida diariamente, na palidez e no brilho, fundada, como toda situação mundana, no limite.*

Michel Maffesoli

As dimensões tempo e espaço escolares na EECC foram analisadas a partir de duas perspectivas que se encontram estreitamente inter-relacionadas. De um lado, o Internato da Escola foi analisado como espaço dinâmico, educativo de socialização, do fazer-se cotidiano, levado a efeito por todas as pessoas que moravam, trabalhavam e transitavam nesse espaço. Isso significou compreendê-lo como um espaço dotado de significados compartilhados, de valores, de crenças e de sensibilidades, ao mesmo tempo em que eram impostos os dispositivos disciplinares institucionais. Dessa forma, é importante ressaltar com Juarez Dayrell (1996, p.137) que a “apropriação constante dos espaços, das normas, das

práticas e dos saberes que dão forma à vida escolar” ocorre em um “espaço de complexa trama de relações sociais entre os sujeitos envolvidos, que incluem alianças e conflitos, imposição de normas e estratégias individuais, ou coletivos, de transgressão e de acordos”.

Essa concepção de internato permitiu, também, analisá-lo como o espaço de sociabilidade ou “lugar de sociabilidade”, como é empregado por Ângela de Castro Gomes.

Essa autora utiliza essa noção em uma dupla dimensão que, segundo ela,

se os espaços de sociabilidade são ‘geográficos’, - são também ‘afetivos’, neles se podendo e devendo captar não só vínculos de amizade/cumplicidade e de competição/hostilidade, como igualmente a marca de uma certa sensibilidade produzida e cimentada por eventos, personalidades ou grupos especiais. Trata-se de pensar em uma espécie de “ecossistema”, onde amores, ódios, projetos, ideais e ilusões se chocam, fazendo parte da organização da vida relacional (GOMES, 1999, p. 20).

É, pois, no internato como lugar de aprendizado e de trocas intelectuais, indicando a dinâmica do movimento de fermentação e circulação de idéias que surgiu uma outra dimensão de análise. Trata-se do jornal *Cinco p’ras Dez* que foi utilizado pela EECC como um dos seus espaços de aprendizagem do que é ser enfermeira numa rede de sociabilidade.

#### **4.1 Casa Amarela da Serra: o internato das enfermeiras da Escola Carlos Chagas**

18 de Março de 1935. Era noitinha, chuviscava quando cheguei ao internato das enfermeiras, uma casa amarela situada num dos aprazíveis bairros da capital – a Serra. Ia ser inaugurado no dia seguinte, e já se achavam cá D. Laís, e D. Georgina Ottoni Chagas, a Ecônoma – em atividade desde manhã.

Na primeira noite só contava a Diretora, três Chefes, a Ecônoma e eu como única aluna. Nessa mesma noite, tendo todas saído, fiquei eu a tomar conta desse casarão sem luz, pois a luz ainda não havia sido ligada e nós servíamos de velas; [...] percorri de vela na mão os diversos aposentos, sendo as salas de visita e de jantar a únicas mobiliadas; os quartos só tinham camas, mesmo assim sem enxergão. Começou com dificuldade o nosso Internato, e hoje?

Cheguei à janela de um quarto da ala direita, atraída pelo fresco da noite e o murmúrio de um regato que corria (hoje não corre mais) no fundo da chácara. A noite estava mais clara, já não chuviscava. Divisei as palmeiras do quintal, a falada piscina, que me pareceu mais restos de um castelo abandonado (CARDOSO, 1936a, p. 52).

A aluna América Cardoso, em narrativa sobre o “Internato Carlos Chagas – seu histórico”, publicada no primeiro número da revista *A Enfermagem em Minas*, é quem relata o início do funcionamento do “internato das enfermeiras”, mostrando as primeiras apropriações e demarcações dos seus espaços. Um ano após este relato, essa aluna voltou a falar da luta travada pela Diretora para conseguir a sede para o internato da EECC:

‘Mas com que roupa?’ Removeu céus e terra e graças ao altruísmo do Dr. Antonio Aleixo conseguiu a realização desse ideal, aprovado por Dr. Silva Campos Diretor da Saúde Pública deste Estado, embora choramingando a falta de verba, assunto bem compreendido por nós que vivemos nesta dolorosa experiência.

Mas a dedicação e o heroísmo e a boa vontade do Dr. Aleixo conseguiram organizar o Internato das Enfermeiras que nos proporciona maior conforto luxo e elegância [...] (CARDOSO, 1937, p. 33).

Todas as pessoas que moraram ou que transitaram nas décadas de 1930 a 1950 nas proximidades da Rua do Chumbo, 601, no Bairro da Serra, da cidade de Belo Horizonte, conheceram a Casa Amarela da Serra, assim denominada pelas alunas. Hoje, “uma casa azul”, com fachada do prédio e interiores, no possível, preservados, Rua Professor Estevão Pinto, mesmo número, faz parte do Patrimônio Histórico da cidade e sedia a sua Gerência; naquela época, o Internato da Escola de Enfermagem Carlos Chagas.

A instalação da EECC na modalidade de externato com sede administrativa em salas do Hospital São Vicente de Paulo, cedidas pelo Diretor da Faculdade de Medicina, Professor Alfredo Balena, e pelas Irmãs Vicentinas não era, necessariamente, o que desejava Laís Netto dos Reys. Ela queria que a Escola possuísse uma residência própria com todas as condições necessárias a uma sólida formação da enfermeira. Uma formação moral e intelectual, que ela própria teve como diplomada pioneira da EEAN, em um internato que



possuísse “conforto, luxo e elegância”, enriquecida com os cursos e aperfeiçoamentos realizados nos Estados Unidos e na Europa.

Formar enfermeiras, para Laís Netto dos Reys, era desenvolver-lhes um espírito de serviço; uma cultura intelectual geral e um arsenal técnico específico da enfermagem; era prepará-las para os desafios e os sacrifícios que, segundo ela, a profissão exigia. Uma profissão que “reclama de vós [enfermeiras], ações de almas escolhidas, atitudes da individualidade da elite, impõe grandes e árduos deveres mas nobilíssimos e fecundos”. Ou seja, formar enfermeira, para Laís, era proporcionar à mulher brasileira – aquela que é escolhida – o exercício de uma profissão excepcional que tem como ideal o serviço a Deus, à Pátria e à humanidade (REYS, 1936, p. 67).

Nessa perspectiva de modelo de formação da mulher-enfermeira, Laís Netto dos Reys, na organização da EECC, parecia ter se inspirado na mesma fonte que a maioria das enfermeiras de todo o mundo. O Programa Educativo de Escola de Enfermagem organiza os conhecimentos básicos de um currículo de enfermagem em três classes. A primeira seriam os *Princípios, fatos, instrução*, denominados *Ciência da Enfermagem*; a segunda se refere às *Técnicas e Habilidades Especializadas*, sob a denominação de *Artes de Enfermagem*; e a terceira diz respeito aos *Ideais* e tratam da *atitude social e padrão profissional de conduta*, englobados na denominação de *Ética de Enfermagem ou Espírito de Serviço*. Segundo concepção corrente à época,

a primeira classe de conhecimentos representa o que as enfermeiras devem *saber ou compreender* sobre o seu trabalho; a segunda, o que ela deve estar preparada para *fazer*; e a terceira, que tipo de pessoa deve *ser*. [...]. Tal plano pressupõe o desenvolvimento harmonioso de todo o indivíduo, o coração, o cérebro e as mãos, representando respectivamente o lado emotivo, intelectual e prático de sua personalidade (STEWART, 1945, p. 51, grifos da autora).

Assim, para a incorporação desses elementos em sua formação, principalmente aqueles referentes à primeira e terceira classes, a futura enfermeira necessitava de um espaço

apropriado para conviver em comunidade, ou seja, exigia-se dela uma formação na modalidade de internato. Conviver em comunidade significava conviver em família – a diretora-mãe com as alunas-filhas. Em diversos depoimentos que falam do cotidiano vivido na EECC, foi possível apreender elementos que permitiram mostrar que Escola começou a funcionar como “um teto que nos desse a ilusão de ‘home’ familiar”, o que aconteceu somente após a instalação do internato. Por isso, que depois de criada a Escola, “a fundação do Internato tornou-se preocupação constante de nossa incansável Diretora, D. Laís Netto dos Reys, que desejava reunir suas alunas, principalmente, as de fora que viviam em hotéis e pensões” (CARDOSO, 1936a, p. 52).

O internato, já no século XIX, era o *locus* da educação das meninas/moças em geral e da formação das enfermeiras, em particular. Desde a criação da primeira escola de enfermagem por Florence Nigthingale, exigiu-se o regime de internato visando à formação moral e intelectual da enfermeira. É nessa época que, segundo Muniz (2003), surge a “nova mulher” – aquela que passa a transitar em espaços externos aos das famílias, mas sob estrito controle. É o momento histórico em que ocorrem “novas formas de sociabilidade entre os sexos, com a introdução da convivência nos salões – espaços intermediários entre o lar e a rua –, abertos de tempos em tempos para a realização de saraus noturnos, jantares e festas”. Assim,

cafés, clubes literários, teatros, bailes e outros acontecimentos da vida social tornam-se locais e ocasiões em que a presença das mulheres da elite se faz notar, sob o olhar atento dos pais, maridos ou irmãos. Vigilância que se justificava sob o argumento de sua ‘natureza mais frágil, sensível, emocional e passiva’ e, portanto, presa fácil quanto aos ‘descaminhos da honra’, no sentido de perda da virgindade, atributo que conservava tendo peso de ouro na sociedade brasileira provincial (MUNIZ, 2003, p. 158).

A ocupação dessa “nova mulher” nos “novos espaços” passa a exigir “nova educação”. Como diz Muniz (2003, p. 159), vai exigir “um outro tipo de aprendizagem – além

daquela que as preparava para os cuidados com os filhos e a casa –, a de comportar-se em público, de conviver de maneira polida, recatada e distinta”. Para tanto,

educandários femininos, especialmente internatos dirigidos por religiosas, foram criados para receberem essas jovens bem-nascidas – às vezes nem tanto -, para prepará-las para assumirem, futuramente, o trono de um reino que lhes estava predestinado pela sua condição de gênero. Aulas de civilidade, música, literatura, geografia, história, desenho, pintura e economia doméstica foram acrescentadas aos limitados currículos existentes, de forma a instrumentalizá-las para o exercício desse reinado doméstico, para ocuparem o ‘trono’ que lhes pertencia, com certeza, por prescrição, mas, nem sempre, por desejo ou escolha (MUNIZ, 2003, p. 159-160).

Pode-se, também, dizer que esta “nova” educação trazia a idéia de educar-se para educar. Nesse sentido, a sociedade e as instituições escolares voltadas para a educação feminina mobilizavam uma série de rituais, de símbolos, de doutrinas e de normas para a produção dessa nova mulher que iria desempenhar novos papéis em “novos” espaços sociais que passaram a lhe ser permitidos por essa mesma sociedade. Um espaço próprio para esse tipo de concepção de educação era, portanto, necessário.

Na enfermagem, o regime de internato, segundo Barreira (1992), favorecia o recrutamento de candidatas ao curso, pois a oferta de residência era essencial, tanto do ponto de vista financeiro como para a obtenção do consentimento das famílias, para as quais “a escola dava a garantia de resguardar a moral de suas filhas, assegurando que sua honra não corria perigo, ou seja, que sua moça *não se perderia*” (BARREIRA, 1992, p. 189, grifo da autora). Além disso, para a formação da enfermeira em consonância com a concepção de educação da mulher que perpassava na sociedade, o internato era considerado indispensável. Isto é, era concebida a idéia de que a enfermeira necessitava, além da formação técnica, de outra não menos importante, que era a formação do caráter, a disciplina e o desenvolvimento de certas qualidades especiais, só possíveis em um regime de internato (A ENFERMAGEM EM MINAS, 1937e, p. 19).

O internato como dispositivo pedagógico e de socialização, ou seja, como espaço de controle e de vigilância dos tempos e espaços escolares na enfermagem, apresenta certas características que se aproximam das suas origens no catolicismo. De acordo com Ivan A. Manoel, em seu estudo sobre a Igreja e a educação feminina no Brasil, o internato “remonta suas origens aos mosteiros e ao cenobitismo da Alta Idade Média, quando milhares de pessoas se afastaram do mundo para resguardar a sua espiritualidade” (MANOEL, 1996, p.76-77). No século XVI, fundamentalmente, com os jesuítas, o internato passou a desempenhar as funções de preparar homens para exercer a direção da sociedade de acordo com os preceitos do catolicismo tridentino, deixando de significar apenas uma escola de formação de quadros para próprio clero.

A teoria pedagógica que sustentava essa modalidade de ensino partia, em primeiro lugar, da idéia de a criança ser naturalmente inclinada ao mal. Se o batismo apaga o pecado original, ele não fortalece a criança diante do mal, necessitando, para isso de um lugar isolado, seguro, onde a alma infantil fosse ensinada a vencer as suas inclinações pecaminosas. Em segundo lugar e plenamente no século XIX, foi fundamentada na concepção de que o mundo moderno está em permanente crise, ameaçado por todos os lados pelo mal, “revivido pelo humanismo renascentista e alimentado pela ciência materialista e pelo liberalismo”. Assim, para uma educação produtiva, necessariamente, precisava-se isolar a criança de todo contato com esse mundo mau e corruptor. O internato “seria escola e guardião, ensinaria e defenderia as ‘flexíveis almas juvenis’” (MANOEL, 1996, p. 77).

Para a educação em geral, os alunos, ao término dos estudos na escola-internato, estariam fortalecidos, de tal modo que, ao voltarem para o mundo exterior, não seriam corrompidos por ele. Ao contrário, “deveriam ser fortes o bastante para atuarem como focos de recristianização da sociedade”. Para a educação feminina em particular, “o internato católico se tornava mais rigoroso porque, conforme a teoria ultramontana, a mulher, por ser

presa mais fácil do mal, deve estar sob constante vigilância para resguardar sua pureza” (MANOEL, 1996, p. 77-78).

Enquanto recurso pedagógico, o internato fundamentava-se na pedagogia da vigilância: “Vigilância de todos os instantes, de todos os movimentos, de todos os atos públicos ou particulares, de forma que a privacidade fosse desmontada e todas ficassem diante de todas sem características próprias, sem marcas pessoais, sem individualidade”. Nesse sentido, era estabelecido um conjunto de normas e regras para modelar a mulher. Além dos ornamentos culturais, da polidez, ela devia portar a marca indelével da educação conservadora. Por isso, “gestos, comportamentos, linguagem, tudo era vigiado, controlado, moldado” (MANOEL, 1996, p. 78).

Nessa linha de pensamento, é importante destacar que, mesmo utilizando outros espaços institucionais para as atividades administrativas e para o ensino teórico e prático, como a Faculdade de Medicina e as instituições de saúde, o internato aqui estudado era a primordial referência sociocultural para todas as pessoas que transitavam pela Escola. As pessoas que residiam e outras que não residiam no internato, mas que frequentemente participavam das suas atividades, foram consideradas, neste estudo, como as principais idealizadoras e construtoras da EECC. Ademais, cotidianamente, essas pessoas produziam e reproduziam uma cultura escolar a partir de modelos culturais diversos que visavam à incorporação de comportamentos e atitudes hierarquizadas e disciplinares pelas suas alunas, que eram consideradas adequadas para as futuras enfermeiras.

Tratando-se das normas e das medidas estabelecidas para o pleno funcionamento do internato, o Regulamento Interno da EECC trazia com muitos detalhes as prescrições:

- 1 – A mensalidade será de 130\$000 (incluindo a taxa de estudo)
- 2 – A Escola não se responsabiliza por conta pessoal.
- 3 – O pedido que não constar do cardápio de cada refeição será considerado extra.
- 4 – Os telefonemas interurbanos serão passados só mediante autorização da Secretaria da Escola.
- 5 – Pede-se não usar o telefone do Internato para telefonemas demorados.

6 – Não é permitido sair do refeitório para atender telefonemas. Somente as chefes e as diplomadas por motivo de trabalho.

7 – As pessoas que estiverem de folga deverão atender ao sinal das refeições. Quando em serviço deverão empregar meios para chegarem na hora.

8 – O café pela manhã será servido até as 8 horas.

9 - De 15 em 15 dias uma enfermeira será destacada para tomar conta das doentes da casa. (inclusive empregadas)

10 – As refeições servidas no quarto serão consideradas extraordinárias, salvo em caso de doença a juízo da Diretora.

11 – A enfermeira do serviço da noite deverá comparecer ao jantar. Estando acordada à hora do almoço, deverá descer.

12 – Havendo enfermeiras no serviço da noite, o silêncio deverá ser mantido até 17 horas. Todas devem ter em mente que o sono do dia é mais difícil que da noite. Compete à Econômica do Internato manter o silêncio. A enfermeira da noite só poderá sair, depois das 17 horas. Antes, só com licença da Diretora, Assistente ou Inspetora.

13 – A hora do Santo Sacrificio da Missa, e do Terço, pedimos o comparecimento de todas que se acharem no Internato.

14 – As sessões do Grêmio ‘9.55’ serão realizadas nas seguintes ocasiões: 19 de Março, 19 de Julho, 22 de Setembro e no mês de Dezembro após o termino das provas finais.

A 1ª sessão inaugural, 19 de Março, da data de aniversario do Internato oferecido às novas alunas.

A 2ª sessão, 19 de Julho, em homenagem à data da inauguração da Escola.

A 3ª sessão, 22 de Setembro, aniversário da nossa ex-Diretora, fundadora, D. Lais Netto dos Reys.

A 4ª e última sessão, será por ocasião do encerramento do ano letivo.

O Grêmio foi fundado para as alunas, todas devem empregar meios para a boa realização das sessões, dando cada uma o melhor que puder.

#### **MEDIDAS GERAIS PARA AS ALUNAS INTERNAS E EXTERNAS**

1 - Todas deverão ser pontuais nas aulas e no serviço.

2 – Sendo o atraso por questão de enfermaria, será verificado antes quem o ocasionou.

3 – com 1/3 de faltas a aluna perde a matéria, perdendo três matérias, perde a série. Não haverá segunda época. Haverá segunda chamada em dias previamente marcados pela Diretoria da Escola.

4 – A aluna não poderá frequentar as aulas quando em licença de trabalho. A licença será marcada com 5 dias de antecedência no mínimo.

5 – As alunas terão inteira liberdade de fazer suas reclamações que serão atendidas quando justificadas e puder (REGULAMENTO INTERNO, 193-).

Não foram encontrados registros sobre a forma utilizada pela EECC para que todas as moradoras do internato tivessem conhecimento desse regulamento. Contudo, será apresentado, no decorrer deste capítulo e do próximo, as formas diversas e as diferentes estratégias que ela usou para colocar em prática o seu jeito de ser-fazer-enfermeira.

É importante destacar, também, que na sociedade moderna os poderes constituídos visam aplainar as diferenças, uniformizar os indivíduos e harmonizar a vida social. Assim, utilizam de práticas disciplinares com o propósito de produzir e reproduzir corpos dóceis, disciplinados, educados com o mínimo exercício da violência explícita e o máximo exercício da vigilância contínua, implícita e internalizada.

De um lado, observa-se que as prescrições e as interdições institucionais, como recursos pedagógicos, se materializavam nos mecanismos de controle e de vigilância dos tempos e dos espaços escolares: hora de levantar, de deitar, de alimentar, de estudar, de rezar, de lazer, de silenciar, etc. De outro, se tais prescrições permitiam a existência do internato, a convivência nesse espaço apresentava suas particularidades. Isto é, como forma de suavizar ou de mascarar ou de até mesmo de aprender a conviver com os mecanismos opressores, as moradoras da Casa Amarela da Serra adotavam atitudes e comportamentos afetivos e de sociabilidade, criando um espaço de convivência prazerosa que, certamente, atuava como um “respiradouro social”.

Dessa forma, o espaço da sociabilidade, construído e compartilhado pelas moradoras da Casa Amarela da Serra, foi se descortinando e sendo apreendido por meio da sua materialidade no jornal *Cinco p'ras Dez*, como será apresentado seguir.

#### **4.2 A educação pela escrita e pela sociabilidade**

Laís Netto dos Reys viajava com freqüência para o Rio de Janeiro com o propósito de visitar familiares e de resolver questões relativas à EECC. Após a inauguração do internato, em 19 de março de 1935, “depois de ver todas [alunas] instaladas e contentes, viajou para o Rio de onde voltou no dia 2 de Abril” (CARDOSO, 1936a, p. 52). A idéia de

promover uma calorosa recepção em sua homenagem, como forma de agradecimento pelo fato de ela ter conseguido uma sede para o internato, tomou conta das moradoras da Casa Amarela da Serra. Assim, elas decidiram fazer “uma reunião à noite, com leitura do histórico do Internato”. Nessa reunião, foi sugerido por Waleska Paixão<sup>88</sup> – Inspetora das alunas – e por Primavera Collaço Vêras – Secretária da Escola –, a criação de um Grêmio e de um órgão literário a ele associado. De acordo com a aluna que elaborou o “histórico do Internato”, “foi escolhido o nome ‘9:55’ para o Grêmio e ‘5 p’ras 10’ para o órgão oficial do mesmo, porque é esta a hora do sinal de silêncio”. A leitura do primeiro número do jornal, “datilografado”, aconteceu em reunião do Grêmio realizada no dia 22 de abril, isto é, 20 dias depois da idéia de sua criação. Segundo Cardoso (1936a), o número de associadas do Grêmio foi aumentando no decorrer das reuniões. No “dia de sua fundação uma dúzia de sócias, na segunda reunião, mais meia dúzia se inscreveram, e hoje [setembro de 1936] as associadas ocupam duas salas” (CARDOSO, 1936a, p. 57).

O jornal *Cinco p’ras Dez* exigia, para a sua elaboração, redação e divulgação, a participação compulsória das alunas, das professoras e dos demais moradores do internato. As matérias e as notícias, apresentadas em prosa e versos, informavam o dia-a-dia da Escola.

Dos 21 exemplares que constam no Centro de Memória da Escola de Enfermagem da UFMG, o jornal é publicado datilografado e mimeografado, no período de julho de 1935 a 30 de maio de 1936, com a denominação de Órgão Oficial do Grêmio Literário 9:55, conforme logomarca a seguir:

---

<sup>88</sup> Waleska Paixão foi convidada por Laís Netto dos Reys para exercer a função de Inspetora de alunas e professora. As disciplinas por ela ministradas e os respectivos períodos constam no anexo II. Contudo, por sugestão de Laís, ela decidiu cursar enfermagem exercendo as funções de aluna, de professora e de inspetora. Ao terminar o curso em 1938, assumiu a direção da EECC. Mais informações sobre seus traços biográficos, cf. NASCIMENTO; SANTOS; CALDEIRA, 1999.





FIGURA 3  
Logomarca do jornal *Cinco p'ras Dez*

A partir de julho de 1936 o *Cinco p'ras Dez* foi impresso em gráfica, apresentou nova logomarca e nova diagramação, passando a ser denominado de “Órgão da Associação de Alunas da Escola de Enfermagem Carlos Chagas”. O primeiro exemplar dessa “Nova Etapa”, como é apresentado em seu editorial, assinado por Waleska Paixão, apresenta como logomarca a chamativa figura de uma águia, conforme se pode verificar a seguir:

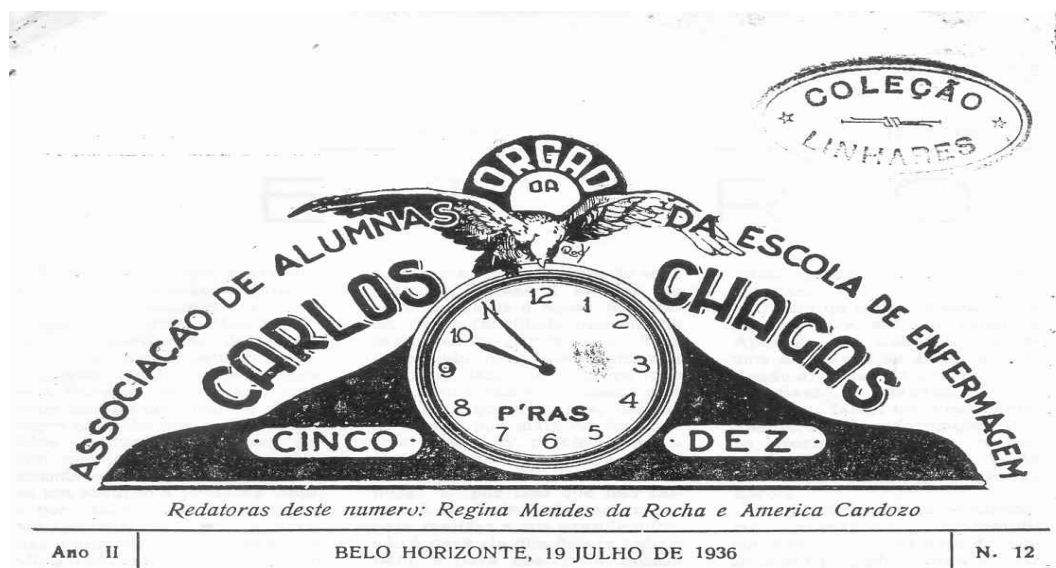


FIGURA 4  
Logomarca do jornal *Cinco p'ras Dez*

Na busca de compreensão do significado e do uso da águia, verificou-se que, de acordo com uma das descrições de Chevalier e Gheerbrant (2005, p. 22), a simbologia da

águia remete aos maiores deuses e aos maiores heróis em que ela “é o atributo de Zeus (Júpiter) e do Cristo; é o emblema imperial de César e de Napoleão”. Entretanto, foram encontradas referências a mobilizações da juventude brasileira que se inspiravam no fascismo italiano, como “os *águias brancas* integralistas”, citadas por Cunha (1980, p. 27, grifo do autor).

Contudo, se a águia foi usada como um símbolo que evoca a tradição cristã ou ao integralismo brasileiro, ou a ambos, o que chamou mais a atenção foi deparar com uma matéria publicada no *Cinco p'ras Dez* que dizia respeito ao integralismo. A autora, professora Hilda Ferro Souza, justifica os motivos que a levaram escrever tal matéria e faz uma descrição das suas concepções sobre este movimento:

Pediram-me algumas pessoas interessadas que escrevesse qualquer coisa sobre o integralismo, a grande idéia nova que vem revolucionando de norte a sul os cérebros de todos os brasileiros que ainda sabem sentir e ainda sabem vibrar na defesa de nossa Pátria, legado precioso de nossos antepassados que o inimigo sob os múltiplos disfarces procura destruir. Teria prazer em fazê-lo, de maneira tão clara e nítida que a ninguém restasse sombra de dúvida ou ignorância sobre o assunto. [...] o seu lema, tão curto e significativo – DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA – concretizando em 3 pequenas palavras o que há de mais santo, de mais nobre e de mais caro a cada coração, vale por si só como o melhor testemunho de que o integralismo visa a defesa da nossa fé, o progresso de nossas famílias. [...] O integralismo é a revolução da idéia e do pensamento e por isso tenho fé na sua vitória. [...] Fazem parte do seu programa, *o cultivo das artes, das ciências e das letras, e portanto, o elevamento do nosso nível intelectual.* [...] Com a cooperação de todos são mantidos um jornal semanal ‘A Ofensiva’ e a revista mensal ‘Anauê’ contendo reportagem e serviço fotográfico de todo o país (SOUZA, 1935) (grifos meus).

Essa matéria indica que a idéia de criação do Grêmio Literário e do seu jornal pode estar também relacionada com “a revolução da idéia e do pensamento” propagada pela Ação Integralista Brasileira (AIB). A convocação de todos os moradores da Casa Amarela da Serra para contribuir com matérias para o jornal era uma das formas de “cultivo das artes, das ciências e das letras, e, portanto, o elevamento do nosso nível intelectual”. Essas representações coadunam com a idéia de uma “revolução do espírito”, conforme acreditava

Plínio Salgado, o idealizador e criador da AIB<sup>89</sup>. Segundo Marilena Chauí, a AIB trata-se de uma revolução cultural, “estendida” como revolução espiritual, e que, além de ser espiritual, tendo Deus como seu princípio, pretende ser mundial. Ou seja, “trata-se de uma revolução integral do espírito e da civilização” que tem, “além do Pai Celeste, dois outros pilares: a família e a nacionalidade” (CHAUÍ, 1978, p. 49).

Outras representações simbólicas da AIB, em cores nacionalistas, estão em destaque na capa da revista *A Enfermagem em Minas*, vinculadas a lema emblemático desse movimento: *A Deus, pela humanidade, para o Brasil*.



FIGURA 5  
Capa da Revista *A Enfermagem em Minas*

<sup>89</sup> De acordo com Cavalari (1999, p. 13), “oficialmente, a Ação Integralista Brasileira (AIB) foi criada por Plínio Salgado no dia 7 de outubro de 1932 em São Paulo, através de um manifesto lido em reunião solene no Teatro Municipal de São Paulo”.

Marilena Chauí diz que a produção das representações “é uma dimensão da práxis social tanto quanto as ações efetivamente realizadas pelos agentes sociais”. E mais: “Pensar e representar são momentos da práxis tanto quanto agir, este e aqueles exprimindo, dramatizando ou ocultando uns aos outros no movimento pelo qual uma sociedade se efetua como sociedade determinada” (CHAUÍ, 1978, p. 9). A essa idéia acrescenta-se a de Chartier (2002, p. 66), quando diz que “não há prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e afrontadas, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido a seu mundo”. Na verdade, nesse trabalho, as práticas são entendidas como representações que produzem práticas e novas representações, na perspectiva de uma espiral dialética e de um movimento do pensamento que procura dar significado ao mundo em que vivemos. Nesse sentido, “as pessoas interessadas”, ao pedirem à professora Hilda Ferro Souza que escrevesse no *Cinco p'ras Dez* uma matéria sobre o integralismo, era como se lhe pedissem que descrevesse os elementos que conferissem sentido às suas ações, a partir do que se pode afirmar que não se sabe com que “intensidade” o discurso integralista brasileiro fazia-se presente nas representações sociais da EECC. Certamente tal matéria é um indício da presença de idéias integralistas, pois a representação coletiva como modalidade do pensamento que classifica, ordena e confere sentido às ações humanas está em constante reelaboração. Isto é, elas podem estar presentes em determinado momento, permanecerem latentes ou desaparecerem para dar lugar a novas representações.

A EECC possuía um fértil campo para as idéias integralistas, ou as idéias integralistas é que eram férteis nas representações dos seus idealizadores? Não se trata de responder ou aprofundar essas questões. Contudo, teve-se o propósito de mostrar, no percurso

deste estudo, a verossimilhança de diversos símbolos e ritos adotados na Escola e daqueles usados pela AIB<sup>90</sup>.



FIGURA 6  
Solenidade de Imposição de insígnias  
na EECC, década de 1930  
Fonte: Centro de Memória da EEUFMG



FIGURA 7  
Família integralista  
Fonte: CAVALARI, 1999

Ademais, não se pode esquecer que essas representações circularam fortemente na EECC no mesmo momento histórico em que demonstravam a sua força no cenário político-cultural do País. Ou seja, o movimento integralista pode ter contribuído na produção de práticas definidoras de alguns dos conhecimentos que a Escola desejava ensinar, bem como na definição de alguns dos valores e dos comportamentos que foram impostos às alunas em seu processo de formação.

O uso da águia na logomarca do *Cinco p'ras dez* aparece em apenas um exemplar. Posteriormente, até o último exemplar a que se teve acesso, datado em abril de 1940, a logomarca se manteve como a seguir:

---

<sup>90</sup> Podemos citar, entre eles, a bandeira com o mapa do Brasil sobreposto à cruz de malta, um dos símbolos da EECC; as insígnias (braçadeiras) usadas como símbolos hierárquicos; os ritos e as cerimônias da Escola, minuciosamente planejados; o culto à bandeira brasileira.



FIGURA 8  
Logomarca do jornal *Cinco p'ras Dez*

Interessa chamar também atenção para a importância dada às realizações da Escola: comemorações de datas que se produziam e se reproduziam como marcantes para ela; retiros espirituais, cerimônias comemorativas de aniversários das moradoras, festividades cívicas, etc. Nessas ocasiões em que o seu cotidiano era descrito, a EECC aparecia representada como um empreendimento sempre em seu dever. Ou seja, “nunca podemos dar por realizados” os desejos e os ideais de concretização de “uma notável e grande Escola de Enfermagem no Estado de Minas Gerais”, afirma Waleska Paixão (1936), em um Editorial do *Cinco p'ras Dez*, intitulado de “Nova Etapa”. Entretanto, o inatingível dever era concretizado e precisava ser registrado por marcos históricos que se tornariam inesquecíveis na história de construção de um ideal de Escola:

Há empreendimentos que nunca podemos dar por realizados. Tão alto é seu ideal, tão profunda sua repercussão, tão necessário seu objetivo, que eles se iniciam e desenvolvem, mas, a cada nova realização abrem horizontes mais vastos e oferecem novos campos de atividade. É o que se dá com a nossa Escola.

Visando proporcionar ao Estado de Minas Gerais os meios de formar Enfermeiras dedicadas e competentes, a Escola nada poupa a fim de atingir esse ideal.

E as etapas até hoje vencidas dão novo alento para as novas a vencer.

Três anos completa hoje a Escola.

E as alunas, querendo corresponder à imensa dedicação que lhes foi dispensada nesse período, vão colocar um marco inesquecível nesse dia 19 de julho, publicando, pela primeira vez, impresso, o seu ‘5 P’RAS 10’ (PAIXÃO, 1936).

Ao colocar o *Cinco p'ras Dez* como o porta-voz da Escola, Waleska Paixão continua dizendo que o número 12 do Ano II, datado de 19 de julho de 1936, traz para o presente os registros das etapas vencidas pela Escola nos seus três anos de existência. Observa-se que, para Paixão, a ação de registrar não deixa de ser uma forma de dizer “a cada trabalhadora da Escola a palavra de apoio e estímulo necessária à continuação do trabalho iniciado”, bem como de que “em cada uma destas letrinhas de forma, há tanto desejadas, a gratidão das alunas para com sua incansável Diretora, D. Lais Netto dos Reys”. Ademais, o *Cinco p'ras Dez*

*deixará gravadas as grandes datas da Escola e dirá às colegas que nos sucederem que suas irmãs mais velhas trabalharam para o futuro, desejaram firmar as tradições da casa e legar-lhes com o exemplo da boa vontade e do esforço para melhorar, um espírito de cooperação... impregnado de caridade, que nos torne a todas menos indignas do ideal de cristãs, Enfermeiras e Brasileiras (PAIXÃO, 1936, grifo nosso).*

A ênfase no registro de marcos históricos é uma constante nos primeiros anos de funcionamento da EECC. Nesse sentido, era comum a afirmação de memórias utilizando os momentos comemorativos e festivos para o estabelecimento de novas memórias, com a imposição de novos valores, virtudes e comportamentos esperados das futuras enfermeiras brasileiras. Ou seja, as moradoras da Casa Amarela da Serra faziam questão de registrar os momentos, os dias, os meses, os anos de “luta, de esforço e de êxito” da Escola. É o que mostra a Secretária da Escola, Primavera Colaço Veras, ao dizer que se três anos atrás no momento em que a Escola era oficialmente inaugurada numa das salas do Hospital São Vicente de Paulo, grande parte dos presentes não imaginaria, não “supunha que aquela obra que ali se inaugurava [...] se convertesse nesta esplêndida realidade”, bem como que isto só foi possível porque a “Escola venceu. E sob o olhar de Deus, vai sendo guiada por sua Diretora, através das vicissitudes e dificuldades” (VERAS, 1936).

Em diversas matérias analisadas e apresentadas sob a forma de relatos e de depoimentos sobre a criação, a instalação e a organização da Escola, aparece repetidamente a idéia de que a Escola venceu, de que ela superou obstáculos e que é uma obra que conseguiu realizar-se. Mas quem eram os vencidos e os vencedores, quais os desafios que obstaculizavam a sua realização, ou quem eram os seus inimigos? À medida que a análise avançava, alguns elementos foram aparecendo e permitindo esboçar uma resposta. Como apresentado no capítulo 2, embora a iniciativa de criação da EECC tenha sido creditada a Dr. Ernani Agrícola, a principal mentora e idealizadora teria sido Laís Netto dos Reys. Nesse sentido, a Escola teria permanecido mais atrelada a inter-relações pessoais do que a relações interinstitucionais, o que pode ter contribuído na produção de representações de lutas travadas por um número reduzido de pessoas que tinham o objetivo de consolidar e legitimar um empreendimento na sociedade em que se inseria.

Na verdade, a idéia de criação da Escola aparece, não raramente, como um sonho, às vezes inatingível. É passada a idéia de uma aventura, como aquela em que se deu a institucionalização da enfermagem “moderna” no País pela Missão de enfermeiras norte-americanas; nesse caso, uma aventura a ser perseguida por uma minoria de pessoas estrangeiras ao Estado de Minas Gerais, representadas por sua Diretora, Laís Netto dos Reys. Nas solenidades de comemoração dos três anos de criação da EECC, é ela quem falou dos esforços dessa minoria que teve a ousadia de aventurar-se, de sonhar e de travar relações sociais que se fundavam em acordos estabelecidos pela amizade, pela gratidão e pela generosidade:

Ao então Diretor da Saúde Pública, dr. Ernani Agrícola, deve-se a criação da Escola Carlos Chagas, que tomou este nome em homenagem de gratidão ao saudoso fundador da Enfermagem no Brasil.

O Dr. Alfredo Balena, Diretor da Faculdade de Medicina foi um amigo dedicado desta Escola desde os primeiros momentos.

Cedeu-nos algumas salas do Hospital S. Vicente de Paulo onde funcionou desde então o Externato.



No [Hospital] São Vicente tivemos a acolhida hospitaleira e generosa das D. D. Irmãs de Caridade, sob a direção da Revma. Irmã Boutin. Sucedendo a dr. Alfredo Balena na Faculdade de Medicina, o dr. Antonio Aleixo nos distingue com sua amizade sincera e preciosa. Hoje o Internato tem sede na casa que lhe servira de residência por vários anos. Dr. Mário da Silva Campos, atual Diretor da Saúde Pública, tem sido o grande e sólido apoio da nossa Escola. Fazemos uma menção especial à memória do nosso saudoso capelão, o Revmo. Padre Walter Perriens, que acompanhou com interesse e amizade esta obra, desde os primeiros passos (VERAS, 1936).

De acordo com a Secretária da Escola, esse foi um discurso comovente e comovido, em que a “nossa Diretora falou como sempre: simples na forma, mas profunda no motivo”.

Observa-se, mais uma vez, que a afirmação da história e da memória institucional<sup>91</sup> acontecia ao mesmo tempo em que se reafirmavam laços de gentilezas, gestos de gratidão e de amizade entre uma minoria de idealizadores da EECC. Entretanto, sem dúvida, eram nessas especiais circunstâncias que ia se formando uma rede de sociabilidade constituída por sentimentos e sensibilidades e pelo incentivo de outros comportamentos e atitudes tidos como essenciais e que deveriam ser preservados no convívio das alunas, professores, instrutoras e funcionários da Escola.

#### **4.3 Por entre tempos e espaços escolares...**

O “tempo” é o título de uma matéria do *Cinco p’rás Dez* de junho de 1935. Nela, a aluna Celina Pires Sanna vagueia no tempo e nos mostra alguns de seus sentidos e significados para as moradoras da Casa Amarela da Serra:

---

<sup>91</sup> No anexo VI é apresentado um exemplar do Jornal *Cinco p’rás Dez*, ilustrativo das demarcações das datas memoráveis da EECC.

O tempo passa e não volta...tal é a frase dita por todos que conhecem a sua preciosidade. Em cada segundo, minuto, hora do dia passam-se no mundo inteiro quadros tristes e alegres que se vão logo sepultar o passado. *São momentos velozes, sem significação aparente, mas com um pouco de reflexão veremos que de um minuto depende às vezes a felicidade ou a desgraça de uma pessoa.* Anos e anos são necessários para formação de grandes homens, mas, às vezes, um minuto basta para um santo se tornar o mais abominável dos homens. [...] Fossemos nós mais atentas ao passar das horas, estaríamos mais em dia com os nossos deveres quotidianos. Não quero dizer que se deva tremer à vista do tempo que passa e sim que não devemos ser insensíveis a ele, observando-o sempre sem demasiada preocupação. Isto se refere principalmente a nós enfermeiras que não podemos trabalhar e agir sem noção exata das horas. *‘Tempo’ é a palavra mais pronunciada por nós em trabalho ou recreio toda a nossa correspondência encerra a mesma cantilena: ‘o tempo me é demais escasso’.* [...] Conhecendo a valiosidade do tempo é necessário que faça ponto final aqui. Inúmeros afazeres me aguardam e os que me lêem também têm as suas ocupações. Não deixes para amanhã o que podes fazer hoje é um conhecidíssimo provérbio que bem podemos tomar como lema (SANNA, 1935, grifo nosso).

Como vem sendo afirmada, a cultura escolar apresenta em seus elementos constitutivos os tempos e os espaços educativos que funcionam como dispositivos de vigilância e controle dos sujeitos escolares. A matéria em questão, possivelmente “encomendada”<sup>92</sup> pela Diretora, Laís Netto Reys, como várias outras sobre os mais diversos temas, mostra que a noção de tempo pode adquirir múltiplos sentidos e significados. É considerado um bem precioso que deve ser apreciado e usado em doses regradas, isto é, bem cronometrado para não ser desperdiçado; pode ser visto como um passado passível de ser sepultado; como momentos efêmeros, mas ricos de significados; e, principalmente, como um lema do presente, do cotidiano vivido: “Não deixe para amanhã o que pode fazer hoje”.

O objetivo de uma breve reflexão sobre o tempo passa, não necessariamente, pelos sentidos e significados a ele atribuídos pelas moradoras da Casa Amarela da Serra, mas pelo entendimento do seu potencial transformador e controlador dos sujeitos em seus tempos e espaços escolares. Com a constituição de uma forma escolar incorporando e produzindo

---

<sup>92</sup> Em uma matéria publicada em 13 de agosto de 1935, sob o título de “A enfermeira no serviço de saúde pública” Pessanha (1935, p.1) inicia a matéria dizendo “É para as alunas da Escola Carlos Chagas e Enfermeiras visitantes de Saúde Pública que escrevo estas palavras, *cumprindo assim uma ordem que veio do alto*” (grifo nosso)

culturas escolares, era preciso construir a “cultura do tempo”, “principalmente para nós enfermeiras [discurso de aluna já incorporando o espaço profissional] que não podemos trabalhar e agir sem noção exata das horas”. Na verdade, encontrava-se em confronto a conformação de uma nova enfermeira: “O tempo urge a as lutas se tornam mais intensas requerendo de nós mais energia para o combate” (SANNA, 1935). Novas práticas deveriam ser implementadas para demarcar a profissão em sua fase de legitimação social; ou melhor, era necessário produzir e legitimar uma nova escola de enfermagem no País, com novas idéias, com novas práticas. Desse modo, não deixa de ser uma forma de a EECC colocar-se no movimento escolanovista que deu novos sentidos e novos significados à educação da mulher que já se profissionalizava, no Brasil, desde o século XIX.

Para tanto, era necessário, também, que novas referências de tempos e novos ritmos fossem construídos e legitimados no processo de escolarização da enfermagem.

Ademais,

o tempo escolar, ou melhor dizendo, os tempos escolares, são múltiplos e, tanto quanto a ordenação do espaço, fazem parte da ordem social e escolar. Sendo assim, são sempre pessoais e institucionais, individuais e coletivos, e a busca de delimitá-los, controlá-los, materializando-os em quadros de anos/séries, horários, relógios, campainhas, ou em salas específicas, pátios, carteiras individuais ou duplas, deve ser compreendida como um movimento que teve ou propôs múltiplas trajetórias de institucionalização da escola. Daí, dentre outros aspectos, a sua força educativa e sua centralidade no aparato escolar (FARIA FILHO, 2000, p. 70).

Como categorias disciplinares, espaço e tempo têm se constituído objeto de estudo por historiadores da educação, por motivos bastante óbvios, como afirma Viñao Frago (2000), pois elas não são estruturas neutras nos processos educativos. Muito pelo contrário, as categorias espaço-temporais conformam uma cultura escolar nas instituições educativas, tornando-se centrais no processo ensino-aprendizagem.

Quanto ao fato de constituírem objetos históricos no campo da história da educação, Viñao Frago (2000) salienta que a maior parte dos estudos até agora realizados na

perspectiva de tempos e espaços escolares circunscrevem-se no âmbito da educação primária e infantil, pois, como afirma Louro (2000, p. 129), “a escola se constitui, ainda, em nossa sociedade, num espaço e num tempo especiais para a produção dos sujeitos, para a transformação de meninos e meninas em homens e mulheres”. Como práticas disciplinares, pode-se pensar que da mesma forma que na escola de ensino fundamental os espaços e tempos escolares transformam a criança em aluno, na EECC elas conformaram a aluna, instituindo a profissional.

Durkheim (1996, p. XVI) denominou o espaço e o tempo como categorias do pensamento, como noções que “correspondem às propriedades mais universais das coisas”, pois “não podemos pensar objetos que não estejam no tempo e no espaço, que não sejam numeráveis”.

Varela (2000, p. 73), por sua vez, diz que são essas noções que “permitem coordenar e organizar os dados empíricos e tornam possíveis os sistemas de representação que os homens de uma determinada sociedade e em um momento histórico concreto elaboram sobre o mundo e sobre si mesmos”.

Portanto, tempo e espaço são categorias sociais, representações coletivas que variam em razão das culturas e das épocas históricas e “estão relacionadas de algum modo com as formas de organização social, e, mais concretamente, com as formas que o funcionamento do poder e do saber adotam em cada sociedade” (VARELA, 2000, p. 74).

Como afirma Durkheim (1996), as categorias do pensamento humano jamais são fixadas de forma definida; elas se fazem, se desfazem e se refazem constantemente, mudando de acordo com os lugares e as épocas. Além disso, continua o mesmo autor, as categorias são representações coletivas “são o produto de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço, mas no tempo sendo que para criá-las, uma multidão de espíritos diversos associou, misturou, combinou suas idéias e seus sentimentos” (DURKHEIM, 1996, p. XXIII).

Segundo Julia Varela (2000), Norbert Elias ocupou-se, também, das categorias do pensamento, inserindo-se no *phylum* aberto por Durkheim em *As formas elementares da vida religiosa*. Assim, em sua obra intitulada *Sobre o tempo*, ele ressalta a idéia de que as categorias são instituições sociais e insiste no seu caráter simbólico quando assinala que os homens as adquirem e as utilizam como meio de orientação e de saber.

Como instrumentos de orientação e de saber, com a evolução da humanidade, as noções de tempo e de espaço também evoluem e vão sendo redefinidas, configurando-se como categorias históricas e culturais, e, nas sociedades mais avançadas, elas vão se constituindo em símbolos cada vez mais reguladores da vida cotidiana.

À medida que se foram “modernizando”, as categorias espaço-temporais se revestiram de um poder disciplinar conforme descrito e analisado por Foucault (1991) em *Vigiar e punir*. E, para compreender a natureza deste poder, Veiga-Neto (2001, p.12) afirma:

Entender o poder como uma ação sobre outras ações – como propõe Foucault – implica entender que o poder disciplinar age sempre sobre algo que tem vida, ou seja, sobre algo que ocupa um lugar no espaço e existe num tempo finito. Em outras palavras, as técnicas envolvidas no poder disciplinar operam primária e necessariamente num espaço e num tempo determinados.

Nesse sentido, os tempos e os espaços eram, na Casa Amarela da Serra, vigiados e cronometrados. O tempo era gasto para colaborar na redação do *Cinco p'ras Dez*, para o estudo, para o lazer e o recreio, e, sem dúvida para “o envolvente lúdico” e o para “a arte de transgredir”, formas analisadas por Teixeira (2002) em seu estudo sobre o cotidiano das alunas na EECC. Uma saída ou uma “escapada” para uma festa podia, ser ao mesmo tempo, motivo de controle e vigilância e de satisfação, como informa o *Cinco p'ras Dez*: “Realizou-se sábado último, no Diretório Central de Estudantes, uma festa caipira. Da casa amarela da Serra saiu interessante grupo rumo ao mesmo: acompanhado por D. Maria Rocha [Instrutora].

*Voltaram todas à hora determinada, muito satisfeitas com a bela noite que passaram.*  
(CINCO P'RAS DEZ, 1935a, grifo nosso).

A narrativa de cenas do dia-a-dia pelas moradoras da Casa Amarela da Serra, das quais foram apresentados alguns fragmentos, demonstram o controle do tempo por meio do relógio<sup>93</sup> – um de seus principais símbolos – e a visibilidade social que a EECC foi adquirindo com o decorrer de sua existência:

O sino toca às 6:15. Efigênia espreguiçando-se: todo dia nesta vida, acordo cedo para a lida. Toca o segundo sino às 6:45. D. Georgina para Primavera: você está sempre atrasada.

O bonde das sete passa  
Toma-o uma pequena massa  
No início grande admiração  
Os passageiros sempre com exclamação:  
Será alguma Congregação?

‘Nada disso meus senhores!’  
Diz o Dico com satisfação,  
‘São moças que se preparam  
Para a mais nobre profissão’ (CINCO P'RAS DEZ, 1935c).

Pode-se observar que os momentos de aparente insignificância consistiam de momentos ricos de significados, propícios para afirmação de que as moradoras do internato eram “moças que se preparam para a mais nobre profissão”. Não se trata, portanto, de uma “congregação” qualquer. Até o condutor do bonde, o “Dico”, que passava pelo Bairro da Serra, possivelmente, sabia dos horários que as alunas usavam desse meio de transporte para irem às aulas na Faculdade de Medicina e/ou nos hospitais.

Por mais difícil que fosse reservar tempo para se dedicar ao *Cinco p'ras Dez*, era preciso escrever “qualquer coisa”, nem que fosse para

*Para passar o tempo e encher o papel...*

Deu-se um fato com o jornal	Foi doença que caiu
De cortar o coração	Em cima da redação
Muita coisa não saiu	A gente pensava grande
Por falta de inspiração.	E não vinha a inspiração.

<sup>93</sup> A logomarca apresentada do *Cinco p'ras Dez* é ilustrativa do controle do tempo por meio do relógio.

Esse negócio de imprensa  
É uma paulificação  
A gente queira ou não queira  
Tem que ter inspiração.

E afinal este jornal  
Que na minha opinião  
Era o mais fraco de todos  
Teve tanta inspiração

Em falta de algum assunto  
Aproveito a ocasião  
De declarar hoje em público  
Que não tenho inspiração

(PAIXÃO, 1935)

Dessa forma, a doença, a paulificação imposta por “esse negócio de imprensa”, a falta de tempo e de inspiração eram, também, motivos para “encher o papel”. Ninguém podia negar a sua colaboração para o *Cinco p’ras Dez*. O jardineiro do internato, ao ser convocado para escrever uma matéria para o que ele denominou de “Jornal das enfermeiras”, tem seu texto publicado com o título de “Meu artigo”. Ao descrever sobre fatos corriqueiros de um dia de trabalho, ele simula um diálogo com a instrutora: “Quem vem lá? É a Regina, digo, D. Regina, pois ela está de capa e véu”. E, ao terminar o texto ele diz “Já cansado de pensar, consulte o relógio: Quinze para as dez. Não há mais tempo. Até logo, minha gente. É melhor tapear as enfermeiras e não lhes mandar o meu artigo” (CINCO P’RAS DEZ, 1938b). Ou seja, “tapeando ou não” as enfermeiras, o jardineiro também colabora com o jornal. Entre outros elementos contidos nesse artigo, pode-se constatar o tratamento pessoal diferenciado que o uso do uniforme instituía. Ou seja, a Instrutora Regina Mendes da Rocha é tratada pelo jardineiro cordialmente por Regina e mais respeitosamente de D. Regina quando ela está trajando o seu uniforme.

Ao mesmo tempo em que colaboravam com o *Cinco p’ras Dez* porque eram convocadas e obrigadas a colaborar, que buscavam inspiração nos pequenos acontecimentos do dia-a-dia e os transformavam em grandes inspirações, que faziam “o tempo” na falta do tempo, as moradoras da Casa Amarela da Serra instituía tempos e espaços escolares, a um só tempo, educativos e de sociabilidade. Ademais, o trabalho árduo precisa ser recompensado com horas de lazer, descanso, descontração e alegria:

Quantas vezes não desopilamos o fígado com os seus humorismos quase sempre a propósito! Que grande bem para nós! A enfermeira precisa rir, carece para a sua higiene mental de um ambiente leve onde respire paz e alegria (...) Muitos ensinamentos bons nós colhemos pela preciosa leitura do 5

pras 10 que é a vida do Grêmio, (...). Entretanto o que mais me seduz no 5 pras 10 é o espírito de fraternidade, estabelecendo a união entre os seus membros, através do intercâmbio de idéias criadas e lançadas no sentido de beneficiar a classe (CINCO P'RAS DEZ, 1938b).

As demonstrações de satisfação em colaborar com a redação do *Cinco p'ras Dez* não deixam de ser uma forma de mostrar também que as moradoras da Casa Amarela da Serra viam nessa prática a possibilidade de ampliar a sua cultura intelectual por meio da arte literária e da escrita. De um lado, “queimamos as pestanas e frigimos os miolos para sustentar o 5 p'ras 10. Esgotamos e bisamos nosso repertório lítero-musical nas famosas reuniões do 9 e 55” (CINCO P'RAS DEZ, 1938a). De outro, como dizia a aluna, “o que mais me seduz no 5 pras 10 é o espírito de fraternidade, estabelecendo a união entre os seus membros, através do intercâmbio de idéias criadas e lançadas no sentido de beneficiar a classe”, era o que valia a pena<sup>94</sup>.

#### 4.4 O internato abre os salões<sup>95</sup>

Disse-nos D. Lais: – Amanhã temos visitas! Quero as minhas filhinhas Bem corretas e bonitas	O jantar foi animado Dr. Mario fez charadas, Dr. Oto contou casos, Demos boas gargalhadas.
– Visitas de cerimônia? (perguntamos curiosas) Então vamos ter doces, E outras cousas gostosas.	As alunas recitaram, Clitemnestra declamou Algumas também cantaram Walda piano tocou.
Não pensem que é cousa pouca Só vem gente de valor Dr. Mário, o Diretor, Com um poeta e um Monsenhor.	– Mas... que caso tão engraçado O Diretor nada falou Dr. Mario encabulou, Dr. Oto recitou
– Poeta? Exclama a Hilda assustada. Vamos versos inventar! E começamos todas nós As musas a invocar.	(PAIXÃO, 1935).

<sup>94</sup> No anexo V, foram apresentados outros poemas que descrevem fatos e acontecimentos cotidianos deixando escapar os sentimentos de cooperação e fraternidade que havia entre as moradoras da Casa Amarela da Serra.

<sup>95</sup> Usamos o título do poema para abrir o item



*Almoço e jantar*

As refeições são presididas  
Pela nossa Diretora  
E tal uma preceptora  
Vê quem come não come  
Quem tem e não tem fome

Vamos ver Primavera  
Se você é capaz de mastigar  
Tão saborosa verdura  
Preparada para o jantar

E você Hilda um pouco de carne assada  
Faz uma mistura, come também salada!  
Daí a pouco as duas entreolharam-se

A que comia verdura  
Preferia a carne assada  
E a que comia carne assada  
Queria somente a salada

Senhor! Termina sempre o dia nosso  
Rezando junto a Vós no Santuário  
Fazei os corações iguais ao Vosso  
Transformai as nossas almas em  
Sacrário

Senhor dai-nos também a Vossa Luz  
Dai-nos Senhor aqui na terra  
Queremos o Vosso Espírito, ó Jesus  
Tocando bem profundo aqui na Serra.

(CINCO P'RAS DEZ, 1935c)

Nesses e em muitos outros poemas analisados, escutam-se as vozes sutis e silenciosas comandando a abertura dos salões, ditando “o acontecer” nesse espaço em que se dava a aprendizagem das boas maneiras, dos comportamentos e das atitudes adequadas, das boas comidas, etc. Entremeando piadas, gargalhadas, declamações e canto, o espírito de cooperação, a alegria, o bom humor e a cordialidade reinavam “nos serões onde a turma reunida fraternalmente, exhibe suas habilidades no tricot, na loquacidade, no canto e outras cousas elegantes, fazem do nosso Internato uma coisa bem nossa” (ENFERMAGEM EM MINAS, 1937d, p. 3).

O sentimento de pertencimento, em um espaço da sociabilidade que é “uma coisa bem nossa”, onde se pode ter de tudo, é bastante significativo na expressão de uma aluna ao referir-se a uma das hóspedes do Internato<sup>96</sup>: “Até uma Dindinha o céu já nos mandou e D. Laís trouxe. Uma Dindinha de espírito jovem e cultivado. Uma Dindinha engraçada, que agrada a gente e nos traz saudade de casa. Saudade de uma mãe ou de uma avozinha meiga

---

<sup>96</sup> O internato recebia, com freqüência, como visitantes e, algumas vezes, como hóspedes os familiares da Diretora, das instrutoras e mesmo das alunas e de funcionários da casa.

como ela...” (CINCO P’RAS DEZ, 1938b). Outra aluna, que se identifica como “caloura”, faz seu depoimento:

Sinto-me muito bem neste ambiente onde reina a alegria, onde se cultiva a Fé em Deus, a Esperança no futuro e a Caridade ao próximo. Não posso deixar despercebida a presença da querida Dindinha que para nós todas sorri com ternura e carinho. Deus permita que a sua visita não seja breve, que ela fique conosco. São os votos que faz uma CALOURA (CINCO P’RAS DEZ, 1938a).

Ao se comprometer a formar enfermeiras cristãs católicas que professassem a fé em Deus, esperança no futuro e a caridade ao próximo, a EECC não podia deixar de consagrar-se a Deus, o que ocorreu no dia da solenidade de inauguração do internato.

De acordo com uma das redatoras do *Cinco p’ras Dez*, 19 de março de 1935 foi uma data memorável na EECC, que exigiu grandes preparativos por parte de todas as moradoras da Casa Amarela da Serra:

A semana que passou foi de intensa vibração no seio da enfermagem em Belo Horizonte. Precederam-na longos dias de intenso labor em que as habilidades e o espírito cooperador das moradoras da casa da Serra se revelaram em alto grau, na confecção de toalhas, bainhas, bordados, plissados, engomados, etc. para maior brilho da grande cerimônia que se ia realizar (CINCO P’RAS DEZ, 1935a).

A Casa Amarela da Serra abriu as portas para “o mundo religioso e oficial de Belo Horizonte e numerosas pessoas amigas”. Foi nesse dia que a Escola, ornamentada com toda pompa para maior brilho da grande cerimônia, solene e oficialmente, “consagrou-se a Nosso Senhor, e sob as suas bençãos caminharão as enfermeiras mineiras”. Assim, expressou a redatora do *Cinco p’ras Dez* ao relatar os acontecimentos de um dia que, segundo ela, foi de “um extenso programa que deveria sagrar memorável nos annaes da enfermagem...”

Ao fazer o registro de fatos e de acontecimentos com muitos detalhes, além do desejo explícito da redatora de que eles deveriam permanecer na memória dos sucessores da Escola, outros elementos foram providenciados para que a Escola continuasse a construir a demarcar o seu espaço-tempo perante a comunidade em que se inseria:

Terminada a Missa, batidas algumas chapas fotográficas, servido farto lanche aos visitantes, foi a casa franqueada aos mesmos que a percorreram nos mínimos detalhes, ávidos de aproveitarem a especialíssima concessão daquela ‘suspensão de clausura’. E como era de esperar causou a todos a

mais agradável impressão a bela vivenda, confortável e alegre que nos acolhe (CINCO P’RAS DEZ, 1935a).

A construção de uma idéia de casa-clausura e o ato de franqueá-la aos “ávidos” visitantes “de aproveitarem a especialíssima concessão” era uma forma de demonstrar, ou melhor, de impressionar a todos, o que, de fato, aos olhos da relatora, teria ocorrido.

Em 30 de setembro de 1935, Dulce Ferreira Pontes, Instrutora da EECC, responsável pelo “artigo de fundo” do *Cinco p’rás Dez*, inspirada nos dias primaveris, desdobra-se em regozijos à diretora que tinha aniversariado recentemente. Para ela, a primavera acabara de iniciar para alegrar “os corações desalentados” e para continuar despertando um sorriso de esperança naqueles que sorriram com mais entusiasmo diante do esplendor e vitalidade dessa estação. Assim, a Casa Amarela da Serra não podia furtar-se de promover e de participar dos tradicionais “festejos primaveris que variam segundo os costumes da terra”<sup>97</sup>. Entre esses festejos, a comemoração do aniversário da Diretora, no dia 22 de setembro, não deixou de ser uma oportunidade para que, durante “a Santa Missa realizada em nossa capelinha”, o internato comungasse “pedindo ao doce Jesus a graça de nos conservar por muito tempo a nossa d. Laís” para que consiga completar “a grande humanitária obra de patriotismo que é a Escola de Enfermagem Carlos Chagas”. A Instrutora continua dizendo que “d. Laís não se limita seu ideal em querer tornar as alunas em técnicas eficientes”, mas, “procura amenizar o mau lado”<sup>98</sup> de nossa profissão que por si só induz ao pessimismo”, proporcionando às alunas e às diplomadas um ambiente confortável quanto possível, “onde cada uma de nós pode dar asas às suas tendências e gostos” (PONTES, 1935):

É assim que duas vezes por mês recebemos visitas oficiais para que vejam que a enfermeira não pode ser triste, nem viver isolada da sociedade. De cada uma pretende d. Laís formar um ‘standard’ para que tendo uma vida íntima harmoniosa possa servir com entusiasmo e dedicação o nosso Brasil. A noite de 22 foram os nossos salões abertos aos amigos da Casa Amarela da Serra. Com a presença do Revmo Padre Álvaro Negromonte, Dr. Mário Mendes Campos e Cristovam Santos e outras pessoas gradas, foi aberta a sessão do Grêmio ‘9,55’. Após a

---

<sup>97</sup> A questão dos hábitos e dos costumes regionais fazia parte dos discursos dos moradores do internato, principalmente porque várias instrutoras eram de outros Estados do País.

<sup>98</sup> O “mau lado” parece referir-se ao fato de a profissão caracterizar-se por um trabalho que exige abnegação, sacrifícios e sofrimentos, que poderiam ser mais exacerbados se a enfermeira não tivesse uma formação intelectual e moral sólida.

leitura do jornal tivemos ensejo de ouvir versos e canto pelas moradoras do Internato. Seguiu-se uma hora dançante que muito agradou a todos.

*Aniversário de D. Laís*

Sou um repórter alegre  
Que só tem inspiração  
Para contar sempre em verso,  
Alguma graça ou função.

A de hoje é importante  
A festa de D. Laís  
Tivemos um dia cheio,  
Bem alegre, bem feliz.

Começamos pretendendo  
A D. Laís acordar  
Cantando uma bela alvorada  
Seguida do sino a tocar.

Mas... que cousa aborrecida  
Foi mesmo grande maçada!  
Muito cedo, já ela estava,  
Antes de nós acordada.

Desde as 5 D. Elda  
Com o relógio à cabeceira,  
Ouvia uma de nós  
Perguntar desta maneira:

Já é tempo? Vamos indo!  
Já ouço passos lá fora.  
– Meninas fiquem dormindo  
Eu direi quando for hora

Clitemnestra muito tempo  
Levou nos quartos a bater.  
E dizia para Flora:  
– Não deixe ninguém descer.

Depois de todas em fila,  
Prontinhas no corredor,  
Avisa-nos Primavera:  
– Ela acordou. (Que horror!)

Descemos todas depressa,  
Com um canto entusiasmado  
E... nisso d. Jojoca:  
– Vocês cantam na porta errada.

A Peçanha lindas rosas  
P’ra desfolhar escondeu  
Mas... quando as foi buscar  
D. Laís apareceu

Tivemos missa concorrida  
Padre Walter celebrou  
D. Laís comovida  
Nossos cantos escutou.

Ao almoço, bem gostoso  
Continuando a festinha  
Festejamos nós também  
O natalício da Berguinha.

A noite, sessão do Grêmio,  
Divertida! Entusiasmada!  
Dr. Mendes também veio  
A festa foi animada

Cantamos e recitamos  
Numa alegria sã  
Veio o padre Negromonte  
Veio o Dr. Nunan.

Demos quináu na “História”  
E na América um “rombo”  
Roubamos-lhe o Cristovam  
Só deixamos o Colombo.

Tivemos razões p’ra isso,  
Toca tão bem violão!  
Animou nossa festinha,  
Tomamos de ouvi-lo um “fartão”.

A Flora esteve animada  
Cantou e também dançou.  
Todo mundo estava alegre!  
A festa tarde acabou.

Fazemos ardentes votos  
Bem sinceros, fervorosos  
Que o internato tenha sempre  
Dias assim, venturosos  
(CINCO P’RAS DEZ, 1935e)

Era preciso mostrar para a sociedade que, embora a profissão exigisse um trabalho penoso, árduo e repleto de sacrifícios, isso não significava que a enfermeira tinha que sentir-se triste e infeliz. Muito pelo contrário, era exatamente para suportar as intempéries profissionais que a aluna precisava ter “uma vida íntima harmoniosa”; possuir uma forma de viver socialmente aceitável, com os confortos sociomateriais indispensáveis ao bom desempenho no processo de sua formação, como boa cama e comida, bons vestuário e transporte, bons professores e instrutoras e, acima de tudo, um ambiente familiar e prazeroso como se cantava no:

*Hino do Grêmio*

O pessoal desse grêmio  
Acorda de madrugada  
É gente trabalhadeira  
Que vive sempre ocupada  
Estribilho

No grêmio podem cantar  
E rir e bater com os pés – bis  
Contanto que tudo acabe  
Faltando cinco p’ras dez.

Chegando a hora do almoço  
Há boa alimentação  
Que excita a veia poética  
E traz grande inspiração.

E quando a noite vem vindo  
Envolta em seu negro véu  
A harmonia é tão perfeita  
Que a Escola parece um céu

Pro hospital S. Vicente  
Saúde Pública também  
E lactário bem branquinho  
O pessoal vai e vem  
Estribilho

À noite na reunião  
Cada qual conta o que fez  
E às 9 e 55  
O sino toca outra vez.

O pessoal desse grêmio  
Acorda de madrugada  
É gente trabalhadeira  
Que vive sempre ocupada.

(CINCO P’RAS DEZ, 1936b).

Pode-se pensar que a abertura de portas dos salões do internato e a busca incessante da EECC em criar tradições são elementos que se articulam com o discurso da intelectualidade brasileira reinante nas primeiras décadas do século XX. Um discurso nacionalista e religioso em que a palavra de ordem era construir uma identidade nacional, atualizar e criar tradições. Assim, as descrições minuciosas e repetidas dos eventos e dos

acontecimentos realizadas na EECC demonstram que a Escola produzia representações buscando diferenciar-se de um passado que ela queria negar e, ao mesmo tempo, recuperar. Um passado negado da enfermagem não escolarizada, mas, talvez e principalmente, buscando se integrar à nova ordem social que se instaura no Brasil republicano. Assim, como parte integrante de uma história coletiva, a EECC, ao construir o seu percurso, lançou mão de tradições que não deixaram de contribuir para a construção de sua identidade histórica. Pode-se compreender esse esforço da Escola em criar tradições a partir da noção de “tradição inventada” proposta por Hobsbawn (2002, p. 9), que é entendida como

um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas. Tais práticas de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.

Na verdade, como diz o autor, “na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições ‘inventadas’ caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial”. Ou seja, o fato de elas serem sempre reações a situações novas, elas assumem a forma de referência a situações anteriores ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória. No caso das tradições inventadas na EECC, elas parecem se caracterizar mais por estabelecer “seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória” do que assumir “a forma de referência a situações anteriores” (HOBSBAWN, 2002, p. 10). Isso porque, apesar da existência de um passado histórico na enfermagem, mundial ou brasileira, a EECC sempre buscou inovar tradições, como por exemplo, criar o lema da Escola: *A Deus, pela humanidade, para o Brasil*, dentre outras.

Nessa perspectiva de tradição inventada, a participação da EECC nas festas cívicas, como as do dia 7 de Setembro, era recorrente a cada ano. Nem as forças da natureza impediam a Escola de manifestar o seu espírito patriótico no Dia da Bandeira:

O dia 19 de novembro próximo passado, sendo impossível em consequência do mau tempo a realização da parada da mocidade como estava preparada, uma representação da Escola de Enfermagem ‘Carlos Chagas’ compareceu

ao Palácio do Governador do Estado para levar-lhe a homenagem da Escola por essa data.

E no jardim da Escola de Enfermagem as alunas diplomadas e chefes formaram para a solenidade do hasteamento da bandeira que ao som do Hino Nacional, cantado por todas se elevou no mastro central desse nosso estabelecimento de ensino. Foi então por uma das alunas declamada uma bela poesia à Bandeira, encerrando-se a cerimônia sob o mais ardente entusiasmo patriótico (A ENFERMAGEM EM MINAS, 1938, p. 12).



FIGURA 9

Hasteamento da bandeira na EECC, década de 1930

Acervo: Centro de Memória da EECC

A bandeira do Brasil, “para nós enfermeiras, ela tem mais uma significação, além da comum a todos os brasileiros”. Pois,

na hora em que por ela morrem nossos bravos, na hora das batalhas sangrentas, estamos na vanguarda, a partilhar dos sacrifícios dos que defendem a Pátria. [...] É por isso, talvez, que, sem desejar a Guerra, antes empregando todos os esforços para a paz universal, a enfermeira, diante da bandeira, vibra, como o soldado, e canta, com mais entusiasmo: ‘Recebe o afeto que se encerra...’ (A ENFERMAGEM EM MINAS, 1938, p. 12).

De um lado, a abertura dos salões do internato e demais festividades promovidas pela EECC funcionavam para as moradoras da Casa Amarela da Serra como momentos de lazer, de devoção religiosa e de patriotismo, que tinha o poder de minimizar o “lado mau” da profissão. Pode-se, também, visualizar nessas representações outros sentidos que dizem respeito à imperiosa idéia de conformação de um *standard* que traz em seu cerne a

constituição de uma singular profissional de enfermagem. Chama atenção aqui, como já foi destacado em outros momentos anteriores, que a concepção de formação da enfermeira na EECC compreendia, além da eficiência técnica, a incorporação da moral cristã católica e de elementos da educação estética.

A educação estética é aqui entendida, conforme proposta por Veiga (2000, p. 400), como uma das estratégias da modernidade pedagógica no mundo urbanizado. Era necessário educar o novo homem, formar, instruir e civilizar o novo cidadão. Nas constituições republicanas, colocava-se um difícil problema a ser equacionado – “todos são iguais perante a lei”. Dentre as várias estratégias para o enfrentamento das diferenças, a educação estética das populações esteve presente e foi difundida nos conteúdos escolares, na organização do espaço urbano e escolar, bem como na rotinização de acontecimentos promovedores de emoção estética – as festas escolares e as festas dos escolares na cidade, presentes nas primeiras décadas republicanas. “O objetivo era dar visibilidade à modernidade, concretizar no espaço urbano novas atitudes e valores – a elegância, os bons costumes, o patriotismos, a civilidade...” (VEIGA, 2000, p. 400).

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a escola é representada pelos intelectuais que vivenciaram as transformações pelas quais passou a sociedade brasileira como um dos dispositivos mais importantes de difusão de um modo de vida considerado civilizado. Influenciados pelos ideais iluministas em relação ao poder redentor da educação e movidos por uma inabalável crença no dogma da ciência, coube a esses intelectuais

constituir a escola como signo da civilização e do progresso. Organizá-la como espaço da ordem e da disciplina, pela prescrição de uma nova economia do corpo e dos gestos, de formas racionais de empregar o tempo, ocupar o espaço e gerir o trabalho pedagógico. Dotar a instituição escolar de uma organização calcada nos ideais de racionalidade e previsibilidade (ROCHA, 2000, p. 56).

Sem dúvida alguma, como diz a autora, a investigação das estratégias por meio das quais se deu essa intervenção na dinâmica de um amplo projeto de moralização e regeneração da população consiste em uma via privilegiada para a compreensão da produção social da



escola. Isso porque permite apresentar e apreender elementos para se pensar como aspectos significativos da cultura escolar foram se constituindo, “na interseção de uma pluralidade de saberes que postularam o poder da ciência na configuração de um novo modelo escolar, alicerçado em padrões de eficiência e racionalidade e, ao mesmo tempo, de uma pluralidade de dispositivos que visaram conformar a escola a esses padrões” (ROCHA, 2000, p. 56).

Na perspectiva de análise adotada neste estudo, pode-se afirmar que a EECC participou desse amplo projeto num duplo movimento. Ou seja, ela atuou como expressão e, ao mesmo tempo, como produtora de uma cultura escolar. Como apresentado no capítulo 1, a institucionalização da enfermagem “moderna” como profissão no País no período estudado encontrava-se em fase de construção e de legitimação social. Uma aluna descreve, no *Cinco p’ras Dez*, as suas impressões sobre a profissão dizendo que “a ignorância dessa nova atividade da mulher brasileira, criada com a instituição das escolas de enfermagem é indiscutível”. Contudo,

como auxiliar imediata do médico, a enfermeira ampara, protege, cura, e, não raro, alcança a regeneração moral e a salvação da alma.  
*No seu apostolado sanitário social, cooperando com o higienista, trabalha na eliminação da causa da degenerescência de nossa raça – que é a doença – procurando elevar o nível sanitário do país, pois, um povo sadio, forte, tem maior capacidade de trabalho, e o trabalho é o único fator capaz de elevar o nível econômico e social de um povo (DUARTE, 1935, grifo nosso).*

A questão de uma educação voltada para a eugenia aparece com frequência nas representações veiculadas sobre as funções da enfermeira de saúde pública. A ela “cabe o papel elevado da missão de Educadora Sanitária”. E, nesse papel, “a enfermeira tem que lutar, trabalhar, agir, despender muito de sua energia em prol do povo”, além de trazer “consigo como parte importante de sua vida profissional a colaboração ao magno problema da eugenia, tão decantado e falado nos dias que correm” (PESSANHA, 1935).

Na verdade, as questões relacionadas à eugenia, ao se centrarem mais na figura da mulher, trazem à tona a questão de gênero, pois “é na prática da eugenia que faz da mulher a verdadeira mãe, em benefício da raça: mãe no justo conceito em que se deve traduzir essa nobre e santa missão, na plenitude de sua sublimidade”. Assim, a mulher-enfermeira de saúde

pública exerce a função de levar aos lares, do rico e do pobre, indistintamente, conselhos instrutivos sobre higiene da mulher gestante, indicando-lhes os meios racionais de corrigir anomalias, evitando, assim, desastres lamentáveis e perdas irreparáveis; ensinam as mães como devem criar os seus filhos e aos que cuidam de doentes de moléstias contagiosas como evitar o contágio (MÜLLER, 1936, p. 41).

De toda forma, as representações sobre a EECC, a enfermagem e a profissional que ela desejava formar são permeadas por concepções de educação concebidas para a formação da mulher brasileira fundamentadas na moral cristã e constituídas por elementos que foram se materializando em todas as práticas escolares. Aqui foi possível demonstrar alguns aspectos de como acontecia a formação da enfermeira em alguns espaços e tempos escolares.

Creio que a forma como foi analisado o internato na EECC, ou seja, como espaço “geográfico” de onde as suas moradoras se viam e de onde eram vistas pelos moradores do bairro e da cidade, é possível afirmá-lo como um dos principais dispositivos pedagógicos da nova forma escolar que foi construída para a conformação que a mulher-enfermeira exigia. Dessa forma, o internato foi representado como espaço-lugar que dava legitimação e visibilidade social a essa modalidade de formação. Entretanto, a apreensão da rede de sociabilidade construída pelas moradoras da Casa Amarela da Serra só foi possível a partir da produção do jornal *Cinco p’ras Dez* – órgão oficial do Grêmio Literário – que, além de atuar como o espaço de manifestação dos sentimentos, das sensibilidades, dos afetos e dos desafetos, funcionava como um recurso pedagógico para imposição de princípios, normas, valores e comportamentos. Talvez a sua importância resida em mais do que isso, ou seja, o *Cinco p’ras Dez* teria sido fundamental para a transmissão do ideal de Escola, de profissão e de profissional de um modo uniforme, criando um *ethos* pedagógico que foi se materializando no processo do **conhecer-fazer-ser-mulher-enfermeira na Escola de Enfermagem Carlos Chagas**.

## Capítulo 5

### O CONHECER-FAZER-SER MULHER-ENFERMEIRA NA ESCOLA DE ENFERMAGEM CARLOS CHAGAS

*A verdadeira imagem do passado perpassa veloz. O passado só se deixa fixar como imagem que relampeja irreversivelmente no momento em que é reconhecido. [...] Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como ele realmente foi. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo.*

Walter Benjamin

Laís Netto dos Reys, em conferência transmitida pela Rádio Inconfidência<sup>99</sup>, com o objetivo de divulgar a enfermagem – funções e áreas de atuação da enfermeira – e convocar as “moças” para a profissão, define esta profissional usando a seguinte aceção: “A enfermeira é a profissional que se formou em enfermagem para realizar uma das mais belas e das mais nobres missões da mulher – a missão de servir à humanidade”. E, nesse espírito de serviço prestado à humanidade, “a enfermeira moderna serve aos homens de duas maneiras distintas no exercício de sua bela profissão”, sendo que “o primeiro ramo em que se divide a enfermagem moderna é a enfermagem de assistência”, que consiste na,

mão consoladora, a mensageira de Deus para alevantar, para consolar, reanimar, dar a paz, o conforto e a alegria física quer moral aos que se vêm carregados de dolorosos e cruciantes sofrimentos. É a luz meiga que rasga o

---

<sup>99</sup> A Rádio Inconfidência é a terceira rádio criada em Belo Horizonte. Foi inaugurada em 3 de setembro de 1936, como a emissora oficial do Estado (MARTINS, 1999). Um dia repleto de acontecimentos “coincidentes”. Entre eles, a abertura do *II Congresso Eucarístico Nacional* com a presença de D. Sebastião Leme, como delegado do Papa Pio XI, que foi recebido pelo Presidente Benedito Valadares; a nomeação de Cristiano Machado para o cargo de Secretário da Educação e a solenidade de formatura das “pioneiras” enfermeiras da EECC.

horizonte novo na noite escura da cruel e pertinaz enfermidade, é o facho que aquece, reacende a chama já a extinguir-se na alma que geme solitária no leito dos hospitais onde o corpo a decompor-se, já nada espera da vida. É o alento, a força dos que morrem em seus braços caridosos e deles passam confiantes para os do Supremo Juiz de seus atos nesta terra. [...] É bela essa parte da enfermagem, a única existente durante muitos séculos, nascida com a era cristã, a era da caridade, e que atraiu pela beleza de seu mister, para as suas hostes as damas das mais ilustres famílias de todas as épocas, as almas de elite que, vibrando desse ideal cristão de caridade, entregavam-se à enfermagem, mister de caridade, de dedicação (REYS, 1937, p. 21).

Essa enfermagem da assistência fundamentada em princípios cristãos católicos, referida por Laís, surge a partir de diversas reformas sociais ocorridas na Europa entre o fim do século XVII e meados do século XIX, dentre elas aquelas decorrentes da Reforma Protestante [XVI], liderada por Lutero e Calvino. Segundo Eliane Marta Lopes (1992, p. 168), “talvez em nenhum outro momento a idéia de que ‘católico’ significa, etimologicamente, ‘Universal’ tenha estado tão presente”. A mesma autora informa que, nessa época,

as obras piedosas são consideradas um dos melhores testemunhos de doação e de amor ao próximo, e eram praticadas individualmente ou no seio de uma confraria ou congregação. Era dever do cristão, do católico, praticar a caridade, colocar-se a serviço dos pobres, [...]. Homens e mulheres se empenham na sua própria salvação, para maior glória e honra de Deus (LOPES, 1992, p. 171).

O “segundo ramo é a enfermagem de saúde pública” que, de acordo com Laís, teria surgido definitivamente só no século XX, como um desdobramento do primeiro, acompanhando o evoluir da medicina preventiva. Este ramo tem como objetivo, segundo a Diretora,

defender o homem são, proteger-lhe a vida, preservar-lhe a saúde, evitar que ele adoença, combater, exterminar tudo que lhe possa trazer mal, diminuindo-lhe a resistência e a capacidade vitais. Tem pois, o objetivo, o aperfeiçoamento da raça, a defesa e a proteção da vida humana. E nesse labor vigilante e incansável a enfermeira de saúde pública, vulgarmente chamada enfermeira visitadora, percorre e palmilha as ruas da cidade e as estradas dos campos, em visitas quotidianas, alerta ao primeiro sinal de perigo, pronta para defesa da vida e da saúde do povo, do qual é guardiã devotada, é a educadora sanitária, ao qual ensina como formar, criar e educar para a Pátria e para Deus homens sadios, íntegros, de corpo e de alma (REYS, 1937, p. 22).

A saúde pública é considerada, nessa época, como a ciência e a arte de prevenir a doença, prolongar a vida e promover a saúde e a eficiência física e mental, mediante esforços organizados pela comunidade para o saneamento do meio e controle de doenças infecto-contagiosas, a educação do indivíduo em princípios de higiene pessoal, a organização dos serviços médicos e de enfermagem para o diagnóstico precoce e do desenvolvimento da maquinaria social, visando assegurar a cada indivíduo da comunidade um padrão de vida adequado à manutenção da saúde. Assim, nas primeiras décadas do século XX, a saúde pública, comprometida com esses objetivos, desencadeia “um movimento de reconfiguração do campo médico que, a par da instituição de novas concepções, busca instaurar novas práticas, ao mesmo tempo em que passa a exigir o concurso de novos agentes” (ROCHA, 2003, p. 125). A enfermeira foi considerada, por parte da intelectualidade médica, um desses principais agentes que iria desempenhar perante a população o papel de “guardiã devotada” e “educadora sanitária”, ensinando “como formar, criar e educar para a Pátria e para Deus homens sadios, íntegros, de corpo e de alma” (REYS, 1937, p. 22).

Ao final da conferência, Laís Netto dos Reys coloca-se como uma servidora da humanidade e faz apelo às moças brasileiras para ingressarem na EECC, que “oferece-vos uma primorosa *educação profissional*” (grifo nosso):

Vive essa servidora da humanidade da felicidade de derramar o bem, afastar o mal, fazer felizes tanto quanto possível a todos, e os sacrifícios que faz por isso não os sente. Só sente, e muito profundamente, a alegria imensa do bem que faz a muitas almas, da benção que foi para muito coração! Moças que me ouvís nesta hora em que tenho a profunda satisfação e a subida honra de falar aos ouvintes da Rádio Inconfidência de Belo Horizonte, Minas Gerais, amado pedaço de minha Pátria estremecida – quer sejais do norte, do centro ou do sul desta terra abençoada e grandiosa, vinde formar conosco nas lides das servidoras da humanidade – da pátria – das servidoras de Deus. Vinde preparar-vos para essa nobre missão (REYS, 1937, p. 21-23).

Essas representações da enfermagem e da sua profissional, imbuídas do espírito de religiosidade da moral cristão-católica, que impregnaram por longo tempo a historiografia da

enfermagem brasileira, estão presentes em todos os discursos veiculados na EECC<sup>100</sup> e naqueles que diziam respeito a ela, principalmente nos jornais de maior circulação em Belo Horizonte e nas suas produções editoriais. A revista *A Enfermagem em Minas*, em seu primeiro número de 1937, manifesta, explicitamente, uma concepção educativa que orientava a formação da enfermeira, na qual a presença de Deus é condição *sine qua non* para a vitória do bem. Nessa concepção, em consonância com a educação proposta pela Igreja católica<sup>101</sup>, apresentada neste capítulo, a formação integral da enfermeira cristã é vista como um dos indispensáveis caminhos que possibilitam a restauração e a cura do mal intelectual que tomou conta do espírito do povo brasileiro:

#### ANO NOVO

Cada início de ano traz à humanidade a esperança. Para uns vã, baseada na matéria, inspirada pelo espírito mundano, e por isso mesmo, prenúncio de desilusões.

Para outros, porém, esperança em Deus, visando o Céu como fim último, e o Reino de Deus na terra como objetivo próximo. Para esses não há desilusão. Para esse não há derrota. Porque lutam pela causa de Deus, estão certos da vitória. As derrotas aparentes nada são, pois Deus se reserva a vitória final.

É por isso que A ENFERMAGEM EM MINAS entra no Ano Novo sem temor.

Veio servir a causa da Caridade, *tem como lema a formação integral da Enfermeira Cristã* (A ENFERMAGEM EM MINAS, 1937a, p. 5, grifo nosso).

Em matéria do jornal *O Diário*, publicada em 10 de agosto de 1935, sob o título *Ministrando os ensinamentos necessários de higiene e enfermagem*, o redator traz diversas informações sobre o funcionamento da EECC. Ao descrever sobre *Os cursos e vocação*

---

<sup>100</sup> Apesar das constantes reatualizações dessas representações e de contarmos com alguns estudos que buscaram compreender o espírito de religiosidade tão enfatizado na enfermagem brasileira (GERMANO, 1985; 1993), sem dúvida alguma há necessidade de melhor aprofundamento sobre esse campo, uma vez que acreditamos haver nuances particulares nas concepções cristãs que orientaram esse sentimento religioso, o que, possivelmente, dificulta a compreensão dos paradoxos encontrados ao longo da prática da enfermagem, como por exemplo “a presença de forte dose de *autoritarismo* e, contraditoriamente, uma tendência irrestrita à *obediência* às ordens oriundas do poder estabelecido, grande *valorização da hierarquia*, uma preocupação com a *burocratização da assistência*, sobretudo no pós-1964” (GERMANO, 1993, p. 82). Acreditando, também, que a história de enfermagem brasileira encontra-se em processo de construção, certamente precisamos de mais estudos históricos com abordagens teórico-metodológicas que possibilitem melhor compreensão dessas questões, como os de Padilha (1998) e Lunardi (1998).

<sup>101</sup> Sobre a proposta educacional da Igreja no movimento de restauração católica no Brasil cf. CURY (1986).

*profissional*, ele informa que “a Escola dá uma formação moral elevada às suas alunas e prepara-lhes o seu papel grandioso. Ensina-as a ser boas esposas e mães de família, orientadas pelos princípios da moral e da religião”. Ademais, “põe-se à prova a vocação das moças. O primeiro semestre da série inicial destina-se à experiência vocacional”. Chama a atenção, nessa e em outras matérias, que a missão da Escola não se restringia à formação da enfermeira, mas buscava abranger e complementar a formação da mulher. Ao oferecer-lhe “conhecimentos úteis de higiene e enfermagem”, estaria contribuindo na formação das “boas esposas e mães de família”. Ou seja, a EECC fazia parte do amplo projeto de reconstrução nacional, em que a educação da mulher era uma importante pauta nos discursos dos intelectuais brasileiros.

Um educador mineiro, Salvador Pires Pontes, assistente técnico do ensino, ao trazer a sua colaboração para o Jornal *Cinco p'ras Dez*, discorre sobre a importância da educação para a reconstrução nacional na Nova República:

Todos nós brasileiros temos, na hora presente, o pesado encargo de assumir responsabilidade da parcela de cooperação que nos cabe na obra do engrandecimento da nossa terra.

Assim, foi que o Governo Mineiro facilitou a criação de tantas casas de ensino destinados à educação dos jovens mineiros.

Porque, formando a personalidade da moça mineira, estamos preparando o lar, a escola e a sociedade futura, na qual preponderante vai ser a atuação da mulher instruída, educada e fortalecida pela nossa religião, na faina altamente bela, patriótica e humanitária da mãe, mestra e enfermeira que criam, educam, alimentam e consolam (PONTES, 1936).

Representações da mulher como “instruída, educada e fortalecida pela nossa religião” foram construídas pelos intelectuais brasileiros que viam as questões de saúde, educação e religião como dimensões indissociáveis. Ao assumir a missão “bela, patriótica e humanitária da mãe, mestre e enfermeira que criam, educam, alimentam e consolam”, a mulher é representada como a “salvadora da pátria”.

## **5.1 As práticas educativas voltadas para a formação da mulher-enfermeira-mãe-dona de casa**

A partir da década de 1920, era cada vez mais recorrente no campo da intelectualidade brasileira a idéia de que as medidas sanitárias seriam eficazes somente pela educação, ao se introjetar nos sujeitos sociais, dentre outros comportamentos de civilidade, os de hábitos higiênicos. Assim, no amplo movimento educacional brasileiro, qualquer que fosse a “ideologia” dos segmentos sociais militantes, a saúde constituía um dos principais pilares da campanha de regeneração nacional pela educação. Dessa forma, a formação da mulher como a principal atriz social dessa campanha constitui, também, um dos objetivos da EECC, uma vez que a Escola, no período deste estudo, se posicionou como parte integrante do grande projeto de reconstrução nacional.

Nessa perspectiva de análise, aqui serão apresentados alguns contornos das práticas educativas propostas pela EECC que buscavam viabilizar e dar visibilidade ao seu ideal de formação da mulher brasileira, destacando muito mais as normas e as práticas definidoras dos valores e dos comportamentos que seriam inculcados nas alunas do que definidoras dos conhecimentos que seriam ensinados. Num primeiro momento, porque a constituição de uma cultura escolar não se articula apenas em torno do conhecimento, mas da possibilidade de criar uma instituição ordenadora da vida social (FARIA FILHO, 1996a). Ademais, “as culturas escolares não são um pressuposto, elas são o processo e o resultado das experiências dos sujeitos, dos sentidos construídos e compartilhados e ou disputados pelos atores que fazem a escola” (FARIA FILHO, 2004). Nesse sentido, do ponto de vista teórico-metodológico, tem-se que considerar, também, a existência de outras culturas institucionais que estão em consenso e/ou conflito com a escola – como a cultura familiar, a cultura religiosa, a cultura médica, etc. Num segundo momento, que se trata de um desdobramento do



primeiro, a concepção de educação proposta pela EECC direciona muito mais para visualizar as culturas escolares produzidas e articuladas em torno da formação do caráter da aluna de acordo com os preceitos e valores morais católicos do que em torno do conhecimento.

Os conhecimentos, em princípio, estavam postos em programas curriculares estabelecidos pelo modelo de formação de enfermeiras da EEAN na sua condição de escola de enfermagem-padrão. A questão era a de como colocar em prática esses conhecimentos na perspectiva de formar mulheres, futuras enfermeiras ou não, cultas, polidas, sociáveis, mas, acima de tudo, cristãs, católicas convictas, que difundissem no desempenho dos seus papéis sociais os valores do catolicismo conservador<sup>102</sup>. Para a consecução desse objetivo, a EECC lançou mão de diversos dispositivos educativos, seja daqueles que circulavam na historiografia da enfermagem, seja de outros produzidos pelos sujeitos escolares no processo mesmo de produção da Escola. Nesse sentido, a EECC não se limitou a transpor os saberes e os fazeres próprios da enfermagem que se encontravam em processo de construção no País<sup>103</sup>. Ao reportar-se a Chartier (2002), pode-se dizer que a Escola foi apropriando-se, à sua maneira, dos modelos culturais, dos códigos e dos valores que lhe foram impostos ou, então, subverteu as regras aceitas para compor novas formas inéditas, pois, como relatou Paixão (1993, p. 9), “a Escola fez um grande bem a Minas e, de certo modo, ao Brasil todo, porque tinha quebrado aquele tabu de não se fazer outra escola nas bases da Anna Nery”.

Ao se pronunciar sobre a “magnífica” obra realizada por Carlos Chagas, “que trouxe a profissionalização da enfermagem para o Brasil” e sobre a criação da EECC, Otávio Magalhães, médico e professor da cadeira de Fisiologia da Escola desde 1933, fala sobre a importação de modelos culturais em matéria publicada na revista *A Enfermagem em Minas*:

A cópia servil de organizações alienígenas para servir entre nós, redundava sempre em fracasso. É, além do mais, sintoma grave de inferioridade

---

<sup>102</sup> Sobre o pensamento conservador católico cf. FARIAS, 1998.

<sup>103</sup> É importante destacar, na questão da “transposição didática”, a contribuição dos estudos sobre história das disciplinas escolares no campo da sociologia dos currículos para as análises das diferenças existentes entre currículo formal e currículo de fato. Sobre esse tema cf. SANTOS, 1995.

mental. O homem forte, másculo, de individualidade marcante, não se submete mimeticamente às oscilações do meio próximo ou longínquo. Reage e, tirando deles o que é útil, cria o que torna a individualidade inconfundível. [...] Chagas, com intuição perfeita, viu que era preciso trazer para o Brasil a Escola de Enfermagem da Norte América. Adaptou-a, porém, antes aos nossos costumes, à nossa vida, aos nossos hábitos, ao nosso temperamento. Foi disso também que imediatamente se capacitou esse modelo de educadora moderna, que é a atual Diretora da Escola ‘Carlos Chagas’. [...] É por isso que, em breve, Minas Gerais inteira sentirá a ação bemfazeja desta obra verdadeira de altruísmo e humanidade. Não é cousa fácil. É preciso escolher os caracteres para o novo mister. Verdadeiramente enfermeira, nem sempre pode ser a primeira recém-chegada ou a mais recomendada. Nenhuma profissão pede mais atributos e maior soma de qualidades morais. Não é só a cultura do espírito, o saber aliviar as dores físicas, aprender o auxílio aos tratamentos médicos ou cirúrgicos, senão também e principalmente, pelos exemplos das grandes e magníficas virtudes que elevam e dignificam a mulher (MAGALHÃES, 1936, p. 34).

Observa-se que o discurso do médico Otávio Magalhães traz a idéia da importância das adaptações de modelos culturais “alienígenas” aos costumes e tradições brasileiras. De um lado, a falta de adaptação poderia incorrer em fracasso e demonstraria um “sintoma grave de inferioridade mental” por parte de quem não tenha feito a correta adaptação. De outro, essa adaptação só seria possível de ocorrer se fosse feita por homens fortes e de individualidade marcante ou por “um modelo de educadora moderna”, referindo-se a Carlos Chagas e a Laís Netto dos Reys, respectivamente.

Nesse sentido, a compreensão das práticas educativas acionadas para alcançar o ideal de formação da mulher na EECC começa destacando o aparato educativo da Escola colocado à disposição das moças e senhoras da sociedade mineira e brasileira, por iniciativa, decisão e apropriação de modelos culturais que circulavam no campo da educação brasileira pelos seus idealizadores. Ou seja, reafirma-se, mais uma vez, que a EECC, em seus primeiros anos de funcionamentos, além de ater-se à formação da profissional enfermeira, o que acontece até aos dias atuais, voltou a sua atenção para a formação da mulher. Não de todas as mulheres, mas da moça, esposa, mãe, professora, enfim, da mulher que teve acesso aos bancos escolares.

O Regulamento da EECC, em seu artigo 1º informava sobre os cursos oferecidos:

- a) Ministrando o ensino técnico e profissional da arte de enfermagem, compreendendo todos os cursos necessários à formação de enfermeiras gerais e especializadas, hospitalares e da saúde pública, segundo o padrão oficial estabelecido pelo decreto<sup>104</sup> n. 20.109, de 15 de junho de 1931, do governo provisório da república.
- b) Ministrando o ensino técnico necessário ao desempenho da função de auxiliar de enfermagem;
- c) Manter cursos especiais de aperfeiçoamento da arte de enfermagem, destinados a religiosas que trabalham em hospitais e gozam das regalias do decreto n. 22.257<sup>105</sup>, bem assim curso anexo intensivo, complementar de educação secundária, destinado a normalistas e professoras;
- d) Manter cursos facultativos de especialização, destinados a enfermeiras diplomadas que desejam dedicar-se especializadamente a determinados ramos da arte de enfermagem;
- f) Manter cursos culturais cujo funcionamento será regulado de acordo com as normas fixadas no regimento interno (REGULAMENTO, 1934).

Além do ensino técnico e profissional da arte de enfermagem, o denominado Curso de Enfermagem Geral que conferia o título de enfermeira diplomada ou enfermeira padrão, chama atenção o Curso de Auxiliar de Enfermagem<sup>106</sup> e o Curso Anexo intensivo, referidos, nos itens b e c, respectivamente, e os cursos culturais que foram oferecidos pela EECC em seus primeiros anos de funcionamento.

O curso auxiliar de enfermagem era destinado a preparar a auxiliar de enfermeira; educar as que devem prestar aos doentes e às organizações hospitalares e de assistência os serviços acessórios indispensáveis para o bem do doente, auxiliando as enfermeiras (O DIÁRIO, 1938; A ENFERMAGEM EM MINAS, 1938). A justificativa para a criação desse curso é apresentada na revista *A Enfermagem em Minas*:

---

<sup>104</sup> Esse decreto dispunha sobre o exercício de enfermagem no país e determinava que só poderiam usar o título de *enfermeiro diplomado ou enfermeira diplomada*: a) os profissionais diplomados por escolas de enfermagem oficiais ou equiparadas à Escola de Enfermagem Ana Nery (a escola-padrão na forma desse decreto); b) os profissionais que, sendo diplomados por escolas estrangeiras reconhecidas pela lei de seu país, se habilitassem perante banca examinadora competente ou forem contratados pela administração federal ou estadual, uma vez registrados seus diplomas no Departamento Nacional de Saúde Pública.

<sup>105</sup> Decreto assinado pelo Presidente Getúlio Vargas, que conferia às irmãs de caridade direitos iguais aos da enfermeira diplomada pela EEAN desde que comprovasse por pelo menos seis anos o exercício na prática de enfermagem. Esse decreto foi uma das primeiras reações das pessoas que praticavam a enfermagem no País: as irmãs de caridade, os enfermeiros da Cruz Vermelha Brasileira, do Exército e da Polícia Militar e os enfermeiros práticos.

<sup>106</sup> À Laís Netto dos Reys coube a iniciativa de formação do auxiliar de enfermagem no País, o que foi oficializado pela Lei nº 775/49, que dispõe sobre o ensino de enfermagem no Brasil.

Há muita moça que não teve meios de adquirir sólida instrução, e que, no entanto, é educada, hábil, boa, capaz de dedicar-se e assumir conscienciosamente cargos de certa responsabilidade.

Porque não aproveitá-la, nesse campo tão vasto da Enfermagem onde há tanto trabalho ao alcance de sua capacidade, que, se não lhe dá as responsabilidades de enfermeira diplomada, também não a nivela com as serventes, e lhe faculta fazer trabalhos acessórios e ser para esta auxiliares capazes e dedicadas?

Curso rápido, fácil, para o qual se pode ingressar com um exame de admissão equivalente ao exame final dos grupos escolares, (as candidatas que apresentam o diploma são dele dispensadas) representa novo progresso para a Escola de Enfermagem, que vem assim prestar mais um serviço à causa da Assistência hospitalar e da Saúde Pública em Minas, ao mesmo tempo que abre a muitas jovens uma nobre carreira e um novo meio de vida (A ENFERMAGEM EM MINAS, 1937a, p. 27).

Embora essa matéria não tenha assinatura, como várias outras da revista, pelo teor e estilo da mensagem, pode-se atribuí-la à Laís Netto dos Reys. O curso, contudo, foi oferecido para apenas três turmas; a primeira recebeu certificado em 1936. Foi extinto em 1939 por motivos justificados por Waleska Paixão:

- a) incompreensão da profissão pela sociedade e pelos próprios médicos que confundiam enfermeiras e auxiliares<sup>107</sup>.
- b) número insuficiente de enfermeiras diplomadas para orientá-las.
- c) falta de compreensão das próprias auxiliares que pleiteavam e obtinham lugares de enfermeiras diplomadas nos estabelecimentos hospitalares particulares (RELATÓRIO, 1943, p. 3).

A utilidade e a importância da aquisição dos conhecimentos ou noções de enfermagem pelas mulheres mineiras e brasileiras – moças e professoras – foram incorporadas no processo de produção do curso denominado de anexo de “Cruz Vermelha”<sup>108</sup>. As finalidades, os conteúdos, o público-alvo e a duração do curso são apresentados nas

---

<sup>107</sup> A demarcação de identidades profissionais no campo da enfermagem tem início na sua institucionalização como profissão como já visto na historiografia da enfermagem brasileira. Se essa demarcação de identidades está resolvida formalmente, de fato ela encontra-se pouco esclarecida para a população brasileira. Como já visto, o Conselho Federal de Enfermagem reconhece o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira como profissionais da Enfermagem, categorias que são pouco identificadas pelos usuários dos serviços de saúde, entre eles, os da enfermagem.

<sup>108</sup> A denominação de “anexo” Cruz Vermelha pode estar relacionada com cursos organizados pela Cruz Vermelha brasileira nas primeiras décadas do século XX, no preparo de enfermeiras voluntárias em melhorar as condições de assistência aos feridos da Primeira Guerra Mundial; neste caso, acrescido de outros conhecimentos.

matérias que circulavam para a divulgação da Escola e para a convocação das candidatas, nos jornais belo-horizontinos e na revista *A Enfermagem em Minas*:

Curso de Cruz Vermelha, destinado a dar às senhoras e moças de nossa sociedade os indispensáveis e úteis conhecimentos de enfermagem Doméstica, Puericultura, Nutrição, Ação Social – base da família – tornando-as melhor preparadas para a vida moderna, mais capazes junto de suas famílias (O DIÁRIO, 1935b).

#### CURSO anexo de CRUZ VERMELHA

1 ano em 3 séries

Destinado a dar às senhoras e moças de nossa sociedade os conhecimentos grandemente necessários de enfermagem doméstica e de urgência, de puericultura e ação social, que vão torná-las mais úteis, de mais valor no lar, na sociedade e à Pátria (A ENFERMAGEM EM MINAS, 1936a, 1936c).

CURSO ANEXO DE CRUZ VERMELHA – CURSO DE DIVULGAÇÃO – Prepara a Mãe, a senhora, a moça para o seu elevado papel no lar, na sociedade e em face da Pátria. – 3 séries em 1 ano – Para senhoras e moças da sociedade. Para alunas dos últimos anos dos Colégios, Escolas Normais e Ginásios – INTENSIVO. – 3 séries em 4 meses para professoras do Estado (A ENFERMAGEM EM MINAS, 1937a; 1937b; 1937c).

O DE CRUZ VERMELHA que completa a educação da moça, tornando-a de mais valor em suas famílias, na sociedade, na Pátria. Destinado a formar o corpo de reserva da Enfermagem para os casos de guerra, calamidade pública, necessidade do País ou Estado (A ENFERMAGEM EM MINAS, 1938).

Nesse sentido, o curso tinha o objetivo de preparar a mãe, a moça, a professora, a aluna dos colégios, enfim, preparar a mulher para os tempos de paz e os tempos de guerra. O curso, além de contribuir com o projeto educacional brasileiro, não deixava de ser uma estratégia de divulgação da profissão de enfermeira. Ao cursar o “Cruz Vermelha”, se houvesse “disposição e interesse”, a aluna passaria para o Curso Geral de Enfermagem. É o que se observa em correspondências da Diretora da EECC ao Diretor-Geral da Secretaria da Educação e ao Diretor da Saúde Pública, como a que segue, datada de 12 de março de 1937, dirigida ao Sr. Dr. Mario Álvares da Silva campos, Diretor da Saúde Pública:

Trago a V. S. para ser encaminhado ao Exmo. Sr. Secretário da Educação e Saúde Pública, conforme combinação havida entre S. Excia, V. S. e a signatária deste, como Diretora da Escola de Enfermagem Carlos Chagas, a proposta das candidatas inscritas na matrícula do 1º Curso Anexo intensivo de 1937 dessa Escola, que compareceram à chamada e foram aprovadas no teste de admissão, bem como das alunas da turma do Curso Anexo de 1936,

escolhidas para fazerem o Curso Geral por terem revelado disposição e interesse pela enfermagem (CORRESPONDÊNCIA, 1937a).

Em outra correspondência ao Diretor-Geral da Secretaria de Educação, datada de 11 de agosto de 1937, Laís Netto dos Reys, envia “uma relação de professoras que se matricularam no curso Intensivo de Cruz Vermelha Anexo à Escola de Enfermagem “Carlos Chagas”, 2º grupo de 1937” (CORRESPONDÊNCIA, 1937c).

Apesar das dificuldades com a manutenção desses cursos, Waleska Paixão, em matéria publicada no *O Diário*, em 7 de março de 1940, declara que o Curso Anexo, interrompido em 1939, “foi reaberto agora, com o intuito de atender aos desejos das pessoas que lhe compreendem as vantagens, e, sem se dedicarem à profissão, desejam conhecer dela o que lhes possa ser útil no lar”. Em relatório, em 1943, ela informa que o curso foi abandonado, sendo, porém, concedido certificado de “Curso Anexo” às alunas que concluíam o primeiro ano do Curso Geral (RELATÓRIO, 1943, p. 3).

Ainda de acordo com o Regulamento, a EECC deveria “manter cursos culturais cujo funcionamento será regulado de acordo com normas fixadas no regimento interno”. Se esse regimento foi elaborado, não foram encontrados indícios. Contudo, de um lado, há registros sobre um curso oferecido em maio de 1936, denominado “Ação Social e Bases de Família”, cujas aulas foram ministradas por Laís Netto dos Reys (CINCO P’RAS DEZ, 1936b). Em 1938, foram oferecidos curso de férias “intensivo de 3 meses para religiosas, mães e moças, separadamente” e curso de educação física de seis meses. A divulgação desses cursos era feita quase que diariamente pelo jornal *O Diário*, sendo que não foram encontrados elementos para afirmar se eles ocorriam e com que frequência. De outro lado, o oferecimento desses e de outros cursos abertos à comunidade pela EECC pode ter ocorrido por inspiração em atividades propostas pelo já referido movimento integralista brasileiro, uma vez que eram previstos cursos diversos pela AIB, como informa Rosa Maria Feiteiro Cavalari em seu

estudo sobre esse movimento. Dentre as atividades do Centro de Estudos e de Educação Moral, Cívica e Física da AIB, definidas no artigo 4º do seu Estatuto, apresentadas por esta autora, destacam-se:

Cursos populares de instrução moral e cívica, em que se procurará esclarecer os espíritos, fortalecendo-lhes as idéias e os sentimentos de Deus, Pátria e da Família, da honra, da dignidade pessoal, da solidariedade humana, da disciplina, da ordem [...]; e cursos de educação física, incluindo atletismo e ginástica (CAVALARI, 1999, p. 17).

De acordo com a mesma autora, “além das escolas de alfabetização, que eram em maior número e as mais importantes”, a AIB mantinha as escolas de ensino profissional, que “destinadas geralmente às *senhoras e senhoritas*, funcionavam, em alguns núcleos, as Escolas de Corte e Costura, Enfermagem, Datilografia, Taquigrafia e outras” (CAVALARI, 1999, p.74).

A idéia de “revolução do espírito” enfatizada pelo movimento integralista que se materializava em cursos, conferências, jornais, revistas e cursos estava presente na EECC. Almeida Filho (2004) traz a informação de que a Diretora da Escola era simpatizante desse movimento:

Em entrevista realizada com uma depoente deste estudo, Liezelotte H. Ornellas, houve referência à identificação de Laís Netto dos Reys com o Partido Integralista. Segundo palavras textuais da entrevistada: “*Naquele tempo, d. Laís aprovava o Partido Integralista e aparecia em reuniões e se mostrava muito simpatizante...*” (ALMEIDA FILHO, 2004, p. 47, grifo do autor).

Dessa forma, é plausível afirmar que Laís Netto dos Reys orientou ações pedagógicas na construção de seu ideal de Escola e de formação da mulher influenciada pelo ideário da AIB que buscou colocar em prática no País um magistério moral-cívico-social abrangendo grande parte da população brasileira.

A EECC oferecia, ainda, curso de religião, facultativo às alunas e aberto à comunidade em geral, ministrado pelo padre Álvaro Negromonte, professor da Escola (1933-

1945), que substitui o capelão Walter Perriens após sua morte em novembro de 1935<sup>109</sup>. Em matéria publicada no dia 6 de fevereiro de 1945 pelo *O Diário*, que traz “um pouco da história do modelar estabelecimento” sob o título *A Escola de enfermagem “Carlos Chagas” orgulho de ensino superior em Minas Gerais*, a EECC, além de ganhar o *status* de instituição de ensino superior, apresenta o Padre Álvaro Negromonte no quadro de dirigentes, “cuja ação educativa e normativa se faz sentir admiravelmente”.

No início da década de 1940, a EECC colaborou com as instituições interessadas no treinamento de moças que desejavam se preparar para os serviços de enfermagem em situações de guerra. Ofereceu três cursos de “emergência de voluntárias socorristas da Cruz Vermelha Brasileira”, sendo outorgados certificados a 40 voluntárias, em dezembro de 1942, à primeira turma (O DIÁRIO, 1942).

Esses cursos eram solenemente instalados com direito a aula inaugural e à presença de autoridades, civis, militares e eclesiásticas. Em 1944, “no salão nobre da Escola Normal realizou-se a instalação solene do curso de emergência de enfermeiras da reserva do exército, que se destinava ao preparo de enfermeiras para o corpo expedicionário”, noticia *O Diário*.

O formato e o conteúdo das matérias para a divulgação dos cursos oferecidos pela EECC apresentavam o mesmo padrão e eram publicados com bastante frequência nos jornais:

#### **ESCOLA DE ENFERMAGEM CARLOS CHAGAS DE BELO HORIZONTE**

##### **Estado de Minas Gerais**

Estabelecimento de ensino técnico, obedecendo a programa dos mais modernos, com um corpo de professores dos mais ilustres do corpo docente da Faculdade de Medicina e do corpo técnico da Diretoria de Saúde Pública, instrutoras escolhidas, direção segura e cuidadosa cuja finalidade é de formar enfermeiras que pela elevada educação que recebem sejam as auxiliares capazes e devotadas

---

<sup>109</sup> A participação e a presença do padre na EECC têm como fundamento a orientação da Igreja Católica como mecanismos de coerção e repressão. Assim nos informa Farias (1998, p.158): “Nas organizações e associações católicas, o principal mecanismo de controle introduzido foi sem dúvida a obrigatoriedade da presença de um membro do clero, considerado responsável pela ‘obra’ e que devia estar presente em todos os trabalhos”.



dos médicos e higienistas, as servidoras abnegadas e eficientes da humanidade no desempenho da sua grande missão de socorrer os que sofrem, dar alívio aos que padecem, proteger e defender a saúde, a vida humanas.

As matrículas se fazem 2 vezes por ano, nos meses de fevereiro e julho.

CURSO GERAL – 6 series em 3 anos.

CURSO ANEXO DA CRUZ VERMELHA – para senhoras e mocas da sociedade – 4 series em 1 ano, para professoras do estado – Intensivo – 4 series em 4 meses.

CURSO DE AUXILIARES DE HOSPITAL – 4 series em 1 ano.

**Vinde, Moças Mineiras, encher as fileiras das que dedicam ao nobre labor de servir a HUMANIDADE, servindo a PATRIA para melhor servir a DEUS (O DIÁRIO, 1937c).**

Essa matéria, que traduz objetivamente a missão da EECC, contribuindo na sua divulgação e na sua legitimação, só em 1937, foi publicada, pelo *O Diário*, 96 vezes, numa média de oito publicações ao mês. É interessante observar que ao ser considerado um estabelecimento de ensino técnico, a EECC se impõe como uma das poucas iniciativas do Estado nesse tipo de oferta de ensino, pois, de acordo com Ana Maria Casasanta, em seu estudo sobre a educação mineira no Estado Novo, o ensino técnico, “principal responsabilidade do Estado, segundo a Constituição de 1937, poucas são as iniciativas” (PEIXOTO, 2000, p. 99). A busca constante da EECC em oferecer um ensino de qualidade “obedecendo a programa dos mais modernos” pode indicar a sua aproximação com o “ideário escolanovista, recém-introduzido por Francisco Campos no sistema escolar do Estado” (PEIXOTO, 2000, p. 91).

Foi demonstrado, portanto, que, além da formação da mulher-enfermeira em uma escola técnica e profissionalizante de enfermeiras, a EECC oferecia outros cursos. Particularmente, o Curso Anexo ou Cruz Vermelha visava contribuir para a formação da mulher brasileira em geral, o que é mostrado por uma aluna da primeira turma do curso em seu discurso de formatura:

O conhecimento das noções de Enfermagem hoje em dia, deixou de ser facultativo: tornou-se moralmente e indiscutivelmente uma obrigação, tendo sua diretriz voltada quase que exclusivamente para preencher a lacuna existente na educação moderna da mulher.

Esta, obedecendo às exigências das suas ânsias do porquê, irá completar os seus conhecimentos na vida prática, desempenhando eficientemente a sua

finalidade: – a de esposa e mãe: – como esposa completará o conforto e a segurança dos seus, agindo com convicção, em transes de responsabilidade; – como mãe iniciará integralmente a educação de seus filhos, introduzindo um complemento à pedagogia no seu lar [...].

Coube ao Estado de Minas a primazia da realização dessa empresa dando outrossim um grande passo para a difusão dos conhecimentos básicos de enfermagem, cooperando no aperfeiçoamento cultural de seus filhos (ROCHA, 1936, p.78).

As representações de “lacuna existente na educação da mulher” e de que o conhecimento das noções de enfermagem complementando essa lacuna “deixou de ser facultativo: tornou-se moralmente e indiscutivelmente uma obrigação” são recorrentes nos discursos em circulação na EECC. Vários fatores concorreram para o encadeamento e a construção dessas representações da mulher e dos conhecimentos que ela deveria adquirir naquele momento, ou seja, as representações são constantemente atualizadas e/ou ressignificadas em cada sociedade e em cada momento histórico. Particularmente sobre os conhecimentos de enfermagem, Florence Nightingale, em 1859, em seu célebre *Notas sobre enfermagem*, já afirmava:

Todas as mulheres, ou pelo menos quase todas, na Inglaterra, assumem, em algum período de sua vida, a responsabilidade pessoal pela saúde de alguém, criança ou inválido – o que significa que todas exercem a enfermagem<sup>110</sup>. A cada dia tornam-se mais importantes os conhecimentos sobre a saúde, ou seja, o conhecimento de enfermagem, isto é, saber o que deve ser feito a fim de manter o organismo em condições tais que não contraia doenças, ou que possa recuperar-se de qualquer agravo à saúde (NIGHTINGALE, 1989, p. 11).

No contexto da sociedade brasileira, as representações da mulher como “educadora e saneadora” dos lares, como foi referido, são construídas na esteira do movimento médico-higienista que se iniciou em fins do século XIX e tomou fôlego nas décadas de 1920 e 1930, no âmbito do grande Projeto de Reconstrução da Unidade Nacional – o projeto da modernidade. Uma modernidade também já referida em outros momentos, como o resultado de diferentes práticas socioculturais que privilegia a urbanização, a indústria, a cidade, a

---

<sup>110</sup> Sobre a “história da mulher que presta os cuidados [de enfermagem] e da sua evolução” cf. COLLIÈRE, 1989.

escola, a família, a Igreja, ora jogando luzes mais em um elemento, ora em outro. Ou seja, como um processo que se refere ao posicionamento de atores sociais que assumem atitudes racionalizadoras, burocráticas e disciplinarizadoras, contribuindo para mudanças radicais do tempo e do espaço dos sujeitos sociais.

Nesse processo de efervescência pedagógica, vários setores sociais pleitearam a liderança na formação das elites urbanas e industriais, tais como a Igreja, a academia, a imprensa, os intelectuais, os partidos e as outras organizações políticas.

A Igreja Católica teve papel decisivo na formatação desse espírito moderno. Para Cury (1986, p. 12),

nos aspectos concernentes à ‘questão social’, a Igreja Católica proporá princípios que, sem se desviar do capitalismo, reformem a sociedade. Tais reformas, propostas à base da conversão moral individual (e dos indivíduos estendendo-se à sociedade), reduziriam os excessos e exageros do capitalismo (sede de lucro, apego aos valores materiais e descaso quanto aos valores espirituais).

Certamente, a Igreja Católica tinha, naquele momento, a sua forma peculiar de compreender e de fazer história, e a EECC não deixa de ser parte dessa história. A matéria denominada de “Agradecimento”, publicada na revista *A Enfermagem em Minas* e assinada pela primeira turma de diplomadas “A turma de 1936”, fornece alguns indícios:

*Com a criação de nossa Escola, atendia D. Laís ao apelo da Igreja, reclamando o concurso do apostolado leigo, para a prática da grande lei do Amor, a nós trazida pelo Divino Mestre e desde então praticada pela Enfermagem Religiosa. [...] E é essa a força que despertando em nós o amor de Deus e do próximo, faz vibrar de gratidão os nossos corações que nestas palavrinhas querem aqui deixar expresso, o seu agradecimento a D. Laís, pelo todo o bem a nós feito, mas sobretudo e principalmente, por nos ter ensinado a prática sobrenatural dos nossos deveres profissionais, tornando-nos apóstolas do Bem, como enfermeiras católicas (A ENFERMAGEM EM MINAS, 1936a, p. 73, grifo nosso).*

Neste momento é importante ressaltar que, se a EECC foi criada para atender a demandas políticas e sociais do governo estadual, no campo da educação e da saúde, o discurso das diplomadas da primeira turma demonstra que essas demandas se articulavam

também aos interesses da Igreja Católica. Ou seja, a criação da EECC talvez tenha sido um dos primeiros movimentos da enfermagem “moderna” em que se pode visualizar a aliança do Estado com a Igreja<sup>111</sup> em sua fase de Restauração Católica no Brasil.

A Restauração Católica, assim denominada por Riolando Azzi (1977a), é um movimento da Igreja que se coloca em evidência a partir de 1920, dando continuidade à Reforma Católica iniciada no fim do século XIX. A proclamação da República, no Brasil, em 15 de novembro de 1889, encontra o episcopado brasileiro debilitado, política e fisicamente. A Igreja Católica apresenta-se enfraquecida, com diversos bispos idosos e doentes, e incapaz de negociar um novo pacto em substituição ao regime de Padroado que garantia a sua posição de religião oficial do Estado, conforme lhe foi atribuído pela Constituição de 1824. Ao romper com o Padroado, o Estado republicano declara-se leigo, o que é oficializado por decreto em janeiro de 1890 e confirmado pela Constituição republicana de 1891. Como forma de garantir a plena separação entre a Igreja e o Estado, entre os dispositivos incluídos nessa Constituição estava a introdução do ensino leigo nas escolas públicas.

Contudo, se a República é aceita, o mesmo não acontece com o clima laicista no qual ela foi proclamada. Como afirma Beozzo,

consumada a separação entre a Igreja e o Estado, a Igreja não cessará de denunciar o divórcio entre o Estado leigo, para não dizer laicista, e a nação, católica em sua grande maioria. O ensino, principalmente, era visto como uma grande violência imposta à consciência católica. Seu caráter leigo conflitava com a fé da maioria dos alunos e com a fé professada pela nação. Toda a campanha da Igreja – e ela será constante – está vazada na luta pelos ‘direitos’ da maioria que deveriam traduzir na legislação e na prática do Estado os sentimentos católicos do povo brasileiro (BEOZZO *apud* HORTA, 1994, p. 93-94).

---

<sup>111</sup> Maria Regina Marques Bezerra em trabalho sobre *A enfermagem e a aliança da Igreja com o Estado: Escola de Enfermeiras Luíza de Marilac* já enunciava que o seu estudo, “mediante análise e discussão do processo de configuração da Escola de Enfermeiras Luíza de Marilac, demonstra que esta foi uma das muitas ações concretas da Igreja, em estreita articulação política com o Estado, entre as décadas de 30 e 40 do século XX, visando manter seu poder no campo da saúde” (BEZERRA, 2002, p.126). Ressalte-se que a referida Escola foi criada em 1939 por Irmã Matilde Nina, diplomada da primeira turma da EECC.

De acordo com Azzi (1977b), pode-se afirmar que a separação entre a Igreja e o Estado foi mantida rigidamente nos primeiros trinta anos depois da decretação do Estado republicano. Nesse período de Reforma Católica, estimulada e amparada por Pio IX, a Igreja Católica voltou-se, principalmente, para a sua organização e a sua vida interna. A Restauração Católica, por sua vez, encontrou no Papa Pio XI a força propulsora e, sem se descuidar de sua vida interna, “procurou também afirmar a presença da Igreja na sociedade” (AZZI, 1978b, p. 65)

A idéia do Brasil como uma grande nação católica e a declarada oposição ao laicismo terão em Dom Sebastião Leme (1882-1942) o líder que a Igreja necessitava para uma decisiva e efetiva reorientação de seus propósitos. Assim, tem-se o surgimento de um movimento leigo da Igreja Católica, por ele incentivado, a partir de 1916, com a publicação da *Carta Pastoral*, em sua posse na Arquidiocese de Olinda. Nessa Carta, Dom Leme se questiona sobre a pouca influência dos princípios católicos na vida social e política do País:

Que maioria católica é essa, tão insensível, quando leis, governos, literatura, escolas, imprensa, indústria, comércio e todas as demais funções da vida nacional se revelam contrárias ou alheias aos princípios e práticas do catolicismo? É evidente, pois, que, apesar de sermos a maioria absoluta no Brasil, não temos e não vivemos vida católica (LEME, 1916, p. 18).

Dom Sebastião Leme sentia-se indignado com a estagnação da Igreja Católica e com a inércia dos fiéis. Para ele, uma das causas da ineficiência dos católicos era a ignorância religiosa, “tanto dos intelectuais, como dos simples”. Para ele, “o momento era de perigo, o Estado continuava a prescindir da Igreja e o laicismo invadia as escolas públicas com o agravante de que já se estavam instalando no país os primeiros colégios protestantes, como os batistas, os presbiterianos e os metodistas”<sup>112</sup> (MARQUES, 2003, p. 155). Por essa razão,

---

<sup>112</sup> Na verdade, desde a segunda metade do século XIX os missionários presbiterianos norte-americanos, assim como outros ramos da fé reformada já se encontravam no Brasil para colocar em prática “um projeto civilizador, cuja preocupação central era divulgar ao mundo a salvação obtida mediante uma experiência pessoal com Deus – a conversão –, assim como um novo *ethos*, uma nova visão de mundo estreitamente ligada aos valores norte-americanos” (CHAMON, 2005, p. 62-63).

propõe que os católicos se engajem em uma luta contra o ensino leigo e reivindicuem a reintrodução do ensino religioso nas escolas oficiais “não como um privilégio”, mas como um direito que cabia à maioria católica do país.

Portanto, partindo do princípio de que o país precisava viver o catolicismo, Dom Sebastião Leme reivindica o retorno do ensino religioso nas escolas e o reconhecimento, por parte do Estado, de que o Brasil era uma nação católica. Propõe, também, “a formação de uma elite capaz de exercer influências na recristianização das elites, atacadas pelos males da civilização burguesa e liberal, e na mobilização dos leigos em favor das teses católicas” (CURY, 1986, p. 15).

A reação da elite católica, nas proposições preconizadas por Dom Sebastião Leme, ganha relevância e intensidade com a sua transferência para a Arquidiocese do Rio de Janeiro, em 1921. Ocorre, assim, a atualização do pensamento católico conservador que se desenvolve em torno de um grupo de intelectuais católicos “reunidos na Revista *A Ordem* e no Centro Dom Vital, instituições criadas no início dos anos 20 com o objetivo de orientar a prática católica de restauração da sociedade nacional em Cristo” (FARIAS, 1998, p. 37). Dentre os intelectuais que apoiaram as idéias de Dom Leme destacaram-se Jackson de Figueiredo, um recém-convertido ao catolicismo, fundador e dirigente daqueles órgãos católicos, e seu sucessor, Alceu Amoroso Lima. Os artigos publicados na revista *A Ordem*, por esses intelectuais, pregavam uma revolução espiritual com um sentido nacionalista e de forte conteúdo católico. A presença da Igreja de forma mais efetiva, nesse momento histórico, visava criar uma sociedade que respeitasse os valores tradicionais do catolicismo com o predomínio de valores de ordem e de autoridade, fundamentados em princípios morais, religiosos e sociais inspirados no pensamento conservador católico.

Carlos Jamil Cury (1986) diz que o tom polêmico e mesmo autodenominado de “reacionário” marca a atuação do Centro e da Revista, fazendo crítica ao liberalismo em bases

moralistas e reformistas. Na verdade, o projeto da Igreja possuía um caráter nitidamente elitista, em um modelo que de cima para baixo, mostrava uma desconfiança quanto às possibilidades de atuação das classes populares. Ademais, “a volta da Igreja Católica ao cenário político se deveu, antes de tudo, às primeiras alusões da ‘ameaça comunista’, trazida pelas levas de imigrantes socialistas e anarquistas e pela crescente presença das mesmas nas classes populares” (CURY, 1986, p. 16).

Para mostrar a força social do catolicismo, a Igreja precisava de uma elite preparada e militante e do envolvimento do povo brasileiro nesse movimento de Restauração Católica do Brasil. Para Azzi (1977a), o pensamento católico brasileiro é desenvolvido com base em duas idéias: maior presença atuante da Igreja na sociedade, com efetivo papel de liderança entre o povo brasileiro, e, como decorrência desse princípio, “a Igreja dispõe-se a colaborar efetivamente com o governo para manter a ordem e a autoridade constituída na sociedade brasileira”. O Estado brasileiro percebe a importante e valiosa força da Igreja na contenção dos movimentos revolucionários que estavam eclodindo no País na década de 1920. Desse modo, “esse decênio marcará também o reatamento efetivo das relações entre Igreja e Estado no Brasil, num desejo de mútua colaboração” (AZZI, 1977a, p. 63).

De acordo com Farias (1998), em 1922, Epitácio Pessoa, no final de seu governo, sentindo-se ameaçado por movimentos revolucionários, solicitou a Dom Leme que aparecesse ao seu lado em público, a fim de mostrar o apoio da Igreja ao governo. Esse autor indica, também, que é exatamente no campo da ordem social que a Igreja brasileira procurou dar mostras de que sua presença na sociedade nacional seria indispensável; na avaliação dos católicos, somente a Igreja possuiria força moral e valores sociais, sedimentados ao longo de séculos, para orientar o povo e os fiéis no respeito à ordem e às autoridades legitimadas por Deus de acordo com a doutrina.

Por ocasião das comemorações do Centenário da Independência, entre outras festividades e manifestações públicas, em junho de 1922, Dom Sebastião Leme promove a convocação de um Congresso Eucarístico. O grande evento celebrado no Rio de Janeiro foi uma das primeiras ações católicas rumo à implantação de seu projeto de dominação. Como é lembrado por Marques (2003, p. 156), “1922 é o momento das primeiras manifestações de novas forças políticas e tendências culturais, como a Semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista e as primeiras incursões tenentistas”. Ademais, o Congresso Eucarístico foi uma estratégia de unir o momento político à manifestação religiosa, tática que seria utilizada pela Igreja em outros momentos.

A efervescência política é levada a termo com a Revolução de 1930, e, com Getúlio Vargas no governo provisório, tem-se o início de uma nova etapa na história do Brasil que só terminaria em 1945. Durante esses 15 anos, Vargas, foi Presidente da República, garantido, inicialmente, pelas armas das milícias das oligarquias dissidentes e do Exército; posteriormente, eleito pelo Congresso Nacional; e, por último, sustentado pelo Exército, já com o monopólio do uso da força, representando os interesses das classes dominantes (CUNHA, 1980).

Não obstante as aproximações entre a Igreja e o Estado terem início a partir da segunda metade de 1910 após a Primeira Guerra Mundial, o papel político desempenhado pela Igreja Católica a partir de 1920 tomou uma forma mais enfática e decisiva na Era Vargas. “O possível apoio da Igreja foi entendido por Vargas. Ser-lhe-ia preciosa vantagem, bem como às forças representadas por ele” (CURY, 1986, p. 17). Principalmente, pelo fato de que predominava “a idéia de que ‘a questão social’ era da competência da polícia, matéria a ser resolvida pela repressão”, sendo que “certos representantes das classes dominantes viam na Igreja a instituição que poderia obter das classes dominadas adesão à ordem” (CUNHA, 1980).



Tomando como referência, no campo pedagógico, o debate instituído entre o que ficou, *a posteriori*, conhecido como os “católicos”, de um lado, e os “pioneiros”, do outro e na perspectiva de traçar um quadro da proposta educacional da Igreja na década de 1930, Cury (1986) busca explicitar uma versão ideológica defendida pela igreja e como a educação se insere nessa versão como um instrumento capaz de alcançar seus objetivos.

O pensamento do grupo católico era de que o mundo e, particularmente o mundo ocidental, encontrava-se em crise. Trata-se de “uma crise generalizada que atinge os aspectos materiais, sociais, jurídicos e principalmente morais” Uma crise “que se apresenta sob a forma de desmoronamento das instituições vigentes e da desorientação das consciências individuais titubeantes ante seus deveres, atinge também o Brasil” (CURY, 1986, p. 27). As causas da crise são explicadas na perspectiva ético-religiosa; os católicos retomam teses oriundas da época medieval para mostrar que as verdadeiras causas da crise são de ordem moral, que resulta do “afastamento do homem em relação à sua própria natureza e ao seu Criador, com inevitáveis conseqüências que advêm, de tal atitude, para a sociedade civil” (p. 28).

As razões da crise generalizada no Brasil têm suas origens na “apostasia republicana” do Estado e no “laicismo pedagógico”. O regime republicano, de 1889-1930, foi instalado, à revelia da maioria católica, por uma elite “cujos objetivos de ‘ordem e progresso’ estavam calcados em princípios racionalistas, positivistas e maçônicos, alheios à tradição do nosso povo” (CURY, 1986, p. 38). Nesse ponto de vista,

debaixo deste otimismo racionalista formaram-se gerações, especialmente nas escolas públicas, que não ouviram falar de deveres morais e nem de deveres religiosos. Sem ética e religião deformou-se a nacionalidade, tradicionalmente cristã e católica. E ficou a nação carente de cidadãos competentes na estrutura política. Formaram-se dirigentes que, pela acumulação de riquezas e pelo aperfeiçoamento cultural, foram negadores da presença de Deus no âmbito público e oficial. O Estado divorciou-se da Nação.

As bases da Restauração Católica são fundamentadas na concepção de que a reconstrução nacional tem de ser feita sob bases sólidas e verdadeiras; tem de ser feita com

base em princípios que possibilitem restituir ao homem a sua dimensão natural (imane) e a sua dimensão sobrenatural (transcendente) que, arbitrariamente, foram suprimidas pelo racionalismo. Esses princípios que explicitam as concepções de homem, de mundo, de sociedade e de Deus, em suas mútuas relações, são garantidos pela autoridade da tradição, da escolástica e do magistério.

Por tradição, entende-se como a continuidade dos princípios fundamentais do cristianismo católico entre seu passado e seu presente. Ela fixa elementos recebidos, é bem específica para o caso do Brasil, já que é nação de herança católica. Ela representa “o apego ao que há de bom no passado e sua continuidade no presente” (CURY, 1986, p.51).

A escolástica, particularmente, representa os princípios filosóficos do tomismo, porque é a própria filosofia perene, o que dá segurança. Ela não se sujeita às contingências do espaço e do tempo, como as outras filosofias.

O magistério, definido pelo Vaticano como infalível em matéria de dogma e moral, garante, por sua autoridade, uma interpretação verdadeira da Revelação. Expressa-se, sobretudo, pelas encíclicas e pelas suas adaptações às realidades regionais por meio das Cartas Pastorais da hierarquia católica.

A concepção de educação pelo grupo de intelectuais da militância do catolicismo leigo é, de acordo com Cury (1986, p. 55), resumida em seus principais fundamentos como

a consciência que o ser humano deve ir adquirindo de sua destinação espiritual, através do uso ordenado das faculdades do domínio das paixões, na formação dos espíritos, através de hábitos salutarés e da preparação do espírito para o mundo da graça, sob o influxo regulador da lei eterna, tornando o homem apto a viver em sociedade.

Nesse sentido, a educação integral católica deve levar em conta as duas realidades da natureza humana – corpo e alma – e as suas exigências correspondentes: a de ordem física e a de ordem moral. E como o corpo humano não é visto separado de sua alma, não há

educação física separada da educação moral, ou seja, não se pode separar o que está harmonicamente unido.

Em relação “à realidade pedagógica, o educando é apenas um ideal relativo e deve ser orientado de acordo com a sua finalidade absoluta e última que é a elevação espiritual da personalidade para uma união como Deus”. Nesse sentido, o ser-educando deve ser o centro, mas não o ideal da escola. O método também, não é nem centro, nem ideal. “É apenas meio, instrumento apto para ativar os conteúdos”, e, depende, sobretudo do “para onde” se quer conduzi-lo (CURY, 1986, p. 56).

Considerando que a educação é vista como uma inclinação natural dada a natureza racional do ser humano em direção ao ideal pedagógico, “a quem compete educar?” A educação é de competência de três sociedades que se colocam de acordo com uma prioridade hierárquica: a sociedade sobrenatural, representada pela Igreja; a sociedade natural básica, representada pela Família; e a sociedade temporal natural, representada pelo Estado. Sendo que “às três cabe a responsabilidade da educação em harmonia e cooperação” (CURY, 1986, p. 57).

Hierarquia, Deus/Igreja, Família/Humanidade, Estado/Pátria, cooperação/harmonia são dimensões sobre as quais se fundamentam os discursos que circulavam, se produziam e se reproduziam na EECC. Ademais, a Escola se coloca reiteradamente como legítima representante da missão educadora da Igreja no País. O editorial do número de lançamento da *A Enfermagem em Minas* ilustra essa questão:

É buscando e bebendo sequiosa a água viva e a luz divina que jorram da Hóstia Santa, Imaculada e Pura, a pairar estes dias sobre nossa bella cidade, que ‘A Enfermagem em Minas’ quer preparar-se para o seu difícil e elevado papel de defensora e representante dessa classe de profissionais, cujo elevado mister é amparar e confortar os sofredores, socorrer os feridos, tratar de doentes, defender a vida e a humanidade, trabalhando pela conservação da saúde, lutando pela melhoria das condições de vida das populações, num trabalho constante e incansável de educação sanitária do povo, para dar à Pátria valores e a Deus almas fecundas em ação bemfazeza e construtiva (A ENFERMAGEM EM MINAS, 1936a).

O editorial manifesta, também, a expectativa da Revista de contar “com apoio e o interesse precioso da eminente classe médica” – médicos higienistas e clínicos – de Minas Gerais, que “deu ao Brasil Carlos Chagas, o grande patrono da Nossa Escola de Enfermagem e deu à mulher brasileira dos Estados a 1ª Escola Técnica estadual”. Continua manifestando o seu interesse em contar com o valioso apoio do “corpo de educadores mineiros, que ocupa lugar de destaque no campo da pedagogia nacional, para o desenvolvimento educacional da enfermeira brasileira de Minas”, bem como “o apoio de todas as classes, em particular da família mineira, tão digna depositária das belas tradições da família brasileira, para o engrandecimento dessa delicada e nobre profissão feminina, tão própria, tão do coração da mulher brasileira” (A ENFERMAGEM EM MINAS, 1936a, p. 3-4).

O médico higienista, Waldemar Tavares, em uma de suas colaborações com *A Enfermagem em Minas*, diz que “sem dúvida a missão da enfermeira, nas suas várias modalidades está intimamente ligada ao movimento educacional dos nossos estabelecimentos de ensino”. Ademais, ele apresenta suas representações sobre a educação e o papel do educador, as quais se relacionam com a missão da enfermeira no âmbito do projeto educacional colocado em prática pelo movimento do catolicismo leigo do País:

A educação visando o aperfeiçoamento moral do indivíduo demanda do educador uma grande soma de virtudes e de sacrifícios – O educador deve ser, sobretudo um homem de ideal – E esse ideal deve ser sempre a meta dos seus trabalhos – Formar caráter, criar individualidades, vencer os obstáculos que sempre apresentam os indivíduos nas suas modalidades várias, é um árduo e penoso apostolado.

O educador deve ser um abnegado e suas vistas devem abranger um horizonte vasto batido pelos clarões luminosos da fé e do amor à Pátria.

A vida do educador deve ser um exemplo contínuo de fidelidade aos seus ideais sublimes: preparar cidadãos para Deus e para a sociedade.

Ora o exemplo arrasta, edifica, constrói e sublima-se no ideal educativo. (TAVARES, 1936, p. 38).

Esse discurso vem ao encontro das já apresentadas concepções de educação e de ordem social cristã que reinavam na sociedade brasileira em que “a missão civilizadora da

Igreja” era a de espiritualizar e cristianizar o mundo na perspectiva de “uma cultura integral e cristã da personalidade humana”. Segundo Jamil Cury:

O processo de cristianização só se faz mediante a transformação interior dos homens, onde o mundo sobrenatural é integrado e aplicado na vida sócio-político-econômico. Aí a soberania do homem sobre as coisas aceita a soberania de Deus sobre todas as coisas, e os valores econômicos estão subordinados aos valores morais e religiosos. Estes, por sua vez, ordenam corretamente o progresso social (CURY, 1986, p. 44).

Nessa cosmovisão, tem-se a idéia de que o progresso econômico e social é passível de ocorrer subordinado aos valores morais e religiosos. O discurso das alunas diplomadas da primeira turma, publicado na *A Enfermagem em Minas*, traz a concepção de que “a soberania do homem sobre as coisas aceita a soberania de Deus sobre todas as coisas”, ao enunciar que “hoje em Minas, a exemplo do que se vem realizando no mundo inteiro, fundem-se no mesmo sentimento de bem servir a Deus e a humanidade, a Caridade e a Ciência” (A ENFERMAGEM EM MINAS, 1936a, p. 73). Ou seja, a supremacia do homem na ciência não impede a soberania de Deus sobre todas as coisas, uma vez que o “ideal supremo” da caridade, da fé e da ciência é “bem servir a Deus”.

A idéia de integração da fé com a ciência aparece veiculando nos jornais belo-horizontinos. Ao relatar com muitos detalhes e minúcias os acontecimentos ocorridos em solenidade da EECC, o repórter, referindo-se ao discurso do Dr. Noraldino Lima, Secretário da Educação e Saúde Pública do Estado de Minas Gerais, diz que ele “salientou os nomes do dr. Carlos Chagas e de D. Antonio dos Santos Cabral” [presentes na cerimônia], dizendo que “nunca a Fé e a Ciência se ajustaram tão claramente como naquela solenidade”. Ademais,

recordou a atuação do inesquecível presidente Olegário Maciel no tocante aos problemas da saúde pública, apontando a Escola de Enfermeiras como um dos frutos dessa orientação fecunda e patriótica. E concluiu declarando confiar plenamente nos resultados práticos de um empreendimento como é a Escola de Enfermeiras ‘Carlos Chagas’, onde se pratica uma elevada

orientação profissional e um princípio generoso de assistência cristã (MINAS GERAES, 1934).

A EECC, no âmbito estadual, sempre foi considerada pelos poderes públicos como um empreendimento de utilidade social e de saúde pública ao lado de outras instituições governamentais, o que é demonstrado pelo Presidente Benedito Valadares em Mensagem sobre seu governo dirigida à Assembléia Legislativa:

Um dos problemas fundamentais para a eficiência dos serviços de Saúde Pública é o de formação de pessoal técnico habilitado para exercer suas funções, cada vez mais árduas, nas complexas organizações modernas de defesa sanitária e de higiene social. Não tem o governo descurado esta questão. Assim, é que, além do curso de Leprologia, instalado em 1934, e dos cursos de aperfeiçoamento que se realizarão no Instituto Biológico ‘Ezequiel Dias’, recentemente incorporado ao patrimônio cultural do Estado, mantém a Diretoria de Saúde Pública, em colaboração com a Faculdade de Medicina, a Escola de Enfermagem ‘Carlos Chagas’, que, ao lado do curso geral, conta o anexo, da Cruz Vermelha, e o de auxiliares de hospital. Por meio desses três cursos a Escola pode formar profissionais especializadas em enfermagem de saúde pública, divulgar, em cursos intensivos, conhecimentos úteis de enfermagem e de higiene, especialmente entre as professoras das escolas primárias e grupos escolares e, finalmente, educar um corpo de enfermeiras bem instruídas para os hospitais. A par da cultura técnica não se descurou este modelar estabelecimento da cultura moral, física e religiosa das almas (MINAS GERAIS, 1937).

Tratando-se da importância de uma Escola para a formação da mulher que proporcionasse às alunas uma “cultura moral, física e religiosa” além da cultura técnica, Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde (1934-1945), em visita à EECC, deixa a sua impressão em Livro de Visitas:

Numa casa, como esta, saturada de bondade, é que se poderá formar a alma da enfermeira, necessária às crianças, às mães, aos enfermos, aos sãos, a todos os brasileiros. O Brasil precisa de mais dez, mais vinte escolas como esta. E como esta é a primeira que se ergue num Estado, a ela cabe uma glória bela (LIVRO DE VISITAS, 1937, p. 9).

É importante destacar, nesse momento, que segundo José Silvério Baía Horta, Gustavo Capanema dizia que “a educação não podia ser neutra no mundo moderno”. Ademais

que, sem se opor às concepções escolanovistas de “educar para a sociedade” e para “formar o homem em ação”, o Ministro da Educação falava em “educar para a pátria” (HORTA, 2000, p. 148).

Nesse movimento da modernidade pedagógica, destacam-se mais uma vez as representações da mulher como responsável pela higiene doméstica e pelos cuidados com a saúde da prole, as quais ganharam força no movimento higienista. A educação feminina, segundo Almeida (1998), tornava-se um ponto-chave para a medicina, pois, por meio dela pretendia-se o aperfeiçoamento físico e moral da mulher, da mãe e das futuras gerações do país. A “nova mulher”, submetida à tutela médica, além de se constituir num agente familiar da higiene social, tornava-se o baluarte da moral da sociedade.

Esses elementos impregnados de uma orientação católica cristã, que veiculavam nos discursos do campo educacional brasileiro sobre a formação da mulher e, particularmente, da mulher-enfermeira, encontravam-se presentes nos discursos produzidos e veiculados na multiplicidade de espaços e tempos individuais, institucionais e sociais na EECC, como o enunciado por Dr. Mario Álvares da Silva Campos, sucessor de Dr. Ernani Agrícola na DSP, por ocasião da formatura da primeira turma de enfermeiras:

A formatura da primeira turma de enfermeiras da escola de Enfermagem ‘Carlos Chagas’ marca o ano de 1936 como um dos mais fecundos e felizes da história de Saúde Pública em Minas Gerais.

Os serviços sociais de Saúde Pública realizados pela enfermeira visitadora podem servir de base para se ajuizar da eficiência de uma organização sanitária, tal a sua importância. Sem a enfermeira não se pode fazer Saúde Pública.

Visitando os lares, as escolas, as fábricas, na cidade e na zona rural, levam elas a palavra de conforto para o doente e, para os sãos, a palavra de providencial advertência.

Cuidando dos enfermos nos domicílios ou nos hospitais; dando a sua inestimável colaboração no controle das doenças contagiosas, agudas e crônicas; atuando junto do indivíduo, da família e das coletividades humanas em prol de melhores condições de vida e de trabalho; ministrando conhecimentos sobre puericultura e aplicando-os, as enfermeiras realizam

uma obra social digna do estímulo e do amparo dos poderes públicos, pois tem ela influencia decisiva nos destinos da nossa civilização (CAMPOS, 1936, p. 13).

Observa-se que ao diplomar as primeiras enfermeiras, além de marcar “a história de Saúde Pública em Minas Gerais”, a EECC tem a possibilidade de adquirir maior visibilidade social a partir da abrangência das atividades das enfermeiras, seja “visitando os lares, as escolas, as fábricas, na cidade e na zona rural, [levando] palavra de conforto para o doente e, para os sãos, a palavra de providencial advertência”, seja cuidando de doentes no hospital.

A solenidade de formatura das primeiras alunas da EECC ocorreu no dia 3 de setembro de 1936, data escolhida pela Diretora para coincidir com a abertura do *II Congresso Eucarístico Nacional*, que estava sendo sediado em Belo Horizonte. Pode-se dizer que Minas Gerais precisava continuar dando o exemplo de ser o primeiro Estado brasileiro a consolidar a efetiva reaproximação da Igreja com o Governo<sup>113</sup> :

E na tarde deste mesmo dia a Enfermagem escrevia sua primeira página: vencia sua primeira e difícil etapa [...], com a formatura de suas primeiras alunas. E assim, dava também Minas o exemplo ao Brasil inteiro, dando as primeiras enfermeiras diplomadas por um Estado da Federação. E Deus Nosso Senhor abençoou este grande feito enviando para presidir a cerimônia da formatura o Legado do Sumo Pontífice – seu representante na terra – Sua Eminência Reverendíssima D. Sebastião Leme Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro (VERAS, 1936, p. 1).

Outro discurso na voz autorizada do padre Álvaro Negromonte, em homenagens prestadas a Laís Netto dos Reys em virtude de sua transferência de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, em novembro de 1938, para assumir a direção da EEAN, foi publicado em *O*

---

<sup>113</sup> A manifestação formal de políticos mineiros no movimento de Restauração Católica no Brasil ocorreu no governo dos Presidentes Arthur Bernardes (1922-1926) e de Antônio Carlos (1926-1930). Nessa época destacavam-se na hierarquia eclesiástica católica D. Antonio dos Santos Cabral e D. Helvécio Gomes. A atuação do Arcebispo D. Cabral foi marcante no cenário mineiro e brasileiro e, particularmente, na orientação religiosa da EECC. De acordo com Azzi (1978b, p.89), o ponto alto da sua atuação foi a celebração do *Congresso Catequético* de 1928, “do qual redundou a aprovação da lei de 12 de outubro de 1929, autorizando o ensino religioso nas escolas públicas”. Ademais, “após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, foi também influência dos políticos mineiros, através do Ministro da Educação Francisco Campos, que possibilitou a acolhida, em âmbito federal, de uma série de reivindicações da hierarquia católica”.



*Diário.* Esse discurso não deixa de ser um manifesto da preponderância da Igreja Católica perante o governo e de uma tentativa de retomada dos rumos da enfermagem brasileira:

Abraçando uma profissão que entre nós se iniciava em moldes laicos e descatólicizantes, o seu espírito só não perdeu graças ao senso católico de que está penetrado.

A enfermagem começou nova vida no Rio de Janeiro, sob á égide de Rockefeller, instituição que, a pretexto de humanitarismo e beneficência, abre os caminhos latino-americanos à propaganda dissolvente do protestantismo e ao imperialismo econômico e político dos Estados Unidos. Sob a capa de liberdade de consciência, a escola de enfermagem do Rio vive no mais absoluto ambiente do laicismo, deixando nas alunas completa ausência de senso religioso na profissão.

Apesar de formada ali, D Laís não se deixou arrastar. Enquanto outras, ou conservaram a religião separada da vida profissional, ou a perderam – ela se temperou no amor de um ideal alevantado, acima de quantas a rodeavam e combatiam.

A outra grande força propulsora da vida profissional desta enfermeira de vocação é o patriotismo. Nacionalista da mais pura têmpera, amando o Brasil com toda sua alma, só podia ser uma exceção mal posta entre as que se conformaram com as ‘americanas’ a ponto de dizer que não havia uma brasileira capaz de dirigir a escola... Estamos prontos, sem dúvida, a acolher a boa cooperação dos estrangeiros, mas há de ser condição precípua a de educarem os brasileiros no amor e na confiança da nossa pátria.

Foi uma felicidade sem par que Minas Gerais tivesse encontrado tão excelente espírito para direção da sua escola de enfermagem. A nossa escola foi a primeira que se fundou fora da capital da república. Minas, pioneira, nacionalista e cristã, devia ter e teve, e tem e terá, uma escola perfeitamente brasileira – nacionalista e cristã.

Agora que o governo toma a sério os grandes problemas e os confia a mãos brasileiras, vemos com sumo agrado, a escolha de D. Laís Neto dos Reis para a direção da Escola ‘Ana Neri’, que vai assim receber o influxo necessário do espírito de brasilidade, sem o qual nada deve existir dentro do Brasil.

As homenagens de ontem, se traduziram a saudade, disseram também do agradecimento e expressaram a alegria de vê-la subir para espalhar mais longe os benefícios de sua ação. Nada mais justo.

Pe. A. Negromonte (O DIÁRIO, 1938).

Não resta dúvida de que a enfermagem “moderna” institucionalizada no Brasil na década de 1920, pela missão de enfermeiras norte-americanas, “em moldes laicos e descatólicizantes”, foi motivo de protestos por diversos segmentos sociais. O tom e o teor radical do discurso de Negromonte deixam em evidência a posição da Igreja Católica. Para ele, “sob a capa de liberdade de consciência, a escola de enfermagem do Rio vive no mais absoluto ambiente do laicismo, deixando nas alunas completa ausência de senso religioso na profissão”. De um lado, não se pode dizer que na escola por ele referida, a EEAN, havia

“completa ausência de senso religioso na profissão”. De outro, o radicalismo desse discurso pode ser compreendido, pelo menos em parte, pelas circunstâncias em que foi pronunciado. De acordo com padre Álvaro Negromonte, a Diretora da EECC é um modelo de enfermeira pioneira da EEAN, “nacionalista da mais pura têtpora” e cristã que “nã se deixou arrastar” para outra religiã. Dessa forma,

agora que o governo toma a sêrio os grandes problemas e os confia a mãos brasileiras, vemos com sumo agrado, a escolha de D. Laís Netto dos Reis para a direçã da Escola “Ana Neri”, que vai assim receber o influxo necessãrio do espírito de brasilidade, sem o qual nada deve existir dentro do Brasil (O DIÁRIO, 1938).

Se, de um lado, a EECC tinha de espelhar-se na EEAN, de outro, ela queria dela diferenciar-se. Dessa forma, nã resta dútida de que Laís Netto dos Reys, como que “um diplomata feminino. Estadista de largas vistas”<sup>114</sup>, soube, nas palavras de Negromonte, dar a “Minas, pioneira, nacionalista e cristã, [...] uma escola perfeitamente brasileira – nacionalista e cristã”.

## **5.2 As prticas educativas voltadas para a formaçã da mulher-enfermeira-profissional**

Para tornar-se uma escola de enfermagem reconhecida perante o governo federal, a EECC precisava adquirir e comprovar que possuía as condições necessãrias conforme as exigências do Decreto n. 20.109<sup>115</sup>. O artigo 4º desse decreto diz:

As escolas de enfermagem oficiais ou particulares que desejarem a equiparação deverão solicitã-la ao Ministro da Educação e Saúde Pútlica, escrevendo em detalhe a organização do curso, as instalações materiais,

---

<sup>114</sup> Um pequeno texto da *A Enfermagem em Minas*, sob o título “D. LAÍS” assim a descreve: “Laís. É fina, perspicaz, astuta e hábil. Ela possui ‘quelque chose’ do Ministério das Relações Exteriores. Ela respira, por assim dizer, os ares do nosso Itamaraty. É do tipo do diplomata feminino. Estadista de largas vistas. É em suma, o nosso chanceler de ferro. Tem, entretanto, um coração de ouro, um coração de arroz doce” (A ENFERMAGEM EM MINAS, 1937c, p 6-7).

<sup>115</sup> Decreto n. 20.109, de 15 de junho de 1931, que regula o exercício da enfermagem no Brasil e fixa as condições para a equiparação das escolas de enfermagem.

composição e títulos dos professores, e enviando exemplares do seu estatuto, regulamentos e regimentos internos (REGULAMENTO, 1934).

Tratando-se da organização das escolas e das exigências relativas ao ensino prático, o artigo sétimo apresenta os requisitos básicos para se obter a equiparação:

- a) disporem as escolas candidatas a mesma organização moldada na escola oficial padrão, especialmente no que diz respeito: à direção, que serão sempre confiada a uma enfermeira diplomada, com o curso de aperfeiçoamento e experiência de ensino e administração em instituições similares; as condições para admissão de alunos; a duração do curso; a organização do programa desse curso;
- b) disporem de hospitais em que possa ser dada a instrução prática de enfermagem e inclua serviço de cirurgia, medicina geral, obstetrícia, doenças contagiosas e de crianças, com o mínimo de 100 leitos adequadamente distribuídos pelos serviços enumerados, sendo a teoria e a prática de enfermagem sempre dirigidos por enfermeiras diplomadas e por um prazo de tempo igual ao da escola padrão (DECRETO, 1931).

Sem dúvida alguma, os critérios exigidos para a equiparação das futuras escolas de enfermagem eram extremamente rigorosos diante da situação dos serviços de saúde do País, bem como do reduzido número de enfermeiras diplomadas, nas décadas de 1920 e 1930. As instituições hospitalares, particularmente, encontravam-se em processo de criação e/ou de reorganização, e a maioria não possuía 100 leitos e muito menos todas as especialidades médicas exigidas. Ademais, para dirigir e organizar uma escola de enfermagem, a enfermeira diplomada precisava ter “curso de aperfeiçoamento e experiência de ensino e administração em instituições similares”, o que era geralmente feito nos Estados Unidos.

Laís Netto dos Reys, conhecedora das particularidades internas da EEAN e das exigências legais, buscou agilizar e atender o mais rápido possível os requisitos básicos para a equiparação da EECC. No entanto, o processo de equiparação demorou cinco anos e foi motivo de muitos transtornos<sup>116</sup> tanto para ela quanto para a sua sucessora, Waleska Paixão. O que certamente aconteceu para a morosidade desse processo é que, mesmo a EECC fazendo as adequações às materialidades das práticas escolares, as representações construídas sobre

---

<sup>116</sup> Alguns aspectos sobre esse processo podem ser cf. em NASCIMENTO; SANTOS; CALDEIRA, 1999.

ela e, evidente sobre essas práticas, foram dissonantes quanto às exigências legais. O discurso do Dr. Barros Barreto, Diretor-Geral dos Serviços Federais de Saúde Pública do Brasil, em pronunciamento como paraninfo de uma turma de enfermeiras da EEAN, em outubro de 1936, deixa alguns indícios sobre essa questão:

A Escola Carlos Chagas, a primeira escola estadual de enfermagem no Brasil, *orientou seu programa pelo que existe de mais moderno em matéria de educação de enfermeiras, organizando-o de acordo com as necessidades atuais do meio brasileiro*. Assim é que constituem a escola três principais cursos distintos, o de enfermagem, o de Cruz Vermelha e o de auxiliares de hospitais, correlacionados entre si, com o objetivo de satisfazer às três principais funções para a suas diplomadas, na Saúde Pública, na assistência ao enfermo e socorro aos feridos e no serviço social, atividade igualmente de importância marcada nos modernos estabelecimentos de assistência. Nada de melhor conhecimento idealizado e posto em prática com proficiência e rigor técnico. *É outro padrão a seguir*, e não me furto ao prazer de anunciar-vos, nesta festa, que três grandes unidades da Federação Brasileira anseiam pelo estabelecimento imediato, nas suas capitais, de organizações similares, e que está o Governo Federal no propósito firme de auxiliá-las em tão legítimos e alevantados propósitos. O eminente presidente Getúlio Vargas e o seu ilustre Ministro Gustavo Capanema certamente hão de conseguir deixar firmado mais este marco entre os mais brilhantes do seu benemérito governo.

*Não é mais possível, de fato, alimentar a presunção de que uma Escola na Capital da República possa valer a todo o país, nem tão pouco dar a instituição, que, aliás, agora se intensifica, dos serviços estaduais de visitadora, outro alcance que não o de estabelecer organizações transitórias de emergência, para atender a necessidades urgentes, e principalmente para despertar na alma generosa da moças brasileiras o desejo de abraçar uma das mais nobres profissões para a mulher, porque lhes oportuniza fazer o bem, graças às suas excelsas qualidades de bondade e de carinho, de paciência e de perseverança, de simpatia cordial e convincente, postas ao serviço de uma especialização técnica esmerada.* (BARRETO, 1936, p. 27-28, grifo nosso).

Certamente Laís Netto dos Reys utilizava de estratégias diversas para que a EECC adquirisse *status* nacional. A publicação desse discurso na revista *A Enfermagem em Minas* é uma delas. Seja pelas palavras de honra à EECC e mais pelo seu autor que, além de Diretor Federal da Saúde Pública, era “ex-diretor da Saúde Pública de São Paulo, higienista de grande valor, autor de vários trabalhos sobre Higiene de Saúde Pública” (A ENFERMAGEM EM MINAS, 1936b, p. 24). Observam-se nesse discurso fortes traços alusivos aos princípios e aos

valores por ela defendidos, bem como informações muito precisas sobre a organização da EECC. O curto período de tempo em que Laís permaneceu à disposição do governo do Estado de São Paulo foi suficiente para ser lembrada por Dr. Barreto, ao referir-se aos esforços e à dedicação da “excelente profissional que é a Sra. D. Laís Netto dos Reys, minha inesquecível e proficiente colaboradora no Departamento de Saúde Pública do Estado de S. Paulo” (BARRETO, 1936, p. 27). Ademais, contribuindo na construção da identidade institucional da EECC, nada melhor do que ser reconhecida por orientar o “seu programa pelo que existe de mais moderno em matéria de educação de enfermeiras, organizando-o de acordo com as necessidades atuais do meio brasileiro”.

Chamam atenção, também, as argumentações de gênero emitidas nesse discurso que contribuem para reforçar a construção de representações da mulher-enfermeira. O apelo que é feito “às almas generosas das moças brasileiras” por um legítimo representante do governo brasileiro que detém o poder de ditar qual é o melhor trabalho para as suas colaboradoras é muito convincente, quando diz às futuras profissionais:

Ciente e seguro da vossa competência e do vosso entusiasmo, quero testemunhar-vos, no momento que trocáis o aprendizado pela prática das vossas funções, a confiança que em vós deposito e dizer-vos, como diretor dos serviços federais da saúde do Brasil, em palavra final e decisiva: que hei de me orgulhar da vossa colaboração... (BARRETO, 1936, p. 28).

Outro marcante dispositivo de gênero diz respeito ao quadro de professores<sup>117</sup> da EECC no qual enfatizava que tinha à sua disposição professores dos mais ilustres do corpo docente da Faculdade de Medicina. As enfermeiras chefes e as instrutoras pertenciam ao corpo técnico da Diretoria de Saúde Pública e não faziam parte do corpo docente<sup>118</sup>, ou seja, não lhes cabia a designação de professoras, mas de instrutoras. Talvez porque professor – o homem – era o responsável pelo ensino teórico e o instrutor – a mulher – pelo ensino prático.

---

<sup>117</sup> A relação do quadro dos professores da EECC, no período do estudo, pode ser conferida no anexo II.

<sup>118</sup> Em relatório da diretoria, tem-se que o “Corpo Docente da Escola de Enfermagem ‘Carlos Chagas’ conta com iminentes e distintos médicos, alguns catedráticos e Docentes da Faculdade de Medicina, outros Diretores da Saúde Pública e Chefes de Centro de Saúde” (RELATÓRIO, 1949b).

Longe de pensar sobre uma possível inexistência de teorização na prática, é interessante ressaltar que Rezende (1986, p. 76), ao tratar das “raízes históricas do pensar e do fazer”, diz que “contrapor trabalho manual e intelectual como uma divisão de ordem técnica é tentativa freqüentemente empregada para escamotear as reais origens dessa divisão. Ela nasce da divisão social condicionada pelas relações de poder”. Certamente o gênero, como uma categoria fundamentalmente social e como “um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 14), pode enriquecer essa análise. Ou seja, “é necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em dado momento histórico” (LOURO, 1997, p. 21).

É, portanto, no contexto de complexas e múltiplas formas de dominação, de relações permeadas pelo exercício do poder em todos os campos de inter-relações entre homens e mulheres que foram destacadas algumas das funções estabelecidas em Regulamento para os professores e para as enfermeiras chefes e instrutoras, bem como apresentado o programa do Curso de Enfermagem Geral<sup>119</sup>:

Art. 18. Ao Professor compete:

- a) reger a cadeira para que tiver contratado, preenchendo todo o tempo de cada aula com assunto constante do respectivo programa;
- b) esgotar o programa dentro do tempo determinado para cada série;
- c) comparecer assiduamente às aulas, tomando o máximo interesse pelo aproveitamento das alunas;
- d) organizar o programa da matéria que lecionar;
- e) comparecer às sessões convocadas pela Diretora e aos atos de exames

---

<sup>119</sup> O programa sofreu pequenas alterações na década de 1940, mas muito mais de agrupamentos das matérias por semestre ou por ano, ou de denominações das matérias com agrupamento de conteúdos. Os históricos escolares consultados não apresentam diferenças significativas

### *Do Corpo de Enfermeiras Chefes e Instrutoras*

Art. 21. A escola terá um corpo de enfermeiras chefes instrutoras subordinadas diretamente à Diretora, destinado a dar às alunas nos diferentes serviços especializados, a técnica de enfermagem correspondente.

Art. 22. O corpo de enfermeiras chefes instrutoras será constituído por enfermeiras diplomadas por escola oficial ou equiparada, com experiência nas diferentes especialidades para as quais forem escolhidas.

Art. 23. O corpo de enfermeiras chefes instrutoras será constituído de acordo com o quadro anexo a este regulamento (**anexo n.2**), e poderá ser ampliado segundo as necessidades para o bom andamento dos cursos, mediante autorização do secretário da educação e saúde pública, ao qual compete fazer as nomeações.

#### **Anexo n.2**

Quadro do corpo de enfermeiras

Departamento de instrução.....	2 enfermeiras
Clínica médica.....	1 enfermeira
Clínica cirúrgica.....	1 enfermeira
Obstetrícia – ginecologia .....	1 enfermeira
Pediatria – ortopedia.....	1 enfermeira
Oftalmo – otorrinolaringologia.....	1 enfermeira
Sala de operações.....	1 enfermeira
Doenças contagiosas.....	1 enfermeira
Moléstias mentais e nervosas.....	1 enfermeira

Art. 24. A cada uma das enfermeiras chefes instrutoras compete:

- responder e zelar pelo serviço que lhes for confiado;
- promover o bem estar dos doentes;
- repetir as aulas dos professores de suas especialidades e dar a respectiva técnica de enfermagem;*
- esforçar-se por conseguir o máximo de aperfeiçoamento de suas alunas;
- apresentar mensalmente à Diretora um relatório de seus trabalhos e apreciação individual sobre as alunas;
- responder perante a Diretora pelo trabalho das alunas nas suas respectivas secções (REGULAMENTO, 1934, p. 10-12, grifo nosso).

### *Do curso de Enfermagem Geral*

Art. 45. O curso geral de enfermagem será de 3 anos, divididos em 6 séries, duas para cada ano.

#### **PRIMEIRO ANO**

Período de experiência vocacional

Série A:

História da enfermagem  
Ética da enfermagem  
Técnica preliminar  
Histologia  
Anatomia (com aulas práticas de modelagem)

Série B:

História e ética de enfermagem  
Técnica geral  
Higiene mental  
Patologia geral  
Patologia interna  
Enfermagem de patologia

Psicologia  
Microbiologia  
Análises clínicas  
Física e química aplicada  
Farmacologia  
Higiene individual  
Psicologia aplicada  
Ginástica  
Canto Coral  
Religião (facultativo)

## SEGUNDO ANO

### Série C:

Ética e história de enfermagem  
Técnica especializada  
Pediatria  
Enfermagem de pediatria  
Nutrição e dietética  
Matéria médica  
Higiene geral  
Sala de operações  
Anestesia  
Ortopedia  
Socorros de urgência  
Ginástica

## TERCEIRO ANO

### Série E:

Ciência da enfermagem e seus problemas atuais  
Técnica adiantada e especializada  
Enfermagem obstétrica  
Tuberculose  
Enfermagem da tuberculose.  
Doenças venéreas da pele e lepra  
Doença dos olhos  
Doença de nariz, ouvido e garganta  
Enfermagem otorrinolaringologia.  
Psiquiatria (moléstias mentais e nervosas)  
Enfermagem psiquiátrica

interna  
Patologia externa  
Enfermagem de patologia externa  
Elementos de pediatria  
Psicoterapia, massagem  
Ginástica  
Canto Coral

### Série D:

Ginecologia  
Enfermagem e ginecologia  
Obstetrícia  
Enfermagem de obstetrícia  
Doenças contagiosas  
Higiene social  
Higiene pré-natal  
Higiene infantil  
Radiologia  
Ginástica  
Ética

### Série F:

Ciência de enfermagem, administração e organização.  
Antropologia e antropometria  
Higiene escolar  
Higiene industrial  
Higiene rural  
Ação social e seus problemas, serviço social.  
Legislação social.  
Psicologia social  
Enfermagem de saúde pública e social  
Técnica de saúde pública (REGULAMENTO, 1934, p. 19-22).



O quadro das disciplinas era bastante extenso, incorporando predominantemente matérias das especialidades médicas – da área hospitalar e da saúde pública. Ou seja, tratava-se de uma grade curricular centrada no modelo médico-biológico de ensino. A cada disciplina médica correspondia outra, de natureza mais técnica, de responsabilidade das instrutoras e das enfermeiras chefes. Poucas eram as disciplinas propriamente relativas à enfermagem como a História e Ética da Enfermagem, nos primeiros semestres, e Ciência de Enfermagem, Administração e Organização, posteriormente.

Observa-se que uma das funções das enfermeiras chefes instrutoras era “repetir as aulas dos professores de suas especialidades e dar a respectiva técnica de enfermagem”. Isto é, a instrutora deveria acompanhar as aulas proferidas pelos médicos e repetir o conteúdo ministrado para as alunas, acrescentando os aspectos técnicos da profissão. É Rosa de Lima Moreira, formada na primeira turma e que exerceu, posteriormente, as funções de instrutora, assistente de diretora e diretora da EECC quem fala sobre essa prática:

[As primeiras instrutoras da EECC], D. Maria Mendes da Rocha e depois D. Regina Mendes da Rocha tudo removiam, deixando menos espinhosa a estrada que devia ser vencida [...] Vimos o que ensina a ética, o seu valor para a espiritualidade da enfermeira, como trabalhar com a técnica, e começamos a lidar com um grupo de matérias que bem podiam constituir a família das ‘cias’. Microbiologia, fisiologia, etc. Acompanhava-nos a aula nossa professora de técnica D. Maria Mendes da Rocha que cheia de devotamento nos guiava pelos intrincados caminhos da nossa profissão (MOREIRA, 1936, p. 74).

A constituição do saber teórico da enfermagem que se organiza com relação ao saber médico continua requerendo estudos que permitam melhor delinear as delicadas fronteiras existentes entre eles<sup>120</sup>. Não estou negando a construção de um corpo específico de conhecimentos teóricos, representados pelas teorias de enfermagem, que vem sendo motivos de estudos no mundo ocidental desde Florence Nightingale e de forma mais vigorosa a partir de 1960. O que não se pode deixar de dizer é que a influência do saber médico e a

---

<sup>120</sup> O saber da medicina parece encontrar-se bem delimitado, enquanto o saber da enfermagem contemporânea encontra-se ainda em construção. Sobre esse tema, cf. MEYER; WALDOW; LOPES, 1998.

representação da enfermagem como uma prática auxiliar da medicina marcaram decisivamente as bases do processo de formação da enfermeira. Esse fato é mais do que constatado, mas não tão bem compreendido na historiografia da enfermagem.

Tratando-se do corpo técnico na EECC, à medida que aumentava o número de turmas, havia necessidade de contratar novas instrutoras para assumir as séries mais adiantadas que avançavam em direção a saberes teóricos médicos mais especializados e aos saberes práticos da enfermagem decorrentes dessas especialidades:

À nova chefe devíamos ser entregues. Em chuvosa manhã de maio fomos encontrar a risonha D. Hilda [Ferro de Souza] toda ansiosa para entrar em contato com a turma pela qual seria responsável. *Com solicitude repetia-nos as aulas, nunca deixando sem uma resposta clara a qualquer de nossas dúvidas* (MOREIRA, 1936, p. 75, grifo nosso).

As instrutoras, no exercício da prática, contavam com a colaboração das alunas mais adiantadas, “as alunas sênior – antigas”, como refere Moreira (1936, p. 75):

Antes de recebermos uniformes ficamos responsáveis pelas enfermarias que estavam sob as vistas das alunas sênior – antigas.  
A D. Adília como sênior da Cirurgia estava tão afiada em esterilização que fervia material uma hora e ainda não ficava satisfeita.

Uma prática educativa e disciplinar adotada no processo de formação da enfermeira que funcionava como um dispositivo de inclusão/exclusão era o período denominado “experiência vocacional” ou “período preliminar”. Segundo Stewart (1945, p. 22),

a palavra ‘preliminar’ é ainda usada nas escolas de enfermagem para designar algumas vezes a noviça<sup>121</sup> que ainda não foi aceita como estudante e outras vezes para diferenciar a estudante em treinamento da enfermeira do corpo técnico. Este termo indica que a pessoa está sendo experimentada e precisa provar o seu valor.

Como foi mostrado no Programa do curso da EECC, o primeiro ano era dividido em duas etapas. A primeira – período de experiência vocacional – tinha como objetivo:

---

<sup>121</sup> A palavra “noviça”, nesse contexto, está sendo entendida como aprendiz, principiante.

- 1º) ambientar a candidata na profissão, proporcionando-lhe um período de experiência com oportunidades para estudar suas aptidões;
- 2º) dar à Escola a possibilidade de conhecer as candidatas e afastar as que não revelem vocação para a profissão;
- 3º) proporcionar, a par do treino técnico elementar e da Ética profissional o conhecimento do homem em sua constituição e suas funções (DOCUMENTO, 1942?).

Após serem aprovadas no período probatório, as alunas recebiam as insígnias – uniforme, touca ou véu e braçadeiras – e obtinham a permissão para iniciar as atividades da segunda etapa relacionada com o cuidado “com doentes de carne e osso”, o que não dispensava um solene ritual, inclusive com a participação sempre cuidadosa da Diretora: “Como a mãe que mostra a seus filhos a estrada a subir, duas a duas, D. Laís nos conduziu à enfermaria apresentando-nos às Irmãs e pedindo-lhes que se interessassem pelas suas diletas filhas”<sup>122</sup> (MOREIRA, 1936, p. 75). Nas palavras de Waleska Paixão, sua amiga, aluna e sucessora na direção da Escola,

D. Laís não é uma Diretora, no rigor do termo; ultrapassando de muito as atribuições do cargo, vê em cada uma de suas auxiliares e alunas uma filha querida, dedicando a todas seu inesgotável carinho. Essa afeição a toda prova tem conquistado o coração de cada uma (PAIXÃO, 1937).

A aluna Rosa de Lima Moreira, ao fazer um relato com a denominação de “histórico da turma”, diz que as alunas que recebem as insígnias são “aquelas que souberam perseverar, que venceram o período vocacional de preliminares para alunas, que iriam trocar o avental branco pelo vestido azul, o tênis pelos sapatinhos que comprimiam os calos, receber o véu que prenderia os rebeldes cabelos e irritaria os pavilhões auriculares e a capa da responsabilidade” (MOREIRA, 1936, p. 75). Essa mesma aluna fala da primeira solenidade de imposição das insígnias ocorrida na EECC, em janeiro de 1934, com a presença do “que há

---

<sup>122</sup> Há indícios, nesse depoimento, de que a EECC contava com a contribuição das Irmãs da Caridade do Hospital São Vicente de Paulo nas atividades práticas das alunas, ou que pelo menos elas não cerceavam a autonomia da Escola como ocorreu na Santa Casa de Misericórdia na década de 1930 e no Hospital Municipal na década de 1940.

de mais culto no mundo eclesiástico e civil”, até mesmo com a participação de Dr. Carlos Chagas:

A cerimoniosa festa que se realizou não pode deixar de ser mencionada, porque além de reunir o que há de mais culto no mundo eclesiástico e civil foi honrada com a presença do patrono da enfermagem brasileira – o muito saudoso Dr. Carlos Chagas. Foi paraninfo da turma o criador da enfermagem em Minas, D. Ernani Agrícola (MOREIRA, 1936, p.75).

Observa-se que essas solenidades era muito concorridas e sempre noticiadas pela imprensa, mostrando que a EECC atendia a um ritual a ser seguido criteriosamente para essa ocasião:

As solenidades que foram brilhantíssimas obedeceram ao seguinte programa:

A's 8 horas, missa em ação de graças, celebrada pelo revmo. Padre. Negromonte, cura Catedral.

A's 10 horas, no salão nobre do Internato da Escola, a solene imposição das insígnias às novas enfermeiras.

A' mesa que presidiu a sessão sentaram-se o dr. Waldemar Tavares Paes, representante do sr. Secretário de Educação e Saúde Pública, d. Lays Netto dos Reis, diretora da Escola, dr. Abes Dias professor da Universidade do Rio de Janeiro, em visita a Belo Horizonte, paraninfo da turma.

Estiveram presentes os drs. Hugo Balena, Octavio Magalhães, além de médicos e elementos de destaque em nossos meios sociais (O DIÁRIO, 1936a).

Receberão insígnias as enfermeiras da 11<sup>a</sup> turma – conclusão de curso e entrega de toucas simbólicas.

Realizam – se hoje, às 16:30, na sede da escola de Enfermagem Carlos Chagas cerimônia que atestam a grande atividade desenvolvida por uma casa, sob a inspiração dos princípios cristãos se pratica o mais sadio feminismo. Tornam-se desnecessárias quaisquer referências aos grandes benefícios que a Escola vem prestando. Eles estão aí, evidentes, nos hospitais que essas jovens dirigem nos demais serviços que elas desempenham.

O programa é o seguinte:

1. Abertura da sessão pelo Ex.mo. Sr. dr. J. de Castilho Júnior, DD. Diretor de Saúde pública.

2. Hino Nacional.

3. Discurso do paraninfo do Curso Geral, d. Elda Soares.

4. Discurso da paraninfa do curso de Auxiliares, d. Rosa de Lima Moreira.

5. Benção das insígnias pelo ver. Pe. Luiz Plá. DD Vigário de Santana da Serra.

6. Juramento da enfermeira

7. Imposição de insígnias e entrega dos certificados e toucas

8. Oração da enfermeira

9. Discurso da oradora do curso geral. D. Roselya de Belim Teixeiras.

Discurso da oradora do curso de auxiliares, D. Cenira Fernandes Lima.

10. Hino da enfermeira.

11. Encerramento pelo Sr. Diretor da saúde pública (O DIÁRIO, 1939).

Nessas ocasiões, de maneira geral, aconteciam formaturas e imposição de insígnias. As alunas do Curso Geral de Enfermagem recebiam os diplomas, as alunas aprovadas no período vocacional recebiam as insígnias e as alunas do Curso Anexo Cruz Vermelha e do Curso de Auxiliar de Enfermagem recebiam os certificados.

Constituiu uma solenidade de tocante sentido patriótico e cristão a cerimônia, ontem realizada, da entrega de diplomas e insígnias às alunas que terminara neste ano os diversos cursos da escola de Enfermagem ‘Carlos Chagas’.

O ato, que teve início às 10 horas, fez regurgitar de gente a sede daquele educandário. Viam-se famílias da nossa sociedade, médicos universitários e autoridades, entre as quais se notaram o Revmo. Padre Álvaro Negromonte, representando o Exmo. Sr. Arcebispo metropolitano, paraninfo das enfermeiras, o major Eudroxio Joviano dos Santos, pelo governador do estado; o dr. Waldemar Tavares Paes, representando o secretário da educação, Revmo. Monsenhor Mário da Silveira e Revmo. Cônego Domingos Martins (O DIÁRIO, 1937b).

Um ano após a cerimônia de imposição de insígnias à primeira turma, as alunas receberam uma homenagem prestada pela sua professora de francês em poema do *Cinco p’ras Dez*. Nesse poema e em vários outros foram exploradas as características pessoais das alunas que, se por um lado, as individualizavam, por outro, demonstravam uma homogeneização, nesse caso, pela própria “tomada do véu” e pela “braceira azul”:

#### *A tomada do véu*

Que grande festa tivera  
Solene, bonita, correta,  
A Série B ganhou véu,  
Ante assistência seleta.

Provou a oradora da turma  
D. Elda, a mão do Almir  
Que com ela, em eloquência  
Ninguém pode competir

Com Dr. Waldemar Tavares  
E Dr. Abes Dias presentes  
Sentiram-se as enfermeiras  
Muito honradas e contentes.

Foi uma festa bonita.  
Meu Deus! Quanta enfermeira  
Mais 4 receberam véu,  
E três apenas braceiras.

Mas, porque isso? Ora essa!  
Porque esta grande maldade?  
-Não querem véu. Têm a touca  
Das irmãs de caridade.

Irmãs Josefa, Catarina,  
E também Irmã Zoe,  
Com a bela braceira azul,  
Estão bem contentes até.

O paraninfo da turma,  
Em belo discurso, eloqüente,  
Discordou de d. Elda  
A respeito de São Vicente.

A pobre da oradora  
Ficou logo encabulada  
Por ter sido, assim, de repente,  
E em público emendada.

Perdão, Padre Negromonte  
Agora o Senhor se enganou  
(Estas palavras a Walda  
Com pena da aluna falou).

D. Elda disse certo,  
Pois são Vicente afinal,  
Quem com técnica e ciência  
Fundou o curso geral?

No tempo de Jesus Cristo  
Escolas assim não havia  
Apenas o curso anexo  
Esse, sim. Já existia.

O bom do samaritano  
Injeções ainda não dava.  
Mas, sem técnica nem nada  
Os doentes bem cuidava.

Portanto, tenho a dizer,  
Que Jesus sem grande exigência  
Fundou um Pronto Socorro,  
A enfermagem de emergência.

Dela sou, com muito orgulho,  
Aluna bem entusiasmada  
Da Escola de Jesus Cristo,  
Não tenho inveja de nada.

Fique Waleska, se quiser  
Na Escola de São Vicente.  
Porque eu na minha, com Eneida  
Estou orgulhosa e contente.

(PAIXÃO, 1936b)

### *Homenagem à turma C*

Há um ano a turma C  
O véu azul recebeu.  
Em nome de todas nós  
Quem vai saudá-la sou eu.

Irmã Matilde, Elazir,  
Ruth, Irene, Celina,  
Também Rosa e Adília  
Não esquecendo a Carlina.

A Ruth é muito calada  
Irene bem faladora.  
A Rosa é estudiosa,  
Adília declamadora.

A Elazir é aplicada  
Irmã Matilde inteligente  
É a honra da escola  
É orgulho de S. Vicente.

Deixei para o fim a Carlina  
Que é bem nossa camarada  
Regina e eu lhe devemos  
Uma boa cavalgada.

É uma turma correta,  
Competente de uma vez  
Dela sou com muita honra  
Professora de Francês.

Celina é boa menina  
Somente um tanto nervosa  
Se a tiram para dançar  
Fica depressa chorosa.

Não tenho eu muita coisa  
Para contar dessa vez.  
Não tenho culpa do que houve  
Vou explicar a vocês.

Passei ontem a tarde toda  
A minha musa amolando  
Mas...Ela me respondeu:  
Você já está abusando

(CINCO P'RAS DEZ, 1935a)

As insígnias – uniforme, touca ou véu e braçadeiras – atuavam como um dispositivo educativo. Se, de um lado, o uniforme era uma forma de homogeneizar as diferenças, de outro ele, a touca ou o véu e as braçadeiras faziam parte de uma imposição de normas que geravam hierarquia e símbolos repletos de significados.

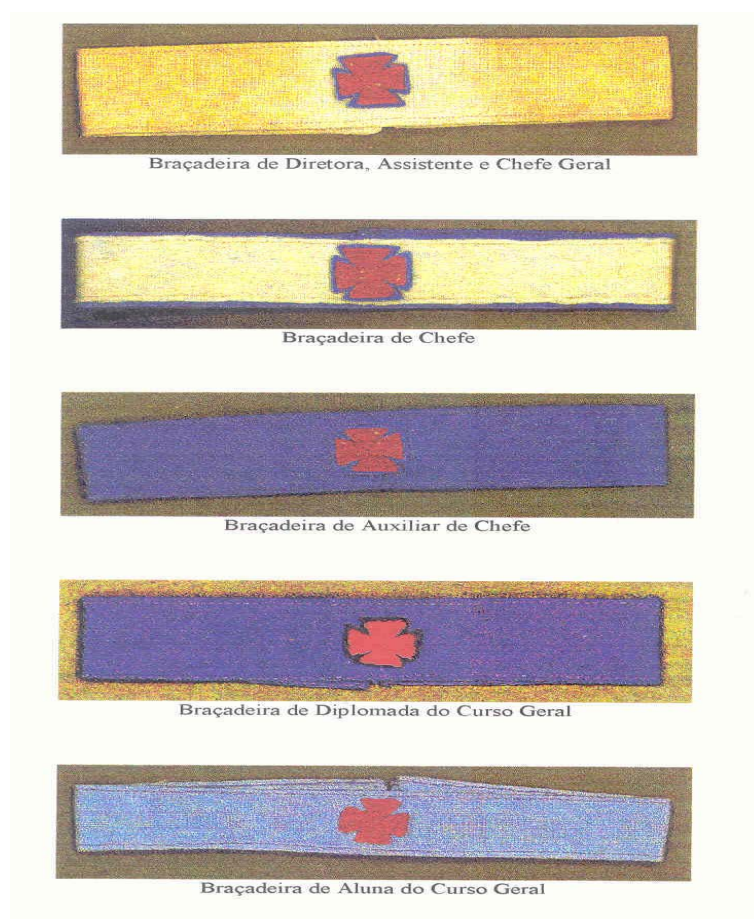


FIGURA 10  
Braçadeiras de identificação de hierarquia na EECC

Um símbolo que compunha as insígnias e se colocava como a “logomarca” da “enfermeira Carlos Chagas”<sup>123</sup> era a Cruz de Malta. Ela estava presente na bandeira da Escola, nos seus impressos e correspondências, nas braçadeiras e sob a forma de broche, que era usado na touca ou no véu.

<sup>123</sup> Ao ser transferida para a EEAN, Laís Netto dos Reys introduziu o símbolo da cruz de Malta naquela Escola, que passou a ser considerado o símbolo da enfermagem.

Do ponto de vista histórico, a cruz de Malta nos reporta à Ordem de Malta, uma das ordens militares mais antigas, também, conhecida por Ordem dos Templários e dos Cavaleiros de São João e/ou Cavaleiros do Santo Sepulcro; mais tarde, Cavaleiros de Chipre, de Rodes desde 1310 e de Malta desde 1530. Para os Cavaleiros de Malta, os quatro braços da cruz representam o local onde Cristo sofreu e as suas oito pontas simbolizam as bem-aventuranças por um mundo novo proferido no discurso do “Sermão da Montanha”<sup>124</sup>

Laís Netto dos Reys, ao tomar a cruz de Malta como símbolo da enfermagem, o faz do ponto de vista histórico, e não da heráldica. Ou seja, a cruz usada na EECC é a chamada cruz Patèe ou Pátea, de acordo com algumas traduções, e não a cruz de Malta, conforme figuras apresentadas a seguir.



Cruz Patèe



Cruz de Malta

FIGURA 11

Pesquisando na literatura em geral sobre a diversidade de cruces e sobre os seus significados, verifiquei que a cruz Patèe é uma cruz grega, que tem o centro estreito e os braços curvos para fora e que é muitas vezes confundida com a cruz de Malta. E a força do significado desta última vem de suas oito pontas, que expressam as forças centrípetas do espírito e a regeneração. Ao usar uma cruz com quatro, e não com oito, pontas como a cruz de Malta, Laís atribui significados a essas pontas: sofrer perseguições e ser sincero e puro de coração; ser misericordioso e amar a justiça; alegria espiritual e viver sem maldade; livrar-se do mal e amar aqueles que o ofendem.

A simbologia da cruz de Malta e os significados a ela atribuídos faziam parte das aulas de ética da enfermagem ministradas por Laís, bem como eram mencionados em festividades da Escola.

---

<sup>124</sup> <http://www.ordendemaltacolombia.org>. A Cruz de Malta e os significados a ela atribuídos são apresentados no anexo VII.



As solenidades de imposição de insígnias revestiam-se de maior importância do que a cerimônia de formatura, talvez porque, antes de ser profissional, a candidata a enfermeira precisava ser aprovada como aluna. É o que mostra uma aluna ao comemorar um ano de recebimento das insígnias: “Há um ano, depois de sacrifícios inauditos, eu recebia as insígnias de enfermeira, insígnias que me permitiam ser aluna da Escola de Enfermagem” (CARDOSO, 1936b).

O discurso de uma aluna oradora da turma que recebeu as insígnias em 16 de janeiro de 1936 revela que esse momento de transição na formação das alunas pode ser compreendido como um rito de passagem, ou seja, “como modos de realizar uma transição entre estados ou posições sociais e que estes se caracterizam por três fases: separação, margem e agregação” (GENNEP, 1978, p. 27).

O dia de hoje é um marco que se fixa sobre uma divisa, a etapa vencida e aquela a vencer, cujo itinerário será bastante nobre, graças às luzes de uma vocação, cujos fochos iluminarão a senda do mister.

O postulado é terminado, e firmes aqui estamos a prestar o nosso juramento solene que a profissão nos exige, ao nosso suserano – o Supremo Onipotente.

É nos imposta uma cruz, – mas que importa este fragmento de tecido rubro? – Senhores, é este um símbolo tão nobre, que o guardaremos como gema no seu seio sagrado, com a nossa atitude profissional, que é o escudo da enfermeira em todos os momentos da profissão.

É esta cruz rubra que nos impõe a responsabilidade de servir – missão da enfermeira – com imparcialidade, ao amigo, dando-se, se preciso for ao sacrifício, quando este for em prol do bem.

Ela nos obrigará a ter sempre em mira, o dever, é ela a representação da bondade, da caridade, do sacrifício, da abnegação e aquela que a traz bem visível, jamais se esquecerá que o seu mister é o altruísmo, é a proteção da humanidade, socorrendo e protegendo os pobres de físico e de espírito prevenindo os descuidados e os ignorantes.

Senhores, este véu não é menos significativo: ele simboliza a pureza de intenção no trabalho da enfermeira (O DIÁRIO, 1936a).

Esse discurso mostra que a recepção das insígnias atua como um “marco que se fixa sobre uma divisa”. Assim, a fase de aluna preliminar é encerrada para começar uma nova etapa. Tem-se que ocorrer a separação de uma fase para agregar-se à outra, que já é considerada como pertencente ao mundo da profissão. Ou seja, ao receber “um símbolo tão

nobre [...], o escudo da enfermeira em todos os momentos da profissão”, a aluna passaria, desde então, a assumir comportamentos e atitudes profissionais antes do término do curso.

Tratando-se da duração do curso de Enfermagem Geral, rezava o regulamento que era de três anos. O período preliminar ou vocacional, designado pré-clínico nos históricos escolares, era realizado em torno de três a cinco meses. Os outros 25 a 27 meses eram distribuídos nos campos de prática de acordo com as especialidades médicas e/ou setores das instituições usadas para o ensino.

De acordo com o Programa Educativo de Escolas de Enfermagem:

O curso básico de três anos é geralmente dividido em primeiro, segundo e terceiro ano. Certo período do primeiro ano deve ser reservado à iniciação da estudante e à prova de sua aptidão para o serviço de enfermagem. Este período [...] varia em duração, mas usualmente se estende de 2 a 6 meses. A comissão recomenda que ao menos 4 meses e [...] que todo o primeiro anos seja empregado em edificar as bases para as obrigações de maior responsabilidade que serão encontradas no segundo e terceiro ano (STEWART, 1945, p. 49).

Na EECC, o ano letivo era de 11 meses, sendo um mês de férias para as alunas que tinham 8 horas diárias de ensino teórico-prático, com folgas de um dia e meio durante a semana. As faltas eram compensadas após o cumprimento dos três anos de curso.

A partir das informações contidas em Relatório da Diretora da EECC, que tratam dos “Campos de prática”, é possível constatar que o ensino era predominantemente prático. As aulas teóricas, ministradas pelos professores da Faculdade de Medicina e pelos Chefes de Centros de Saúde, pareciam consistir em “porta de entrada” para as enfermarias e/ou serviços de saúde pública que se dividiam de acordo as especialidades desses médicos. Os históricos escolares<sup>125</sup> nem sempre apresentam a distinção entre as disciplinas teóricas e as práticas, e muito menos sobre a carga horária de cada uma dessas disciplinas.

---

<sup>125</sup>No anexo VIII, foram apresentados históricos escolares das alunas referentes às décadas do período do estudo.

### Campos de prática

Pronto Socorro Policial: Além dos primeiros socorros e cuidados subseqüentes aos acidentados, há sempre alguns casos de medicina por falta de leitos nos hospitais próprios. 4 meses.

Lactário Odete Valadares 1 mês

<u>Hospital da Criança ‘Elvira Nogueira’</u>	Cirurgia	45 dias
	Medicina	45 dias

Santa Casa de Misericórdia Cirurgia de adultos 3 meses

Dispensário Anti- Tuberculoso 3 meses

<u>Hospital São Francisco de Assis</u>	Obstetrícia	4 meses
	Oftalmologia	1 mês
	Ginecologia	1 mês
	Otorrino	1 mês
	Sala de operações	2 meses

Serviços em residências particulares 1 ano

Saúde pública 4 meses (RELATÓRIO, 1943, p. 27-28).

Os “serviços em residências particulares” foram considerados nesse relatório como uma atividade prática. Contudo, eles não aparecem nos históricos escolares, bem como os plantões particulares não eram obrigatórios, diferente dos “serviços de noite” (plantões noturnos) em que eram exigidos em torno de 30 plantões no decorrer do curso. Os serviços particulares foram considerados, neste estudo, como uma atividade extracurricular e como uma prática educativa – orientada e administrada pela Escola. Dessa forma, além de se caracterizar como uma forma de prestação de serviços à comunidade em geral, não deixa de ser uma forma de legitimação social da Escola ao mostrar para a sociedade belo-horizontina que ela oferecia um serviço de enfermagem de qualidade. Não foi possível fazer um rastreamento para confirmar o nível socioeconômico das famílias que usavam esse serviço; pode-se pressupor que eram famílias abastadas, uma vez que os plantões eram cobrados. Contudo, os registros do serviço particular desenvolvido pela EECC no período de 1938 a 1948 foram mapeados, mostrando que os plantões particulares aconteciam durante todos os meses do ano, conforme quadro a seguir:

**Quadro ilustrativo do número de dias/mês do  
serviço de plantões particulares da EECC – 1938-1948**

Mês/Ano	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948
Janeiro	11	6	10	18	10	13	20	1	11	10	21
Fevereiro	8	19	17	11	11	22	21	3	2	2	8
Março	5	20	21	13	6	24	9	15	5	9	5
Abril	10	20	15	7	10	20	14	14	1	10	
Mai	10		8	17	27	20	15	17	5	3	
Junho	20		5	2	13	22	12	8	14	5	
Julho	17	14	13	11	9	23	8	19	4	3	
Agosto	16	18	17	21	12	22	8	9	9	10	
Setembro	13	15	13	10	20	20	16	11	6	2	
Outubro	4	19	23	8	25	24	13	12	13	8	
Novembro	12	24	34	6	17	23	14	12	4	1	
Dezembro	12	17	12	8	18	21	7	7	1	3	
Total	138	172	188	132	178	254	157	128	75	66	34
Média	11,5	17,2	15,7	11	14,8	21,2	13,1	10,7	6,25	5,5	11,3

**Fonte:** SERVIÇO PARTICULAR, 1938 a 1948.

Ao discorrer sobre a contribuição da EECC na prestação de serviços à cidade, em matéria de *O Diário*, o padre Dr. Luiz G. Plá cita a importância dos plantões particulares:

A ‘Escola da Enfermagem Carlos Chagas’ tem possibilitado a esperança de que a cidade chegue a possuir, sem tardar, uma organização de ‘assistência particular’ aos doentes, em sua própria casa, sem necessidade de que o ‘hospital’ ou a ‘casa de saúde’ seja o lugar obrigado dos que enfermarem [...]. Os horizontes futuros da obra são tão promissores e tão claros, que podemos afirmar que a Escola de Enfermagem Carlos Chagas é já de uma firmeza inabalável, posto que as próprias necessidades sociais serão a primeira coisa a dar-lhe motivos crescentes de desenvolvimento e progresso<sup>126</sup> (O DIÁRIO, 1937b).

É interessante ressaltar que no momento em que os hospitais eram criados e/ou reorganizados em virtude da crescente medicalização da saúde, a enfermagem domiciliar para a assistência aos doentes já era cogitada. Fica em evidência a demarcação de espaços sociais pela EECC, a qual, nesse relato, já é considerada “de uma firmeza inabalável, posto que as próprias necessidades sociais serão a primeira coisa a dar-lhe motivos crescentes de desenvolvimento e progresso”.

<sup>126</sup> No sistema de saúde brasileiro, oficialmente, a atenção à saúde domiciliar, com a participação significativa e efetiva da enfermagem, está sendo colocada em prática no início deste milênio, ou seja, cerca de setenta anos após as previsões otimistas do Pe. Dr. Luiz.

Ao mesmo tempo em que colocava as alunas a “aprender a fazer, fazendo”, por meio, também, dos plantões particulares, a Escola foi ganhando visibilidade social, bem como não deixou de interferir na “cultura urbana” em questões de assistência à saúde dos moradores de Belo Horizonte.

Nessa perspectiva, a EECC utilizou outros dispositivos de caráter educativo que serviam para ampliar a sua área de atuação e tornar-se reconhecida na área da saúde e no campo educacional de sociedade mineira e brasileira. Dessa forma, parecia atender ao Programa Educativo de Escolas de Enfermagem, no qual se tem a orientação de que a escola de enfermagem pode incluir certo número de atividades extracurriculares de caráter educativo que não pertencem ao currículo, da mesma forma que “qualquer tipo de experiência que definitivamente auxilie o preparo das estudantes para os seus deveres de enfermagem, ou que favoreça o seu amadurecimento pode ser considerado como pertencente ao currículo da escola de enfermeiras” (STEWART, 1945, p. 22).

A criação de um posto de serviço, em 30 de setembro de 1936, foi outra atividade de prestação de serviços colocada à disposição dos belo-horizontinos. Tal iniciativa foi divulgada em 1º de outubro de 1936 pelo *O Diário*:

#### ***Posto da Escola de Enfermagem Carlos Chagas***

Serviço de curativos, injeções e tratamentos.

A Escola de Enfermagem Carlos Chagas, sob a criteriosa superintendência da exma. Sra. d. Lais Netto Reys, inaugurou ontem em ponto central da cidade, a Av. Afonso Pena, 574, salas 4 e 5 – 1º. Andar - um posto de serviços de injeções, curativos e tratamentos.

Não se podem regatear louvores à iniciativa das competentes enfermeiras, iniciativa que virá prestar relevantes serviços ao público e à ilustre classe médica.

O Posto funciona diariamente, das 8 às 18 horas e atende chamados à domicilio pelo telefone 3389, [...] sendo presentemente, chefiado pela enfermeira, senhorita Regina Mendes da Rocha (O DIÁRIO, 1936b).

Esse posto de serviço foi divulgado até março de 1937, pelo *O Diário*, contudo não foram encontradas outras informações sobre a duração do seu funcionamento.

A EECC participou, também, durante três anos – 1935 a 1937 –, do “Mês Feminino” assim denominada “uma concentração feminina da Escola Superior de Agricultura de Viçosa”. Segundo Mesentier (1937, p. 34), “era um programa do Dr. Bello Lisboa, dirigente dessa obra [Escola Superior de Agricultura] no período de 1928 a 1935 – a fundação de uma grande escola modelo profissional feminina”. Tal atividade acontecia no mês de janeiro, em período de férias escolares, podendo contar, assim, com a participação do maior número de professoras. O *Cinco p’rás Dez* noticia a partida para Viçosa:

Cheias de esperança lá se vão as representantes de Enfermagem em Minas disseminar seus úteis conhecimentos no mês feminino de Viçosa. D. Laís à frente, à insistência do nosso Diretor, Dr. Mário Álvares da Silva Campos leva duas auxiliares, que embora não sendo, pretendem ser o seu braço forte nesse certamen científico! O 5 pras 10 deseja muitas felicidades a estas que vão nas plagas longínquas de Minas, levar o nome de nossa querida Escola de Enfermagem” (CINCO P’RAS DEZ, 1937).

Observa-se que havia “insistência” por parte do Diretor da Saúde Pública para que a EECC participasse desse “certamen científico”, ou seja, era um momento de interiorizar as políticas de saúde ao “disseminar seus úteis conhecimentos” para as moças e senhoras de Viçosa. Pelo relato, fica-se em dúvida se a Diretora sentia-se obrigada a participar de tal atividade ou se a obrigação se referia ao fato de que ela levasse as alunas. Pode-se pensar que o número de instrutoras e de alunas era muito pequeno para as diversas e diferentes atividades desenvolvidas pela EECC. Antes da criação da Escola, Laís Netto dos Reys tinha à sua disposição a enfermeira Clitemnestra Pessanha, que assumiu os trabalhos de coordenação dos serviços de enfermagem na área da saúde pública perante a Diretoria de Saúde Pública<sup>127</sup>, cargo posteriormente acumulado com os de instrutora nessa área e de assistente da Diretora. Depois da instalação do internato, a EECC conseguiu fazer novas contratações para a sua organização interna, conforme rezava seu Regulamento:

---

<sup>127</sup> A Diretora da EECC, no período estudado, era responsável pela direção da Escola e pela Superintendência dos Serviços de Enfermagem de Saúde Pública do Estado.

Art. 51. A Escola se comporá de Internato e Externato.

Parágrafo único. No Internato deverão residir a Diretora, sua Assistente e o corpo de Enfermeiras instrutoras e a Ecônoma.

Art. 52. Para a administração interna a Escola terá uma ecônoma, que deverá ser senhora de altas qualidades morais e capacidade administrativa, ao critério da Diretora e da sua escolha (REGULAMENTO, 1934).

Tratando-se de recursos humanos e materiais, o relatório da Diretora Waleska Paixão (gestão 1939-1948) não deixa dúvida a respeito das dificuldades enfrentadas pela Escola:

Constituiu sempre um grande problema para a Escola a falta de pessoal. Iniciou-se com: Diretora, Vice-Diretora e 4 instrutoras. Em 1934 foi contratada uma Secretária. Em 1935, uma ecônoma, uma inspetora [ela própria] e uma servente.

Se considerarmos que em 1935 foi instalado o internato, concluímos que o pessoal, já então, era insuficientíssimo. Por mais que pareça incrível, continuamos com esse quadro – excluída a inspetora até a reforma Alvino de Paula<sup>128</sup> (RELATÓRIO, 1948?, p. 9).

As alunas diplomadas, de maneira geral, eram contratadas como instrutoras ou assumiam cargos na saúde pública<sup>129</sup>. Entretanto, na década de 1940, segundo relatório da diretoria da EECC, as instrutoras, por serem mal pagas e pelo fato de “tanto no internato como no trabalho não oferecerem conforto, as alunas recentemente formadas, recusaram o convite para trabalharem na Escola” (RELATÓRIO, 1949a)<sup>130</sup>.

A falta de um hospital próprio, de salas adequadas para demonstração das técnicas, de laboratório equipado, de material didático pedagógico e de uma biblioteca tanto em quantidade de livros quanto em qualidade eram os muitos obstáculos existentes, que segundo, as diretoras da EECC impediam o desenvolvimento de um ensino de qualidade<sup>131</sup> (RELATÓRIO, 1943).

---

<sup>128</sup> A Reforma Alvino de Paula se refere ao Decreto-Lei n. 1.751, de 3 de junho de 1946, que dispõe sobre a reorganização do Departamento Estadual de Saúde, que coloca a EECC subordinada à Escola de Saúde Pública criada por esse decreto-lei.

<sup>129</sup> As atividades das egressas até o ano de 1943 estão relacionadas no anexo IV.

<sup>130</sup> No final da década de 1940, tem-se referências de que “não foi possível acomodar todas as alunas na casa da Rua do Chumbo, uma vez que esta se encontrava em péssimo estado de conservação” (NASCIMENTO, SANTOS e CALDEIRA, 1999).

<sup>131</sup> As dificuldades enfrentadas na implementação do ensino na EECC foram descritas por Nascimento; Santos; Caldeira (1999). A relação de livros, de materiais e equipamentos de estudo da EECC na década de 1940 é apresentada no anexo IX.

Para suprir um pouco essas deficiências, as alunas, possivelmente, por orientação da Diretora e das instrutoras, criaram uma prática que foi denominada de “Cooperando”:

Começa a realizar-se hoje uma aspiração da nossa revista – a cooperação entre as alunas, através destas páginas. – Sabemos quanto é penosa a primeira etapa da Escola: matérias desconhecidas, falta de livros adequados, acarretam para as preliminares a difícil tarefa de organizar seus pontos com as notas tomadas em aula. O tempo é tão pouco! – Por isso, no louvável desejo de auxiliar as colegas, uma aluna resolveu ceder-nos gentilmente alguns dos seus pontos. Pedimos outras que fizeram o mesmo. E assim surgiu a nova seção – COOPERANDO – que espera o apoio de todas as alunas, para uma colaboração sempre mais eficiente de todas nós, nesse edifício da Enfermagem Brasileira, que deve ser um monumento de abnegação e civismo (A ENFERMAGEM EM MINAS, 1937c, p. 26).

Esse tipo de seção da revista não deixa de ser uma prática bastante sugestiva. Além de contribuir para o desenvolvimento de um espírito de cooperação entre as alunas, ela servia ao mesmo tempo, para suprir deficiências de material didático e para ampliar a cultura intelectual de todas por meio da escrita.

Os concursos internos eram outros dispositivos usados, na EECC, com o propósito de desenvolver na futura enfermeira, segundo as orientações do concurso, as “virtudes profissionais” tais quais os grandes médicos e cientistas desenvolviam. Ou seja, “se às enfermeiras não cabe o papel saliente que pode desempenhar o médico, não lhes são menos necessárias essas virtudes de grande importância no seu nobre e eficiente labor”. Para tanto, “visando estimular esses esforços”, a Escola criou o concurso Carlos Chagas, “reunindo desta forma suas homenagens às que já foram prestadas ao seu grande e ilustre patrono”. Todas as alunas poderiam concorrer ao concurso ao atender às seguintes condições:

- a) A candidata deverá possuir bons relatórios, fé de ofício que prove o seu espírito de enfermeira.
- b) Prova de dedicação – Acendrado e real interesse pelo serviço, zelo ardente pelo doente, pela defesa da saúde e do progresso nacional.



c) Deverá apresentar 1 trabalho sobre assunto que se relacione direta ou indiretamente com a Enfermagem, por exemplo: estudo sobre a vida de um médico ou enfermeira ilustre, problemas de Higiene, enfermagem hospitalar, escolar ou de Saúde Pública.

Os trabalhos deverão se entregues até 1 de Dezembro do corrente ano. Será conferido o prêmio Carlos Chagas à aluna que maior número de pontos obtiver nessas provas (A ENFERMAGEM EM MINAS, 1937b, p. 32).

O desenvolvimento de virtudes a partir de modelos profissionais era um dispositivo muito comum nas práticas educativas. Na EECC e na enfermagem em geral era muito comum apresentar às alunas modelos ideais de enfermeiras. Florence Nightingale seria o modelo mundial exemplar, perpassando pela heroína brasileira Ana Néri. Laís Netto dos Reys personificava o modelo de enfermeira cristã católica idealizado pela Escola. E era na Diretora que as alunas queriam ou deveriam se espelhar. É o que demonstram alguns dos diversos discursos encontrados na *A Enfermagem em Minas*:

‘Quem me segue, não anda em trevas’, diz o livro santo. Também as discípulas da nossa Escola de Enfermagem, já tão firme nos seus propósitos e elevada nas suas realizações, é bastante seguírem os exemplos da sua atual Diretora para que não vejam trevas, senão luzes e recompensa (MAGALHÃES, 1936, p. 17).

*‘Cesse tudo que a antiga musa canta  
Que outro valor mais alto se alevanta...’*

O de D. Laís Netto dos Reys, a Diretora da Escola, a alma de todo esse movimento [de criação da EECC], cuja maternal dedicação às professoras, funcionárias, alunas e doentes, reservou no coração de todas em geral e cada uma em particular, a afetuosa veneração, que ela sente irradiar, sem restrições, unânime, sem que precisemos converter em palavras (A ENFERMAGEM EM MINAS, 1937c, p. 33).

Ao propor reflexões sobre o exemplo como um dispositivo legítimo e pedagógico no interior das escolas de meninos e meninas, Faria Filho (2000) traz as observações Guy Vincent. Este autor diz que

dar o exemplo não é apenas um meio, ao lado de outros, de instaurar a disciplina: este procedimento manifesta a característica essencial da ordem a instaurar. Não é uma vontade que se impõe a outro, que pode todo dia se impor a tantos outros, mas é algo que se impõe a todas as vontades. Dando o exemplo, o mestre mostra que se submete a uma lei comum, sem passar o sentimento de que ela seria o resultado de uma convenção entre as pessoas, mas o sentimento de que ela é supra-pessoal (VINCENT *apud* FARIA FILHO, 2000, p. 85)

Nesse sentido, o tom laudatório dos discursos veiculados na EECC, principalmente aqueles que se referem à Laís Netto dos Reys, não deixa de ser a afirmação de um exemplo a ser seguido. Um exemplo que não é imposto, mas que se produz no momento mesmo em que é construído e que possibilita, parafraseando Faria Filho (2000), apresentar-se como uma prática de caráter formativo, educativo das relações estabelecidas que faz emergir novas sensibilidades e sentimentos diante da realidade vivida tendo como referência o mundo escolar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Se é verdade que o real é relacional, pode acontecer que eu nada saiba de uma instituição acerca da qual julgo saber tudo, porque ela nada é fora das suas relações com o todo.*

Pierre Bourdieu

*A vida precede sempre a explicação da vida, pois é sempre 'a posteriori' que a análise se faz possível, podendo-se mesmo dizer que é dessa defasagem que se vive.*

Michel Maffesoli

Terminar este estudo não foi tarefa fácil. Contudo, de um lado, o pesquisador tem uma cronologia a seguir, mesmo sabendo, como diz Luciano Mendes de Faria Filho, que nem sempre os tempos lógicos e os cronológicos são coincidentes. De outro lado, há um momento em que não faz mais sentido protelar uma parada estratégica. Ou seja, há necessidade de colocar, mesmo que precariamente, um ponto para finalizar o trabalho, obrigando-nos a retomar o seu sentido inicial, desde a escolha do tema, até sua redação atual.

Dessa forma, das não poucas vezes que ensaiei a escrita destas considerações finais deparava sempre com uma profusão de idéias que informavam sobre a sua constituição, mostrando que, não obstante a dificuldade de circunscrever o que se espera da última etapa de um relatório de pesquisa, o objetivo primordial é que ela deve dar conta de mostrar ao leitor e mesmo para o pesquisador o que se pretendia e o que se conseguiu no percurso da investigação. É o que me propus.

O pressuposto de que a Escola de Enfermagem Carlos Chagas (EECC) em seu processo de institucionalização, produziu e reproduziu uma cultura escolar singular é que deu origem a esta investigação, que procurou mostrar a constituição e a configuração dessa cultura escolar no período do estudo abrangendo o ano de criação da Escola, em 1933, até 1950.

De um lado, é possível afirmar que a EECC, em seu processo de institucionalização, constituiu e legitimou uma cultura escolar que lhe conferiu singularidade. Dessa forma, deu-se visibilidade social a uma cultura institucional que foi se constituindo, ao mesmo tempo em que se elaboravam representações da Escola, da enfermagem e da sua profissional imbuídas do espírito de brasilidade, de patriotismo e de religiosidade. Isto é, pode-se dizer que na EECC ocorreu a configuração de uma cultura escolar imprimindo à Escola uma identidade institucional em consonância com o debate intelectual reinante no País nas décadas de 1920 e 1930, em que a identidade nacional era colocada como questão de primeira ordem. Percebeu-se, pois, uma identidade institucional que, em sua materialidade e em suas práticas escolares – tempos, espaços, currículos, materiais didáticos, processos avaliativos e de controle, corpo docente, dentre outros –, deveria assemelhar-se às normas oficiais do sistema educacional brasileiro em geral, e do ensino de enfermagem, em particular. Nesse último aspecto, ao mesmo tempo em que a EECC tinha que espelhar-se na EEAN, ela queria dela diferenciar-se. Isto é, em seu processo de institucionalização, a EECC buscou posicionar-se como uma escola brasileira católica cristã em solo mineiro, trazendo para o seu campo de luta uma grande aliada, a Igreja Católica, representada por Laís Netto dos Reys e por outros intelectuais militantes católicos. Assim, pode-se dizer também que a Escola, no período estudado, atuou de forma a colocar em prática o seu lema: **A Deus – pela humanidade – para o Brasil.**

De outro lado, tornar-se uma escola de enfermagem num vasto campo de identidades pessoais e institucionais criando-se e recriando-se em meio a dimensões

socioculturais e políticas que buscavam adquirir visibilidade e inteligibilidade, tais como modernidade, tradição, educação, enfermagem, profissionalização da mulher, medicina, ciência, Estado, Igreja, religião, saúde, doença, não foi tarefa fácil. Ou seja, ao colocar-se no campo das lutas de representação demarcando a sua identidade institucional, a EECC foi criando, incorporando e recriando uma cultura escolar que evidenciou, simbólica e materialmente, os seus saberes e fazeres escolares produzidos e representados por alguns de seus principais elementos: os sujeitos, que em seus tempos e espaços, se articulam e se estruturam em torno da produção desses conhecimentos. Por sua vez, a produção desses conhecimentos teve o seu “acontecer” no interior de uma instituição educativa para a formação de mulheres – mulheres-enfermeiras, moças e demais mulheres – interessadas em saberes que foram considerados por parte da intelectualidade brasileira e incorporados por ela, nessa época, como conhecimentos úteis para a mulher brasileira.

A necessidade e a utilidade desses conhecimentos estavam estreitamente vinculadas e sintonizadas com a dinâmica do processo de modernização do País, no qual a educação ocupou e assumiu um lugar de destaque nos discursos oficiais, os quais no governo Vargas, colocaram o sistema educacional a serviço da implantação de uma política autoritária, orientando-se por temas que, mesmo não constituindo um programa educacional estruturado, foram se definindo à medida que se acentuava o caráter autoritário do governo. Dentre esses temas destacam-se a concepção de educação como problema nacional, a ligação entre a educação e a saúde, bem como a ênfase na educação moral.

A crença no poder da educação para o crescimento do País repercutia na política educacional e na criação de mais escolas. E a esse aumento e a essa demanda corresponderam representações que atribuíam às mulheres o papel de regeneradoras morais da sociedade, o que se fazia, principalmente, pela inserção delas no campo educacional. Se o magistério, desde fins do século XIX, no Brasil, já era considerada uma profissão ideal para a mulher, na

década de 1920, a enfermagem surgiu como uma nova opção profissional para a mulher brasileira e, na década de 1930, para a mulher mineira. Na verdade, era cada vez mais marcante a presença da questão de gênero nos discursos oficiais. As profissões que não atendessem aos ditos padrões femininos ofereciam tenaz resistência à entrada da mulher sob variados argumentos. Desde aqueles que seriam prejudiciais à sua frágil saúde e à dos futuros filhos, passando pela desagregação da família e as conseqüências para a sociedade e para pátria como por outros que espoliavam os direitos dos homens, que eram impedidos de se casar porque as mulheres usurpavam-lhes os empregos roubando-lhes a oportunidade de constituir família.

Nesse sentido, uma profissão que começa a ser vista pela intelectualidade brasileira, mais especificamente pelos intelectuais do campo médico e da saúde, como ideal para a mulher, como fora iniciada no País na década de 1920, precisava expandir-se para outros Estados da nação, para dar continuidade ao projeto higienista-sanitário no qual a enfermeira – a visitadora sanitária – era uma das figuras centrais.

Particularmente, as transformações socioculturais, econômicas e políticas que vão se concretizando no País após Revolução de 1930, acontecem também no campo da enfermagem. Se o processo inicial de profissionalização da enfermagem no Brasil, orientada pelo sistema *nightingale* de ensino, ocorre com a criação e a organização da Escola de Enfermagem Anna Nery sob a mística da Fundação Rockefeller e com os fundamentos do papel civilizador dos Estados Unidos nas Américas<sup>132</sup>, já a fundação da EECC, sua organização e seus primeiros anos de funcionamento revestiram-se do sentimento nacionalista que plasmava no seio da sociedade e da ideologia da Ação Integralista Brasileira que proclamava a excelência dos valores cristãos e patrióticos. Ou seja, a EECC foi criada na Era

---

<sup>132</sup> Sobre esta questão cf. SAUTHIER E BARREIRA, 1999.

Vargas, no âmbito de um discurso nacionalista e religioso, que por diversos caminhos, como o da educação e da saúde, coloca em prática a busca pela constituição da “Unidade Nacional”.

O que este estudo mostrou, ainda, é que a concepção de educação construída na EECC, em seus primeiros anos de funcionamento, dava ênfase à formação da mulher para ser útil à sociedade não, necessariamente, com a sua inserção no mercado de trabalho. Ou seja, a Escola preocupava-se com a formação da mulher, sendo que apenas o curso de Enfermagem Geral era voltado para a sua profissionalização propriamente dita e, como consequência, para a entrada da mulher no serviço de saúde pública do Estado e nas instituições hospitalares, um campo de trabalho em expansão para a nova profissional.

Se, de um lado, a formação para o mercado de trabalho exigia conhecimentos especializados, isso era atendido pela enorme carga horária prática do curso. Contudo, a idéia de formação integral pretendida na EECC carrega uma concepção de educação na qual a ênfase está na formação de atitudes, hábitos e comportamentos que dizem respeito à postura da mulher nos diversos setores sociais, e não, necessariamente, apenas nos ambientes de atuação profissional. Em hipótese alguma ela poderia se esquecer de que, antes de ser a profissional enfermeira, era uma mulher, mas, que para o exercício da profissão, deveria deixar de ser mulher. Parece que esta ambigüidade no papel da mulher à época contribuiu para o reduzido número de diplomadas e para a elevada desistência ao curso. Ou seja, à época, parecia que as mulheres deveriam optar entre ser mulher ou ser enfermeira; poucas foram aquelas que conseguiram se afirmar em ser-mulher-enfermeira-profissional.

De outro lado, a finalidade da educação na EECC, no período estudado, e a forma como ela se organizou para desenvolver com eficiência a sua função tinha um objetivo bastante definido: formar a mulher-enfermeira, mais propriamente, a enfermeira cristã católica. Nesse sentido a cultura escolar que foi se afirmando tão arraigada em princípios da moral cristã católica nos permite compreender, nos dias atuais, as razões para que muitas

pessoas da comunidade da EEUFMG continuem achando que a Escola foi criada por religiosas, bem como os comportamentos e atitudes “moralizadoras” que foram se perpetuando nos tempos e espaços pessoais e institucionais.

Finalizando, posso dizer que à medida que o pesquisador caminha, o objeto de pesquisa caminha junto, assumindo múltiplas modulações, e que a minha pretensão, neste estudo, foi mostrar, dentre os muitos caminhos possíveis, aqueles percorridos. Talvez mostrar muito mais nas sábias palavras do mestre Joel da Silva Camacho<sup>133</sup> que diz: “O homem cria criando a própria maneira de criar”. Assim, o que apresentei neste trabalho foi um pouco da criação de um conhecimento por mim alcançado, o qual possui as marcas da minha caminhada e as de muitos autores e autoras, bem com as de muitos protagonistas – sujeitos do estudo – que construíram a EECC e que permitiram apresentar uma das possíveis versões da sua história.

---

<sup>133</sup> Foi com Joel da Silva Camacho que tive as primeiras lições de Teoria do Conhecimento, nos cursos ministrados por ele aos professores da Escola de Enfermagem da UFMG na década de 1980.



## REFERÊNCIAS

### Fontes impressas, mimeografadas e manuscritas (Acervo Centro de Memória da Escola de Enfermagem da UFMG)

A ENFERMAGEM EM MINAS. Belo Horizonte: Escola de Enfermagem Carlos Chagas, v. 1, n. 1, set. 1936a.

A ENFERMAGEM EM MINAS. Belo Horizonte: Escola de Enfermagem Carlos Chagas, v. 1, n. 2, out. 1936b.

A ENFERMAGEM EM MINAS. Belo Horizonte: Escola de Enfermagem Carlos Chagas, v. 1, n. 3, nov./dez. 1936c.

A ENFERMAGEM EM MINAS. Belo Horizonte: Escola de Enfermagem Carlos Chagas, v. 1, n. 4, jan./fev. 1937a.

A ENFERMAGEM EM MINAS. Belo Horizonte: Escola de Enfermagem Carlos Chagas, v. 1, n. 5, mar./abr. 1937b.

A ENFERMAGEM EM MINAS. Belo Horizonte: Escola de Enfermagem Carlos Chagas, v. 1, n. 6, maio/jun. 1937c.

A ENFERMAGEM EM MINAS. Belo Horizonte: Escola de Enfermagem Carlos Chagas, jul./ago. 1937d.

A ENFERMAGEM EM MINAS. Belo Horizonte: Escola de Enfermagem Carlos Chagas, set./out./nov./dez. 1937e.

A ENFERMAGEM EM MINAS. Belo Horizonte: Escola de Enfermagem Carlos Chagas, v.3, n. 1, jan./fev. 1938.

APCS. Ficha de Inscrição. Belo Horizonte: EECC, 1933.

ATA. Faculdade de Medicina. Congregação da Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais, 25 fev. 1933.

ATA. Faculdade de Medicina. Congregação da Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais, 22 maio 1933b.

ATA. Faculdade de Medicina. Congregação da Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais, 10 mar. 1948.

ATA. Faculdade de Medicina. Congregação da Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais, 10 jul. 1948b.

ATA. Faculdade de Medicina. Congregação da Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais, 5 mar. 1949.

ATA. Faculdade de Medicina. Congregação da Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais, 4 fev. 1950.

ATA. Faculdade de Medicina. Congregação da Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais, 3 mar. 1950b.

CF. Ficha de inscrição. Belo Horizonte: EECC, 1938.

CINCO P'RAS DEZ. Belo Horizonte: Escola de Enfermagem Carlos Chagas, v. 1, n. 6, jun. 1935a.

CINCO P'RAS DEZ. Belo Horizonte: Escola de Enfermagem Carlos Chagas, v. 1, n. 7, jul. 1935b.

CINCO P'RAS DEZ. Belo Horizonte: Escola de Enfermagem Carlos Chagas, v. 1, n. 9, ago. 1935c.

CINCO P'RAS DEZ. Belo Horizonte: Escola de Enfermagem Carlos Chagas, v. 1, n. 11, 11 set. 1935d.

CINCO P'RAS DEZ. Belo Horizonte: Escola de Enfermagem Carlos Chagas, v. 1, n. 13, 30 set. 1935e.

CINCO P'RAS DEZ. Belo Horizonte: Escola de Enfermagem Carlos Chagas, v. 2, n. 22, 16 mar. 1936a.

CINCO P'RAS DEZ. Belo Horizonte: Escola de Enfermagem Carlos Chagas, v. 2, n. 10, maio. 1936b.

CINCO P'RAS DEZ. Belo Horizonte: Escola de Enfermagem Carlos Chagas, v. 2, 19, jul. 1936c.

CINCO P'RAS DEZ. Belo Horizonte: Escola de Enfermagem Carlos Chagas, v. 2, n. 14, 23 ago. 1936d.

CINCO P'RAS DEZ. Belo Horizonte: Escola de Enfermagem Carlos Chagas, v. 2, n. 20, dez. 1936e.

CINCO P'RAS DEZ. Belo Horizonte: Escola de Enfermagem Carlos Chagas, v. 2, n. 30, set. 1937.

CINCO P'RAS DEZ. Belo Horizonte: Escola de Enfermagem Carlos Chagas, v. 3, n. 24, 19 mar. 1938a.

CINCO P'RAS DEZ. Belo Horizonte: Escola de Enfermagem Carlos Chagas, v. 2 n. 4, 17 abr. 1938b.

CINCO P'RAS DEZ. Belo Horizonte: Escola de Enfermagem Carlos Chagas, v. 4, n. 8, maio. 1939.

CINCO P'RAS DEZ. Belo Horizonte: Escola de Enfermagem Carlos Chagas, v. 5, n. 10, abr. 1940.

CORRESPONDÊNCIA. *Carta do provedor da Santa Casa de Misericórdia enviada á diretora da Escola de Enfermagem Carlos Chagas.* 20 fev. 1935a.

CORRESPONDÊNCIA. *Carta da diretora da Escola de Enfermagem Carlos Chagas enviada ao provedor da Santa Casa de Misericórdia.* 14 nov. 1935b.

CORRESPONDÊNCIA. *Carta da diretora da Escola de Enfermagem Carlos Chagas enviada ao provedor da Santa Casa de Misericórdia.* mar. 1936.

CORRESPONDÊNCIA. *Carta da diretora da Escola de Enfermagem Carlos Chagas enviada ao diretor da Saúde Pública do Estado de Minas Gerais.* 12 mar. 1936a

CORRESPONDÊNCIA. *Carta da diretora da Escola de Enfermagem Carlos Chagas enviada ao secretário da Educação e Saúde Pública e ao Diretor da Saúde Pública do Estado de Minas Gerais.* 7 maio. 1937b.

CORRESPONDÊNCIA. *Carta da diretora da Escola de Enfermagem Carlos Chagas enviada ao diretor da Saúde Pública do Estado de Minas Gerais.* 11 ago. 1937c.

CORRESPONDÊNCIA. *Carta da diretora da Escola de Enfermagem Carlos Chagas enviada à diretora da Escola de Enfermagem Anna Nery.* 26 ago. 1941.

DECRETO nº 10.952 de 7 de julho de 1933. Cria a Escola de Enfermagem Carlos Chagas. Imprensa Oficial. Belo Horizonte. 8 jul. 1933.

DECRETO nº 20.109, de 15 jun. 1931. Regula o exercício da enfermagem no Brasil e fixa as condições para equiparação das escolas de enfermagem e instruções relativas ao processo de exame de revalidação de diplomas.

DC. Ficha de Inscrição. Belo Horizonte: EECC, 1937.

DECRETO n. 11.384. Aprova o Regulamento da Escola de Enfermagem Carlos Chagas. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 12 jun. 1934.

DIÁRIO DA TARDE, Belo Horizonte. 5 jul. 1933.

DIÁRIO DA TARDE, Belo Horizonte. 22 jan. 1934.

DOCUMENTO. Escola de Enfermagem Carlos Chagas. Belo Horizonte: Gráfica Liberal, [1942?].

EAN. Ficha de inscrição. Belo Horizonte: EECC, 1936.

ECS. Ficha de inscrição. Belo Horizonte: EECC, 1935.

EMC. Ficha de inscrição. Belo Horizonte: EECC, 1936.

ESTADO DE MINAS, 5 jul., 1933.

ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte. 6 jul. 1933a

ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte. 5 ago. 1933b.

ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte. 18 ago. 1933c.

ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte. 29 ago. 1933d.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS. Belo Horizonte: Escola de Enfermagem Carlos Chagas, 1933.

GD. Ficha de inscrição. Belo Horizonte: EECC, 1935.

HCM. Ficha de inscrição. Belo Horizonte: EECC, 1938.

IGA. Ficha de inscrição. Belo Horizonte: EECC, 1947.

IP. Ficha de inscrição. Belo Horizonte: EECC, 1937.

IPC. Ficha de inscrição. Belo Horizonte: EECC, 1937.

JB. Ficha de inscrição. Belo Horizonte: EECC, 1935.

JL. Ficha de inscrição. Belo Horizonte: EECC, 1938.

LEI nº 775, de 6 de agosto de 1949. Dispõe sobre o ensino de enfermagem no País e das outras providências. Diário Oficial. da República Federativa do Brasil, Brasília, 13 ago. 1949.

LEI nº 1.254 de 4 de dezembro de 1950. Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 8 dez. 1950.

LIVRO DE VISITAS. Livro de visitas. Escola de Enfermagem Carlos Chagas, 1937.

MAC. Ficha de inscrição. Belo Horizonte: EECC, 1934.

MINAS GERAES. Belo Horizonte, 5 e 6 nov. 1917.

MINAS GERAES. Belo Horizonte, 21 jan. 1934.

MJCR. Ficha de inscrição. Belo Horizonte: EECC, 1940.

MKA. Ficha de inscrição. Belo Horizonte: EECC, 1936.

MSB. Ficha de inscrição. Belo Horizonte: EECC, 1945.

NPOM. Ficha de inscrição. Belo Horizonte: EECC, 1936.

O DIÁRIO. Belo Horizonte. 10 ago. 1935a.

O DIÁRIO. Belo Horizonte. 11 out. 1935b.

O DIÁRIO. Belo Horizonte. 16 jan. 1936a.

O DIÁRIO. Belo Horizonte. 28 abr. 1936b.

O DIÁRIO. Belo Horizonte. 01 out. 1936c.

O DIÁRIO. Belo Horizonte. 18 fev. 1937a.

O DIÁRIO. Belo Horizonte. 26 out. 1937b.

O DIÁRIO. Belo Horizonte. 5 nov. 1937c.

O DIÁRIO. Belo Horizonte. 24 dez. 1937d.

O DIÁRIO. Belo Horizonte. 25 nov. 1938.

O DIÁRIO. Belo Horizonte. 15 ago. 1939.

O DIÁRIO. Belo Horizonte: 08 dez. 1942.

O DIÁRIO. Belo Horizonte. 6 fev. 1945.

O DIÁRIO. Belo Horizonte. 18 jan. 1947.

RAC. Ficha de inscrição. Belo Horizonte: EECC, 1938.

REGULAMENTO da Escola de Enfermagem “Carlos Chagas”, 1934.

REGULAMENTO INTERNO. Escola de Enfermagem “Carlos Chagas”, [193-].

RELATÓRIO da Escola de Enfermagem “Carlos Chagas”. 1943.

RELATÓRIO da Escola de Enfermagem “Carlos Chagas”. 1948.

RELATÓRIO da Escola de Enfermagem “Carlos Chagas”. 1949a.

RELATÓRIO da Escola de Enfermagem “Carlos Chagas”. 1949b.

RLM. Ficha de inscrição. Belo Horizonte: EECC, 1936.

RTG. Ficha de inscrição. Belo Horizonte: EECC, 1936.

SERVIÇO PARTICULAR. Livro com relação do Serviço Particular feito pelas alunas da EECC. Belo Horizonte: 1938 a 1948. 3 livros.

VVO. Ficha de inscrição. Belo Horizonte: EECC, 1939.

WP. Ficha de inscrição. Belo Horizonte: EECC, 1936.

YCT. Ficha de inscrição. Belo Horizonte: EECC, 1933.

ZJ. Ficha de inscrição. Belo Horizonte: EECC, 1938.

### **Livros, artigos, relatórios, teses e dissertações**

AGRÍCOLA, Ernani. Escola de Enfermagem Carlos Chagas. *Minas Geraes*, Belo Horizonte 23 jul. 1933.

AGRÍCOLA, Ernani. *Relatório*. Diretoria de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais, 1930 e 1931. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1932.

ALCÂNTARA, Gleite de. Recrutamento e seleção de candidatas a cursos de enfermagem e de auxiliares de enfermagem. *Anais de Enfermagem*, Ano VII, n. 4, p. 330-363, dez. 1954.

ALCÂNTARA, Gleite de. *A enfermagem moderna como categoria profissional: obstáculos à sua expansão na sociedade brasileira*. 1966. Tese (Concurso de Professor Titular) – Escola de Enfermagem da Universidade Federal de São Paulo, Ribeirão Preto, 1966.

ALMEIDA, Jane S. de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

ALMEIDA, Maria. Cecília. P.; ROCHA, Juan S.Y. *O saber de enfermagem e sua dimensão prática*. São Paulo: Cortez, 1986. 128p.

ALMEIDA FILHO, Antonio José de; SANTOS, Tânia C. F. Participação da Escola Anna Nery na revolução constitucionalista de 1932. *Rev. Bras. Enferm*, v.56, n. 5, Brasília (DF), p. 2003, p. 581-585., set/out., 2003;

ALMEIDA FILHO, Antonio José. De. *A Escola Anna Nery (EAN) no 'front' do campo da educação em enfermagem e o (re)alinhamento de posições de poder (1031-1949)*. 2004. Tese (Doutorado) – Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

ANACLETO, Ruth. A formação do enfermeiro. *Rev. Bras. Enferm.*, Brasília, v. 15, n. 5, p. 403-409, out. 1962.

AZZI, Riolando. O início da restauração católica no Brasil (1920-1930). *Síntese*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, p.61-89, maio/ago. 1977.

AZZI, Riolando. O início da restauração católica no Brasil -1920-1930 (II). *Síntese*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 11, p.73-101, set./dez. 1977a.

AZZI, Riolando. O episcopado brasileiro frente à Revolução de 1930. *Síntese*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 12, p.47-78, jan./mar. 1978a.

AZZI, Riolando. O início da restauração católica em Minas Gerais: 1920-1930. *Síntese*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p.65-91, set./dez. 1978b.

BACKES, Vânia Marli Schubert. *Estilos de pensamento e práxis na enfermagem: a contribuição do estágio profissional*. Ijuí: UNIJUÍ, 2000.

BANDEIRA, Lourdes; OLIVEIRA, Eleonora M. Representações de gênero e moralidade na prática profissional da enfermagem. *Rev. Bras. Enferm.*, Brasília, v.51, n. 4, p. 677-696, out./dez. 1998.

BAPTISTA, Suely de Souza; BARREIRA, Ieda de Alencar. *A luta da enfermagem por um espaço na universidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

BARREIRA, Ieda de Alencar. *A enfermeira ananéri no país do futuro*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1992.

BARREIRA, Ieda de Alencar. Transformações da prática da enfermagem nos anos 30. *Rev. Bras. Enferm.*, Brasília, v. 52, n. 1, p.129-143, jan./mar.1999.

BARREIRA, Ieda de Alencar; BAPTISTA, Suely de Souza. A pesquisa e a documentação na história da enfermagem no Brasil. *Esc. Anna Nery Rev. de Enferm.*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 396-403, dez. 2000.

BARREIRA, Ieda de Alencar; BAPTISTA, Suely de Souza. A (re) configuração do campo da enfermagem durante o Estado novo (1937-1945). *Rev. Bras. Enferm.*, Brasília, v. 55, n. 2, p.205-216, mar./abr. 2002.

BARRETO, Barros. Sociais. *A Enfermagem em Minas*. Belo Horizonte v. 1, p. 24-28, nov./dez. 1936.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENJAMIM, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BEZERRA, Maria Regina M. *A enfermagem e a aliança da Igreja com o Estado: Escola de Enfermeiras Luiza de Marilac*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

BOMENY, Helena. Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.6, n. 11, p.24-39, 1993.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: UNESP, 2002.

CAMPOS, Mario Álvares da S. A 1ª turma de diplomadas da Escola. *A Enfermagem em Minas*, Belo Horizonte: v. 1, n. 1, p.13, set. 1936.

CAMPOS, Mário Mendes. *Cinquentenário da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (1911-1961)*: notas, informações, comentários. Belo Horizonte: 1961.

CARDOSO, América. Internato Carlos Chagas: seu histórico. *A Enfermagem em Minas*, Belo Horizonte: v. 1, n. 1, p.52-65, set.1936a.

CARDOSO, América. A chama da vela. *Cinco p'ras Dez*, Belo Horizonte, v. 2, n. 14, ago., 1936b.

CARDOSO, América. História humorística do internato. *A Enfermagem em Minas*, Belo Horizonte: p.33-34, jul./ago. 1937.

CARDOSO, Ciro. F. História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, R. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 1-23.

CARRARO, Telma Elisa. *Enfermagem e assistência: resgatando Florence Nightingale*. Goiânia: AB, 1997.

CARVALHO, Anayde Corrêa. *Associação Brasileira de Enfermagem 1926-1976: documentário*. Brasília: ABEn, 1976.

CARVALHO, Amália Corrêa. *Orientação e ensino de estudantes de enfermagem no campo clínico*. 1972. Tese (Doutorado) – Escola de Enfermagem da Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1972.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHAGAS FILHO, Carlos. *Meu pai*. Rio de Janeiro. Casa Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, 1993.

CHAMON, Carla Simone. *Maria Guilhermina Loureiro de Andrade: a trajetória profissional de uma educadora (1869/1913)*. 2005. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: E. Universidade/RGS, 2002.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.



- CHAUÍ, Marilena. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. 19 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.
- COLLIÈRE, Marie-Françoise. *Promover a vida*. Lisboa: Printipo - Indústrias Gráficas. Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, 1989.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CUNHA, Maria Luiza de A. O casamento. *A Enfermagem em Minas*, Belo Horizonte: v. 1, n. 4, p. 15-18, jan./fev. 1937.
- CUNHA, Luiz Antonio. *A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- CURY, Carlos R. Jamil. *Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1984
- DAHER, Donizete Vago. *Por detrás da chama da lâmpada: a identidade do enfermeiro*. Niterói: Ed. UFF, 2000
- DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, Juarez (Org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1996. p. 136-178.
- DICIONÁRIO. *Novo dicionário Aurélio*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DUARTE, Guilhermina. *Cinco p'ras Dez*. Belo Horizonte: v. 1, n. 11, 1935.
- DURKEIM, Emile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. 165p.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Conhecimento e cultura na escola: uma abordagem histórica. In: DAYRELL, Juarez (Org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996a. p.126-193.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Os desafios da pesquisa em história: reflexões a partir de uma trajetória pessoal*. In: IV ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA. Belo Horizonte: 1996b. p. 29-34.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n. 14, p. 19-34, maio/jun./jul./ago. 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000. 213p.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *República, trabalho e educação: a experiência do Instituto João Pinheiro (1909-1934)*. Bragança Paulista: Ed. Universidade São Francisco, 2001.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Educação escolar, cultura e competência cognitiva: uma aproximação. In: VASCONCELOS, Maria Lúcia M. C. (Org.). *Educação e história da cultura: fronteiras*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de *et al.* A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. Belo Horizonte, 2004, 15 p. (mimeo).

FARIAS, Damião D. *Em defesa da ordem: aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1998.

FERREIRA, Manoel. In memoriam. *Anais de enfermagem*. Rio de Janeiro, v.4, n. 4, dez. 1953, p. 227-230.

FONSECA, Olympio da. *A maternidade de Bello Horizonte: Hilda Brandão*. Discurso pronunciado na sua inauguração. Rio de Janeiro. Typ. Besnar Frères, 1916.

FORJAZ, Marina de V. Resumo das origens e desenvolvimento das escolas de enfermagem no Brasil focalizando a interferência do pensamento católico. *Rev. Bras. Enf.*, v. 12, n. 3, p. 315-327 set. 1959.

FRAENKEL, Edith. Histórico do serviço de enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública. *Esc. Anna Nery - Rev. de Enferm.*, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, p. 9-21, set. 1997. (Texto em fac-símile).

FRAENKEL, Edith. A enfermagem no Brasil. *Esc. Anna Nery - Rev. de Enfermagem*, Rio de Janeiro, v.2, n. 1/2, p. 23-31, abr./set. 1998. (Texto em fac-símile).

FOULCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

FRITSCH, Winston. 1922: a crise econômica. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1993, p.3-8.

GALVÃO, Ana Maria de O.; BATISTA, Antônio Augusto G. Manuais escolares e pesquisa em história. In: FONSECA, Thais Nívia de L.; VEIGA, Cynthia Greive. *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.161-188.

GENNEP, Arnold van. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 1978.

GEOVANINI, Telma *et al.* *História da enfermagem: versões e interpretações*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

GERMANO, Raimunda Medeiros. *Educação e ideologia da enfermagem no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2.ed., 1985.

GERMANO, Raimunda Medeiros. *A ética e o ensino de ética na enfermagem do Brasil*. São Paulo: Cortez, 1993.

GINZBURG, Carlo. Moreli, Freud e Sherlock Holmes: pistas e método científico. Tradução Francisco A. S. Grossi. *History Workshop Journal*, n. 9, 1980.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *Essa gente do Rio: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

GONDRA, José G. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M. de; VEIGA, Cynthia G. (Org.). *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 519-550. (Coleção Historial, 6).

HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto M. (Org.). *A invenção do Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone P.; NUNES, Clarice. *Missionários do progresso*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

HOBSBAWN, Eric. A invenção das tradições. In: HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 9-24.

HOCHMAN, Gilberto. Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.6, n. 11, p.40-61, 1993.

HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: E. UFRJ, 1994.

HORTA, José Silvério Baía. A I Conferência Nacional de Educação ou de como monologar sobre educação na presença de educadores. In: GOMES, Ângela C. (Org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 143-172.

JAMIESON, E. M.; SEWALL, M. F.; SUHRIE, E. B. *Historia de la enfermeria*. 6.ed. México: Interamericana, S. A., 1968.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Belo Horizonte, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

LEME, Dom Sebastião. *Carta pastoral de Sua Eminência Sr. Cardeal Dom Leme*. Petrópolis: Vozes, 16 jul. 1916.

LOPES, Alice Ribeiro Casimiro. História do currículo da pós-graduação em educação da UFRJ (1972-1981): concepções de conhecimento e pesquisa. *Revista Brasileira de Educação*. n. 7, p.57-73, jan.fev./mar./abr. 1998.

LOPES, Eliane Marta. T. *Métodos e fontes na história da educação e educação física*. In: IV ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA. Belo Horizonte, 1996. p. 35-49.

LOPES, Eliane. Marta. T.; GALVÃO, Ana. Maria. O. *História da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 115p. (O que você precisa saber sobre).

LOPES, Eliane. Marta. T. Religião e educação na formação da professora educadora de mulheres: as filhas da caridade da São Vicente de Paulo: servas de pobres e doentes, mães espirituais, professora. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 14, p.167-187, 1992.

LOPES, Marta Julia M. Imagem e singularidade: reinventando o saber de enfermagem. In: MEYER, Dagmar E.; WALDOW, Vera R; LOPES, Marta Julia M. (Org.). *Marcas da diversidade: saberes e fazeres da enfermagem contemporânea*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. p. 43-52.

LOURO, Guacira. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1997a.

LOURO, Guacira. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1997b.

LOURO, Guacira. A escola e a pluralidade dos tempos e espaços. In: COSTA, M. V. (Org.). *Escola básica na virada do século: cultura, política e educação*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 119-129.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, n. 17, p.63-201, nov. 1998.

LUNARDI, Valéria Lerch. *História da enfermagem: rupturas e continuidades*. Pelotas: UFPel. Editora Universitária, 1998.

MAGALHÃES, Justino. Experiências de exploração do arquivo histórico de um liceu. In: FERNANDES, Rogério; MAGALHÃES, Justino (Org.). *Para a história do Ensino Linceal em Portugal: Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895)*. Sociedade Brasileira de Ciências da Educação. Universidade do Minho, Braga, 1999. p. 51-61.

MAGALHÃES, Otávio. A escola de enfermagem. *A Enfermagem em Minas*, Belo Horizonte: v. 1, n. 1, p. 34-37, set. 1936.

MANOEL, Ivan A. *Igreja e educação feminina (1859-1919): uma face do conservadorismo*. São Paulo: Ed. UNESP, 1996.

MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. *Norte-americanos no Brasil: uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo (1934-1952)*. São Paulo: Autores Associados/FAPESP/Universidade São Francisco, 2001.

MARQUES, Rita de Cássia. *É preciso ser piedoso: a imagem social do médico de senhoras. Belo Horizonte 1907-1939*, 2003. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2003.

MARTINS, Fábio. *Senhores ouvintes, no ar... A cidade e o rádio*. Belo Horizonte: C/Arte, 1999.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história da modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MATOS, Maria Izilda S. de. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. *Cadernos Pagu*, n. 11, p.67-75, Campinas, 1998.

MESSENTIER, Flora. O mês feminino. *A Enfermagem em Minas*, Belo Horizonte: v. 1, n. 4, p.34-35, jan./fev. 1937.

MESQUITA, Zuleica de Castro C. Metodismo e educação no Brasil no contexto dos anos vinte. *Revista do Cogeme*, n. 3, p. 25-35, Piracicaba, 1994.

MEYER, Dagmar E.Estermann. Do poder ao gênero: uma articulação teórico-analítica. In: LOPES, Marta Julia M.; MEYER, Dagmar E.; WALDOW, Vera R. (Org). *Gênero & saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, p.41-54, 1996.

MEYER, Dagmar E.; WALDOW, Vera R; LOPES, Marta Julia M. (Org.). *Marcas da diversidade: saberes e fazeres da enfermagem contemporânea*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

MINAS GERAIS. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo presidente Benedicto Valladares*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1937.

MIRANDA. C. M. L. *O parentesco imaginário: história e representação social da loucura nas relações do espaço asilar*. São Paulo: Cortez, 1994. 172p.

MIRANDA, Cristina. *Os doces corpos do hospital*. 2.ed. Rio de Janeiro, UFRJ, 1988.

MIRANDA, Cristina. M. L. *O risco e o bordado: um estudo sobre a formação da identidade profissional*. Rio de Janeiro: Esc. Enferm. Anna Nery/UFRJ, 1996.

PIRES, Denise. *Hegemonia médica na saúde e a enfermagem*. São Paulo: Cortez, 1989.

MIRANDA, Mônica Liz. *De albergue de doentes a hospital moderno: Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte (1899-1916)*. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e de Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

MOREIRA, Rosa de Lima. Histórico da turma. Belo Horizonte. *A Enfermagem em Minas*, Belo Horizonte: v. 1, n. 1, p.74-76, set. 1936.

MOREIRA, Martha Cristina N. A Fundação Rockefeller e a identidade profissional de enfermagem no Brasil na primeira república. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 621-645, 1998.

MOREIRA, Almerinda; OGUISSO, Taka. Celebrando as origens da enfermagem brasileira. *Revista Paulista de Enfermagem*, v. 19, n. 3, p. 5-13, set./dez. 2000.

MOTT, Maria Lúcia; TSUNECHIRO, Maria Alice. Os cursos de enfermagem da Cruz Vermelha brasileira e o início da enfermagem profissional no Brasil. *Rev. Bras. Enferm.*, Brasília, v. 55, n. 5, p.592-599, set./out. 2002.

MUNIZ, Diva do C. G. *Um toque de gênero: história e educação em Minas Gerais (1835-1892)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; FINATEC, 2003.

MÜLLER, Eugenio. A enfermeira visitadora. *A Enfermagem em Minas*. Belo Horizont., v. 1, n. 1, p.41, set. 1936.

NASCIMENTO, E. S. do; SANTOS, G. F. dos; CALDEIRA, V. P. *Criação, cotidiano e trajetória da Escola de Enfermagem da UFMG: um mergulho no passado*. Belo Horizonte: Escola de Enfermagem da UFMG, 1999. 220p.

NIGHTINGALE, Florence. *Notas sobre enfermagem: o que é e o que não é*. São Paulo: Cortez, 1989.

NÓVOA, Antônio. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. *Teoria & Educação*, v.4, p.108-140, 1991.

NUNES, Clarice. Uma leitura das práticas educacionais a luz da nova história cultural. *Educação em Questão*, Natal, v.6, n. 2, p. 136-151, 1999.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1997. p. 482-509.

ORSINI, Torquato. Homenagem á memória do Prof. Aurélio Pires. Aula inaugural de farmacologia. *A Enfermagem em Minas*. Belo Horizonte, v. 1, n. 5, p. 18-20, maio/abr. 1937b.

PADILHA, Maria Itayra C. De S. *A mística do silêncio: a enfermagem na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro no século XIX*. Pelotas: UFPel, 1998.

PAIXÃO, Walda. O internato abre os salões. *Cinco p'ras Dez*. Belo Horizonte, n. 11, não paginado, set. 1935.

PAIXÃO, Walda. Jojoquiadas à beira da piscina. *Cinco p'ras Dez*, Belo Horizonte, v. 2, n. 26, não paginado, abr. 1936a.

PAIXÃO, Walda. A tomada do véu. *Cinco p'ras Dez*. Belo Horizonte, não paginado, maio, 1936b.

PAIXÃO, Waleska. Nova etapa. *Cinco p'ras Dez*. Belo Horizonte, v. 2, n. 12, não paginado, jul. 1936.

PAIXÃO, Waleska. A D. Laís. *Cinco p'ras Dez*. Belo Horizonte, v. 3, n. 30, não paginado, set. 1937.

PAIXÃO, Waleska. Para passar o tempo e encher o papel... *Cinco p'ras Dez*. Belo Horizonte, n. 7, não paginado, jul. 1935.

PAIXÃO, Waleska. A formação moral da estudante de enfermagem. *Anais de Enfermagem*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan. 1952.

PAIXÃO, Waleska. *História da enfermagem*. 5.ed. Rio de Janeiro, Julio C. Reis, 1979.

PAIXÃO, Waleska. *Criação de fontes da história da enfermagem*. Acervo de depoimentos. Série I. CEPEn/ABEn, 1993.

PARSONS, Ethel. A enfermagem moderna no Brasil. *Esc. Anna Nery - Rev. de Enfermagem*, Rio de Janeiro, n. 1, jul.1997. (Texto em fac-símile).

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. A reação de Minas ao Manifesto dos pioneiros da educação nova. In: XAVIER, Maria do Carmo (Org.). *Manifesto dos pioneiros da educação: um legado educacional em debate*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p.271-300.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. Triste retrato: a educação mineira no Estado Novo. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; PEIXOTO, Ana M. Casasanta (Org.). *Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação*. Belo Horizonte: Secretaria da Educação de Minas Gerais, 2000. p.84-103.

PESSANHA, Clitemnestra. A enfermeira no serviço de saúde pública. *Cinco p'ras Dez*. Belo Horizonte, v. 1, n. 9, p. 1, ago. 1935.

PETITAT, André. *Les infirmières: de la vocation à la profession*. Montréal: Boreal, 1989.

PIRES, Denise. *Hegemonia médica na saúde e a enfermagem*. São Paulo: Cortez, 1989.

PONTES, Dulce Ferreira. *Cinco p'ras Dez*. Belo Horizonte, v, 1, n. 13, não paginado, set. 1935.

PONTES, Salvador Pires. O problema da educação. Belo Horizonte. *Cinco p'ras Dez*. Belo Horizonte, v. 2, n. 15, não paginado, set. 1936.

PULLEN, Bertha. Aspecto da enfermagem no Brasil. *Annaes de Enfermagem*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p.12-13, abr. 1934.

PULLEN, Bertha. Histórico do Conselho Internacional de Enfermagem. *Annaes de Enfermagem*. Rio de Janeiro, n. 13-14; p. 4-13, jun./set. 1938.

REYS, Laís Netto dos. *Relatório do Serviço de Enfermeiras para a Diretoria de Saúde Pública*, 1933.

REYS, Laís Netto dos. Pioneiras. *A Enfermagem em Minas*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 67, set. 1936.

REYS, Laís Netto dos. Conferência transmitida pela Rádio Inconfidência. *A Enfermagem em Minas*. Belo Horizonte, v. 1, n. 5, p.21-23, 1937.

REZENDE, Ana Lúcia Magela de. *Saúde: dialética do pensar e do fazer*. São Paulo: Cortez, 1986.

REZENDE, Ana.Lúcia Magela de. A imagem da enfermagem na perspectiva formista. *Enfermagem Revista*, Belo Horizonte: v. 1, n. 1, p.25-36, abr. 1993.

RIBEIRO, Lourival. Velhos e novos conceitos sobre os profissionais de enfermagem no Brasil. *Anais de enfermagem*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 42-54, mar. 1954.

RIZZOTTO, Maria Lúcia F. A questão de gênero e suas implicações na formação das primeiras enfermeiras brasileiras. *Esc. Anna Nery R. Enferm.*, Rio de Janeiro, v. 2 n. 3, dez. 1998.

ROCHA, Heloísa Helena P. *A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1818-1925)*. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: FAPESP, 2003.

ROCHA, Heloísa Helena P. Prescrevendo regras de bem viver: cultura escolar e racionalidade científica. *Cadernos Cedes*, v. 19, n. 52, nov. 2000.

ROCHA, Jadir. O nosso curso. *A Enfermagem em Minas*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 78, set. 1936.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

SALLES, Pedro. Contribuição para a história da medicina de Belo Horizonte. *Revista Associação Médica de Minas Gerais*. Belo Horizonte, v. 17, n. 1-4, p. 54-65, jan./dez. 1966.

SALLES, Pedro. Contribuição para a história da medicina de Belo Horizonte. *Revista Associação Médica de Minas Gerais*. Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 178-195, set. 1967.

SANNA, Celina Pires. O tempo. *Cinco p'ras Dez*. Belo Horizonte, v. 1, n. 6, não paginado, jun. 1935.

SANTOS, Geralda F. dos. MARQUES, Rita de C. Organização de acervo histórico: relato de experiência. *Enfermagem Revista*. Belo Horizonte, v. 7, n. 13 e 14, p. 39-44, 1º e 2º sem. 2002.

SANTOS, Lucíola L. de C. P. História das disciplinas escolares: outras perspectivas de análise. *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, p. 60-68, jul./ago. 1995.



SANTOS, Luiz A. de C. O pensamento sanitário na primeira república: uma ideologia de construção da nacionalidade. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 193-210, 1985.

SANTOS, Myrian S. dos. Teoria da memória, teoria da modernidade. In: AVRITZER, Leonardo; DOMINGUES, José Maurício (Org.). *Teoria social e modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

SANTOS, Tânia Cristina F.; BARREIRA, Ieda de Alencar. *O poder simbólico da enfermagem norte-americana no ensino da enfermagem na capital do Brasil (1928-1938)*. Rio de Janeiro: Ed. Escola de Enf. Anna Nery/UFRJ, 2002.

SAUPE, Rosita. Ação e reflexão na formação do enfermeiro através dos tempos. In: SAUPE, Rosita (Org.). *Educação em enfermagem*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1998.

SAUTHIER, Jussara; BARREIRA, Ieda de Alencar. *As enfermeiras norte-americanas e o ensino da enfermagem na capital do Brasil: 1921-1931*. Rio de Janeiro: Ed. Escola de Enf. Anna Nery/UFRJ, 1999.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SILVA, Alcione L.; CORRÊA, Patrícia. Categoria de gênero na enfermagem. *R. Bras. Enferm.*, Brasília, v. 52, n. 1, p. 22-36, jan./mar. 1999.

SILVA, Graciete, B. *Enfermagem profissional: análise crítica*. São Paulo: Cortez, 1986.

SOARES, Elda. Hino as calouras. *Cinco p'ras Dez*. Belo Horizonte, não paginado, maio. 1936.

SOUZA, Hilda Ferro. *Cinco p'ras Dez*. Belo Horizonte, n. 1, n. 9, não paginado, ago.1935.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima. Um itinerário de pesquisa sobre a cultura escolar. In: CUNHA, M. V. *Ideário e imagens da educação escolar*. Campinas: Autores Associados; Araraquara: FCL/Unesp, 2000. p. 3-28.

STEWART Isabel M. *Programa educativo de escolas de enfermagem*. Conselho Internacional de Enfermagem: Genebra, 1934; SESP: Brasil, 1945.

TAVARES, W. A enfermeira e a educação. *A Enfermagem em Minas*. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 38, set. 1936.

TEIXEIRA, Carmem L. dos S.; BAPTISTA, Suely de S.; CAVALCANTI, Rosa Maria N. T.; SAUTHIER, Jussara. Alunas religiosas na Escola de Enfermagem Anna Nery. *Esc. Anna Nery R. Enferm.*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1/2, abr./set. 1998.

TEIXEIRA, Virgínia Mascarenhas N. *O cotidiano da Escola de Enfermagem Carlos Chagas: entre sombras e luzes*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

TORRES, Yolanda C. *Cinco p'ras Dez*. Belo Horizonte, v. 2, n. 26, não paginado, abr. 1935.

VARELA, Julia. Categorias espaço-temporais e socialização escolar: do individualismo ao narcisismo. In: COSTA, M. V. (Org.). *Escola básica na virada do século: cultura, política e educação*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 73-106.

VEIGA, Cynthia Greive. Educação estética para o povo. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M. de; VEIGA, Cynthia G. (Org.) *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 399-422.

VEIGA-NETO, Alfredo. Espaços, tempos e disciplinas: as crianças ainda devem ir à escola? In: *Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender*. Rio de Janeiro: DP&A, 2.ed., 2001.

VÉRAS, Primavera Colaço. Formatura das primeiras alunas da Escola de Enfermagem Carlos Chagas. *Cinco p'ras Dez*. Belo Horizonte, v. 2, n. 15, set. 1936.

VIDAL, Diana G.; CARVALHO, Marília P. de. Mulheres e magistério primário: tensões, ambigüidades e deslocamentos. In: VIDAL, Diana G.; HILSDORF, Maria Lúcia S. (Org.). *Tópicos de história da educação*. São Paulo; EDUSP, 2001. p. 205-224.

VILLELA, Heloisa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta T.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. (Org.) *500 anos de educação no Brasil*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 95-134.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 0, p.63-82, set./out./nov./dez. 1995.

VIÑAO FRAGO, Antonio. El espacio y tiempo escolares como objeto histórico. *Contemporaneidade e Educação*. Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada. Rio de Janeiro: n. 7, p. 93-110, 1º semestre. 2000.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista*, Belo Horizonte: n. 33, p. 7-48, jun. 2001.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1993.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

XAVIER, Maria do Carmo (Org.). *Manifesto dos pioneiros da educação: um legado educacional em debate*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

## **ANEXOS**

## ANEXO I

UNIVERSIDADE DE MINAS GERAES  
FACULDADE DE MEDICINA

BELLO HORIZONTE

Reg. 199

COPIA DO CONTRATO ENTRE A FACULDADE DE MEDICINA  
DA UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS E A DIRETORIA DE  
SAUDE PUBLICA DO ESTADO PARA INSTALAÇÃO DE UMA ESCO-  
LA DE ENFERMEIRAS, NOS MOLDES DA ESCOLA OFICIAL PA-  
DRÃO "ANA NERY".

3/6/33  
Contrato Fac. Med.  
D. S. Publica

Os abaixo assinados - Dr. Antonio Aleixo - Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais e Dr. Ernani Agricola, Diretor de Saude Publica -, devidamente autorizados - o primeiro pela Congregação da Faculdade de Medicina e o segundo pelo Exmo. Sr. Secretario da Educação e Saude Publica, tem ajustado e contratado que a Diretoria de Saude Publica se utiliza da Faculdade de Medicina para o estabelecimento de um escola de enfermeiras nos moldes da Escola Oficial Padrão "Ana Nery"- sob as clausulas seguintes:

A Faculdade de Medicina obriga-se:

1º

A Faculdade de Medicina cederá, gratuitamente, para o estabelecimento e funcionamento da Escola de Enfermeiras, as dependencias de seu hospital de clinicas, laboratorios e gabinetes necessarios ao ensino de enfermagem, ouvidos os chefes de serviços respectivos, de modo que as aulas não sejam dadas em conjunto com os diferentes cursos da Faculdade.

2º

A Faculdade de Medicina fornecerá os professores necessarios - catedraticos ou os auxiliares por eles indicados - ás diversas diciplinas do curso de enfermagem, principalmente as cadeiras que exigem instalações especiais e já em funcionamento na Faculdade.

3º

A Faculdade de Medicina, ouvidos os respetivos chefes de serviço, consentirá em que os professores extranhos ao seu corpo docente lecionem livremente nas dependencias postas á disposição da Escola de Enfermeiras e em que os empregados da Faculdade prestem os serviços necessarios ao bom funcionamento das diversas aulas teoricas e praticas.

4°

Os professores da Escola de Enfermeiras e auxiliares de ensino da mesma escola serão indicados pelo Diretor de Saude Publica, pelo Diretor da Faculdade de Medicina e pela Diretoria da Escola de Enfermeiras e contratados pelo Secretario de Educação e Saude Publica quando forem extranhos á Congregação da Faculdade de Medicina.

A Diretoria de Saude Publica, obriga-se:

6°

A Diretoria de Saude Publica fará todas as despesas para a instalação da Escola de Enfermeiras e do material para seu funcionamento, com excepção da manutenção dos doentes e tratamento.

7°

A Diretoria de Saude Publica fornecerá o corpo de enfermeiras para o ensino das disciplinas que exigem conhecimentos especiais.

Disposições gerais:

- 1a. Enquanto a Escola de Enfermeiras não dispuzer de verba propria os professores ou auxiliares nada receberão pelos serviços prestados.
- 2a. As reclamações, faltas ou irregularidades porventura verificadas no serviço só poderão ser feitas por escrito aos diretores signatarios deste contrato.
- 3a. Todas as duvidas e questões que se suscitarem em virtude do presente contrato, serão resolvidas em ultima e definitiva instancia pelo Sr. Secretario da Educação e Saude Publica.
- 4a. O presente contrato vigorá pelo praso de um (1) ano a partir da presente data, podendo ser prorogado si convier ás partes contratantes,
- 5a. Ao presente contrato os signatarios dão, para efeitos legais, o valor de um conto de réis.
- 6a. Este contrato é feito em duas vias devidamente assinadas pelas parte contratantes e pelas testemunhas, sendo a 1a. via seladas com 3\$200 de selos federais.

Belo Horizonte, 3 julho de 1933.-

(Testemunhas) - (aa) Mario Mendes Campos, Samuel Libanio, Antonio Aleixo,

## ANEXO II

### RELAÇÃO DE PROFESSORES DA ESCOLA DE ENFERMAGEM CARLOS CHAGAS NO PERÍODO DE 1933 A 1950

#### 1933

<b>Nomes</b>	<b>Matéria</b>	<b>Início</b>	<b>Término</b>
Dr. Adelmo Lodi	Anatomia	23/8/1933	4/1937
Pe. Alvaro Negromonte	Religião	23/8/1933	11/1945
Dr. Amílcar [Viana] Martins	Pesquisas [Parasitologia]	30/8/1933	9/1934
Irmã Bernardina	Massagem	09/1933	2/1935
Dr. Deftelet Surerus	Química	25/8/1933	3/1937
Dr. Ernani Agrícola	Higiene Individual	25/8/1933	11/1935
Iracy Pereira da Silva	Ginástica	22/8/1933	12/1936
João Costa Chiabi	Pediatria	14/10/1933	07/1945
Jeanne Milde	Modelagem	10/1933	10/1935
Lais Netto dos Reys	Ética Hist-Enf	17/8/1933	9/1938
Lopes Rodrigues	Psiquiatria	29/8/1933	9/1937
[João de] Mello Teixeira	Pediatria	16/9/1933	11/1933
Maria Mendes da Rocha	Técnica Enfermagem	18/8/1933	7/1936
Oscar Versiani Caldeira	Terapêutica	12/1933	12/1938
Otavio Coelho Magalhães	Fisiologia	21/8/1933	7/1948
Roberto de Almeida Cunha	Microbiologia	21/8/1933	7/1945
Torquato Orsini	Farmacologia	30/8/1933	12/1938

#### 1934

<b>Nome</b>	<b>Matéria</b>	<b>Início</b>	<b>Término</b>
Angelica de Rezende Garcia	Canto Coral	4/1934	4/1938
Dr. Aureliano Tavares Bastos	Psicologia	5/1934	4/1938
Francisco de Sá Pires	Farmacologia	9/1935	5/1941
José Ferolla	Radiologia	5/1934	7/1937
Dr. João Afonso Moreira	Doenças Transmissíveis	4/1934	9/1937
J. Silva Campos	Higiene Geral	10/1934	10/1937
Marino Mendes Campos	Patologia Geral	5/1934	9/1936
Odilon Santos	Hig. Individual	11/1934	12/1936
Regina M. Rocha	Técnica	4/1934	5/1939

#### 1935

<b>Nome</b>	<b>Matéria</b>	<b>Início</b>	<b>Término</b>
Adelmo Lodi	Patologia Cirúrgica	1935	1935
Alysson de Abreu	Anatomia	4/1935	7/1943

Carmen Dolores Messentier	Fisioterapia	11/1935	12/1939
Francelina Pires	Modelagem	11/1935	12/1937
Francisco de Souza Lima	Pediatria	11/1935	5/1941
Hermenio Pinto	Obstetrícia	12/1935	12/1945
Ildeu Duarte	Otorrinolaringologia	10/1935	4/1938
Jose Baeta Viana	Química Fisiologia	3/1935	10/1936
José Beneditto Santos	Socorros de Urgência	9/1935	12/1943
José Moura Gonçalves	Pesquisas Clínicas	6/1935	12/1937
Monsenhor José Perna	Religião	4/1935	8/1935
J. Moacyr Junqueira	Histologia	5/1935	12/1937
Lucas Machado	Ginecologia	4/1935	7/1938
Mello Alvarenga	Socorros de Urgência	9/1935	4/1938
Nagib Saliba	Dermatologia	9/1935	6/1949
Talles Barros	Química Fisiológica	5/1935	12/1941
Walda Paixão	Canto	4/1935	12/1940
Walda Paixão	Francês	6/1935	?
Waleska Paixão	Ética Hist-Enf	4/1935	5/1948
Waleska Paixão	Enf. Cirúrgica	4/1935	5/1948
Waleska Paixão	Português	8/4/35	?
Waleska Paixão	Francês	8/4/35	6/35
Waleska Paixão	Matemática	8/4/35	permanente
Waleska Paixão	Cálculos Sol.	8/4/35	permanente

### 1936

<b>Nome</b>	<b>Matéria</b>	<b>Início</b>	<b>Término</b>
Berardo Nunan	Higiene Infantil	3/1936	4/1937
Clitemnestra Pessanha	Hig. Saúde Pública	11/1936	4/1938
Flávio Neves	Fisioterapia	4/1936	12/1938
Guilherme Soares	Patologia Geral	11/1936	5/1942
Guilherme Soares	Hig. S. Pública	?	
Harolda da Silva Pereira	Patologia Cirúrgica	8/1936	7/1941
Henrique Marques Lisbôa	Parasitologia	6/1936	11/1937
Henrique Machado Horta	Ginecologia	4/1936	12/1936
Henrique Machado Horta	Obstetrícia	12/1946	19/7/49
José Castilho Júnior	Hig. Escolar	4/1936	4/1938
Josefino Aleixo	Dermatologia	5/1936	7/1936
Laborne Tavares	Oftalmologia	4/1936	7/1936
M <sup>a</sup> Luiza de Almeida Cunha	Ação Social	4/1936	12/1937
Mikermayer Paiva de Queiroz	Tuberculose	6/1936	10/1941
Oswaldo Coelho	Química e Física	5/1936	7/1945
Rosa de Luma Moreira	Tec. Enf.	10/36	26/11/53
Sebastião de Mello Brandão	Psiquiatria	3/36	12/41
Waldemar Tavares	Direito	5/36	11/38
Waleska Paixão	Psicologia	20/3/36	9/36

### 1937

<b>Nome</b>	<b>Matéria</b>	<b>Início</b>	<b>Término</b>
Américo Campos Taitson (Pe)	Religião	5/1937	12/1937
Celina Pires Sana	T. Enfermagem	7/1937	9/1938
Conceição Fernandes	Histologia	7/1937	8/1944
Elazir Marques Canário	T. Enfermagem	9/1937	11/1937
Fernando de Magalhães Gomes	Higiene Infantil	4/1937	4/1938
Olavo Laudares	Otorrinolaringologia	9/1937	5/1942
Oromar Moreira	Química Fisiologia	4/1937	4/1938
Oromar Moreira	Nutrição Dietética	?	?
Primavera Colaço Vera	Religião e Moral	8/1937	5/1948
Ruth Gonçalves	T.Enfermagem	3/1937	6/1942
Rogozino Macêrdo	Patologia Médica	11/1937	11/1943
[José] Silva [de] Assis	Urologia	4/1937	12/1937
Waleska Paixão	Higiene Individual	8/1937	?

### 1938

<b>Nome</b>	<b>Matéria</b>	<b>Início</b>	<b>Término</b>
Aulo Pinto Viegas	Nutrição Dietética	11/1938	12/1938
Bolivar de Souza Lima	Pesquisas	11/1938	12/1948
Cyra Marques	Modelagem	3/1938	11/1938
Luiz Washington	Socorros Urgência	4/1938	8/1938
Manso Pereira	Patologia Médica	7/1938	9/1938
Paulo Elejalde	Psiquiatria	4/1938	12/1939
Pedro Sales	Anestesia	5/1938	11/1938
Waleska Paixão	Nutrição	28/4/38	?
Waleska Paixão	Hig. Geral	4/1938	
Waleska Paixão	Histologia	8/1938	1941

### 1939

<b>Nome</b>	<b>Matéria</b>	<b>Início</b>	<b>Término</b>
Gaspar Gomes Leite	Doenças Contagiosas	8/1939	3/1943
Geraldo Walter Herlbuth	Higiene Escolar	8/1939	5/1945

### 1940

<b>Nome</b>	<b>Matéria</b>	<b>Início</b>	<b>Término</b>
Edelvira da Costa Santos	Fisioterapia	2/1940	12/1948
Henrique Lacombe	Microbiologia	3/1940	10/1945
João Evangelista do Amaral	Ginecologia	2/1940	9/1945
Madalena Lima Corrêa	Enf. Pat. Médica	7/1940	7/1949
Madalena Lima Corrêa	Histologia	?	?



Madalena Lima Corrêa	Tec. Enfermagem	?	?
Oswaldo Silveira	Oftalmologia	3/1940	10/1945
Vera Valente	Enf. Obstétrica	3/1940	9/1944

### 1941

<b>Nome</b>	<b>Matéria</b>	<b>Início</b>	<b>Término</b>
Bernardo Magalhães	Histologia	3/1941	3/1942
Ernesto Ayer Filho	Patologia Médica	11/1941	11/7/1949
Fernando Negre Veloso	Psiquiatria	10/1941	11/1944
Flora Messentier	Tec. Ataduras	3/1941	8/1944
Isabel Vieira	Canto	4/1941	6/1945
Laury Fontes Tavares	Tuberculose	4/1941	3/1948
Lilia Câmara	Anatomia	3/1941	4/1941
Maria Francisca	Cálculo	7/1941	9/1941

### 1943

<b>Nome</b>	<b>Matéria</b>	<b>Início</b>	<b>Término</b>
Aristides Salgado Guimarães	Clínica Médica	6/1943	7/43
Benedito Corrêa	Terapêutica	9/43	12/44
Ernesto Ayer Filho	Tuberculose	6/43	12/54
Hydré de Oliveira	Cálculos e Soluções	8/43	8/44
Hydré de Oliveira	Socorros de Urgências	8/43	8/44
Ivo Rauza	Socorros de Urgências	8/43	12/43
Julieta Magalhães	Cálculo	3/43	8/44
Olavo Rezende	Patologia Geral	9/43	12/43
Omar Patrícia de Assis	Hig. Individual	3/43	8/44
Palmyos Carneiro	Otorrinolaringologia	10/43	12/44
Thomás Muzzi	Doenças Transmissíveis	8/43	11/46
Thomás Muzzi	Hig. Saúde Pública		
Walter Monteiro Boechat	Anatomia	4/43	11/47

### 1944

<b>Nome</b>	<b>Matéria</b>	<b>Início</b>	<b>Término</b>
Hélio Ottoni	Anestesia	7/44	9/44
Raymundo Teixeira Mendes	Terapêutica	3/44	6/44
Aurea Siqueira de Moraes	Canto	9/44	?

### 1945

<b>Nome</b>	<b>Matéria</b>	<b>Início</b>	<b>Término</b>
Alcéa Wightman Carvalho	Higiene	?	?

Alcéa Wightman Carvalho	Microbiologia	3/45	?
Augusto Vieira	Soc. Urgência	6/45	12/45
Belkin Vasconcelos	Ginástica	9/45	10/45
Célio Scott	S. Nervoso	10/45	8/46
Heliete de Oliveira	Cálculo	3/45	?
Heliete de Oliveira	Religião		?
Heliete de Oliveira	Téc. Enfermagem		?
Heliete de Oliveira	Ataduras	?	4/1948
Luiz Andrés [Ribeiro de Oliveira]	Pat. Interna	9/45	?
Luiz Andrés [Ribeiro de Oliveira]	Terapêutica	9/45	11/48
Maria José Lobosque	Técnica	4/45	10/48
Maria José Lobosque	Dietética	?	?
Paulo Saraiva	Psiquiatria	9/45	11/45

### 1946

<b>Nome</b>	<b>Matéria</b>	<b>Início</b>	<b>Término</b>
Aloisio Rezende Neves	Patologia Cirúrgica	8/1946	12/48
Cid. Ferreira Lopes	D. Transmissíveis	9/1946	4/1952
Donato Maucini	Otorrinolaringologia	3/1946	10/1949
Henrique Machado Horta	Obstetrícia	12/1946	7/1949
Humengarda Pereira	Enf.D. Transmissíveis	9/1946	4/1948
Ivone Rita Moreira	Educação Física	19/1946	1947
Pe. João Batista Freitas	Religião	3/1946	12/1949
Marino Mendes Campos	Soc. Urgência	8/1946	7/1949
Maurilio Soares	Otorrinolaringologia	6/1946	7/1946
Nilza de Almeida	Técnica de S. O.	3/1946	5/1948
Noemi Geny Santos	Massagem	4/1946	?
Noemi Geny Santos	Enf. Obstetrícia	?	1946
Paulo Roxo da Mota	Pediatria	3/1946	7/1949
Sebastião de Souza Mesquita	Psicologia	9/1946	7/1949

### 1947

<b>Nome</b>	<b>Matéria</b>	<b>Início</b>	<b>Término</b>
Alfeu Vaz de Mello	Pat. Médica	8/47	11/48
Artur Reis	Hig. Geral Ind.	8/47	6/48
Artur Reis	Hig. Saúde Pública	8/47	10/52
Aspasia Vieira Ayer	Psicologia	9/47	11/47
Clotildes Fraga Ribeiro (ou Dias)	Dietética	8/47	6/48
Clovis de Faria Alvim	Psiquiatria	9/47	8/59
Decio Brito de Oliveira	Oftalmologia	3/47	4/47
Edgard Antunes Cerqueira	Pesquisas	10/47	6/48
José Barbosa	Ginecologia	9/47	12/47
José Noronha Peres	Microb. Parasit.	3/47	8/51
João Sena Horta	Nutrição	4/47	10/47

Odilon Behrens	Org. Hospitalar	5/47	?
----------------	-----------------	------	---

### 1948

<b>Nome</b>	<b>Matéria</b>	<b>Início</b>	<b>Término</b>
Alcéa W. Carvalho	Técnica de S. O.	1948	6/49
Arlete A. Silva	Psicologia	9/48	11/48
Ari Alvares Pires	Oftalmologia	7/48	11/48
Antonio Ubaldo Pena	Ginecologia	8/48	10/48
Adilvar A. Oliveira	Ginecologia	10/48	7/49
Augusta Assumpção	Hist. Enfermagem	6/48	7/48
Conceição Nogueira	Ataduras	5/48	6/48
Ivone Gualberto Pinto	Educ. Física	3/48	5/48
José Barbosa	D. Transmissíveis	2/48	4/48
Licurgo Lucena Filho	Nutrição	8/48	12/48
Luci Cristófar Machado	Cálculo	3/48	5/48
Petrônio Monteiro Boechat	Anatomia	3/48	8/48
Paulo Tellegen (Frei)	Religião	8/48	10/48
Romilda Volpe Campos	Enf. Obstétrica	4/48	6/49

### 1949

<b>Nome</b>	<b>Matéria</b>	<b>Início</b>	<b>Término</b>
Cid Ferreira Lopes	Bio/Estatística	25/8/49	31/3/50
Edmundo Vieira Prado	Anatomia Fisiologia	12/5/49	30/8/50
Frei Henrique Barruel de Laugesnet	Deontologia	3/49	10/49
Irene Lustosa	Psicologia	29/9/49	10/12/62
José Barbosa	Pesquisas	6/49	7/49
Margarida M <sup>a</sup> Cola (Sr. Catarina)	Técnica Enf.	1/8/49	7/8/50
Margarida M <sup>a</sup> Cola (Sr. Catarina)	Enf. D. Transmissíveis	8/8/49	23/3/56

### 1950

<b>Nome</b>	<b>Matéria</b>	<b>Início</b>	<b>Término</b>
Antônio Augusto de M. Cançado	Sociologia	4/4/50	12/68
Alayde Borges Carneiro	Drogas e Soluções	3/8/50	26/8/53
Adilvar A. de Oliveira	Ginecologia	20/9/50	4/10/50
Alberto Henrique Rocha	Ginecologia	16/10/50	7/6/50
Alzir Bernardino Alves	Parasitologia	5/10/50	21/11/52
Cid Ferreira Lopes	Dermatologia	19/5/50	26/4/55
Cristiano Alvim Pena	Clinica Médica	9/10/50	9/2/51
Cristiano Alvim Pena	Patologia Geral	8/50	9/50
Carlos Alberto Manso Ribeiro	Patologia Geral	10/50	9/53
Cecília de Castro Souza	Serviço Social	4/50	11/50
Eloy Henrique Câmara Dutra	Patologia Geral	3/50	11/7/50

Estevão M.Cardoso Avelar	Religião	4/50	9/50
Ednéé Noleto Maranhão	Enf. Urologia Ginecologia	8/50	9/50
Isaltina Goulart Azevedo	Enf. D. Transmissíveis	8/50	?
José Antônio Chamom	Patologia Médica	4/50	9/50
José Maria Sales	Terapêutica e Farmacologia	4/50	11/58
José Gonçalves da Costa Filho	Urologia	6/50	?
Manoel de Souza Brito	Anatomia Fisiologia	3/7/50	29/7/50
Marino Mendes Campos	Saneamento Hig.Individual	3/50	3/51
Margarida M <sup>a</sup> Cola (irmã Catarina)	Enf. Ginec.Urologia	27/3/50	5/4/50
M <sup>a</sup> do Rosário Barros	Enf. Ortopédica	2/50	1963
M <sup>a</sup> do Rosário Barros	Enf. Pediatria	4/50	4/4/58
M <sup>a</sup> do Rosário Barros	Enf. Puericultura	3/50	1954
Pedro Sales	Ortopedia	19/9/50	13/10/53
Paulo Adelmo Lodi	Clínica Cirúrgica	21/3/50	6/12/52
Ruth Moreira Guimarães	Ataduras	4/4/50	18/8/50
Roberto Rezende	Dietoterapia	8/5/50	12/2/51
Sales Jesuíno de Souza	Química	4/5/50	18/3/61
Wellerson Lourenço de Lima	Soc. de Urgência	20/9/50	22/11/50
Ana Maria (Irmã)	Serv. Social	6/10/50	20/10/50

Fonte: Centro de Memória da EEUFMG

## **ANEXO III**

### **FICHAS DE INSCRIÇÃO DA EECC NA DÉCADA DE 1930 E DE 1940**

# Escola de Enfermagem "Carlos - Chagas"



Escola de Enfermagem Carlos Chagas  
- 5. ABR. 1934  
F. N. Peys  
Estado de Minas Gerais

## FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome Adélia Regina Cecília Silva Idade 25 anos 20 de Fevereiro 1909  
(De acôrdo com o registro civil) (Dia-mês-ano)

Enderêço Rua Bernardo Guimarães 1012 Telefone \_\_\_\_\_

Enderêço de pessoa da família ou responsável Rua Bernardo Guimarães 1012

Nome do parente ou responsável D<sup>o</sup> Sabino Gomes da Silva  
(Mencionar grau de parentesco)

### INSTRUÇÃO :

Estudos	Nomes das escolas	N.º de anos	Diploma ou Certificado
Curso Primário .....	<u>Escola Pública</u>	<u>4</u>	
Curso Secundário . . . . .	<u>Escola Normal</u>	<u>3</u>	
Exames Ginasiais .....			
Curso Superior .....			
<u>Outros Cursos</u>			

(Data de colação de grau)

NOTA: Os certificados dos estudos mencionados deverão ser apresentados, para constar da ficha de inscrição.

### OCUPAÇÕES ANTERIORES :

Especie de ocupação	Duração do emprego	Nome do patrão ou chefe
<u>Professora</u>	<u>4 anos</u>	<u>Heitorio P. Jardim</u>

### CARACTERÍSTICOS PESSOAIS :

Saúde ? Boa Defeitos físicos ? \_\_\_\_\_ Pêso ? 54 Altura ? 1,64

Vacina anti-tífica ? 1928 anti-variólica ? 1927

Estado civil ? Solteira Tem filhos ? \_\_\_\_\_ Quantos ? \_\_\_\_\_

As idades ? \_\_\_\_\_

Nacionalidade Brasileira Naturalidade Arassuaí, (Pernambuco)  
(Mencione o Estado)

Religião \_\_\_\_\_

REFERÊNCIAS: (Cite 3 pessoas de seu conhecimento, que possam dar informações a seu respeito, mencionando os enderêços).

NOME

ENDERÊÇOS

D<sup>r</sup> Chomaz Soares Rio. Brasil.

D<sup>r</sup> Amarelis Costa

D<sup>r</sup> Carlos da Cunha Reicoto - Rua dos Etéri...

Teve preparo anterior ou prática de enfermagem? *sim*

Onde? \_\_\_\_\_ Quanto tempo? \_\_\_\_\_

Descrever em poucas palavras as suas idéias sobre a profissão de enfermeira, seu objetivo e os motivos que a decidiram a abraçá-la.

As minhas idéias sobre a profissão de enfermeira, são as melhores possíveis, pois acho indispensável a qualquer pessoa principalmente as mulheres, algumas noções sobre enfermagem. O seu objetivo é útil e necessário principalmente às futuras mães de famílias. Eu sempre tive idéias de seguir esta profissão, mesmo por alguns casos de necessidades em casa e fora desta. Quero dedicar a minha vida, espalhando o bem a humanidade. É importantíssimo o papel da enfermeira, não menos espalhando que o do professor e para que os seus fins sejam bons, torna-se necessário que ela se entregue inteiramente a este serviço de livre e espontânea vontade.

*sub:*  
Adilia Ruyra-Cecília da Silva  
(Assinatura por extenso)

Data Belo-Horizonte, 5 de Abril de 1934



# Escola de Enfermagem "Carlos Chagas"

BELO HORIZONTE — MINAS GERAIS



Visto

DIRETORA

## FICHA DE INSCRIÇÃO AO CURSO DE ENFERMAGEM

NOME: Celina Viegas (de acordo com o registro civil)

ENDEREÇO } Belo Horizonte Rua do Chumbo - 601

ENDEREÇO } Fóra Rua Dr. José Mourão - 9

ENDEREÇO } São João del Rei

PARENTE PROXIMO OU RESPONSÁVEL: José das Chagas Viegas (de acordo com o registro civil)

PARENTESCO Pai PROFISSÃO Dentista

ENDEREÇO } Belo Horizonte

ENDEREÇO } Fóra Rua Dr. José Mourão - 9 São João del Rei

PAE José das Chagas Viegas (Vivo ou falecido) (de acordo com o registro civil) PROFISSÃO dentista

MÃE Celina de Resende Viegas (Vivo ou falecido) (de acordo com o registro civil) PROFISSÃO professora

Endereço Rua Dr. José Mourão - 9 São João del Rei

NUMERO DE IRMÃOS 4 IDADES DOS VIVOS - 21 - 20 - 17 e 12 anos

Mencionar tres nomes de pessoas de suas relações com os respectivos endereços

1º João Roberto Negromonte - Rua do Chumbo - 602

2ª Valéria Paixão - Rua do Chumbo - 601

3ª Primavera Colares Viegas - Rua do Chumbo - 601





## DADOS E CARACTERISTICOS PESSOAES

NACIONALIDADE Brasileira NATURALIDADE S. João del Rei RELIGIÃO Catolica

ESCOLA E INSPETOR FEDERAL		Duração	Data do Exame	Nota ou N.º Decreto	Certificado ou Diploma	Data
INSTRUÇÃO	Primaria <u>Grupo Escolar "João dos Santos" de S. João del Rei</u>				<u>Sim</u>	
	Secundaria <u>Seriado ou Parcelado Escola Normal N. S. dos Reis</u>				<u>Sim</u>	
	Superior					

IDADE: 24 Dia 17 Mez fevereiro Ano 1932 ESTADO CIVIL solteira N.º Filhos        Idades       

RESPONSÁVEL POR ELES EM SUA AUSÊNCIA?       

PORQUE DESEJA FAZER O CURSO DE ENFERMAGEM: por vocação, por meio de vida, por facilidade do curso, por ser útil à humanidade, por achar nobre e bela a profissão? Por ser útil à humanidade

HOUVE ALGUM FATO EM SUA VIDA QUE DESPERTASSE SUA INCLINAÇÃO PARA A ENFERMAGEM? sim

TEVE ALGUM PREPARO ANTERIOR OU PRÁTICA DE ENFERMAGEM? não

ONDE?        DURAÇÃO       

TEM RESPONSABILIDADE DE FAMÍLIA? não Quais?       

CONCORDA SUA FAMÍLIA OU RESPONSÁVEL COM SUA ADMISSÃO NESTA ESCOLA? sim

PODERÁ PROVER A'S DESPESAS DO CURSO? sim Recurso Pessoal? sim

AUXÍLIO?        Empréstimo?       

QUAL A SUA DISTRAÇÃO PREFERIDA? Leitura, teatro, musica, cinema, bailes, esportes, passeios ao ar livre?

QUAIS OS AUTORES OU OBRAS PREFERIDAS? S. Francisco de Sales - D. Chautard - P.º Leonel Franca

QUAL A SUA APTIDÃO ESPECIAL? Literatura, artes, musica, trabalhos manuais, cuidados de crianças?

QUAL TEM SIDO SUA OCUPAÇÃO PRINCIPAL? ensinar

OCUPAÇÕES ANTERIORES	DURAÇÃO	NOME	ENDEREÇO DO CHEFE
<u>Professora</u>	<u>10 anos</u>	<u>G. Escolar "João dos Santos", de S. João del Rei</u>	<u>D. Maria de S. Lemos da Cunha São João del Rei</u>

PROMETE OBEDECER AO REGULAMENTO DA ESCOLA? sim

ESTA DISPOSTA A RETIRAR-SE SE FOR VERIFICADO QUE SEU TEMPERAMENTO NÃO SE ADAPTA A' PROFISSÃO? sim

Assinatura Delina Fugas Data 24 de abril de 1939

## ANEXO IV

### ATIVIDADES DAS DIPLOMADAS DA ESCOLA DE ENFERMAGEM CARLOS CHAGAS NO PERÍODO DE 1936 A 1948

#### 1936

Edelvira Costa Santos: Chefe do Centro de Saúde “Noraldino de Lima” e Instrutora da Escola “Carlos Chagas”.

Iolanda Torres: Enfermeira visitadora. Belo Horizonte

Mirtes Andrade: Enfermeira visitadora. Belo Horizonte e enfermeira no Pronto Socorro Policial.

Rosa de Lima Moreira: Assistente de diretora da Escola de Enfermagem “Carlos Chagas”.

Rute Gonçalves: Enfermeira visitadora. Belo Horizonte. Chefe do Centro de Saúde modelo.

Celina Pires Sana: Centro de Saúde. Juiz de Fora. Enfermeira visitadora Chefe do Centro de Saúde Alcides Lins.

Irmã Matilde Nina: Fundadora e Diretora Escola de Enfermagem “Luiza Marilac”. Rio de Janeiro

Carlina Santa Rosa: Chefe da dietética do Hospital Jesus. Rio Enfermeira chefe “Ana Neri”.

Irene Matos: Enfermeira visitadora. Centro de Saúde. Barbacena.

Elazir Marques Canário: Enfermeira chefe Maternidade “Ana Neri” e chefe do SESC.

Adília P. Cecílio da Silva: Prefeitura do Distrito Federal. Casou-se. Deixou a profissão.

#### 1937

Isabel Pinto Coelho: Enfermeira visitadora da Defesa Sanitária. Centro de Saúde de Belo Horizonte.

Maria José Silveira: Enfermeira visitadora. Centro de Saúde de Belo Horizonte.

Odete Curvelano: Chefe da Clínica Santa Inês. Belo Horizonte. Deixou a profissão.

Maria Barbosa Fernandes: Pronto Socorro. Belo Horizonte. Enfermeira da defesa sanitária.

Maria José Pádua: Enfermeira da colônia de Lázarus de Sabará.

Donildes Campos: Enfermeira do Dispensário Anti-Tuberculoso.

#### 1938

Irmã Catarina Fiuza: Chefe do serviço no Hospital da Cruz Vermelha. São Paulo. Diretora do Hospital em Fortaleza. Diretora da Escola de Enfermagem Carlos Chagas

Irmã Josefa Luna: Diretora do Hospital em Goiás. Diretora da Escola de Enfermagem de Recife/ Pernambuco.

Irmã Zoé Junho: Santa Casa. São João Del Rei. Chefe do Serviço Cirúrgico da C. Vermelha de S. Paulo.

Irmã Filomena Couto: Diretora do Hospital Vitória/ES. Diretora do hospital S. Vicente. Belo Horizonte.

Hortência Zupo: Enfermeira visitadora Maternidade “Arnaldo Moraes”. Rio de Janeiro.

Conceição Maria de Jesus: Deixou a profissão.

Rosa Antunes Carvalho: Enfermeira escolar. Belo Horizonte.

Hilda Cortez Matos: Chefe dos Serviços de Preventórios. Distrito Federal.

Waleska Paixão: Diretora da Escola de Enfermagem "Carlos Chagas" e Diretora da Escola de Enfermagem Anna Nery

Elda Nina Soares: Instrutora da Escola de Enfermagem Luiza Marilac.

### 1939

Vera Valente de Oliveira: Chefe da Maternidade do Hospital "São Francisco". Belo Horizonte .Enfermeira visitadora

Angélica Dias: Organizou o serviço de maternidade na Parnaíba, Estado do Piauí.- Chefe da maternidade.

Enoé Duarte: Trabalha particularmente .Enfermeira escolar.

Penélope Werneck Duarte: Chefe do Hospital de Monlevade. Minas Gerais. Enfermeira visitadora da defesa sanitária.

### 1940

Ana Homem Costa: Distrito Federal. Enfermeira "Ana Neri".

Maria Georgina Barbosa: Maternidade da Parnaíba Chefe do serviço do Pronto Socorro do Distrito Federal.

Maria Nasser: Instrutora da escola Ana Nery. Distrito Federal.

Anita Reis: Centro de Saúde. Belo Horizonte. Enfermeira do Dispensário Anti- Tuberculoso em Belo Horizonte.

Walmira Martins Kistemann: Centro de Saúde de Juiz de Fora .Professora da Escola de Enfermagem de Juiz de Fora.

Madalena de Lima Correia: Instrutora da Escola "Carlos Chagas".

Hernengarda Pereira: Enfermeira escolar. Belo Horizonte. Instrutora da Escola "Carlos Chagas".

Arací Machado Chaves: Chefe de cirurgia. Distrito Federal. Diretora de um sanatório no Rio de Janeiro.

Maria José Castro Reis: Enfermeira do Banco do Brasil em Belo Horizonte

Marta Georgina Barbosa: Enfermeira da Standard Oil no Rio.

Elda Soares: Instrutora da Escola "Luiza de Marilac". Distrito Federal.

Maria de Lourdes Guimarães: Enfermeira visitadora.

Maria Geni Guimarães: Chefe da maternidade São Lucas. Belo Horizonte.

Maria José Viana: Enfermeira escolar. Belo Horizonte.

Marieta Teixeira: Laboratório de pesquisa de Belo Horizonte

### 1941

Celina Viegas: Organizadora e Diretora Escola de Enfermagem Hermantina Beraldo em Juiz de fora.

Cenira Fernabdes Lima: Instrutora da Cruz Vermelha Brasileira. Filial de Minas Gerais. Visitadora

Maria Eugênia Teixeira: Maternidade São Lucas. Belo Horizonte. Casou-se. Deixou a profissão.

## 1942

Alíria Dantas: Monitora da Escola "Carlos Chagas". Enfermeira escolar.  
Sofia Fonseca Menezes: Chefe do Hospital de Rio Acima. Minas Gerais. Enfermeira visitadora

## 1943

Ivone Sester: Enfermeira da Belgo Mineira e do Hospital de Monlevade.  
Ana Pereira: Centro de Saúde de Itajubá.  
Guiomar Coelho: Enfermeira visitadora.  
Maria Geralda Franco: Chefe da Maternidade "Arnaldo de Moraes".  
Ceci Mendonça: Centro de Saúde de Pará de Minas.  
Juraci Ribeiro de Oliveira: Enfermeira no Rio.  
Maria Florentina de Paula: Enfermeira visitadora.  
Inês Olimpia Leiro: Instrutora substituta da Escola de Enfermagem Carlos Chagas.

## 1944

Heliete de Oliveira: Instrutora na Escola de Juiz de Fora.  
Maria do Carmo Miranda: Visitadora. Enfermeira no IAPI.  
Liberalina Góis: Enfermeira escolar.  
Izaltina Moreira dos Santos: Enfermeira da higiene infantil.  
Luiza Montalvão: Casou-se. Deixou a profissão.  
Maria Zilda Ramos: Enfermeira escolar.  
Casilda de Oliveira: Entrou para o convento.  
Rita Lages Bessa: Enfermeira visitadora.  
Maria José Lobosque: Instrutora da Escola de Enfermagem Carlos Chagas.  
Nilza de Almeida: Instrutora na Escola de Enfermagem Carlos Chagas.  
Walquíria Martins: Enfermeira do Centro de saúde de São João Del Rei.  
Maria do Rosário Barros: Instrutora da Escola de Enfermagem Carlos Chagas.  
Ilma do Vale: Enfermeira visitadora.  
Alai Aguiar: Casou-se. Deixou a profissão.  
Geralda Luz: Centro de saúde de Caxambu.  
Engracia Amaral: Enfermeira escolar.  
Ruth Guimarães Moreira: Instrutora da Escola de Enfermagem "Carlos Chagas".  
Umbelina Goular: Professora da Escola de Enfermagem Hermantina Beraldo de Juiz de Fora.  
Rosa Lobosque: Centro de São João Del Rei.  
Alcea Carvalho: Instrutora da Escola de Enfermagem Carlos Chagas.

## 1945

Maria de Loudes Campos: Enfermeira visitadora  
Tereza Helen Medrado: Enfermeira visitadora.  
Araci Sete Camara: Assistente da diretora da Escola de Enfermagem Hermantina Beraldo em Juiz de Fora.  
Neusa Campos Pereira: Enfermeira escolar.

Lívia Martins: Enfermeira visitadora.  
Maristela de Oliveira: Deixou a profissão.  
Célia Sete Torres: Instrutora da Escola de Enfermagem Carlos Chagas.  
Noeme Geni dos Santos: Enfermeira do Pronto Socorro Policial.  
Maria Geralda Guimarães: Enfermeira escolar.  
Ondina Aragão Silveira: Enfermeira no Pronto Socorro Policial.

#### 1946

Maria Flor de Maio Santos: Enfermeira visitadora.  
Maria de Lourdes Ramos: Enfermeira no IAPC.  
Maria José Paixão: Enfermeira visitadora.  
Sônia Toledo: Enfermeira Federal em Caxambú.  
Maria da Silva Neiva: Enfermeira na Santa Casa de Santos.  
Terezinha Meira: Centro de Saúde de Diamantina.  
Izaura Lopes Blanc: Enfermeira Federal em Teófilo Otoni.  
Jeane Vergiline Fuscien: Centro de saúde de Teófilo Otoni.  
Tereza Abigail Carvalho: Centro de saúde de Guaxupé.  
Romilda Volpes: Enfermeira do SESI.  
Maria Fernandes Xavier: Centro de saúde de Divinópolis.  
Daura Pacheco: Professora da Escola de Enfermagem Carlos Chagas  
Elzira Gomilde: Centro de saúde de Divinópolis.  
Edith Novais Pinto: Enfermeira visitadora.  
Maria Antonia Santos: Visitadora e enfermeira no IAPC.  
Conceição Maria de Jesus: Deixou a profissão.

#### 1947

Irmã Crosifissa Moura: Policlínica do Rio.  
Irmã Aparecida de Cristo Rei: Hospital Municipal de Belo Horizonte.  
Marta Caixeta: Enfermeira visitadora do IAPC.  
Aurora Cordeiro de Menezes: Enfermeira visitadora em Goiás.

#### 1948

Ruth Pereira: Instrutora da Escola de Enfermagem Hugo Werneck e enfermeira do IAPC.  
Elza Machado Lima: Enfermeira visitadora.

Fonte: Relatório da EECC – 1943 e 1948(?). Acervo Centro de Memória da EEUFMG

## ANEXO V

### POEMAS DO JORNAL CINCO P'RÁS DEZ

*D. Laís*

Por caminhos sinuosos tenho andado  
Para seguir a verdadeira Luz:  
Mas, tem, em toda a parte me levado  
O amor, a caridade de Jesus.

Não foi mesmo a divina Providência,  
A Quem me dei com todo o coração,  
Que me amparando com benevolência,  
A' Senhora me trouxe pela mão?

Como estou bem aqui, num lar amigo,  
Quantas graças, que faz, que doce abrigo,  
A minh'alma encontrou p'ra ser feliz!

Quero viver qual santa penitente  
Para, no céu, morar eternamente  
Co'a senhora, querida D. Laís.  
(CINCO P'RAS DEZ, 1937).

*Yolanda de C. Torres*

Numa tarde prazenteira,  
Ao sair da enfermaria  
Fui chamada com presteza  
Para ir à Secretaria

A notícia com alegria  
Recebi de supetão  
Para fazer o que devia  
No meu turno de Plantão.

Juntamente acompanhada  
Por um chefe assistente  
Fui então designada  
A velar pelo doente.

Encontramos no Internato  
D. Georgina a preparar  
Com todo afã mais um prato  
Para a Regina jantar

Era tanta afobação!  
Parecia um casamento  
Em vez de grande função  
Fomos para o isolamento.

Muito alvoroço causou  
O motivo dessa ida  
E muito apressada foi  
Do Internato à saída

Notando a minha ausência  
A Efigênia cansada  
A pensar o que seria  
Ficou muito preocupada

E quase morreu de susto  
Ao dizer D. Georgina  
Que tinha para o Isolamento  
Ido com Dona Regina

Será a febre amarela  
Ou qualquer outra doença?  
E assim pensava ela  
Sem vir-me em sua presença

Nesse tempo eu lá estava  
Com minha querida chefe  
Que muito compenetrada  
Não esquecia nem um efe.

Se eu pudesse descrever  
O que me vai ao coração  
Teria muito que dizer  
Destas noites de plantão

(CINCO P'RAS DEZ, 1935)

### *Hino às calouras*

Saudamos com alegria  
Da turma A a descida  
Para o trabalho de enfermaria  
Dia da Virgem Aparecida.

Compenetrada e radiante  
Vai à frente a inspetora  
Instrutora, figura brilhante  
No aventalzinho de caloura.

A Ligia entra contente  
A Jaira e Hilda acompanhando  
Irmã Josefa ciente  
A medicina vai mostrando.

Irmã Catarina  
Muito cheia de alegria  
Recebe a Irmã Apoline  
E a Waleska na cirurgia.

Caloura já não é zero  
Faz gráfico, tira temperatura  
Subir de posto eu quero,  
Diz Maria Julia com ternura.

D. Otavia sobe de categoria  
Irmã Filomena com paciência  
Aparece na urologia  
Para ajudar Irmã Vicência.

A Julia coitadinha,  
Foi logo adoecer  
E assim a calourinha  
Não pôde sua estréia fazer.

Do Carmo tristemente  
Diz: “Só eu não tive o prazer  
De consolar um doente,  
Mas, espero ainda enfermeira ser.

A turma B espera  
Da turma A cooperação  
Para bem desempenhar  
Tão grandiosa missão.

(SOARES, 1936).

### *Jojoquiabas à beira da piscina*

Meninas tão sem juízo!  
Exclama F. Georgina  
Com esse frio tão forte  
Tomar banhos de piscina!

“D. Laís já deixou  
Nada há que exclamar  
Estamos bem satisfeitas  
Agora podemos nadar”...

Entram todas ensopadas  
Molham todo o encerado  
Isso é de por um santo  
Louco e desesperado

Ó Jojoca deixe disso  
Vem ver a gente nadar  
Será que isso é inveja  
Por estarmos a gozar?”

Meninas impertinentes,  
Isto até já é mania  
Só quero ver quem primeiro  
Apanha pneumonia.

Já disse a D. Lais:  
“Isso assim não pode ser!  
Vocês sujaram a casa toda”  
D. Lais venha ver!

Não se zangue mais conosco  
Venha aqui apreciar  
Veja como estamos treinadas  
Venha nos ver megulhar.

Não morrerei Jojoquinha  
Ninguém vai se amolar  
E mamãe lá em Petrópolis  
Não precisa de chorar.

Meninas sem coração,  
Walda se você morrer?  
Tanto melhor, ó Jojoca  
Estou farta de viver.

Não diga isso menina,  
Você perdeu a razão?  
Pense um pouco em sua mãe  
E na nossa amolação.

Assim terminam as jojoquiadas  
Lá à beira da piscina  
Quem mais se diverte com os banhos  
Agora é a D. Georgina.

(PAIXÃO, 1936)

#### *Minha Turma*

As turmas foram cantadas  
Também vou cantar as minhas  
Companheiras diplomadas  
Para fazê-las rainhas

O cetro da realeza  
Empunhado por mão fina  
Por direito de nobreza  
Só pode ser da Regina

A Clytemnestra Pessanha  
Na hierarquia é a primeira  
Gosto dela, mas me acanha  
Sua eterna quebradeira

Compara a Hilda à cigarra  
Dos livros de La Fontaine  
Canta e ri, faz algazarra  
Numa alegria perene

De outro tipo é a Flora  
Sisuda e compenetrada  
Não brinca, não ri, não chora  
Da vida não goza nada

E a Dulce tão pessimista  
Que acha a vida vazia  
Também faz parte da lista  
Da alta aristocracia

A Carmem foi a derradeira  
Enfermeira aqui a chegar  
Não entra na brincadeira  
Porque pode se assustar

Embora longe a Maria  
De mim não escapará  
Dou-lhe um pouco de alegria  
Que muito bem lhe fará

Primavera não é enfermeira  
Mas na turma pode entrar  
Já não cousa verdadeira  
Seu constante gargalhar.

(SOUZA, 1935)



*Nova turma*

Realiza-se na escola  
A recepção de véu  
As 7 eleitas já vivem  
Todas no sétimo céu.

Das sete, três não cogitam  
Dos véus tão leves azuis  
Contentam-se com a braceira  
Onde se ostenta uma cruz.

São Filhas de S. Vicente  
Irmãs Josefa, Zoé,  
Catarina que hoje ostentam  
Este símbolo da fé.

Da Irmã Matilde recebem  
O braço. Foi a primeira  
Das Irmãs de caridade  
Que ostentou a braceira

Das outras a D. Odette  
É a primeira a aparecer  
Vem cheia de entusiasmo  
Para seu véu receber.

A oradora da turma  
Com seus olhos cismadores agora mais do que  
nunca  
Vai consolar muitas dores.

A d. Rosa risonha  
De todas é a mais fagueira  
Vai alegrar os doentes  
Essa ditosa enfermeira.

A d. Hortência calada  
De todas a mais modesta  
Forneceu violinista  
Para alegrar nossa festa.

(CINCO P'RAS DEZ, 1935)

*[poema sem título]*

Que tenho boa vontade  
Eu vou lhes provar agora  
Aumentando o jornalzinho  
Com versos de última hora

Escrevo mesmo do bonde  
Para o tempo aproveitar  
Porque se assim não fizer  
Não poderei terminar.

E eu quero fazer versos!  
Estou cheia de inspiração.  
Estou meio feito cigarra  
Quando começa o verão!

Estou achando a vida boa!  
Estou querendo cantar!  
E garanto que não estou  
Cantando p'ra não chorar.

Pois querem coisa melhor  
Do que provas preparar  
Umas vindas atrás das outras  
Sem tempo de respirar?

Pois querem coisa mais prática  
Do que o tempo escassear  
E assim a falta de tempo  
Impeça até de pecar?

Mas confesso, a causa é outra  
E vou dizer, minha gente:  
As férias estão chegando!  
Por isso é que estou contente.

(CINCO P'RAS DEZ, OUT, 1938).

*Badaladas*

Minha gente venha ver  
Este tão grande horror  
Antes do sino bater  
Já se ouve o despertador.

Não é vantagem ter  
Economia no dormitório  
É inútil o sino bater  
Pois é preciso um chamatório.

D. Laís dê licença  
Do sino em mesma tocar.  
É preferível caladinha  
Esse serviço tomar.

Quisera mais versos fazer  
Mas o tempo não chegou.  
Tenho prova, nem queiram saber  
E tudo me atrapalhou.  
(CINCO P'RAS DEZ, Jul. 1936).

**ANEXO VI**

**JORNAL CINCO P'RAS DEZ DE 19 DE JULHO DE 1936**



Redatoras deste numero: Regina Mendes da Rocha e America Cardozo

Ano II

BELO HORIZONTE, 19 JULHO DE 1936

N. 12

# NOVA ETAPA

Ha empreendimentos que nunca podemos dar por realizados. Tão alto é seu ideal, tão profunda sua repercussão, tão necessario seu objectivo, que elles se iniciam e desenvolvem, mas, a cada nova realização, abrem horizontes mais vastos e offerecem novos campos de actividade. E' o que se dá com a nossa Escola.

Visando proporcionar ao Estado de Minas Geraes os meios de formar Enfermeiras dedicadas e competentes, a Escola nada poupa afim de atingir esse ideal.

E as etapas até hoje vencidas dão novo alento para as novas a vencer.

Tres anos completa hoje a Escola.

É as alunas, querendo corresponder à imensa dedicação que lhes foi dispensada nesse periodo, vão collocar um marco inesquecível nesse dia 19 de Julho, publicando, pela primeira vez, impresso, o seu "5 P'RAS 10".

Ele recordará, hoje, as etapas vencidas durante estes tres anos, e dirá a cada trabalhadora da Escola a palavra de apoio e estímulo ne-

cessaria à continuação no trabalho iniciado.

Ele dirá, também, em cada uma destas letrinhas de forma, ha tanto desejadas, a gratidão das alunas para com sua incansavel Diretora, D. Lais Netto dos Reys.

Ele deixará gravadas as grandes datas da Escola e dirá ás colegas que nos succederem que suas irmãs mais velhas trabalharam para o futuro, desejaram firmar as tradições da casa e legar-lhes com o exemplo da boa vontade e do esforço para melhorar, um espirito de cooperação... impregnado de caridade, que nos torne a todas menos indignas do ideal de christãs, Enfermeiras e Brasileiras.

25 - 3 - 1933 — Proposta a criação da escola em reunião da congregação pela Faculdade de Medicina

7 - 7 - 1933 — Decreto da fundação da Escola, pela Directoria de Saude Publica do Estado de Minas Geraes.

19 - 7 - 1933 — Inauguração official da Escola.

2 - 8 - 1933 Benção da séde da Escola pelo venerando e

saudoso padre Walter Perriens.

9 - 8 - 1933 — Abertura das aulas.

Janeiro de 1934 — Inicio da pratica das alunas na Santa Casa.

20 - 1 - 1934 — Cerimonia de imposição de insignias á 1.ª turma com a presença do Dr. Carlos Chagas.

12 - 6 - 1934 — Decreto aprovando o regulamento da Escola.

30 - 9 - 1934 — Cerimonia de imposição de insignias á 2.ª turma.

8 - 11 - 1934 — Entrega de certificados á 1.ª turma do Curso Annexo.

6 - 3 - 1935 — Benção do Internato pelo Reverendo e saudoso Pe. Walter Perriens.

19 - 3 - 1935 — Inauguração do Internato e enthronização do Sagrado Coração de Jesus, pelo venerando Pe. Walter Perriens.

20 - 4 - 1935 — Fundação do Gremio 9.55 e do Jornalzinho da Escola, 5 P'RAS 10.

19 - 6 - 1935 — Inauguração da Capella e imposição de insignias á 3.ª turma de alunas.

De 12 a 16 - 7 - 1935 — 1.ª

(Continúa na 2a. pag.)

# R E T I R O

Eu sou o caminho, a verdade e a Vida! Procuramos então o caminho, procuramos a verdade e deparamos com a Vida, no Coração amantíssimo de Jesus! Que generosidade sem limites!

Quanto mais consideramos essa Bondade do nosso Deus, mais admiradas ficamos e menores nos achamos, pois nós, pobres creaturinhas, sermos assim amadas por um Deus tão grande e Omnipotente!!! parece um absurdo á primeira vista, e por acharmos tão absurdo, muitas vezes as terríveis dúvidas e descrenças nos vendam os olhos e não nos deixam ver; com que desgosto profundo, com que sofrimento inaudito N. Senhor nos olha, e ao mesmo tempo com que piedade e com que amor! D. Lais, nossa querida Mãe, não

pertence é certo, á classe de suas pobres filhinhas e antevia no amor de Jesus a nossa felicidade, dessa felicidade que ela ha tanto tempo participava. Tem feito tudo para nos ensinar a ser feliz, lançando sempre mão dos meios mais eficazes, mas quando a gente é céga, não vê as coisas, por mais bonitas que elas sejam. E' preciso pedir a Deus um milagre. Para as almas queridas, N. Senhor nada nega. E' por isso que não faltam á D. Lais, todas as graças para realizar a sua grande obra, não é para ela que deseja todo o Bem, é para nós, para nossas almas, e finalmente para a maior gloria de Deus.

Tivemos agora, em nossa Escola, fecundo de graças e bençãos de Deus, o 2.º Retiro Espi-

ritual, pregado por Monsenhor Messias.

O bem que enos fez esta visita de tres dias, em que como os Apostolos no Cenaculo, ouviamos a palavra de Deus, aguardando ansiosas a vinda do Espirito Santo, é intraduzível por palavras; falamos mais eloquentemente, as transformações que se operam em todos os corações dos habitantes desta Casa e das alunas desta querida Escola.

As palavras cheias de sabedoria, jorradadas com uma simplicidade edificante, da boca do nosso santo pregador, viera mferir suavemente as nossas almas, purificando-as e elevando-as para uma vida superior, cheia das mais bellas esperanças!

A ciencia dos Santos, que nos parecia tão complicada, os mais importantes misterios da vida e da fé, foram traduzidos para nós, numa linguagem tão facil, que não ha entre nós quem não comprehenda o essencial para a salvação de sua alma e que não esteja bem disposta a trabalhar muito, a dar tudo o que tem, para alcançar o Céu.

Disse-nos bem Monsenhor, numa bela comparação: a vida humana é como uma embarcação com rumo á Eternidade, cujo mastro é encimado de uma bandeira, tendo por lema servir a Deus, cumprindo com generosidade e perseverança a Sua Vontade.

Os frutos do Retiro, foram os mais abundantes, não poderemos esquecer jámais, destes dias tão felizes!

Quantas ovelhas desgarradas, procuraram o Bom Pastor, quantos filhos prodigos, regressaram á casa paterna!

O' Retiro abençoado!

Agora, um preito de homenagem e gratidão, pela felicidade inaudita que possuímos, arrancamos do fundo dalma, as mais fervorosas preces em ação de graças pelo Retiro, pelo progresso da Escola Carlos Chagas, pela sua fundadora e nossa Mãe e por aquelle que N. Senhor nos enviou em tão boa hora, Monsenhor Messias, vigario de Sete Lagôas.

## NOVA ETAPA

(Continuação da 1a. pag.)

Retiro espiritual das Enfermeiras.

19 - 7 - 1935 — Fundação da Associação de Alunas da Escola Carlos Chagas e a escolha da "Dama Lampada".

22 - 9 - 1935 — Benção Papal para a Escola de Enfermagem Carlos Chagas.

15 - 10 - 1935 — Inicio da pratica das alumnas no Prompto Socorro.

31 - 12 - 1935 — Hora Santa e 1.ª Exposição Solenne do Santissimo Sacramento.

15 - 1 - 1936 — Consagração da Capellinha ao Coração Eucharistico de Jesus e imposição de insignias á 4.ª turma.

1 - 4 - 1936 — Inicio da pratica das alumnas no Sanatorio Proletario de Tuberculosos.

26 - 4 - 1936 — Cerimonia da imposição de insignias á 5.ª turma de alumnas com a presença do professor Annes Dias

Maio de 1936 — 1.ª Solenidade do Mez de Maria e coroação solenne de Nossa Senhora no dia 31.

16 - 7 - 1936 — 2.ª Bençam Papal.

1 a 16 - 7 - 1936 — 2.º Retiro Espiritual das Enfermeiras, pregado pelo Reverendo Monsenhor Messias.

25 - 12 - 1935 — Promoção ao posto de enfermeira-chefe, da assistente de chefe, D. Regina Mendes da Rocha, sendo-lhe conferida a braceira branca; promoção da enfermeira diplomada D. Carmen D. Mesentier, a assistente de chefe, sendo-lhe conferida a braceira azul-natier. Premio especial ao merecimento da aluna diplomanda, pioneira, D. Ephigenia Conceição Moreira, de lhe ser conferida a braceira azul-marinho de diplomada e sua nomeação interina antes da terminação do curso.

19 - 7 - 1936 — Entrega da Lampada symbolica á 1.ª Dama da Lampada e escolha da 2.ª Promoção de D. Flora Mesentier, ao cargo de chefe auxiliar.

WALESKA PAIXÃO.



# S O C I A E S

## ANNIVERSARIOS

### *Clitemnestra Pessanha*

A Quinta — como é conhecida na intimidade a Assistente da Diretora — resolveu fazer anos no domingo — 28 de Junho.

A aniversariante, por seus dotes de coração é uma figura muito estimada nos nossos meios sociaes onde dispõe de muitas relações.

Recebeu nesta data provas inequívocas de admiração e de apreço.

Ao ensejo do seu natalício, gostaríamos de traçar ligeiro perfil desta personagem ilustre que empresta á Escola de Enfermagem Carlos Chagas o brilho do seu espirito fulgurante.

Nasceu em Campos, Estado do Rio (berço de Benta Pereira — não sei si da Silva) — em meados do seculo passado.

Ao terminar seus estudos primarios ingressou na Escola Normal do Distrito Federal, onde fez curso brilhantissimo, como aliás o confirma a distincção que obteve na cadeira de Portuguez, segundo apregôa diariamente.

Abnegada, "esta alma interior" resolveu fazer o curso de enfermagem na Escola Ana Nery, onde veio a concluir o curso em 1929.

Em 1933 — a nossa Quinta — aportava ás montanhas de Minas para acompanhar na sua peleja a Diretora da Escola de Enfermagem Carlos Chagas, de quem é hoje assistente.

Espirito lucido, inteligente, cultivado, tem "afinidade eletiva", com muitos membros desta casa. Sua vida de penitencia, de jejum e sacrificio edifica quantos dela se aproximem.

Pedimos a Santo Antonio, o canto da sua devoção, que a oriente e ilumine na escolha de sua vocação, pois é o que mais ardentemente deseje encontrar.

Eu te saúdo, Clitemnestra!

*Carmen Mesentier*

Em dias depois Carmen Mesentier scismava em fazer anos também. Assim, no dia 9 de

Julho o Internato prestava sua homenagem á Chefe Auxiliar da Escola.

Sua excessiva modestia, na hora "H" da manifestação a levou para atraz de uma porta, onde a foram buscar para receber os nossos cumprimentos.

Parabens pela primavera colhida!

*Myrthes Andrade*

Myrthes — a Shirley da Escola — também foi na onda. Fez annos, ganhou um vestido novo, tirou um retrato e reiniciou sua vida como si o ano que acumulou nesse dia, não lhe tivesse augmentado o peso da existencia risonha e alegre que leva.

P. C. VÉRAS.

## SAUDADES de Efigenia

*De que vale a vida, santo Deus!...  
De que serve a existencia passar,  
Sem os braços e olhos aos ceus,  
Num gesto suplice a ti levantar?!*

*Minha amiga, tua vida bem cara,  
De sacrificios e de saudade chelal  
Foi semente rica e muito rara  
Que nossa Escola inteira hoje pranteia.*

*E' inegavel que para nós e moida,  
Foste edificante exemplo de lealdade:  
Dedicada, sincera e bem querida!*

*Soubeste sempre respeitar amando,  
A tudo que de bom a Caridade,  
Aos teus olhares fol descortinando.*

21 - 6 - 36.

F. M.

## D. Efigenia da Conceição Moreira

A Escola de Enfermagem "Carlos Chagas" acaba de perder co ma morte de Efigenia da C. Moreira um dos seus vultos de grande valor. Era ela além de professora exemplar, aluna modelo. Alegria de seu spaes, futura benemerita da humanidade, nenhuma vida mais dedicada altruisticamente ao alivio dos mais edos homens do que a sua, quando se entregava aos seus cuidados, algum trabalho de responsabilidade.

Levara a todos os ensinamentos das suas observações e de suas experiencias. Trabalho de tal vulto, imenso no valor e na extensão, que exige uma dedicação sem limites, um labor infatigavel, o completo despreendimento dos instintos egoisticos só pôde ser feito sob o incitamento dos mais elevados ideais cristãos, que sabia revelar sem desmentir.

### DADOS BIOGRAFICOS

Nasceu Efigenia da C. Moreira em Ouro Preto, Minas Gerais, em 6 de maio de 1905.

Formou-se na Escola Normal dessa mesma cidade, deixando ahi a lembrança inapagavel de alma exemplar. Foi nomeada logo após sua formatura, regendo com dignidade varais cadeiras em localidades diversas. Matriculou-se depois de alguns annos, na Escola de Enfermagem Carlos Chagas, em 1933, onde vinha fazendo um curso brilhante. Pelos seus altos meritos, soube conquistar a amizade e confiança de todos os que reconheciam seu esforço e interesse pela Escola, sendo-lhe conferida a braceira de diplomada — como premio de honra. Enfermando em maio de 1936, salientou profundamente, sem saber, o mais nobre sentimento de amor profissional. Dizia sempre, e até nos utimos momentos repetia que o seu ideal era ser enfermeira. Desde creança se educou com dificuldades para fazer a vontade de seus paes. A unica profissão que ela seguiu de coração e pela qual se devotou foi a Enferma-

Veiu para a Escola, atendendo ao chamado de Deus, para seguir a sua real vocação. E quando estava quasi no fim de sua jornada, onde podia, com eficiencia, realizar os objetivos da sua missão, foi chamada para junto de Deus. E as suas ultimas palavras foram estas: "Que Deus faça em mim a sua santissima vontade — estou pronta para tudo — porém o meu maior sacrificio é não receber o meu diploma.

Faleceu a 21 de junho de 1936, deixando na Escola, inapagavel a sua memoria de alma modelo, onde todas as colegas devem se mirar para o melhor progresso da nossa profissão.

## ANEXO VII

### A CRUZ DE MALTA E OS SIGNIFICADOS A ELA ATRIBUÍDOS



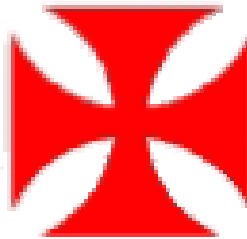
- 1.Felizes os pobres em espírito, porque deles é o reino do Céu.
- 2.felizes os aflitos, porque serão consolados.
- 3.Felizes os mansos, porque possuirão a terra.
- 4.Felizes os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados.
- 5.Felizes os que são misericordiosos, porque encontrarão misericórdia.
- 6.Felizes os puros de coração, porque verão a Deus.
- 7.Felizes os que promovem a paz, porque serão chamados filhos de Deus.
- 8.Felizes os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o Reino do Céu.

#### Fontes:

<http://www.ordendemaltacolombia.org>.

Bíblia Sagrada – São Mateus, 5: 3-10.

### CRUZ PATÈE (TOMADA COMO SE FOSSE DE MALTA) E OS SIGNIFICADOS ATRIBUIDOS POR LAÍS NETTO DOS REYS ÀS SUAS PONTAS



- 1.Sofrer perseguições
- 2.Ser sincero e puro de coração
- 3.Ser misericordioso
- 4.Amar a justiça
- 5.Alegria espiritual
- 6.Viver sem maldades
- 7.Livrar-se do mal
- 8.Amar aqueles que o ofendem

Fonte: COELHO, Cecília Pecego. *A Escola de Enfermagem Anna Nery: sua história, nossas memórias*. Ed. Cultura Médica, 1997.



## **ANEXO VIII**

### **HISTÓRICOS ESCOLARES DA EECC NA DÉCADA DE 1930 E 1940**

HISTORICO LIXEAR

Nome : Yolanda de Carvalho Torres  
Curso : de Higiene  
Filha de : Amelia Carolina de Carvalho Torres  
Natural de : Estado Minas Gerais - Nasceu em 23 Maio de 1906

CURSO SECUNDARIO - NIO

ESCOLA PROFISSIONAL FASCININA

Portugues	4
Francês	5,50
Geografia	6
Historia	4
Artesetica	6,10
Geometria	5
Ciencias Naturaes	4
Fisica e Quimica	7
Desenho	5,50
Escritoraça Mercantil	7
Dattlografia	5
Chapéis	7
Corta e Costura	9

\*\*\*\*\*

ALUNO: GISELLE

1º Ano - 1938

INSTITUTO DE ESTUDIOS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE  
 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
 SERVIÇO DE AVALIAÇÃO DE ESTUDOS E EXAMES  
 SÉRIE A SÉRIE D

Ética	9,3
Religião	8,6
Ginástica	8,6
Técnica	8,3
Física Química	7
Higiene Individual	6,3
Anatomia	6,6
Fisiologia	7,6
Microbiologia	5,3
Farmacologia	8
Pediatria	8

Ética	8,3
Religião	7
Ginástica	8
Química Orgânica	8
Higiene Geral	7,3
Histologia	8
Anestesia	8
Ginecologia	7
Obstetrícia	7,7

SÉRIE B

Ética	9
Religião	9,3
Ginástica	9,6
Física Química	8,6
Patologia Geral	7,3
Patologia Interna	6,3
Patologia Externa	9,3
Psicologia	9
Pediatria	9,3

SÉRIE E

Ética	8,3
Religião	8
Química	8
Respeitos Clínicos	7
Socorros de Urgência	9,6
Doenças Venéreas	8
Doenças Contagiosas	7,3
Obstetrícia	6,3

SÉRIE C

Ética	9
Religião	8,3
Canto Coral	8,6
Ginástica	10
Técnica	8,6
Higiene Geral	7
Terapêutica	9
Farmacologia	8,3
Psicologia	10
Fisioterapia	10
Higiene Mental	9,3

SÉRIE F

Ética	9
Religião	7
Ginástica Ortopédica	7
Urologia	10
Otorrinolaringologia	6,6
Higiene Rural	8,6
Higiene Infantil	8
Higiene Escolar	8,6
Higiene Oral	6
Princípios Família	8
Moral	-

Exames: Ciências no dia 5 de Setembro de 1938.

*Assistente Secretária*  
*Inspeccionadora*

HIOTÓRICO DA VIDA ESCOLAR

Aluna- Ilma do Vale  
 Filha de- Clóvis Vieira do Vale  
 e de - Laurinda Vieira do Vale (Estado)M. Gerais  
 Natural de Belo Horizonte,  
 Nascida em 6 de Novembro de 1923  
 Iniciou o curso de enfermagem em 9 de março de 1942, tendo prestado até a presente data os seguintes exames.:

Exame Vestibular..... Gr.....72..... em ....1942.....

<u>SERIE A-Preliiminar</u>		
Ética e História da Enfermagem	70	"
Técnica	65	"
Física e Química	60	"
Cálculo e Solução	65	"
Higiene	60	"
Anatomia	50	"
Fisiologia	60	"
Microbiologia	70	"
<u>SERIE B</u>		
Ética	70	"
Técnica	76	"
Patologia Geral	60	"
" Interna	50	"
" Cirúrgica	63	"
Pediatria e H. Infantil	73	"
<u>SERIE C</u>		
Pesquisas Clínicas	63	1943
Técnica de Ataduras	60	"
Socorros de Urgência	50	"
Anestesia S.O.	80	"
Matéria Médica	50	"
Fisioterapia	76	"
Ginástica	80	"
<u>SERIE D</u>		
Nutrição e Dietética	66	"
Doenças Contagiosas	50	"
Ginecologi	55	"
Obstetrícia e H.P.Natal	50	"
Enfermagem de Obstetrícia	50	"
<u>SERIE E</u>		
Tuberculose	65	1944
Doenças Venéreas	75	"
Oto-Rino	50	"
Psiquiatria	50	"
Oftalmologia	55	" "
<u>SERIE F</u>		
Higiene Escolar	60	"
Antropometria	60	"
Higiene de Saúde Publica	63	"

Recebeu o diploma em 6 de Dezembro de 1944.

Instrução anterior: Grupo Escolar de Carlos Prates em B. Horizonte, . Cur- sou a Academia de Comércio de B. Horizonte, durante 3 anos. Curso particu- lar preparatorio ao exames Vestibular da E. E. "Carlos Chagas".

Secretaria da E. E. "Carlos Chaga ". em 21 de Junho de 1945.

## ANEXO IX

### RELAÇÃO DE LIVROS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE ESTUDO DA EECC NA DÉCADA DE 1940

#### LIVROS EM PORTUGUÊS

Anatomia	6
Anestesia	1
Ataduras	1
Ação social	1
Doenças contagiosas	3
Dietética	5
Drogas e soluções	1
Diversos	17
Ética	3
Educação física	2
Física	2
Fisiologia	4
Ginecologia	4
Higiene escolar	1
Higiene	8
Higiene oral	8
Histologia	1
Laboratório	2
Microbiologia	2
Nutrição	2
Otorrino	1
Obstetrícia	4
Psiquiatria	3
Patologia cirúrgica	2
Patologia geral	1
Patologia médica	7
Pesquisas clínicas	2
Pediatria	5
Parasitologia	2
Psicologia	1
Patologia interna	1
Química	5
Socorros de urgência	2
Técnica	5
Terapêutica	1
Tuberculose	3

#### LIVROS EM INGLÊS

Anatomia	1
Dietética	2
Diversos	8
Ética	1
Fisiologia	1
Higiene	1
Microbiologia	1
Obstetrícia	1
Psiquiatria	2
Pediatria	2
Psicologia	2
Socorros de urgência	1
Saúde Pública	2

#### LIVROS EM FRANÇÊS

Anatomia	6
Ataduras	2
Ação social	1
Diversos	5
Ética	6
Física	1
Patologia geral	1
Patologia médica	2
Patologia interna	2
Parasitologia	1
Tuberculose	1
Técnica	1

## LIVROS EM ESPANHOL

Ataduras	1
Histologia	1
Técnica Operatória	1
Obstetrícia	1

## SUMÁRIO

Livros em português	113
Livros em inglês	27
Livros em francês	29
Livros em espanhol	4

## MATERIAL DE ESTUDO

### (Mapas)

Olhos	4
Mãos e pés	1
Sistema nervoso	2
Pele	1
Músculos	3
Corpo humano	3
Tubo digestivo	2
Ginecologia	1
Pulmão	3
Fossas nasais	1
Coração	1
Aparelho circulatório	2
Ouvido	1
Esqueleto humano	3

### (Sala de Demonstrações)

Manequim de obstetrícia	1
Manequim para a Prática da Arte de Enfermagem	2
Bebê de celulósido	1
Cama de Fowler	1
Cama de ferro (adulto)	1
Cama de ferro (criança)	1
Maca	
Carro para curativos (aberto)	1
Carro para curativos (fechado)	1
Mesa exames ginecológicos	2
Biombo	1
Suportes para irrigador	2
Armários para roupa e material de uso	3
Banheira de criança	1

Bandeja de mayo	
Banquetas de ferro	2
Tambores (tamanhos diversos)	6
Cubas rim	12
Cubas retangulares	6
Baldes	2
Jarros	4
Bacia esmaltada	1
Cubas redondas	12
Pelvímetro	1
Comadres	2
Escarradeiras	2
Moringas	2
Copos de alumínio	2
Suporte para injeção na veia	1
Cadeiras de ferro laqueadas	4
Mesas de cabeceira	2
Mesas de ferro	2

## MOBILIÁRIO ESCOLAR

### Externato

Secretária	1
Arquivo pequeno	1
Arquivo grande	1
Cadeiras	2

### Secretaria

Secretárias	2
Mesa simples	1
Máquina Remington	1
Máquina Underwood	1
Cadeiras	3
Arquivo	1
Armários para livros	2

### Salas de aula

Mesas	3
Cadeiras universitárias	45
Cadeiras simples	3

Fonte: RELATÓRIO da EECC, 1943